

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

INSTITUIÇÕES PARA INOVAÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA O LONGO PRAZO

BRASÍLIA
2009

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

**INSTITUIÇÕES PARA INOVAÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE UMA AGENDA DE
DESENVOLVIMENTO PARA O LONGO PRAZO**

BRASÍLIA, 2009

Governo Federal

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Bloco O – 7º, 8º e 9º andares
CEP: 70052-900 Brasília, DF
imprensa.sae@planalto.gov.br
<http://www.sae.gov.br>

Coordenação

Sergio Gusmão Suchodolski

Equipe Técnica

Ana Paula Goellner
Caroline Shammass Ranzani
Thomas Cooper Patriota
Mel Bini Bornstein

Projeto gráfico e diagramação

Rafael W. Braga

Tradução

Aplauso Organização de Eventos

Preparação de originais e revisão de texto

Sarah Pontes

Revisão final

Gabriela Campos

Impressão

Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460
Brasília – DF

Tiragem

5.000 exemplares

Catálogo na fonte Biblioteca da Presidência da República.

S471r

Seminário Instituições para Inovação (Rio de Janeiro: 2008)
Reflexões sobre uma agenda de desenvolvimento para longo prazo / Presidência da República,
Secretaria de Assuntos Estratégicos – Brasília : Presidência da República, 2009.

224p.

1. Teoria política 2. Educação 3. Política industrial 4. Inovação tecnológica 5. Economia
6. Participação política I. Título II. Seminário Instituições para Inovação

CDD 320.5

As opiniões, argumentos e conclusões apresentadas nos documentos que compõem esta publicação são de inteira responsabilidade dos autores e não representam as posições do governo brasileiro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

SEMINÁRIO
INSTITUIÇÕES PARA INOVAÇÃO:
REFLEXÕES SOBRE UMA AGENDA DE
DESENVOLVIMENTO PARA O LONGO PRAZO
RIO DE JANEIRO, 6 E 7 DE AGOSTO DE 2008





INSTITUIÇÕES PARA INOVAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA O LONGO PRAZO

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
DEBATEDORES	15
Capítulo 1 INOVAÇÃO COM CRISE, INOVAÇÃO SEM CRISE	25
Capítulo 2 INOVAÇÃO E DESIGUALDADE	49
Capítulo 3 INOVAÇÃO NA ECONOMIA	77
Capítulo 4 INOVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E ENSINO INOVADOR	103
Capítulo 5 INOVAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL	135
Capítulo 6 INOVAÇÃO NA POLÍTICA	171
Capítulo 7 INOVAÇÃO PERMANENTE E A REINVENÇÃO DAS ESQUERDAS	193



PREFÁCIO

A forma como o Brasil enfrentou os desafios apresentados ao mundo no fim da primeira década do milênio reforça as principais premissas colocadas em tela de juízo por ocasião da realização do seminário cujas contribuições deram corpo a este livro. A começar pela comprovação de que tal enfrentamento fundou-se nas mudanças macroeconômicas e nos sólidos processos de retomada do crescimento já em curso no País, os quais garantiram a capacidade de responder com rapidez e eficácia à crise internacional deflagrada em setembro de 2009.

Tais circunstâncias confirmam uma das premissas fundamentais colocadas logo no início do livro: de que precisamos aprender a depender menos das guerras e colapsos econômicos como parteiras de mudanças. De fato, os avanços realizados, desde o início da década, erigiram importantes pilares para o desenvolvimento brasileiro. Entre estes, se incluem o significativo

acúmulo de reservas internacionais; a consolidação do sistema financeiro, contando com a presença de importantes bancos públicos; o reduzido endividamento do setor privado; e a capacidade de implementar políticas macroeconômicas anticíclicas efetivas e de baixo custo, assim como políticas sociais distributivas proativas.

A relevância dos temas enunciados no próprio título e subtítulo do livro tornou-se também ainda mais evidente após a crise. A necessidade de avançar nas reflexões sobre *uma agenda de desenvolvimento para o longo prazo* ficará como uma das marcas da história brasileira e mundial desta primeira década do milênio. O resgate da questão do desenvolvimento e o seu reposicionamento como eixo central do debate sobre o futuro das nações espelham-se no desempenho positivo de vários países tradicionalmente considerados como menos desenvolvidos, especialmente Brasil, Rússia, Índia e China – os BRICs. Esse reposicionamento é orientado pela necessidade de reavaliar as bases do desenvolvimento e de desenhar novos e próprios modelos de política capazes de ampliar as oportunidades políticas, econômicas, ambientais, sociais e culturais em toda diversidade, dentro de perspectiva de coesão e sustentabilidade.

Outra marca indiscutível deste momento diz respeito à questão da chamada Era do Conhecimento: a capacidade de entender e mobilizar os processos de geração, assimilação e uso de conhecimentos, em outras palavras, a capacidade de inovar. Aqui, sublinham-se duas outras contribuições fundamentais deste livro. Por um lado, realiza-se a reflexão sobre a inovação tendo em conta suas diferentes dimensões: econômica, institucional, política, ambiental e social. Por outro, enfatiza-se o entendimento de que o processo de inovação e as respectivas políticas para sua promoção não são neutros. A conclusão é que tarefa crucial nessa nova perspectiva é tornar eficientes e poderosos os processos de inovação e, para tanto, mobilizar os agentes privados e públicos de modo coeso e intenso para enraizar, disseminar e conferir sustentabilidade a esses processos.

A implementação das novas políticas intensivas em conhecimento requer o tratamento sistêmico das atividades produtivas, e sua conexão com o desenvolvimento dos territórios oferece oportunidade valiosa para ampliar e enraizar os efeitos positivos delas. A mobilização de arranjos produtivos e inovativos – de todos os tipos e envolvendo distintos atores, especialmente micro e pequenos empreendedores – é o caminho natural para esse enraizamento e também para a melhor distribuição regional das atividades econômicas, assim como mitigação de outras desigualdades. Os resultados de estratégias como essas ajudarão os países a robustecerem suas bases de desenvolvimento ampliando suas capacidades de resistência a crises.

A forma como são elaboradas todas essas questões no livro deságua na confirmação de uma outra premissa-chave das discussões que balizaram sua realização: a significativa riqueza das possibilidades apresentadas, depois de mais de meio século, ao Brasil, e outros países em situação análoga. Diga-se de passagem, característica indelével do seminário que deu origem a esta obra foi a discussão de ideias provocativas, que intencionam questionar e até romper paradigmas e convenções, numa lógica acima de tudo extremamente criativa. Dentro desta linha, oportunidades são desvendadas, assim como são discutidas formas possíveis para seu aproveitamento. Tudo isso mesclado em uma reflexão objetiva sobre a necessidade de desenhar uma agenda de desenvolvimento de longo prazo coeso e sustentável. Reflexão esta que incluiu também oportunos alertas sobre armadilhas que aprendemos a evitar e sobre os desafios que necessariamente teremos que enfrentar.

Qual desenvolvimento? Qual inovação? Qual modelo de governança mundial e brasileira? Quais novos e apropriados modelos e políticas para o desenvolvimento? Quais implementadores? Como transformar a realidade privilegiando os menos favorecidos? Como mitigar as condições que criam as desigualdades? Que novos instrumentos podem levar de fato ao desenvolvimento e à redução de nossas disparidades?

A riqueza das perguntas e, principalmente, das respostas colocadas reflete as diferentes áreas do conhecimento e as distintas e muito ricas experiências dos especialistas brasileiros e estrangeiros que participaram dos debates. O processo de conformação dessa nova agenda para o desenvolvimento de longo prazo recomenda este livro.

Boa leitura e bom proveito a todos.

Luciano Coutinho, presidente do BNDES



APRESENTAÇÃO

Nos dias 6 e 7 de agosto de 2008, autoridades governamentais, políticos, intelectuais e personalidades de várias partes do mundo se reuniram no Rio de Janeiro para debater uma agenda de desenvolvimento para o futuro. Em outros termos: como ampliar o repertório institucional da economia e da política disponível no mundo hoje.

Esse encontro surgiu da vontade das personalidades presentes de elaborar uma alternativa ao ideário da “terceira via”, tão em voga nos países do Atlântico Norte.

Com a difusão de tal ideário, acreditou-se que nada teríamos a fazer senão aceitar o inevitável – a convergência de todos os países para as mesmas práticas e instituições – e humanizá-lo com o recurso às políticas sociais.

Esse discurso desenvolvido entre os anos 1980 e 1990 passou a ser rejeitado pelos grandes centros mundiais de pensamento a partir da avaliação de algumas experiências nacionais e da constatação de que é possível desenvolver novas práticas em educação, inovação tecnológica, política industrial, economia, participação política e gestão pública.

Essa busca por um novo modelo e conseqüente mudança de paradigma pode ser constatada tanto nas universidades dos países desenvolvidos quanto entre as lideranças emergentes das maiores nações periféricas, como Brasil, China, Índia e Rússia.

Dessa forma, o eixo do novo debate é o conflito entre duas maneiras de substituir o paradigma reinante: as muitas vias e a segunda via. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo não vive momento tão rico de possibilidades como agora.

Assim, cabe a pergunta: se é universal a ortodoxia, não é, também, universal o pensamento que se contrapõe a ela? Dessa indagação, oposta à ideia das muitas vias, surge a vontade de se criar um projeto de modelo alternativo que os países teriam de adotar a fim de poderem conciliar a reinvenção do desenvolvimento com o aprofundamento da democracia e com a reafirmação das diferenças nacionais.

Em que direção vai esse novo modelo de desenvolvimento?

As possibilidades continuam abertas, mas alguns rumos e premissas já começam a ser delineados, como por exemplo: a construção de um Estado que conte com os meios para capacitar as pessoas; a mobilização dos recursos do País para torná-lo menos dependente do interesse de grupos privados; a democratização do mercado, descentralizando o acesso às oportunidades produtivas, para aproveitar melhor a energia de todos; e a invenção de uma democracia que engaje a cidadania na vida pública e fortaleça o poder transformador da política.

Nesse sentido, progressistas estão em busca de instituições que somem as condições do progresso prático às exigências do engrandecimento do indivíduo: uma ordem social que leve adiante as aspirações dos esforços que marcaram os movimentos de emancipação na História.

Foi nesse contexto que o governo brasileiro, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em colaboração com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Fundação Getúlio Vargas, organizou o Seminário “Instituições para Inovação”.

Com a participação de convidados das mais diversas regiões do globo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos propôs um debate em torno de temas centrais como:

1. Inovação na economia: novas formas de produção e novos modelos de política industrial.
2. Inovação na organização do ensino e ensino inovador.
3. Inovação na política social: nos agentes – Estado, empresas e terceiro setor; nos processos – serviços padronizados e não-padronizados; e nos alvos – redistribuição compensatória e iniciativa capacitadora.
4. Inovação na política: participação e experimentalismo na democracia representativa; na formulação e implementação de políticas públicas; e na organização das instituições políticas.

O Seminário “Instituições para Inovação” teve a forma de uma grande mesa interativa de discussões, na qual líderes políticos e intelectuais realizaram debate por meio de breves apresentações com réplicas e participação do público.

Espero que o leitor possa desfrutar desta experiência intelectual estimulante que apontou muitos caminhos para uma agenda inovadora de desenvolvimento que alguns países já começam a seguir.

*Roberto Mangabeira Unger, ministro de estado chefe da
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República*



DEBATEDORES

Roberto Mangabeira Unger – Brasil

Roberto Mangabeira Unger é ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Federativa do Brasil. Possui *Ph.D.* pela Universidade de Harvard, na qual leciona desde os 24 anos de idade. Suas diversas publicações sobre política, economia, direito e filosofia alcançaram e foram debatidas em vários países. Suas ideias frequentemente contestam o pensamento dominante e oferecem soluções alternativas aos problemas das sociedades contemporâneas.

Fernando Haddad – Brasil

Fernando Haddad é ministro da Educação do Brasil. Haddad é bacharel em Direito, mestre em Economia e doutor em Filosofia, todos os graus obtidos na Universidade de São Paulo. Foi consultor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e secretário-executivo do Ministério da Educação.

Luiz Carlos Bresser Pereira – Brasil

Luiz Carlos Bresser Pereira é economista e cientista político. Graduiu-se em Direito pela Universidade de São Paulo, é mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em Economia pela Universidade de São Paulo. Leciona na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo desde 1959. Lecionou também os cursos de Desenvolvimento Econômico na Sorbonne (Paris) e Teoria Política na Universidade de São Paulo. Foi ministro da Fazenda em 1987; ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, de 1995 a 1998, e ministro da Ciência e Tecnologia em 1999. Foi ainda presidente do Clad (Consejo Latinoamericano de Administración para el Desarrollo) de 1995 a 1997.

David Lammy – Reino Unido

David Lammy é ministro do Departamento de Inovação, Universidades e Habilidades do Reino Unido. Foi eleito membro do Parlamento por Tottenham em 2000 e reeleito em 2001. Ocupou o cargo de ministro no Departamento de Saúde, no Departamento de Questões Constitucionais e no Departamento de Cultura, Mídia e Esportes. Graduiu-se em Direito pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres e foi o primeiro cidadão britânico negro a participar de um programa de mestrado em Direito na Universidade de Harvard, em 1997. Lammy possui doutorado honorário pela Universidade de Londres e é pesquisador convidado do Centro de Estudos Caribenhos da Universidade de Warwick.

Yuli Tamir – Israel

Yuli Tamir possui *B.A. cum laude* em Biologia pela Universidade Hebraica, *M.A* em Ciência Política e *Ph.D.* em Filosofia Política, ambos pela Universidade de Oxford. É professora de Filosofia Política na Universidade de Tel-Aviv e foi pesquisadora convidada nas Universidades de Princeton e Harvard, bem como no Instituto Hartman de Estudos Judaicos, em Jerusalém. Em 1978, foi uma das fundadoras do movimento Paz Agora. Yuli foi ministra da Imigração de 1999 a 2001 e foi eleita deputada em 2003. Em maio de 2006, foi nomeada ministra da Educação e atuou, também, como ministra da Ciência, Cultura e Esportes (2006-2007).

Ahmed Lahlimi Alami – Marrocos

Ahmed Lahlimi Alami é o chefe da Alta Comissão de Planejamento, instituição responsável pela condução da reflexão prospectiva do projeto “Marrocos 2030”. Economista e socialista militante, Lahlimi iniciou sua carreira política enquanto estudava em Fez e Rabat (1958-1963), na União Nacional dos Estudantes Marroquinos, onde foi um dos maiores líderes. Em 1996, obteve seu título de mestrado em Geografia Econômica e lecionou por um curto período na Universidade de Rabat.

Joel Netshitenzhe – África do Sul

Joel Netshitenzhe é chefe da Coordenação Política e Consultoria de Serviços na Presidência da República Sul-Africana e é ex-presidente do Sistema de Informação e Comunicação do país. É graduado em Ciência Política pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou e em Princípios Econômicos pela Universidade de Londres. Obteve *M.Sc.* em Economia Financeira pela Universidade de Londres e *Ph.D.* em Ciência Política pela Universidade de Venda.

Joaquim Falcão – Brasil

Joaquim Falcão é conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, diretor da FGV Direito - RIO. É *Master of Laws (LLM)* pela Universidade de Harvard e doutor em Educação pela Universidade de Genebra. Foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça (1985-1986), diretor da Faculdade de Direito da PUC-Rio, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho (1988-2000) e fundador do Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco.

Charles F. Sabel – Estados Unidos da América

Charles F. Sabel é professor de Direito e Ciências Sociais na Universidade de Direito de Colúmbia, desde 1995. Ocupou a cadeira *Ford International Professor* de Ciências Sociais no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Entre suas publicações encontram-se diversos artigos sobre economia e organização social.

Julian Le Grand – Reino Unido

Julian Le Grand ocupa a cadeira *Richard Titmuss Professor* de Política Social na Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE). De 2003 a 2005, foi *Senior Policy Adviser* do primeiro-ministro britânico. Atualmente, dirige duas instituições públicas: é o presidente do *Health England* – grupo de referência nacional para saúde e bem-estar do Departamento de Saúde; e presidente do *Social Care Practices Working Group* do Departamento de Educação. É, também, membro do *Group of Societal Policy Analysts*, assessorando o Presidente José Barroso na Comissão Europeia. É um dos principais responsáveis pela atual reforma do serviço público britânico e introduziu os conceitos de opção e competição nos sistemas de saúde e educação.

Sanjay G. Reddy – Índia

Sanjay G. Reddy é professor assistente de Economia da Universidade de Colúmbia. Possui *Ph.D.* em Economia pela Universidade de Harvard, *M.Phil.* em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge e *A.B.* em Matemática Aplicada à Física pela Universidade de Harvard. Foi membro do Painel de Consultores do Pnud para o Relatório de Desenvolvimento Humano e é, atualmente, membro do Comitê Gestor das Estatísticas de Pobreza da Divisão de Estatísticas da ONU. Conduziu trabalhos de campo e publicou artigos, além de ser membro do conselho editorial das revistas *Development*, *Ethics and International Affairs* e *European Journal of Development Research*.

Zhiyuan Cui – China

Zhiyuan Cui é professor da Escola de Administração e Política Pública da Universidade de Tsinghua desde 2004. Foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados de Berlim de 2003 a 2004; professor visitante sênior da Escola de Direito da Universidade de Harvard em 2003; professor visitante do Instituto de Ásia Oriental da Universidade Nacional de Cingapura de 2001 a 2003 e professor assistente de Ciência Política do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) de 1995 a 2001. Possui *Ph.D.* e *M.A.* em Ciência Política pela Universidade de Chicago e *B.Sc.* em Matemática pela Universidade Nacional de Tecnologia de Defesa da China.

Cornel West – Estados Unidos da América

Cornel West é professor de Religião na Universidade de Princeton. Foi aceito na Universidade de Harvard quando tinha 17 anos e graduou-se em três anos, *magna cum laude* em Civilização e Línguas do Oriente Próximo (1973). Adquiriu o título de *Ph.D.* por Princeton em 1980, e publicou seu trabalho final intitulado “As Dimensões Éticas do Pensamento Marxista”. Foi diretor do Programa de Estudos Afro-Americanos de 1988 a 1994. É membro do *Democratic Socialists of America*, do qual é diretor honorário. É codiretor do *Tikkun Community* e do *Network of Spiritual Progressives*.

Sergei Markov – Rússia

Sergei Markov é diretor da Associação dos Centros de Consultoria Política da Rússia, diretor do Fórum Público da Rússia para Relações Internacionais e também consultor do Ministério de Relações Exteriores da Rússia e da Administração Presidencial para Assuntos de Política Externa. É graduado em Filosofia e doutor em Ciência Política pela Universidade Pública de Moscou e, desde 1989, leciona Ciência Política na mesma universidade. Em 1990, foi consultor do Conselho de Segurança da Presidência da Rússia, bem como do Comitê do Parlamento Russo para Partidos Políticos e Grupos Sociais.

Vladimir Popov – Rússia

Vladimir Popov é professor da Nova Escola Econômica de Moscou, chefe da Escola de Negócios Internacionais da Academia de Economia Nacional de Moscou e professor visitante do Instituto de Estudos Europeus e Russos da Universidade de Carleton (Canadá). É graduado em Economia pela Universidade Pública de Moscou (1976) e possui *Ph.D.* pela Academia de Ciências da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Entre 1996 e 1998, foi pesquisador convidado sênior do Instituto Mundial de Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico da Universidade das Nações Unidas (Finlândia), onde codirigiu um projeto intitulado “Estratégias de Transição, Alternativas e Resultados”.

Robin Murray – Reino Unido

Robin Murray é economista industrial. É pesquisador visitante do Centro para Estudos da Governança Global da Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE) e autor do livro *Criando riqueza a partir do Lixo*.

Margarita Stolbizer – Argentina

Margarita Stolbizer é advogada e líder do partido Geração para um Encontro Nacional (GEN), que integra a Coalizão Cívica. Foi candidata ao governo da Província de Buenos Aires em 2003 e 2007. Foi presidente do Conselho Internacional de Parlamentares para Ação Global e do Grupo de Mulheres do Fórum Interparlamentar das Américas.

Marco Aurélio Garcia – Brasil

Marco Aurélio Garcia é um político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). É formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor licenciado do Departamento de História da Unicamp. Ideólogo da esquerda, ocupa o cargo de assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais.

Luciano Coutinho – Brasil

Luciano Coutinho é presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tem mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo, *Ph.D.* em Economia pela Universidade de Cornell (EUA) e é professor convidado da Universidade de Campinas. Em 1994, coordenou o Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, trabalho que envolveu cerca de cem pesquisadores e mapeou o setor industrial nacional de forma inédita. Entre 1985 e 1988, foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, onde participou da concepção de políticas direcionadas a questões de alta complexidade, como biotecnologia, tecnologia da informação, química fina e novos materiais.

Marcio Pochmann – Brasil

Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). É professor de Economia na Universidade de Campinas (Unicamp), na qual leciona desde 1995. Pochmann foi secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do governo municipal de São Paulo (2001-2004) e atuou como consultor para diversas organizações nacionais e internacionais em temas relacionados ao mundo do trabalho.

Glauco Arbix – Brasil

Glauco Arbix é professor livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Grupo de Conselheiros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenador geral do Observatório de Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2003-2006) e coordenador geral do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE, 2003-2006). Realizou estudos de pós-doutorado em diversas universidades dos Estados Unidos e Reino Unido.

João Carlos Ferraz – Brasil

João Carlos Ferraz é responsável pelas áreas de Pesquisa Econômica, Planejamento e Gestão de Risco do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Graduado em Economia pela Universidade Católica de Minas Gerais (1977) e em Jornalismo pela mesma instituição (1978); em 1984, obteve o título de doutor em Economia da Inovação e Políticas Públicas pela Universidade de Sussex (Inglaterra). Foi diretor da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, 2003-2007).

Luis Manuel Rebelo Fernandes – Brasil

Luis Manuel Rebelo Fernandes é presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Formou-se em Relações Internacionais na Universidade de Georgetown e obteve os títulos de mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Foi fundador e coordenador do Grupo de Política Internacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs).

Silvio Meira – Brasil

Silvio Meira é pesquisador brasileiro na área de Engenharia de *Software*. Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1977), tem mestrado em Informática pela Universidade Federal de Pernambuco (1981) e doutorado em Computação pela Universidade de Kent (Reino Unido, 1985). Foi pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por mais de quinze anos, onde concebeu e coordenou o programa temático multi-institucional em ciência da computação (Protem-CC). Foi assessor da Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia; foi membro do primeiro Comitê Gestor da Internet-BR e presidente da Sociedade Brasileira de Computação.

Jessé de Souza – Brasil

Jessé de Souza é coordenador e dirige um projeto de pesquisa no Centro de Pesquisa sobre Desigualdade Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (Cepedes/UFJF) sobre a singularidade da desigualdade social nas sociedades periféricas. Possui graduação em Direito, mestrado em Sociologia, ambos pela Universidade de Brasília (1981 e 1986); doutorado em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg (Alemanha, 1991) e livre docência em Sociologia pela Universität Flensburg (Alemanha, 2006). Realizou estágios pós-doutorais na New School for Social Research de Nova Iorque (EUA, 1994-1995) e, como professor visitante, na Universität Bremen (Alemanha, 1999-2000).

Eduardo Giannetti da Fonseca – Brasil

Eduardo Giannetti da Fonseca é professor em tempo integral no Ibmec São Paulo. Formado em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), ambas da Universidade de São Paulo, possui *Ph.D.* em Economia pela Universidade de Cambridge (Reino Unido), onde foi professor entre 1984-1987. Autor de diversos livros, ganhou dois prêmios Jabuti: em 1994, com o livro *Vícios privados, benefícios públicos?* e, em 1995, com o livro *As partes & o todo*.

Antônio Barros de Castro – Brasil

Antônio Barros de Castro é assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Institute for Advanced Study de Princeton, EUA. Anteriormente, foi presidente do BNDES (1992) e diretor do mesmo banco (2004 - 2007). Ao longo de sua carreira acadêmica, foi professor e pesquisador da Cepal, Nações Unidas (1962 - 1973), professor titular do Instituto de Economia da UFRJ (1980 - 2003) e professor visitante nas Universidades do Chile, Cambridge (Inglaterra), Berkeley (USA) e Oxford. Entre os diversos livros publicados, destaca-se a *A economia brasileira em marcha forçada*. Suas principais áreas de pesquisa são: História Econômica Comparada, Política Econômica e Economia Industrial.



INOVAÇÃO COM CRISE, INOVAÇÃO SEM CRISE

O primeiro painel tratou do tema “Inovação com crise, inovação sem crise”. Recebeu como principais debatedores Roberto Mangabeira Unger, Luciano Coutinho e Cornel West.

Joaquim Falcão

Quando Roberto [Mangabeira Unger] nos falou da possibilidade deste seminário, a Fundação Getúlio Vargas, por meio da sua Escola de Direito, não hesitou em entrar nessa parceria com o Ministério e com o BNDES, tão bem comandado por Luciano Coutinho. Minha fala tem o objetivo de apresentar o que fazemos na Escola de Direito e ao mesmo tempo relacioná-la ao tema da inovação. Por isso, eu apenas conto uma pequena história.

Estamos no século das descobertas. Estamos no século da inovação. Estamos no século do descobrimento. Estamos no século XV, quando os portugueses, sobretudo, com os espanhóis, descobriram e reinventaram o mundo. Lorenzo de Pier Francisco de Médici era um banqueiro de Florença e tinha um agente na Espanha. Esse agente chamava-se Fernando de Noronha, entusiasmou-se pela invenção do mundo, e resolveu também ser navegador. Assim como hoje, e a palavra é a mesma, navega-se na internet. Américo Vespúcio veio diversas vezes ao novo continente, e a prestação de contas

ao Médici era feita por meio de cartas – quatro ou cinco cartas escritas a mão – que circulavam pela Europa, pelos Reis e pelos financiadores, dando conta das descobertas e das inovações.

Um das cartas (havia as cartas verdadeiras e as cartas apócrifas) chamava-se “Mundos Novos. O Novo Mundo”. Nesta, relata-se o descobrimento dessa parte do hemisfério sul. Essa carta atinge a Montaigne, a Erasmus, a Michelangelo, a Da Vinci, a Maquiavel e a tantos outros leitores ilustres que fizeram o século. Mas atinge basicamente a duas pessoas. Primeiro, a Thomas More, que vê na descrição da carta a inspiração de um de seus livros, *A utopia*. *A utopia* então tem muito do que Américo Vespúcio viu no Brasil quando aqui chegou. E a segunda carta que circula livremente, em versões verdadeiras e apócrifas, vai para o Mosteiro de São Deodato, para Martin Walzer Müller, um monge que ilustra a carta. A partir daí, a carta “Mundos Novos” corre o mundo não somente no texto, mas na ilustração. E na ilustração, o monge tenta descrever as novas terras conquistadas, descobertas – e delinea, ali, as Américas. Mas as Américas não tinham nome. Eram mundos novos.

Então, Martin, por conta própria, pensa assim: África é mulher, Ásia é mulher, Europa é mulher; e como quem descobriu, segundo esta carta, foi Américo, ele coloca América. Quando Colombo soube disso, ficou um pouco contrariado, porque ele perdeu a autoria do novo mundo. Mas aí, o mundo já se chamava América. É essa a pequena história que trago para os senhores.

E conluo. Se Américo Vespúcio tivesse contratado advogados para reter os direitos autorais das suas cartas, com certeza as cartas não teriam circulado tão livremente. Américo Vespúcio teria ganhado dinheiro, mas perdido a glória. Porque a América não se chamaria América. O que isso nos traz? O livre fluxo da inovação. O livre fluxo do conhecimento. O livre fluxo dos descobrimentos. É um dos objetivos fundamentais da Escola de Direito do Rio de Janeiro. E focamos, como nossa questão institucional, o livre curso dos direitos de propriedade intelectual, o livre curso das patentes, e como pensar a inovação a partir do acesso ao conhecimento. E é isso o que esse exemplo de Américo Vespúcio nos traz.

E conluo com a segunda observação, que diz respeito especificamente a Roberto. A carta que chegou a Thomas More inspirou *A utopia*. O Brasil precisa das utopias. O mundo precisa das utopias. E é em nome das utopias pragmáticas que nós participamos e apoiamos este seminário.

Sejam todos bem-vindos. Essa reunião não deve ser um conjunto de monólogos. Nós procuramos evitar o estilo de palestra e auditório. O que pretendemos é uma discussão sustentada no curso desses dois dias. E as intervenções iniciais em cada painel destinam-se apenas a ajudar a provocar a discussão e a organizá-la. Nos meus minutos, eu quero dizer algo não apenas a respeito do tema dessa primeira sessão, mas a respeito do temário do encontro como um todo. Temos em vista quatro temas principais e aqui se juntará um quinto, a respeito da esquerda. O assunto geral é a organização institucional da inovação e o futuro da esquerda.

O primeiro tema é o das crises e como não precisar delas como condição da mudança. As grandes transformações que ocorreram nas sociedades modernas foram caracteristicamente impelidas pelas guerras e pelos colapsos econômicos.

Nós precisamos, nós em todo o mundo, depender menos da crise como parteira da mudança. Para isso precisamos organizar instituições políticas, econômicas e sociais, e práticas discursivas que transformem a mudança num impulso interno, que façam da transformação uma diretriz endógena. Mas, aí vem o seguinte círculo vicioso: para criar as instituições que atenuariam esse vínculo entre a mudança e a crise parece que precisamos de crise. Como quebrar esse círculo? Quero crer que uma parte da solução está no trabalho da imaginação. É a imaginação que pode fazer o trabalho da crise sem crise. Esse tema tem um significado especial para nós no Brasil. Nós vivemos um período de relativa bonança. Não estamos em crise, mas precisamos, e toda a Nação quer, reconstruir o nosso modelo de desenvolvimento. E, por isso, nos perguntamos como fazê-lo sem ter a pressão da crise. Não é apenas um problema de hoje, é um problema característico da nossa história nacional. Parece que parte do nosso destino é para o bem e para o mal: não viver as crises decisivas ou conseguir evitá-las.

O segundo grande tema proposto para esse encontro são as oportunidades e como organizá-las. Como organizar um modelo econômico e político que baseie o desenvolvimento numa ampliação de oportunidades econômicas e educativas e num aumento da participação popular? Para isso é preciso reorganizar as instituições que definem a economia de mercado, a democracia política e a sociedade civil livre. Não tornamos o mercado mais incluyente sem redefinir as instituições que o organizam. Essa redefinição institucional passa por uma reconstrução do repertório de possíveis relações entre o Estado e os produtores privados e aponta no horizonte de novos regimes de proprie-

dade privada ou social, que poderão coexistir experimentalmente na mesma economia de mercado. E essa transformação da economia de mercado, para torná-la mais incluyente, não se consolida, por sua vez, sem um aprofundamento da democracia. Um novo modelo de democracia que, de maneira institucional, eleve o grau de engajamento popular na política, supere rapidamente os impasses entre os poderes do Estado, resgate os indivíduos de condições de exclusão ou de subjugação da qual não possam escapar por seus próprios meios, radicalizem o potencial experimentalista do regime federativo, e combinem a democracia representativa com traços de democracia direta e participativa.

O pano de fundo dessa tarefa é uma grande mudança que começa a ocorrer no foco do conflito ideológico no mundo. O velho conflito entre o mercado e o Estado, entre o estadismo e o privatismo, está morrendo e começa a ser substituído por um novo conflito entre as formas institucionais alternativas do pluralismo político, econômico e social. Mais uma vez, esse tema tem um significado especial para o Brasil. A Nação busca agora um novo modelo de desenvolvimento. Um modelo que transforme a ampliação de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir no próprio motor do crescimento econômico. Não conseguirá isso sem inovar nas suas instituições. E inovação institucional é uma prática que nunca esteve no centro da nossa vida nacional.

O terceiro tema é o das vanguardas. As vanguardas de produção e de ensino, e a ampliação do acesso a elas. Há em todo o mundo um novo vanguardismo, uma nova maneira de produzir e de aprender. Entre os atributos desse novo vanguardismo estão: a atenuação do contraste entre as tarefas de concepção e de execução, a mistura fluida da cooperação e da concorrência nos mesmos domínios e a prática da inovação permanente de um experimentalismo radical, como a maneira de fazer as coisas no mundo. O mundo todo está sendo organizado como uma rede dessas vanguardas que se comunicam diretamente entre si, mas das quais continua excluída a vasta maioria da humanidade. Nem a redistribuição compensatória promovida pelo Estado, nem a promoção política da pequena propriedade parecem bastar para superar as conseqüências de desigualdade e de exclusão que resultam da separação entre vanguardas e retaguardas.

Como ampliar as portei ras de acesso a essas vanguardas? Como ampliá-las pela reorganização das instituições econômicas e políticas? É um tema de interesse candente no Brasil. Eu exemplifico com os nossos problemas de reconstrução industrial. O coração do sistema industrial brasileiro estabelecido no sudeste do País, no curso do século XX, é a produção em grande escala de bens e serviços padronizados, por maquinária e processos produtivos rígidos, mão-de-obra semiquificada, e rela-

ções de trabalho muito hierárquicas e muito especializadas. É aquilo que os especialistas costumam chamar de fordismo. No Brasil, é um fordismo já tardio que se mantém competitivo no mundo à base de uma grande restrição dos retornos ao fator trabalho.

Temos, portanto, duas tarefas simultâneas em matéria de reconstrução industrial. A primeira é acelerar a passagem que já começou no centro industrial do País para além do fordismo, rumo a formas de produção mais flexíveis, mais densas em conhecimento e mais vocacionadas para a inovação permanente. A segunda tarefa, mais importante e mais difícil ainda, é organizar na vasta periferia econômica do país uma travessia direta do pré-fordismo para o pós-fordismo sem que a economia toda tenha que passar primeiro pela etapa intermediária do fordismo industrial. Quer dizer, trocando em termos brasileiros, que o Brasil todo não deve ter que primeiro virar uma “São Paulo” de meados do século XX, para depois poder virar outra coisa. E esse é apenas um exemplo do problema mais geral do acesso aos setores vanguardistas que ajudará a definir o nosso destino nacional.

O quarto tema é o das ideias, da imaginação, e das ideias que podem diminuir ou aumentar o espaço da imaginação. O pensamento social no mundo todo, hoje, está dominado por tendências racionalizadoras, humanizadoras e escapistas, que explicam as instituições da sociedade para reivindicar a sua necessidade ou a sua naturalidade. E essas ideias dominantes no pensamento social se inserem em um ambiente filosófico maior que inibe reconhecer que a história é aberta, o tempo é real e o novo é possível. Tem significado especial para nós no Brasil, também, porque a nossa vida intelectual tem sido dominada por tradições e ideias deterministas. E quando escapamos desse determinismo, é para cultivar muitas vezes um construtivismo voluntarista que não enfrenta os constrangimentos reais da transformação. Esses quatro temas: a crise e como não precisar dela, as oportunidades e como organizá-las, as vanguardas e como ampliar o acesso a elas, e as ideias e como transformá-las em instrumentos da imaginação transformadora, estão ligados a um quinto tema, que é outra grande preocupação que motivou este encontro.

O quinto tema é o futuro da esquerda. Distingo três esquerdas que existem hoje no mundo. Em primeiro lugar, há uma esquerda recalcitrante e protetora. Essa primeira esquerda quer inibir, ou desacelerar, o caminho rumo ao mercado e a globalização para proteger os direitos das bases históricas dessa esquerda, sobretudo o operariado sediado nos setores organizados da indústria. Há uma segunda esquerda humanizadora e rendida. Essa esquerda aceita o mercado e a globalização nas suas formas atuais e quer humanizá-los por meio de políticas sociais. Entendo que começa a surgir no mundo uma terceira esquerda, preocupada com os quatro temas que descrevi antes.

Essa terceira esquerda quer ser imaginativa e reconstrutora das instituições, inclusive das instituições que definem a economia de mercado e a democracia política. Ela não quer apenas humanizar a economia de mercado, ela quer reorganizá-la para torná-la mais includente. Ela não quer aceitar a forma atual da democracia política, ela insiste em combinar traços da democracia representativa e da democracia direta. Ela não aceita a globalização na sua forma atual. Ela quer uma globalização diferente, uma nova ordem mundial do comércio mais hospitaleira a divergências e a heresias do que à ordem estabelecida.

Ela não imagina ter uma única base social, um agente predeterminado da transformação, como seria o operariado industrial. Mas insiste em defender os interesses da maioria de pessoas comuns, dos trabalhadores. Ela quer dispensar a crise como condição da mudança e ela vê a igualdade como objetivo acessório, porque o objetivo principal é engrandecer as pessoas comuns e elevar a vida cotidiana. Essa terceira esquerda convém à humanidade e é necessária ao Brasil. Ela é hoje menos do que uma realidade, porém, mais do que uma tese.

Luciano Coutinho

Também gostaria de saudar a todos os presentes, parabenizar o ministro Mangabeira Unger pela organização desse simpósio e buscar, em poucos minutos, reagir à temática que foi aqui proposta. Quero, inicialmente, dizer que fiquei um pouco instigado pelo tema *Inovação com crise, inovação sem crise*. Parece-me que entendi melhor agora a motivação com a exposição do Roberto Mangabeira. Eu vou focar mais, certamente, na inovação econômica, mas gostaria de diferenciar a premissa de que a inovação deriva da crise. Roberto mencionou guerras e crises. Guerras produziram inovação acelerada pela mobilização, a partir do Estado, de processos concentrados de solução de problemas em função da necessidade dos avanços da indústria bélica.

As crises, por sua vez, não necessariamente são inovadoras ou estimulam a inovação. As crises frequentemente são mais destrutivas do que construtivas dos sistemas empresariais ou da própria inovação. Em contraposição, o crescimento ou avanço de expectativas, especialmente de expectativas otimistas quanto ao futuro, pode ser motivador de processos de inovação. Eu creio que a inovação econômica precisa ser olhada em três planos: no plano microeconômico, no plano mesoeconômico e no macroeconômico.

No plano microeconômico, a inovação é sempre um motor implícito no processo de concorrência. A concorrência é fundamental para o processo de inovação. Nos momentos de crise econômica, a inovação fica dificultada pela redução do crédito, da liquidez, pelo estresse criado para a sobrevivência das empresas e, não raro, o defensivismo ou a predação são regra. No plano mesoeconômico, nas crises, as cadeias de fornecimento entram em estresse. Muitas vezes, estruturas de pequenas empresas ou os mais fracos são varridos e sacrificados. E o incentivo à inovação cooperativa no plano mesoeconômico, que é uma das inovações institucionais importantes no século XX, especialmente no pós-fordismo, o estímulo à cooperação em redes, é dificultado em períodos de restrição econômica.

E, finalmente, no plano macroeconômico, as crises muitas vezes tendem a romper mecanismos virtuosos de acomodação de ganhos de produtividade que facilitam a absorção de tensões de custo e de aumento de salários reais. De fato, em período de crise, o conflito distributivo tende a ser mais agudo, as tensões são mais pesadas e, provavelmente, menos estimulantes à própria cultura da inovação no plano macroeconômico. Isso não quer dizer que as crises não agudizem contradições e cobrem dos sistemas políticos e do Estado a necessidade de reformular os processos de saída e, portanto, eu não quero negar peremptoriamente a afirmativa de que as crises são provocadoras, também, da necessidade de soluções.

No entanto, quero defender, em contraponto, que os períodos de crescimento podem ser muito férteis para a inovação. Primeiro, porque no plano microeconômico reduzem-se os riscos e as incertezas que são em geral inibidoras do processo de inovação. Os lucros e a liquidez mais frouxa tendem a estimular mais ousadia e mais mimetização de comportamentos inovadores. Também, parece-me que no plano mesoeconômico, períodos de crescimento facilitam a articulação e a cooperação tanto em polos quanto em redes e, portanto, podem criar oportunidades para experiências inovadoras. Experiências – para utilizar o conceito do Roberto [Mangabeira Unger]– vanguardistas, em termos de inovação.

No plano macroeconômico, parece-me que a aceleração de ganhos de produtividade facilita, nos períodos de crescimento – porque em geral as receitas fiscais são elásticas ao crescimento – experiências mais inovadoras, facilita a absorção e a distribuição de tensões de custo e especialmente facilita a distribuição de ganhos de produtividade de forma mais amplificada.

Então, feita essa relativização, que não é necessariamente antagônica ao que foi dito, quero dizer que o Brasil tem uma possibilidade de criar um ciclo de crescimento mais duradouro e sustentável

se for capaz de inovar de maneira mais sistêmica. A continuidade de processos de inovação mais firmes é, porém, um desafio importante para nós. Do ponto de vista estritamente tecnológico, e do ponto de vista de inovação no sentido econômico, há no Brasil uma capacitação mínima acumulada no campo científico e no campo de instituições em vários sistemas importantes de inovação.

Em vários sistemas setoriais há capacitação, há tradição acumulada. Porém, parece-me que falta um impulso e uma cultura mais enraizada de inovação no sistema empresarial. O impulso à inovação no sistema empresarial brasileiro parece-me insuficiente, em parte por razões históricas, em parte por um aspecto do fordismo tardio ao que o ministro fez referência. Mas uma tarefa importante é que os processos de inovação possam se tornar mais poderosos e, talvez, mais disseminados e inclusivos, compreendendo a estrutura de pequenas empresas. Esse certamente é um desafio de grande envergadura para uma economia como a brasileira, mais, eu ousaria dizer, para muitas das economias em desenvolvimento que não ultrapassaram o estágio mínimo de disseminação do novo padrão de tecnologia de informação e comunicação dentro dos seus sistemas de produção e de distribuição. Então, parece-me que esse é realmente um desafio de grande significado para nós.

Finalmente, quero fazer uma provocação no que diz respeito ao sistema político. Não é certamente a minha área, mas o ministro fez provocações e eu quero adicionar um ponto importante, que é o fato de que os sistemas organizados de representação política através de sistemas partidários, parece-me que continuam sendo um canal indispensável para organizar, dar coesão e consistência aos interesses e aos projetos nas sociedades. E parece-me que, no nosso caso, e no caso de muitos dos países em desenvolvimento, a fragilização dos sistemas de representação partidária e a perda de sua eficácia como canal de organização dos interesses da sociedade, podem representar um risco para o avanço de alternativas inovadoras. Parece que isto é muito claro no caso brasileiro, e o meu temor é que a maior dependência – ou da iniciativa de Estado, ou da democracia direta que depende mais de lideranças pessoais e menos de estruturas institucionalizadas – possa criar, em períodos de crise, riscos de retrocesso e não de avanço do ponto de vista da inovação social, institucional e política.

Evidentemente, parece-me, porém, que sem utopias, sem projetos, sem ideias novas, não há como, também, criar e fortalecer sistemas políticos eficazes. Sistemas políticos eficazes precisam ser capazes de mobilizar crenças e esperanças. Portanto, vejo que a discussão de alternativas – não só para as esquerdas, mas também para as direitas, para o espectro político, digamos assim, e de projetos

para as sociedades em uma etapa de grande transformação tecnológica, e de grandes transformações no plano derivado das grandes mudanças climáticas que afetarão profundamente as sociedades – requer, de fato, um esforço de reflexão em torno de propostas. E, portanto, desejo que este seminário seja criativo e provocativo nesse sentido.

Cornel West

Quero começar com uma observação histórica. Eu venho ao Brasil porque eu celebro o relativo insucesso e o colapso do neoliberalismo, e nós estamos aqui para analisar como se parece um momento pós-neoliberal, não só no Brasil, mas em todo o mundo, em que os piores aspectos do imperialismo americano podem agora ser destacados, e nós podemos começar a nos concentrar naquilo que pessoalmente me preocupa, que é o empoderamento das pessoas comuns. Equipar as pessoas comuns de modo que elas possam levantar as suas vozes e agitar o seu destino, para que possam viver uma vida de decência e dignidade. E isso tem a ver com o aprofundamento das possibilidades democráticas no Brasil, nos EUA, na Rússia, na Etiópia, na África do Sul. Esse é um assunto global e este é um momento histórico muito singular, e não sabemos quanto tempo vai durar.

Sabemos que a história do neoliberalismo andou lado a lado com a repressão, andou lado a lado com o esmorecimento da imaginação e da exploração de outras opções e alternativas, por oposição ao governo por plutocráticos irresponsáveis e oligarcas impunes. Este é o momento do despertar das pessoas comuns, e o Brasil está na vanguarda – nós não sabemos quanto tempo isso irá durar. E então eu estou animado por estar aqui, e para retomar a bela formulação do professor Unger: podemos restabelecer a poesia da visão dentro da prosa da realidade?

A última linha do grande texto de Percy Shelley, *A Defence of Poetry (Em defesa da poesia)*: “Poetas são os legisladores não reconhecidos do mundo” e quando mencionou poetas ele não quis dizer escritores de versos, ele se referiu àqueles que têm a coragem de usar a sua imaginação, quebrando a indiferença, a fim de se concentrar nas condições e circunstâncias de outras pessoas. E, então, eu realmente quero colocar foco, imaginação, visão, exploração, novidade, algo diferente, algo qualitativamente diferente das maneiras cotidianas, rotineiras, institucionalizadas de ver o mundo. Isto tanto é uma batalha na vida da mente, no mundo das ideias, como o é no mundo das políticas públicas; é tão importante quanto o são as políticas públicas.

Então, eu quero ressaltar um ponto filosófico: podemos liberar a imaginação de maneira tal que possamos declarar guerra contra as visões mediócras, rotineiras, estreitas, míopes? O neoliberalismo foi capaz de dominar precisamente porque o neoliberalismo convenceu as pessoas de que não existiam alternativas. De que não existiam opções e, enquanto não existirem alternativas e opções, as pessoas comuns se sentirão como se não pudessem ser revitalizadas, vigoradas, elas não poderão levantar sua voz exatamente porque não há mais nada a fazer a não ser se render aos poderes.

Portanto, essa dialética entre instituições e inovações, ou entre rotina e invenção, ou entre hábito e novidade, ou entre repetição e novidade, deve ser moldada de tal forma que possamos sentir que uma nova energia está tendo lugar dentro das instituições, baseado numa visão, porque a visão consegue transfigurar e transformar a realidade. O professor Mangabeira Unger faz uma distinção maravilhosa entre a visão e o olhar fixo: o neoliberalismo tem guardado um olhar fixo para os sistemas escolares decrépitos, os sistemas de habitação vergonhosos, a flagrante desigualdade de riqueza, o acesso indisponível aos serviços de saúde e aos cuidados com as crianças, os feios níveis de desemprego e subemprego.

O olhar! Olhar não revigora as pessoas, tão pouco chama para as transformações dessas realidades. Visão, todavia, é uma tentativa de envolver estas realidades de modo que as pessoas sintam que são agentes, atuando como parte integrante do mundo. Elas são participantes, elas são sujeitos da história. Existem possibilidades que lhes permitem pelo menos fazer tentativas, mesmo que sejam, no fim das contas, incapazes de lograr e pô-las em prática. Porque, em última análise, a visão projetada ideais que nunca poderão ser totalmente consubstanciados no presente. Mas ela nos atrai, nos empurra, e nós precisamos ser empurrados juntamente com os nossos cidadãos comuns no Brasil, Estados Unidos, Guatemala, África do Sul ou onde estivermos. E novamente: por quanto tempo essa janela estará aberta? Nós não sabemos.

Agora eu gostaria de fazer uma distinção entre crise externa na forma de guerra e crise interna em termos de formas de opressão dentro das nossas várias fronteiras nacionais. Porque, veja, eu venho de um povo do *blues* nos Estados Unidos. Você vê, o *blues* é catástrofe pessoal liricamente manifestada. Por isso, quando você ouvir BB King dizendo “Ninguém me ama, além de minha mãe e até ela pode estar me sacaneando também”, isto é *blues*, isto é catastrófico. Ou quando você escuta Billy Holiday dizendo “frutos estranhos que dão as árvores do sul”: aqueles corpos negros que eram pendurados em árvores sob o domínio do terrorismo americano de Jim Crow e Jane Crow, isto é catastrófico, mas são pessoas comuns levantando suas vozes, e o hino nacional dos negros nos Estados Unidos é *Lift Every Voice and Sing* (*Levante cada voz e cante*).

Eu quero que cada voz de cada pessoa comum no Brasil seja levantada, de forma que possam expressar as circunstâncias catastróficas, mas não permitir que essas circunstâncias catastróficas tenham a última palavra. Quero que elas respondam, resistam, transgridam, transformem e projetem poeticamente possibilidades de mudar essas circunstâncias catastróficas. Como um povo do *blues*, significa que sempre existiu a crise interna nos Estados Unidos, no Brasil, ou onde quer que seja.

O complexo industrial-penitenciário nos Estados Unidos, onde mais de um milhão de homens e mulheres negros estão encarcerados: isto é catastrófico. O sistema escolar já é catastrófico. O sistema de habitação já é catastrófico. Vocês ouviram falar do Furacão Katrina? Em Nova Orleans? Foi catastrófico. Mas já existia uma situação de catástrofe em Nova Orleans antes do furacão. Porque as circunstâncias sempre foram catastróficas em termos de sistema escolar, saúde, desemprego e assim por diante. O furacão apenas fez tudo ficar aparente.

Então, nesse sentido, a crise interna já está sempre lá, e pode se tornar uma ocasião, um momento para uma inovação séria, uma transformação, uma mudança fundamental e assim por diante. Crise externa, guerra e assim por diante: eu concordo inteiramente com o professor Mangabeira Unger, temos de ser capazes de garantir que as nossas instituições reconheçam que elas estão lidando com crises internas e não devam depender das crises externas, como a guerra, ou catástrofes naturais e assim por diante.

Portanto, para terminar, digo que sou abençoado por estar aqui. Eu vim ao Brasil para ouvir, escutar, e para me empenhar nesta imaginação em guerra com a realidade atual, para que algumas possibilidades transformadoras possam ser apresentadas, não só em termos de políticas públicas, mas também em termos de dinamizar as pessoas comuns que estão preocupadas, fundamentalmente, em viver uma vida melhor.

Glauco Arbix

A discussão institucional é uma das discussões mais difíceis que existem nas ciências humanas ou nas ciências em geral. É muito difícil pensar institucionalmente. Mais difícil ainda é agir para transformar ou criar novas instituições. A experiência brasileira é extremamente rica nesse sentido. Eu não concordo com a ideia de que o Brasil não apresente uma riqueza e não tenha um dinamismo institucional. Pelo contrário, tem muito e é muito vivo. Mas, como tudo que acontece aqui é um pro-

cesso absolutamente contraditório, o Brasil mescla instituições de ponta, de vanguarda, avançadas, sintonizadas com o que tem de melhor até para resgatar e abrir possibilidades para a população, com instituições antigas, herdadas da época da industrialização, herdadas do desenvolvimentismo, e que permanecem com uma presença muito forte no cenário nacional.

Acho que deveríamos fazer um esforço para entender exatamente essa diversidade e essa situação extremamente contraditória. Construir uma instituição exige da gente muito mais do que uma ideia. Uma instituição precisa ter raízes. Ela enfrenta a resistência brutal das instituições já instaladas. As instituições que estão colocadas – sejam elas de mercado ou públicas – reagem, segregam, isolam e tentam esvaziar todo e qualquer tipo de instituição nova. Por exemplo: hoje é muito fácil alguém falar da Embrapa, que é uma empresa brasileira voltada para a pesquisa agropecuária, que tem um peso extremamente importante. É uma das grandes responsáveis pela transformação agrícola brasileira. Eu só queria lembrar a vocês que a esmagadora maioria dos pesquisadores universitários brasileiros foi contra a Embrapa. Encaravam a Embrapa como sendo uma ameaça, boicotaram a Embrapa e trabalharam contra. Eu não vou falar de casos mais emblemáticos, como foi a Petrobras, que aí teve um enfrentamento nas ruas, em outro momento do Brasil.

Posso pegar um segundo exemplo, que é o do Inmetro. Se vocês estão lembrados, o Inmetro nasce a partir da necessidade de se desenvolver um sistema de metrologia no Brasil e coincide com o acordo nuclear Brasil–Alemanha, que recebeu uma oposição ferrenha da comunidade de pesquisadores do Brasil. Como era necessário, do ponto de vista do governo militar na época, que o Inmetro fosse estabelecido, ele foi caracterizado como uma empresa de segunda categoria. Não fazia pesquisa. Faria uma metrologia subsidiária, uma metrologia comprada de fora do Brasil e depois aplicada, ou apenas adaptada ou requentada. O Inmetro mudou. Nos últimos anos, no último período, o Inmetro passou a fazer pesquisa, incorporou contingente novo de pesquisadores, avançou, reconstruiu-se. Então, a ideia, a diversidade brasileira mostra que as instituições mudam. Ela se refez com muita dificuldade e muito lentamente. E isso vem acontecendo no Brasil.

Do ponto de vista da inovação, temos muitas dificuldades. A nossa estrutura não torna a economia amigável para a inovação. A economia e a sociedade brasileira não são amigáveis para a inovação. Então, todo o esforço é repensar institucionalmente para a gente dotar a sociedade de instituições que liberem essas energias capazes de instituir um sistema de inovação permanente. Todas as instituições brasileiras têm dificuldade de trabalhar com inovação. O BNDES também tem dificuldades, com todo o peso que tem. Pensa setorialmente. Há muita modificação e avanço nessa direção. Há muita melho-

ria, mas nós temos um longo caminho para percorrer. Porque reordenar, repensar institucionalmente não pode acompanhar o hábito tradicional, que não é só brasileiro, de desfazer o que foi feito antes. Nós precisamos ter a coragem de fazer as experiências e vencer exatamente os capítulos e os passos que nós decidimos até o fim. Acho que seria um bom começo.

Luiz Carlos Bresser Pereira

É um prazer participar deste debate, que acho extremamente oportuno. E meu querido Mangabeira nos exorta a pensar em termos inovadores. Cornel West também nos exorta para isso e nos diz que ele está aqui celebrando o colapso do neoliberalismo. Acho isso muito bem colocado, porque o neoliberalismo se dizia baseado em reformas, mas eram reformas para trás. Não eram reformas em que houvesse inovação. Eram reformas que queriam trazer o mundo para o século XIX. É extraordinário também como muitas das reformas que se pretendia fazer – eu me lembro bem da reforma da previdência, no caso brasileiro – não só eram para trás, mas eram de uma incompetência, de uma falta de imaginação e de capacidade de realmente examinar os reais problemas e como enfrentá-los, quase que patéticas.

Então, quando nós falamos aqui na importância da inovação, há uma coisa muito curiosa também que eu gostaria de sublinhar. A inovação é uma expressão que ganhou voga depois de Schumpeter e para os empresários. Então, sempre pensamos na inovação empresarial junto com o investimento. E o que Mangabeira está nos dizendo é o seguinte: por que só os empresários? Por que não também os políticos? Por que não também os burocratas? E por que não também os intelectuais, não usariam da inovação? Porque a inovação, voltando ao Schumpeter, não é só ter ideias. É ter ideias e transformá-las de alguma forma em realidade. Ou seja, é ter ideias, ter um compromisso com a mudança e descobrir caminhos nesse sentido.

Mangabeira diz: o nosso primeiro tema – dos cinco que depois ele listou na bela introdução que fez – trata de como não depender de crises para fazer a inovação. Isso é importante. Ainda que muitas vezes não haja alternativa, há certos momentos em que realmente é possível você inovar e, dessa forma, evitar a crise. Esse debate foi muito aceso no Brasil, por exemplo, quando nós tivemos a alta inflação inercial durante 14 anos. Naquele período, eu me lembro, desde mais ou menos 1987-88, o meu querido Chico Lopes, um notável economista brasileiro, conservador, mas muito competente,

dizia: “a única solução, agora, para nós resolvermos o problema brasileiro da alta inflação vai ser a hiper-inflação”. Ou seja, só depois da crise realmente se agravar é que ela se resolveria. Entretanto, nós fomos capazes de resolver antes, com boa quantidade de crise, mas fomos capazes de resolver antes.

Acho que outro exemplo de inovação muito importante na área pública foi o Bolsa Família. Nós estávamos sempre preocupados não só com a desigualdade, mas com a miséria, a pobreza e a fome de muitos brasileiros. E, de repente, surgiu a ideia do Bolsa Família, que começou a ser experimentada e hoje é, a meu ver, uma grande experiência brasileira que permite, de maneira focada, mas muito ampla, resolver um problema.

Cito um terceiro exemplo, o da Constituição. Na Constituição brasileira, e não só nela, nós definimos que o Estado brasileiro garantiria os cuidados de saúde universais. Quando isso foi feito, os conservadores disseram que era impossível, que nunca o Brasil teria condições de fazer uma coisa dessa, que seria uma dessas Constituições que ficam falando em valores e em normas que depois não são cumpridos. O que aconteceu nos anos seguintes? Houve uma mobilização extraordinária da sociedade brasileira e dos grandes médicos sanitaristas que o Brasil tem e criou-se o SUS. E está aí o SUS. Que é, a meu ver, uma coisa extraordinária.

Eu me lembro bem do grande sanitarista Eduardo Jorge, hoje secretário do Meio Ambiente de São Paulo. Ele disse numa reunião de meio ambiente: “você precisam fazer como nós da saúde. Nós temos um sistema de saúde extremamente barato e que atende razoavelmente e isso aconteceu graças fundamentalmente a duas coisas: à mobilização e à descentralização, porque foi toda uma forma inovadora de gestão adaptada do modelo inglês e de um modelo espanhol, da Catalunha”.

Então, o que eu gostaria apenas de acrescentar nesta fala é que as ideias inovadoras e transformadoras são muito importantes, mas geralmente conseguem base quando conseguem adquirir na sociedade uma repercussão real. Porque nós somos uma democracia, ainda que imperfeita, como todas são, mas, dentro da qual as ideias ganham força, entram na agenda e eventualmente conseguem uma solução, quando elas encontraram na sociedade, não necessariamente de forma universal, mas de maneira bastante difundida, a visão de que é possível caminhar naquela direção.

Sergei Markov

Eu gostaria de tocar nas questões de Cornel West sobre o neoliberalismo e a crescente agressão. Então, se o neoliberalismo está acabando, o que irá substituí-lo? Qual será o paradigma que será seguido em vez do neoliberalismo? Quais são as maiores possibilidades? Eu acho que esta é uma das questões que devemos discutir. Eu espero que nós prestemos mais atenção a isso, e nós vamos ficar felizes em ouvir sobre a questão porque, francamente, eu não sei a resposta ainda.

Meu próximo comentário é relacionado com a ideia do ministro Mangabeira Unger, sobre as relações entre inovação e crise. Eu acho que o mais importante não são as inovações por si mesmas, mas o uso dessas inovações. Podemos ver num exemplo muito simples: escolha algumas famílias e dê a elas algum dinheiro. Algumas famílias usarão esse dinheiro para aumentar o seu padrão de vida ou para ter uma melhor qualidade de vida. Mas algumas famílias vão apenas comprar mais coisas que, de fato, elas não precisam. Elas já possuem dúzias de bens, centenas de *shorts*, cem camisetas, qual é a diferença de terem mais duzentas? Apenas perderão todos os seus recursos. Da mesma forma, outras famílias apenas consumirão mais álcool e narcóticos e, como resultado, seu estilo de vida não será melhor, mas pior.

Então acho que o ponto é: como usar essas inovações? Nesse sentido, eu acho que as inovações na área econômica estão avançando muito rapidamente, mas as inovações na cultura não estão. Outro exemplo da vida comum: vocês se lembram que muitos anos atrás nós costumávamos geralmente tomar chá colocando as ervas diretamente no pote. Depois, a economia nos deu a possibilidade de usar chá em pequenos saquinhos, mas a cultura não nos ensinou como usar a bebida, não nos ensinou o lugar onde devíamos colocar os nossos saquinhos de chá usados. Como resultado, eu pude ver em nossas reuniões diplomáticas, as senhoras e os cavalheiros muito bem vestidos, colocando estes pacotinhos debaixo da xícara e então, pondo água e derramando tudo em seus vestidos na hora que levantavam a xícara para beber. Isso continuou por muitos anos e como eu posso ver, ainda continua. A economia está avançando muito rapidamente, mas a cultura não, e a cultura não nos dá os meios de usar os resultados da economia.

Creio que nós devemos nos concentrar não na inovação da economia, mas nas inovações nas instituições sociais, inovações na política, e inovações na cultura. Como habilitar as pessoas a usarem as tremendas possibilidades que a economia contemporânea nos dá? Para onde vai esse aumento do

resultado da economia? Para uma nova corrida armamentista? De fato, nós podemos ver que isto já ocorre em várias regiões, como, por exemplo, no Oriente Médio. Ou irá resolver os problemas que as pessoas estão enfrentando? E eu vejo que existe um grande fosso entre as tecnologias físicas e econômicas, ligadas à produção de bens, e, por outro lado, o nível de desenvolvimento de tecnologias sociais, culturais e políticas: como produzir para a vida das pessoas?

Como resultado, a mente humana cada vez mais me lembra não os bons estudantes, mas sobretudo as crianças com as mentes sem desenvolvimento suficiente e que tentam “brincar com fósforos e fogo dentro de casas de madeira”. Eu acho que a prioridade primordial para nós agora é o desenvolvimento de inovações institucionais na vida social e política.

Nós sabemos o impacto que podem ter as ideias. Como vocês sabem, a Rússia foi o exemplo número um de país a usar e implementar as ideias do neoliberalismo. E esta foi não a única, mas certamente uma das principais razões do que provocou o colapso da Rússia na década de 1990. Então nós sabemos o impacto que podem ter as ideias, e ficaremos felizes de tomar parte neste processo de formação de novas ideias que, acreditamos, serão mais úteis, melhores para a maioria das pessoas.

Yuli Tamir

Eu penso que há uma diferença entre uma era de revolução e uma era do protesto. E a diferença entre ambas é que, nas eras de revoluções, as pessoas têm a esperança de que podem mudar a realidade e recriar, de alguma forma, as suas circunstâncias sociais e políticas. Na era do protesto, as pessoas simplesmente não gostam do que elas têm, mas não sabem realmente o que fazer sobre isto. Então aqui está a minha pergunta: eu estou bastante preocupada de que quando falamos sobre inovação, as pessoas serão mais motivadas pelo que defini como sendo uma era do protesto, porque elas estão mais céticas, porque elas são menos capazes – talvez, seja apenas uma questão de imaginação – de conceber uma nova estrutura que funcionará para elas.

As pessoas, eu acho, ganham poder, nós todos esperamos que a democracia vá fazer que as pessoas realmente sejam capazes de controlar as suas vidas. Eu não tenho certeza se para muitos isso é verdade. Por exemplo, eu olho com inveja para Barack Obama e para as pessoas que estão gritando “Sim, nós podemos!”, mas eu me pergunto o que acontecerá no dia seguinte da sua eleição.

Existe para mim a grande dificuldade de realmente trazer a mudança. Porque, até se ele for um mágico, na próxima manhã será a mesma vida, os mesmos tipos de problemas. É possível de alguma maneira colmatar o fosso entre o princípio do processo de mudança e a mudança em si? Ou é possível educar o povo a ser mais realista, ou mais paciente?

Agora aqui está o dilema: quanto mais falamos cautelosamente sobre processos que tomam tempo, que não mudam a realidade de um dia para o outro, as pessoas ficam menos entusiasmadas, então você não consegue mobilizá-las. Mas quando você fala de mudança em termos revolucionários, elas são mobilizadas, mas elas ficarão desiludidas, e então serão menos capazes de cooperar com os tipos de mudanças que você quer realmente implementar.

Eu penso que o nosso maior problema hoje é realmente achar uma linguagem que fale sobre mudança, ensine as pessoas a pensarem em processos de longo prazo, porque nada mais funciona, e fazer que as pessoas percebam que elas ganham alguma coisa mesmo se não ganharem tudo no primeiro estágio, de tal forma que elas não desistam, que elas não se sintam como se estivessem sendo roubadas, que você as enganou para fazerem alguma coisa que elas não poderiam fazer. E isso é uma questão fundamental para nós. Nós não mencionamos ainda – talvez esta questão será levantada mais adiante – o fato de que a mídia nos empurra para processos de muito curto prazo. Ela não tem paciência quando falamos do longo prazo – seja na área de saúde, mudanças sociais, educacionais.

Eu sempre conto a história de que quando eu comecei a reforma em Israel, tivemos uma reunião com os sindicatos dos professores e duas horas depois os repórteres chegaram e disseram que nada tinha acontecido, que não havíamos tido progresso. Foram necessários nove meses para assinarmos um acordo. Mas isso é como as pessoas julgam o que realmente acontece, e torna as pessoas ainda mais descrentes. Então, eu penso que devemos combater o ceticismo, e precisamos desenvolver o melhor entendimento desses processos, para que possamos implementar verdadeiras mudanças.

Joel Netshitenzhe

Talvez, uma das questões fundamentais que devemos colocar seja: o que é crise? A quem afeta? Todos nós concordaremos que uma crise se manifesta por meio de convulsões, de instabilidade e de privações nas nações em sua totalidade, tanto as ricas como as pobres. Mas, pode ser argumentado

que nas economias de mercado, que estão mergulhadas em constante contradição, os pobres estão em crise permanente e, sendo assim, precisam de inovação, e são as condições da crise em que vivem que pedem novas formas de se fazerem as coisas. Em segundo lugar, ainda relacionado a isto, será que, em se definindo essas crises, afetando especialmente os pobres, isto não necessariamente se manifestaria na existência da absoluta pobreza, mas que a desigualdade por si só, isto é pobreza relativa, do ponto de vista dos pobres, também constitui uma crise?

Eu levantei essa questão da desigualdade precisamente porque se nós olharmos para a evolução das condições de vida da humanidade nos últimos vinte anos, seria correto ou incorreto afirmar que há manifestações de uma melhoria na qualidade de vida numa escala global, nos últimos vinte anos? Isso estaria relacionado, por exemplo, ao que está acontecendo no Leste da Ásia e na China.

Temos visto alguma melhoria na qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas, e o desafio que existe poderá ser não somente a pobreza absoluta, mas a desigualdade que pode existir, mesmo nas condições mais elevadas de crescimento econômico. Então, se nós concordamos que os pobres estão em crise permanente, talvez a questão final seria: qual é o problema? Por que precisamos de seminários especiais deste tipo para pensar sobre inovação, para poder lidar com as crises que os pobres enfrentam?

Talvez, a resposta para isso seja a falta de liderança no nível político, uma falta de liderança por parte da esquerda. Essa falta de liderança também reflete uma inabilidade de adaptação às novas maneiras de fazer política sob novas condições globais.

David Lammy

A minha ascendência política, como um membro do governo Tony Blair, e agora de Gordon Brown no governo do Reino Unido, coincidiu com a palavra “novo” dentro do léxico da esquerda. Um “novo” que começou de certa forma na Austrália, no governo do Paul Keating, mais de vinte anos atrás, que foi aperfeiçoado por Bill Clinton, sob a forma dos “*New Democrats*”, melhorada por Tony Blair, sob a forma do “*New Labour*” e, obviamente, replicada de muitas maneiras mundo afora.

Então, em um sentido, a esquerda tem agora bem mais de cem anos, e a “nova esquerda” está, agora, com mais de vinte anos. E, apesar do progresso que tem sido feito ao redor do mundo, se você

perguntasse para Paul Keating na Austrália quando ele deixou o governo, se você perguntasse a Bill Clinton quando ele deixou o governo, e se você perguntasse a Tony Blair – e eu sei disto, pessoalmente – quando ele deixou o governo, eles diriam todos uma só coisa: “Eu gostaria de ter sido mais radical!”

Tenho a sincera esperança de que para os colegas aqui no Brasil, quando chegar a hora de o presidente Lula sair do poder, que ele não esteja na mesma posição. De fato, nós olhamos com admiração e respeito algumas das inovações que têm sido feitas, dentro da democracia, aqui no Brasil. E a minha grande esperança é que esse radicalismo que deve estar no centro da política, esteja e continue aqui, e que este evento impulse um envolvimento e avanços mais profundos na inovação. Significativo progresso tem sido feito e, obviamente, como membro do governo do Reino Unido eu estou encantado e satisfeito com o que nós fomos capazes de contribuir. No meu país, nós não fomos capazes de impedir o arrocho do crédito, nós não impedimos um desafio verdadeiro em relação aos preços do petróleo, aos preços de comida. Diga ao povo do Haiti, por exemplo, que não existe uma crise. Nós não impedimos a crise bancária atual, boa parte da qual – acho que todos nós podemos dizer – envolveu práticas vergonhosas que nos levaram a este ponto.

Então, nós sabemos que deve haver mais inovação, que deve haver um “novo novo caminho”, e de que na verdade nós somos interdependentes na forma como chegarmos a essa conclusão.

Agora, sobre a questão da inovação, ela muitas vezes tende a ser apresentada como algo para o futuro. É extremamente importante que os movimentos políticos ocupem o futuro, que eles tenham algo a dizer aos seus eleitores sobre o futuro. Estamos ouvindo muito, no momento, nos Estados Unidos, sobre esse lindo tema chamado *esperança*, mas também é importante que nós tenhamos algo a dizer sobre o *agora*, que possamos apontar para as inovações do sistema que são para hoje.

Eu me lembro de uma eleição na Índia e da campanha do partido BJP (*Bharatiya Janata Party*, Partido do Povo Indiano). Minha bisavó, a propósito, era de Calcutá, era uma trabalhadora que veio de lá para a Guiana, então, eu sinto que sou capaz de tomar um exemplo indiano sem ofender nenhum dos irmãos e irmãs da Índia que talvez não estejam aqui. Então o BJP estava em campanha e o *slogan* era: “A Índia está brilhando”. E ela estava brilhando, em certa medida, com uma enorme explosão em TI e um tremendo crescimento econômico em cidades como Bombaim. Mas o indiano médio disse: “Brilhando? Não para mim!”. E o BJP rapidamente deixou o poder.

Refiro-me à política de agora, e em qualquer discussão sobre como sistematizar a inovação, como articulamos a coleção certa de políticas públicas para os nossos tempos, é importante ter isso em mente.

Eu me preocupo quando aqueles que estão na esquerda e na centro-esquerda chegam ao poder e, depois de alguns anos, surge a política do gerenciamento, uma classe política que se sente divorciada do povo, e uma inércia em termos de realmente ser radical, ir além de sua base para renovar, se torna difícil. E, então, o que acontece? A política se desloca para a direita, a direita vem com as suas soluções radicais e tende a estar no poder historicamente por mais tempo.

Robin Murray

Em primeiro lugar, eu gostaria de mencionar que suspeito de que compartilhamos o projeto comum estabelecido por Roberto [Mangabeira Unger] em seus vários livros, que é: como unir o reconhecimento de aspirações individuais às aspirações de todos os indivíduos. E ele, em sua frase memorável diz que “quase todo mundo carrega um romance do século XIX em seu interior, na luta contra os constrangimentos, para a criação de sua identidade”, que eu achei muito comovente e absolutamente correta, e que as gerações mais jovens têm imposto às gerações mais velhas. Mas como ligar isso à inclusão social? Eu acho que esta é a problemática política dos últimos vinte anos, que eu espero que todos partilhemos.

Ele também varreu, eu acho, muitas das teias de aranha da social-democracia do século XX. Eu gostaria de pensar que eu compartilho muitos desses pontos de vista. Mas a questão agora é saber como compartilhar, a partir de experiências muito diferentes, em diferentes países e perspectivas, algumas dessas problemáticas “pragmatólicas”? Como fazer que as nossas visões e utopias sejam práticas a partir de agora? E eu quero dizer três coisas sobre essa realidade.

A primeira é que não existem muitas pessoas aqui como David e Cornel, também existem relativamente poucos que estão, seguramente, abaixo dos trinta anos aqui, e desconfio que abaixo dos 45. E as pessoas mais velhas que se encontram entre nós estão tendo de reconhecer que há realmente uma nova forma de pensar, de sentir, de agir, de combinar e de associar.

Uma das pessoas que eu achei mais úteis em tentar entender o presente momento histórico, juntamente com Roberto Unger, é outra economista da América Latina, Carlota Pérez, da Venezuela, cuja especialidade é extremamente útil para nós: ondas longas de crescimento econômico e, mais especificamente, as mudanças institucionais. Ela e suas colegas da Universidade de Sussex escreve-

ram da maneira mais fascinante, na minha opinião, sobre padrões muito comuns que têm ocorrido nessas ondas de cinquenta anos de desenvolvimento industrial.

Ela foi, na base desses estudos, uma das poucas pessoas que conheço que previu a atual crise por meio de todas as suas retomadas. Ela sentiu que dentro do atual momento de nova tecnologia – a chamada quinta onda –, que tinha estado acumulando-se por 25 anos e que quase sempre levou a uma bolha especulativa e à crise – que a bolha da tecnologia que estourou na virada do século XXI não foi suficiente. E ela disse que ainda precisaríamos de outra grande crise.

E o que ela fixou, e acho que esse é um desafio para todos nós, é que quando você tem essa segunda crise na metade da onda, você não sabe qual caminho a nova tecnologia vai tomar. Ou seja, é uma competição entre algumas das forças da antiga ordem que vão utilizar as novas tecnologias para reforçar os seus interesses e poder, e algumas das forças da nova ordem que permitirão que algumas dessas tecnologias sejam usadas inteiramente e, no nosso caso, para o tipo de projeto do qual estamos falando.

Então, meu primeiro ponto seria colocar na agenda que, se estamos falando de social-democracia ou de socialismo na era do Google, ou que se parece com ela, quando uma empresa que dificilmente poderia ter sido idealizada há dez anos, é agora uma empresa de 150 bilhões de dólares. Ou poderia ser a era da Cisco. Eu notei no jornal de hoje que a Cisco está também aumentando os seus lucros de forma significativa. Para aqueles que não o saibam, Cisco é a companhia de estradas de ferro da idade moderna, uma extraordinária e fascinante companhia. Isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu penso que temos de nos concentrar na inovação dentro do Estado. E há um ponto que eu gostaria de apresentar para Roberto [Mangabeira]. Eu penso que parte da maneira como você tem escrito sobre inovação política, eu concordo com muitas dessas coisas, acho que é de boa qualidade, mas eu não acho que vá suficientemente longe. Porque eu acho que aquilo que nós herdamos é que o Estado tem dominado as esperanças da esquerda no século XX. Nós certamente não vamos descartar o Estado. Eu não sou um anarquista, mas eu espero que todos tenham um pouco de anarquismo dentro de si, porque caso contrário, nós teremos problemas.

Mas o que realmente aconteceu é que o papel do Estado mudou. O Estado que prevalecia do século XVII ao XIX, que podemos chamar de imperial, tinha uma atuação que se resume basicamente aos

princípios de “lei, governo e poder”. Já no século XX, o Estado passou a se preocupar com a administração de seus bens. E foi pedido às estruturas que nós tínhamos desenvolvido no século XIX na Europa Ocidental e nos Estados Unidos que adotassem o papel de gerenciar uma vasta corporação nacional multidimensional. Por exemplo, o sistema de saúde britânico emprega hoje 1 milhão e duzentos e cinquenta mil pessoas. Como é que você gerencia e inova – e Julian poderá falar para vocês sobre algumas de suas tentativas – em uma organização de um milhão e um quarto de pessoas. Isto foi baseado nos princípios do fordismo e do taylorismo, as estruturas organizacionais, que vieram da América e Roosevelt e assim por diante. Ele foi o pioneiro do taylorismo dentro do Estado. Agora, na era Google, nós temos de desfazer isto e reconceber a maneira pela qual nós gerenciamos o domínio social.

A minha opinião, caso alguém esteja interessado em seguir debatendo esse tema, é começar com a relação dos impostos e de todas as questões dessa forma de apropriação que, no passado, não tem sido uma relação livre, mas uma extração, e é sentida como uma extração. Como nós mudamos isso de um modo não-neoliberal? Em segundo lugar, com a distribuição da responsabilização. E em terceiro lugar por meio de novas formas de governança, que é uma área ainda pouco explorada na agenda.

E o último ponto que quero fazer muito brevemente é o seguinte: acho que a sociedade civil – e eu acrescentaria a economia civil –, é uma instância em que – e eu falo partindo de minha experiência no Reino Unido, mas eu penso que tem de ser verdadeiro no Brasil, a partir do que eu li, e para muitos outros países – é uma instância em que muitas coisas importantes acontecem, e em que as pessoas estão autorizadas a exercer aquilo que eu designaria democracia produtiva, em vez de apenas democracia eletiva, na qual eles realmente fazem as suas próprias vidas e seus próprios protestos e movimentos que afetam as coisas. Ao fazê-lo, eles têm sido agentes de formas extraordinariamente interessantes de organização e de associação.

Eles inventaram a economia de mercado, eles pressionaram o Estado. Em alguns lugares, o Estado pediu-lhes para assumir parte do domínio, e eu acho que não é que eles sejam a resposta, e que vamos substituir o Estado com eles, mas o que temos de procurar são as interfaces entre o Estado e essa nova economia civil e sociedade civil, e a forma como algumas das inovações que têm ocorrido podem mover-se dentro dessas diferentes esferas.

Eu vi tudo isso porque na Grã-Bretanha nós sofremos uma destruição implacável no período do neoliberalismo, e todos os que viveram esse momento – e muitos de vocês já viveram situações semelhantes, mas eu só posso falar da Grã-Bretanha – sabem que foi muito, muito difícil.

Porém, esse período também foi de certa forma como um incêndio florestal, que após todo o estrago, também abriu um caminho, removendo certas velhas coisas, e deixando o lugar para todo tipo de novos turriões verdes brotando. Agora, é claro que aquelas pessoas que tinham poder no passado têm também as suas visões sobre isto. Então nós temos de ver quais novidades são importantes para nós, para generalizá-las e poder projetá-las novamente dentro das políticas do Estado.



INOVAÇÃO E DESIGUALDADE

Este segundo painel tem como tema “Inovação e Desigualdade: imperativo da inovação permanente como maneira de lutar contra a desigualdade ou de fugir a essa luta”. Teve como principais debatedores Antonio Barros de Castro, Margarita Stolbizer, Marcio Pochmann e Sanjay Reddy.

Marcio Pochmann

A minha exposição, de forma muito rápida, está sustentada na interpretação do papel dos progressistas neste começo de século XXI, identificando que há uma inegável oportunidade de construção de um novo padrão civilizatório em escala mundial.

Para isso, a inovação para o enfrentamento da desigualdade implica considerar duas questões básicas. A primeira diz respeito a um entendimento sintético acerca das lições que podemos tirar da história dos últimos duzentos anos, quando do surgimento e da difusão da sociedade urbana e industrial, em que, inegavelmente, os progressistas tiveram o papel protagonista de construção do padrão civilizatório que temos hoje, que basicamente passou pela liberação do homem do trabalho heterônomo. Lembro que na sociedade agrária, viver era fundamentalmente trabalhar. Vivia-se 35 anos

em média. Começava-se a trabalhar aos 5 ou 6 anos de idade, trabalhava-se até morrer com jornadas de 16 a 18 horas diárias. Portanto, na sociedade agrária, o trabalho ocupava entre 70 e 80 por cento do tempo de vida.

Desde que o mundo político divide-se entre esquerda e direita, a partir de 1791, na organização do Congresso na França, nós temos, então, questões que eu gostaria de abordar de forma muito rápida, como quais foram as duas lições principais do avanço da igualdade e do padrão civilizatório para o momento que nos encontramos hoje.

A segunda parte que eu gostaria de tratar diz respeito às possibilidades para o avanço da inovação no enfrentamento das desigualdades na sociedade pós-industrial que ora estamos construindo, cujo potencial para um padrão civilizatório que praticamente liberte o homem do trabalho heterônimo não está tão distante. Lembrando Marx, que no século XIX chamou atenção para o fato de que a liberdade começa quando termina o trabalho pela sobrevivência, é esta a mensagem que me parece muito clara em termos dos avanços da sociedade pós-industrial que hoje estamos a perceber.

Início a primeira parte: quais seriam as duas lições que poderíamos tirar da história da sociedade urbana e industrial nos últimos duzentos anos? No meu modo de ver, o principal motor nos avanços do padrão civilizatório que temos hoje resultou fundamentalmente dos profundos ganhos de material gerados pelo aprofundamento da divisão do trabalho, à la Adam Smith, e pelo acirramento da competição intercapitalista à la Marx, que abriu uma disputa de novos projetos civilizatórios na sociedade, na passagem da sociedade agrária, para a sociedade urbano-industrial.

Os projetos civilizatórios tiveram, de maneira geral, dois eixos estruturadores. Os avanços inexoravelmente passaram por experiências que resultaram de processos revolucionários ou de processos de profundas reformas. Como Przeworski admitiu, as reformas seriam revoluções em pedaços graduais, encadeadas.

Portanto, nós tivemos sociedades, e experiências nacionais que viveram a experiência do processo revolucionário: a um só golpe fizeram rupturas drásticas tanto na estrutura social como na propriedade. Foram soluções políticas que se deram no âmbito do processo revolucionário conduzido pela burguesia. A revolução dos séculos XVII, XVIII e XIX, experiências da revolução inglesa, revolução norte-americana e francesa, que certamente alteraram a estrutura da propriedade e simultaneamente levaram a divisão do trabalho a produzir um salto em termos de produtividade e melhor redistribuição dessa propriedade em termos de bem-estar social. Ou tivemos as experiências de revolução

de cunho socialista – expressamente no século XX – a experiência russa e chinesa que inegavelmente alteraram a estrutura social e, também, da propriedade. Foram essas as experiências, portanto, que passaram pela revolução e que tiveram vias e projetos civilizatórios a partir dos profundos ganhos de produtividade material.

A segunda via de transformação em termos de melhor repartição dos ganhos de produtividade passou pelas experiências nacionais reformistas que, de certa forma, gradualmente alteraram a estrutura social e patrimonial.

De maneira geral, os países que conseguiram generalizar e universalizar o padrão civilizatório que temos hoje perseguiram pelo menos a realização de três reformas clássicas. A primeira é a reforma fundiária. A democratização da propriedade da terra foi elemento fundante e, inegavelmente um dos maiores ganhos de produtividade, sobretudo, de sua repartição entre aqueles geradores de riqueza, do ponto de vista da terra. A segunda reforma foi a tributária, que fez com que, pela primeira vez, os ricos pagassem impostos contribuindo para a formação de fundos públicos fundamentais para que se desse a terceira reforma, a social. Essa garantiu, por meio do fundo público, condições de acesso a padrões de bem-estar social jamais vistos até então.

Com exceção dessas duas experiências, nós temos os demais países, as demais experiências nacionais que, ou não tiveram reformas, muito menos revolução, ou fracassaram nos seus processos de revolução ou reformas. Nesse caso especial, situa-se o Brasil que, embora tenha sido entre 1890 e 1980 o País que mais cresceu no mundo, se mostrou incapaz de melhor repartir os fantásticos ganhos de produtividade, o que caracteriza nos dias de hoje ainda, uma estrutura social e patrimonial anacrônica ao estágio de expansão econômica.

O Brasil, sem ter passado por experiências revolucionárias, burguesas ou socialistas, vem postergando a realização das reformas clássicas. A estrutura fundiária que temos hoje praticamente não se distancia daquela verificada há mais de cinquenta anos, quando o tema da pressão pela reforma agrária ascendeu à agenda política. Tampouco a estrutura tributária avançou. Ela permanece fortemente regressiva. No Brasil, os ricos praticamente não pagam impostos. São justamente os segmentos de menor renda aqueles que mais contribuem, em termos proporcionais, à formação do fundo público.

E a estrutura social que temos hoje é uma estrutura social em transição. Até o fim da década de 1970, perseguíamos uma trajetória de construção da sociedade salarial, com bases num padrão de bem-estar aos assalariados regulares; e após os anos 1980, desestruturou-se a evolução da sociedade

salarial, embora passemos a ter, com a Constituição de 1988, avanços inquestionáveis no estado de bem-estar social. Este, de certa maneira, ajuda, sustenta e fortalece; e mesmo num período de 25 anos de regressão, do ponto de vista dos avanços econômicos, foi capaz de manter ganhos sociais especialmente para os mais pobres, como estamos verificando nos dados recentemente divulgados sobre a expansão de uma nova classe média e saída de pobres dessa condição.

Dito isso, o que resgata as duas lições que temos da história dos últimos duzentos anos sobre a sociedade urbana-industrial, em que os processos revolucionários e reformistas foram fundantes de uma melhor repartição dos ganhos de produtividade, podemos entrar na segunda parte, que trataria justamente das possibilidades para o avanço da inovação na luta contra a desigualdade, nessa sociedade que se inicia em novas bases, a sociedade pós-industrial. Nessa sociedade, a maior parte do produto, da riqueza, é gerada pelo setor terciário. Nos países avançados, de cada dez ocupados, 8 a 9 pertencem ao setor terciário. No Brasil, de cada 10 ocupações, 7 já se encontram vinculados a essa estrutura.

Quais são as questões que precisaremos reconhecer e que se colocam como oportunidades e simultaneamente dificuldades? O primeiro aspecto a ser reconhecido diz respeito ao fato de que o núcleo dinâmico das economias modernas é cada vez mais a produtividade imaterial, não mais a produtividade exclusivamente assentada no avanço material. São os setores terciários que dominam cada vez mais a dinâmica e a expansão da riqueza. Para cada unidade de produtividade material, há sete provenientes da produtividade imaterial.

O trabalho é cada vez mais criado fora do local de trabalho, como bem destacou o ministro, o trabalho de concepção realizado em qualquer local, em qualquer horário. Sonha-se com o trabalho, acorda-se com o trabalho, e esse trabalho gera uma riqueza que não está sendo repartida, que não está sendo objeto de regulação. Para um PIB mundial estimado em 48 trilhões de dólares, nós temos uma riqueza gerada pelas fontes imateriais equivalente a 200 trilhões de dólares. Essa riqueza está resultando em um padrão de concentração, talvez, sem paralelo. Essa riqueza em expansão pela produtividade imaterial possibilitaria um novo padrão civilizatório assentado na liberação do homem do trabalho heterônomo, que é o trabalho pela sobrevivência.

Nós temos condições técnicas para uma jornada de trabalho não superior a 12 horas semanais de trabalho heterônomo. Temos condições de financiar o ingresso no mercado de trabalho não mais aos 16 anos de idade, mas, cada vez mais, para além dos 25 anos de idade, especialmente numa sociedade que ameaça ter mais de cem anos de idade como expectativa de vida.

Os constrangimentos a esse novo padrão civilizatório encontram-se, em primeiro lugar, associados aos impactos da mudança do centro dinâmico do sistema da “economia do ter”: a produção material em curso, deslocando-se cada vez mais dos Estados Unidos para a Ásia; uma mudança substancial do padrão fordista, para cada vez mais toyotista, combinado com planejamento central.

No passado, as oportunidades, quando o centro dinâmico estava na Europa e na Inglaterra, eram menores do que aquelas que foram geradas quando o centro dinâmico passou a estar nos Estados Unidos. Seria a Ásia o novo centro dinâmico, o novo pólo gerador de oportunidades? Algo a discutir.

O segundo obstáculo está relacionado à pequenez da estrutura de governança mundial. O sistema ONU se mostra cada vez mais disfuncional, incapaz de lidar com a profunda concentração do poder econômico, cada vez mais em mãos de poucas corporações e dos segmentos de classe mundial que são as famílias enriquecidas. Estamos falando de um mundo cada vez mais concentrado em não mais do que quinhentas grandes corporações transnacionais, que dominam qualquer setor de atividade econômica. Estamos falando de grandes corporações cujo faturamento equivale a várias vezes o PIB de nações. O Brasil, que é a 10ª economia do mundo em PIB, tem o seu PIB equivalente ao faturamento das três maiores corporações do mundo. O Brasil tem uma empresa estatal, a Petrobras, que tem um faturamento superior ao PIB da Argentina. Qual a estrutura de governança mundial para essa realidade? O sistema ONU, que resultou do encerramento do segundo pós-guerra, foi construído para lidar com nações, nações que eram superiores a países. Nessa nova realidade, qual a governança do mundo para as quinhentas grandes corporações? Uma realidade que poderia se assemelhar a uma pequena cidade de 5 mil habitantes que, de repente, se vê diante da instalação de uma grande empresa que contratará 3 ou 4 mil trabalhadores. Quem governa a cidade? O prefeito, democraticamente eleito? Ou o presidente da grande empresa? Estamos diante da concentração de 50% da riqueza do mundo em 1,2 milhão de famílias, para um mundo que possui cerca de 1 bilhão e 500 milhões de famílias. Essa é a nova classe mundial que exigiu, pelo processo neoliberal, a desterritorialização da produção e do seu padrão de consumo.

O terceiro ponto de obstáculo diz respeito ao esgotamento do padrão de produção e da “economia do ter”, diante da profunda degradação ambiental e suas consequências na reprodução humana. A “economia do ter” faz com que 1m² de móvel de madeira exija a perda de 3m² de madeira. Não é possível copiar o modelo dos países ricos. O modelo de produção e consumo dos países ricos não foi universalizado, a não ser na forma do subdesenvolvimento, que permitiu que partes da população dos países não desenvolvidos reproduzissem o padrão de riqueza e consumo, deixando de fora a maior parte da população. E isso, hoje, levado à sua ampliação, implicaria um efeito de degradação

ambiental de consequências pouco imagináveis, como o sugerem os estudos sobre o aquecimento global. Daqui a quatro décadas, mantendo-se o efeito da “economia do ter” sobre tal aquecimento, talvez possamos falar da grande savana no Norte brasileiro, ou do grande pântano na Sibéria.

E, por fim, a questão que se coloca é em que medida nós temos forças políticas e sociais, na nova estratificação da sociedade no século XXI, capazes de protagonizar e de inventar a nova construção política que viabilize esse padrão civilizatório de um novo tipo. Se, no século XIX, o fundo público respondia por 5% da riqueza, no século XX, ele passou a responder por 20 a 35 por cento. Imaginamos que para que o novo padrão civilizatório aconteça e seja uma realidade no mundo, cerca de 2/3 da riqueza precisam constituir o fundo público. Quais serão as forças políticas capazes de tornar essa utopia em realidade? Certamente este permanece sendo o tema dos progressistas.

Margarita Stolbizer

Vou fazer um aporte ao debate a partir de uma visão eminentemente política, que é diferente, em matéria de inovação, da visão que aporta o setor empresarial e o setor acadêmico – diferente, mas necessariamente integrada às outras visões. Eu agregaria ao título que nos convoca (*Inovação e desigualdade*), o grande desafio que é a inovação pensada como objetivo ou como instrumento para não aprofundar a desigualdade, porque – e voltarei sobre este ponto – o grande risco de pensar hoje a inovação é pensá-la em termos que podem realmente terminar agravando ou aprofundando essa desigualdade.

O que é a inovação senão a aparição, a introdução de novidades, a aparição de novas ideias, práticas, técnicas? Mas, o que distingue a ação em matéria de inovação? É a finalidade, o uso, a utilidade, o destino, o objetivo dessa inovação. E aqui é onde vou compartilhar grande parte da análise que fez agora Pochmann, a respeito da necessidade de colocar a inovação como instrumento para abrir um espaço e condições para a igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades como instrumento inclusivo em termos sociais, econômicos, culturais. Portanto, a igualdade de oportunidades para a vida, porque é disto que se trata. Do contrário, estaríamos colocando desde uma análise abstrata e teórica que não colocaria a inovação a serviço das necessidades sociais como prioridade da nossa agenda pública e de nossa agenda política. Então, essa igualdade de oportunidades incorporada como objetivo final é o que dá sentido à nossa ação e ao nosso debate.

E neste ponto estão as prioridades que compartilho também, que é ter uma agenda dos setores progressistas que inclua os temas prioritários, ou, como temas prioritários, a inovação como instrumento para a igualdade de oportunidades. Agora, o progressismo parte do debate que se deve: é a necessidade de se integrar a discussão de uma agenda com a capacidade ou com a construção de uma capacidade de gestão. Porque o grande problema do progressismo é pensá-lo ou pensarmos desde a retórica discursiva de um progressismo que não tem na gestão a capacidade de transformar aquelas questões estruturais que hoje nos levam, como dizia Pochmann, a ter situações de iniquidade assumidas às vezes como naturais. Então, torna-se muito difícil reverter isso se não somos capazes de encontrar os mecanismos de transformação da realidade em favor dos setores menos favorecidos.

É, portanto, a agenda do progressismo – mas progressismo entendido como capacidade de gestão para resolver os problemas e as necessidades sociais priorizando-se os grupos mais vulneráveis.

Vou fazer um desenho de dois caminhos do que seria a ciência, a técnica e a inovação em seu conjunto – definitivamente, os caminhos para alcançar esses objetivos. O primeiro é colocá-lo desde a necessidade de um marco de profundidade da democracia. Diria de maneira vulgar e redundante: como democratizar a própria democracia, como democratizar o poder democrático a partir de instituições que sirvam de maneira muito mais eficaz para conseguir estes objetivos que desenhamos. A democracia tem que ser o âmbito a partir do qual se pensa e se consegue uma sociedade mais justa. As instituições democráticas devem pensar-se em termos de construção da cidadania, e essa cidadania é inclusão, reconhecimento de direitos, é transferência e compartilhar também o exercício do poder.

E por isso quero colocar um elemento que me parece central para a aprofundação da democracia, que é a participação popular. A democracia se aperfeiçoa em si mesma com maiores mecanismos de participação popular, em dois sentidos: na tomada de decisões governamentais, e no controle da gestão dos governos. Essa é definitivamente uma participação entendida como uma prática que aprofunda a própria democracia. Eu quero fazer também uma observação a respeito do que significa a construção de maior cidadania, e incorporar o que considero um dos direitos humanos fundamentais nesse tema, que é o direito de acesso à informação. Isso aperfeiçoa a democracia, serve para construir cidadania, mais e melhores cidadãos e cidadãs, serve para o controle do exercício do poder e serve, também, para o exercício de outros direitos.

A possibilidade de ter acesso ou de usufruir do direito à informação, o acesso à informação e à informação pública, implica, para muitas pessoas privadas da possibilidade de conhecer seus direitos,

a possibilidade de exercê-los, justamente porque não os conhece. E coloco também o acesso à informação pública, vinculado a isso hoje, com o que significa a internet, e a possibilidade de circulação de informação e de análise – mas, também, a necessidade de começar a ver o funcionamento do Estado e das estruturas e instituições do Estado como uma caixinha de cristal que permite que toda a cidadania, do lado de fora, possa ver o que se passa dentro. Se melhorarmos os níveis de transparência, no funcionamento das instituições democráticas, estaremos sem nenhuma dúvida abrindo um caminho para lutar contra a corrupção. Porque o peso que vai para o bolso do corrupto é o peso que é retirado nas possibilidades de investimento na saúde, educação, habitação, trabalho, transporte. Portanto, é necessário colocar também, como um ingrediente de maior institucionalidade democrática, o acesso à informação, o exercício do controle e a transparência no exercício das funções públicas.

O outro caminho é, sem nenhuma dúvida, pensar na inovação como instrumento para a equidade social, o acesso inclusivo. E aqui quero incorporar o tema do acesso à educação em geral, ao conhecimento e à informação como instrumento de igualdade por excelência. Se pensarmos a inovação dentro, insisto, daquilo que é o acesso à informação e ao conhecimento, há que se pensar que este é o único mecanismo eficaz para romper esse círculo vicioso, já que não se pode assumir que numa família pobre sempre vai haver um filho pobre.

A única forma de se romper esse círculo seria se esses filhos pudessem ter acesso a um certo nível de educação e de conhecimento. Somente alguns dados. Na América Latina, somente 20% dos jovens têm possibilidade de ingressar na universidade. Nos países desenvolvidos, esse percentual é de 60%. E aqui, então, algumas das explicações para a nossa exclusão e ao nosso adiamento, pela enorme polarização que existe no contexto internacional, entre aqueles que podem certas coisas e aqueles que não só não podem, como também começam a entender como naturais suas dificuldades para entrar. Além disso, essa polarização que no contexto internacional está entre os diferentes países, se vê dentro dos nossos países entre diversos setores sociais. No meu país, se considerarmos o grupo de menores em dificuldades com a lei penal, apenas 1% desses jovens terminou o ensino secundário. Então, chamo atenção para a necessidade de aumentar, e insisto, em ciência, técnica, inovação, e acesso ao conhecimento como um instrumento equalizador por excelência.

Passo então para o risco, voltando ao que eu inicialmente levantei. Qual é o risco em relação ao discurso e ao debate sobre a inovação? O risco é que, pela inacessibilidade, em muitos casos por conta de custos, por conta da própria inação do Estado, em muitos casos, por práticas discriminatórias, há grupos que aparecem desfavorecidos na distribuição da riqueza e que, precisamente por isso, têm menos possibilidades de ascender ao conhecimento. E isso determina, então, uma inovação

ou um acesso para a inovação, para a ciência, para a técnica, reservado, limitado a certos grupos privilegiados, e termina aprofundando essa desigualdade. Por isso é tão importante trabalhar com entusiasmo – mas com o cuidado de evitar o risco do aprofundamento da desigualdade.

Quais são, então, os caminhos? Aqui, o que eu quero é incorporar seriamente o debate sobre o papel do Estado, porque é o único que resolve e modifica, porque as empresas e os empresários, na maioria dos casos, terminam elegendo para investimento os lugares que têm rentabilidades maiores, e isso exclui, em muitos países, os setores mais pobres, as regiões mais pobres deixadas de lado, às vezes por questões de distância, as comunidades rurais e as comunidades aborígenes.

Por isso, onde o mercado não serve para que a inovação esteja a serviço da igualdade, é onde o Estado tem que estar. O debate sobre o papel do Estado é fundamental; o papel do Estado e das políticas de Estado, que são as políticas consensuadas e sustentáveis através dos tempos. Este é outro grande elemento. É a sustentabilidade que devemos assegurar em uma discussão não de curto prazo, mas de longo, e as políticas públicas que são as respostas democráticas aos problemas da sociedade, e por isso insisto na necessidade de que a inovação esteja a serviço de resolver as necessidades sociais.

E o último caminho, diria, as políticas de Estado, a política pública, é a articulação necessária e indispensável entre o papel do setor público, o papel do setor privado e o da sociedade civil. E qual é a base de articulação dessa relação? É o acesso ao conhecimento. É a educação. São as universidades. Esse é o tripé que dá apoio a essa relação. Falamos hoje sobre a economia, a discussão da economia de ter ou não, e hoje estamos perante uma nova discussão que é a inclusão ou exclusão em termos de saber ou não saber e, portanto, é isso que, insisto, parece-me auspicioso neste tipo de debate, precisamente: qual é o objetivo final?

Assim, concluo que suscitei inicialmente a necessidade de dar conteúdo para a discussão de inovação, de dar sentido às ações, a partir do objetivo, e o objetivo é o bem comum, é a procura e a construção de melhores condições. Não se combate a pobreza eliminando os pobres. Luta-se contra a pobreza, eliminando ou erradicando as condições que os tornam pobres. Portanto, tudo o que tem a ver, e de fato farão parte do nosso debate também a economia, a produção, as políticas sociais. E devemos pensar também, a partir de uma responsabilidade solidária frente à revolução tecnológica; o avanço da tecnologia, a incorporação de uma responsabilidade solidária também exige um conceito novo do que é desenvolvimento tecnológico a serviço da luta contra a desigualdade. Definitivamente, trata-se de pensar no futuro, mas também pensar o futuro. E este é pensado ou é construído a partir do que fazemos hoje.

Uma das características extraordinárias do trabalho do ministro Mangabeira Unger tem sido a sua insistência de que existe um conjunto comum de problemas que estão presentes em todo o mundo, sem distinção entre o Norte e o Sul, ou Oriente e Ocidente. Permitam-me abordar algumas reflexões sobre o tema da conexão entre desigualdade e inovação institucional, inspiradas, em grande parte, pelo seu pensamento sobre as exigências de uma economia de mercado democratizada.

A relação entre a inovação e as desigualdades econômicas ou sociais é, em princípio, ambígua, dado que as inovações institucionais e técnicas contêm um potencial tanto para a redução das desigualdades como para o aumento destas. É simples fazer um caso moral no que se refere à diminuição das várias desigualdades. Por exemplo, por causa da evidente e flagrante injustiça – das fortes diferenças nas oportunidades de vida –, o que faz com que as oportunidades de uma criança desfavorecida nascida na Tanzânia, na Índia Central ou no Nordeste do Brasil, sejam tão piores do que aquelas favorecidas talvez nascidas em Paris, Nova Iorque ou São Paulo. Entretanto, lamentações por si só são insuficientes, tanto para desenvolver estratégias concretas para a diminuição das desigualdades, como para prover motivação política, econômica, e social adequada para desenvolver e sustentar tal programa.

Podemos tomar como ponto de partida da nossa análise político-econômica uma fraca tese de motivação, intermediária: outras considerações morais têm um papel nas motivações humanas, mas essas teses não esgotam as motivações que os seres humanos têm.

Um programa politicamente e economicamente sustentável para diminuir as desigualdades requer mais do que um apelo moral, embora uma dimensão moral seja indispensável. O que é essa moral necessária? Como o ministro Mangabeira Unger tem defendido em outros lugares, existe uma razão para apostar que as condições de capacitação democrática e aquelas de progresso material possam ser compatíveis.

Em tais situações, existe um levantamento poderoso que pode ser fornecido ao programa de diminuição das desigualdades, ancorando esse programa na reconstrução do sistema produtivo. Essa é a tese. Esse sentimento surge, entre outras razões, a partir da possibilidade de que um programa que possa explorar tais compatibilidades ajude ainda mais os interesses materiais de todos, inclusive àqueles que poderiam, em outras circunstâncias, opor-se a ele. Um programa com base em redistribuições fiscais compensatórias e de transferência, em contrapartida, trabalha sempre com o pano

de fundo da soma zero imaginada, que faz que o processo de imposição e de transferência encontre resistência por parte daqueles que se consideram perdedores.

É claro que a contribuição de um programa de inclusão à elevação material deve ser avaliado à luz de fatos plausíveis, daquilo que *poderá ser*, e não meramente com base naquilo que *costumava ser*. Seus inimigos vão justamente insistir em tal comparação. Quais são as razões para acreditar que tais áreas de sobreposição entre as condições de avanços materiais e aquelas de inclusão social existem?

Em primeiro lugar, é importante notar que as desigualdades no mundo contemporâneo e dentro dos Estados-Nação individuais implicam baixíssimos níveis absolutos de recursos e oportunidades para muitos. O chamado *axioma de invariância de escala*, que é aplicado nas análises técnicas e econômicas de desigualdade, e que requer que o montante de desigualdade que se avalia existente não mude quando as vantagens de todas as pessoas são multiplicadas por um fator comum, está claramente em atrito com as nossas preocupações atuais, que refletem a nossa repulsão moral e psíquica em relação aos níveis absolutamente baixos de vantagens experimentados por uma multidão.

A assimetria moral entre a desigualdade no alto nível, tal qual entre milionários e bilionários; e a desigualdade no nível baixo, como entre milionários contemporâneos e favelados, é paralela a uma assimetria causal: desigualdades, como as que existem no mundo contemporâneo, estão associadas a níveis de desvantagem tão grandes que o resultado acaba sendo o de tornar abrangentemente deficientes os indivíduos que as experimentam, tornando-os, frequentemente, incapazes de contribuir com as tarefas produtivas mais básicas da sociedade.

A redução dessas desvantagens, portanto, ocasiona o abrandamento de uma restrição central à produtividade social. Essa restrição deriva-se do fato de que os seres humanos não só podem contribuir com a produção social de várias maneiras, mas de que estes são, em última instância, os possuidores da criatividade e as molas da inovação. Como tal, sua capacitação não constitui um ganho rápido, logo exaurido, do tipo afirmado nos teoremas econômicos das vantagens comparativas; mas sim constitui o gatilho para uma cascata de futuras inovações, que fornece combustível permanente para o desenvolvimento nacional. Esse argumento não é subordinado à obsessão com a produção como um fim em si próprio, que deve ser rejeitada, mas sim, está alicerçado na ideia de que as condições da inclusão devam ser conciliadas com aquelas do avanço produtivo para melhor assegurar essa inclusão.

O fato de que a inclusão dos excluídos ofereça a possibilidade de crescimento das possibilidades produtivas da sociedade, cria oportunidades estratégicas para os igualitaristas. Entretanto, o risco político-econômico de tal inclusão e o obstáculo persistente para isto é que, apesar de aumentar o potencial de produção da sociedade, também levanta desafios potenciais à dominância dos grupos atualmente privilegiados dominantes e, por conseguinte, tem como resposta sua oposição. Esse risco político-econômico é baseado no fato de que os seres humanos não são todos sujeitos à repressão; eles são capazes e, frequentemente, desejam desafiar as hierarquias existentes e a distribuição de privilégios que as acompanham, e tornam-se mais desafiadores quando são capacitados. Não se pode assumir e, na verdade, não é desejável, que aqueles que foram recentemente capacitados contribuam de maneira pobre com o produto da sociedade sem, contudo, participar da sociedade. Na verdade, propor isto é propor uma contradição óbvia.

O risco de uma oposição ao programa de inclusão provém, também, do fato de que um aumento da oferta de fatores de produção escassos muitas vezes abaixa os seus preços. Essa erosão silenciosa dos privilégios das classes dominantes que deriva de um programa de inclusão – por exemplo, um programa que aumenta o acesso à educação (embora muitos exemplos possam ser dados) – pode vir à tona mesmo na ausência de desafios explícitos aos atuais beneficiários da ordem social.

O drama da luta sobre os benefícios potenciais e os custos da inclusão é posto em cena com um pano de fundo relativamente obscuro quanto aos efeitos de cada ato de promoção da inclusão social. Essa obscuridade é um dos fatores políticos com os quais os que apoiam a igualdade devem se confrontar, e pode criar um obstáculo para as iniciativas igualitárias, ou ser transformada em vantagem.

A possibilidade de a inclusão progressiva ser mantida como uma política estratégica, depende da maneira pela qual o caminho usado que navega entre águas rasas pode ser encontrado. Isso dependerá, no desenvolvimento do apoio às instituições para tal navegação, especialmente daquelas engajadas no reforço da governança democrática. Mas não existe nenhuma regra mecânica. Que estratégias concretas podem ser identificadas, para que sejam conciliadas as condições do avanço produtivo e aquelas da inclusão progressista?

Como o ministro Mangabeira Unger vem sugerindo há muito tempo, existem muitos exemplos no mundo que podem fornecer, pelo menos, uma inspiração parcial. Eu vou oferecer dois exemplos empíricos da Índia rural que poderão, é claro, ser complementados por exemplos de outros setores e países, incluindo o Brasil. Eu vou, também, oferecer um exemplo em nível mundial. Um elemento comum

a todos estes exemplos é que eles dependem, para sua iniciação, de um elemento de subsídio social, mas eles também dependem, para seu sucesso em última instância, da superação desse elemento.

O primeiro exemplo é o da capacitação de pequenos agricultores indianos por meio de iniciativas sociais estatais e privadas. Uma iniciativa de grande importância foi a oferta de crédito ao vasto setor rural da Índia pelos bancos do setor público entre o início dos anos 1970 e o fim da década de 1980. Pelo fornecimento de créditos em escala maciça, a produtividade das fazendas indianas, incluindo aquelas de pequeno porte, aumentou substancialmente, permitindo que a Índia, de um só golpe, passasse da escassez constante de alimentos para a condição de exportador, tirando milhões de fazendeiros da pobreza. A ajuda do Estado foi essencial para que isso acontecesse. Um nível de produção mais elevado foi alcançado, como resultado, como também renovadas relações rurais, econômicas e sociais, propiciando um contexto melhorado para todas as iniciativas subsequentes direcionadas à agricultura.

No entanto, o elemento de subvenção manteve-se importante e, como a solicitação do Estado para que os bancos fornecessem crédito rural foi suspensa desde o início dos anos 1990, os bancos, agora, exercem um papel menor no setor rural, e os efeitos sobre a produção agrícola e de inclusão econômica têm sido graves. A abdicação, por parte do Estado, da tarefa histórica do apoio ao desenvolvimento de uma economia de mercado democratizada parece ter sido prematura.

Uma iniciativa mais bem-sucedida continuamente, também de grande importância, foi a do desenvolvimento de cooperativas na área da produção leiteira, que atualmente empregam mais de dez milhões de fazendeiros por toda a Índia. Essas cooperativas têm criado mercados inteiramente novos para produtos inteiramente novos e têm estabelecido infraestrutura para que os fazendeiros eficazmente reúnam, armazenem, melhorem e vendam esses produtos.

O resultado é sem precedentes na melhoria das subsistências para uma pluralidade florescente de pequenos empresários agrários. Mais uma vez, o contexto mudou decisivamente, tornando impossível e indesejável voltar atrás e conciliar a tarefa da inclusão com um avanço maior. Aqui, o elemento do subsídio é de pouca importância porque as cooperativas estão, em grande parte, se autossustentando. A questão para eles não é mais como sobreviver, mas o que vem a seguir.

No nível global, nós fomos informados de que a construção de um sistema mutuamente benéfico de comércio internacional não poderá ser conciliada com medidas para promover o interesse dos trabalhadores. Contudo, podemos imaginar uma forma de sistema de comércio internacional que re-

compense os países do mundo que promovam os interesses dos trabalhadores, dando-lhes privilégios adicionais e subsídios não comerciais, em vez de puni-los, como acontece atualmente. Tal sistema deve ser transparente e baseado em regras. Isso pode ajudar os países a superarem os problemas de ação coletiva que atualmente os impedem de promover o interesse de seus próprios trabalhadores por medo de perderem negócios e investimentos. Eles podem, neste caso, melhorar a produtividade dos trabalhadores e das firmas, mais uma vez, conciliando os dois objetivos mencionados.

Tais exemplos são meramente sugestões. Iniciativas de sucesso na área em que se sobrepõem a inclusão social e o avanço material devem, em última instância, produzir benefícios, não apenas com relação ao que os precedeu, mas com respeito às suas próximas alternativas, à medida que estas forem emergindo. Se tais iniciativas podem ter sucesso, isto pode apenas ser determinado no cadinho do experimento.

Luis Fernando Queiroz

Professor, me chamou atenção um professor de Religião num seminário sobre inovação, que significa, também, um seminário sobre transformação. O Brasil se diz o maior país católico do mundo. De qualquer forma, há uma enorme religiosidade em nossa população, católica e não católica. Eu lhe pergunto: é possível, é desejável se utilizar dessa enorme força religiosa do povo brasileiro numa grande força de transformação da sociedade? Como isso poderia ser feito e em que direção?

Cornel West

Em primeiro lugar, agradeço muito a questão. A minha resposta é dupla. Primeiro, você toma a palavra em si, "religião", que vem do latim, *ligare*, *re-ligare*. *Ligare* significa vincular; *re-ligare* significa "re-vincular" em direção àquilo que nós estimamos altamente. Agora, na religião, trata-se do sagrado; e na democracia, nós estamos falando do bem, do bem comum, do interesse público.

Como é que podemos vincular uma variedade de povos diferentes, em torno do interesse público e do bem comum? Penso que devemos começar pelos mais vulneráveis, os menores. E como cristão, eu menciono Mateus, capítulo 25: "é com os menores destes que nós devemos começar". Agora, sabemos que a história da religião é cheia de domínio, de barbárie, de brutalidade, de intolerância,

de ganância, de ódio e de medo; e isso é o pior da religião. Isso é válido não só para os cristãos, mas para o islamismo, o judaísmo, o hinduísmo e todas as outras religiões.

No entanto, existem sempre possibilidades proféticas dentro da história da religião. Por possibilidades proféticas eu me refiro àqueles que em vez de falar sobre ganância, falam de justiça; em vez de falarem de ódio, falam de compaixão; em vez de falarem de medo, falam de esperança.

Aquelas versões proféticas das religiões têm dado grandes contribuições para projetos democráticos no mundo moderno. E nós, dos Estados Unidos, que vemos os modelos de Martin Luther King, não podemos sequer conceber a expansão da democracia americana nos EUA, sem considerar essas figuras religiosas proféticas. O rabino Abraham Joshua Heschel é outra figura de mesmo calibre; Dorothy Day, e assim por diante.

Quando eu estive aqui no Brasil – e eu só vim aqui duas vezes – isso foi há 28 anos, quando vim para fazer parte do movimento Teologia da Libertação nas comunidades cristãs, resistindo a um muito feio regime militarista no Brasil. Quando penso no meu querido irmão Leonardo Boff, penso no meu querido irmão Hugo Assman, e toda uma equipe de cristãos proféticos no Brasil em circunstâncias muito desoladoras, dispostos a defender não só o amor, mas entendimento da justiça e como o amor deve se parecer em público. Então, quando você ama as pessoas, você odeia o fato de elas estarem sendo tratadas injustamente; por isso, você está disposto a viver e morrer por algo maior do que você mesmo.

O problema é que versões proféticas da religião tendem a ser uma fatia minoritária, quando se trata de religião institucional. E, assim, eu acho que temos de ser honestos quando falamos sobre religiosidade como uma força de possibilidade profética, e considerar que há as versões intolerantes e autoritárias com as quais nós temos que lidar.

Roberto Mangabeira Unger

Eu me preocupo com a impressão que possa ser criada de que a ideia de um novo modelo includente seja apenas o anúncio de uma intenção piedosa que não corresponda a um conteúdo prático. Eu quero então, para também ajudar a provocar a discussão, argumentar que existe hoje para um amplo espectro de países, mais e menos desenvolvidos, um programa minimalista dos progressistas que daria conteúdo prático à ideia de uma economia de mercado includente e de uma democracia

ao mesmo tempo representativa e participativa. Esse programa é minimalista em vários sentidos. Em primeiro lugar, porque todos os seus elementos são convencionais, conhecidos, e exigiriam avanços relativamente modestos em relação a práticas já estabelecidas.

Em segundo lugar, é minimalista no sentido de que apela a motivações e a ideais amplamente formulados nas vidas públicas das sociedades contemporâneas. Mas, ao mesmo tempo em que é minimalista, é também um programa radical. Eu sustento que a adoção desse programa representaria uma ruptura nas sociedades contemporâneas e uma ruptura na posição internacional da esquerda. E ajudaria a consolidar a posição daquela terceira esquerda a que me referi na sessão anterior.

O primeiro ponto desse programa é criar instrumentos para as pequenas empresas, para a iniciativa empreendedora dispersa que prolifera em todas as sociedades contemporâneas, e fazer que essa iniciativa empreendedora dispersa não tenha que tomar unicamente a forma tradicional da propriedade familiar isolada. Há dois pontos institucionais decisivos. O primeiro é construir uma forma de coordenação estratégica entre o Estado e o pequeno produtor que fuja dos dois modelos que existem no mundo. Há o modelo dos Estados Unidos, de um Estado que apenas regula as empresas a distância. E há o modelo do Nordeste Asiático, de um aparato burocrático que formula e impõe uma política comercial e industrial unitária de cima para baixo. Precisaríamos de uma forma de coordenação estratégica pluralista, descentralizada, participativa e experimental, usando o poder do Estado para abrir, em favor desses pequenos empreendimentos, acesso a tecnologias, ao crédito e a práticas avançadas. O segundo atributo institucional decisivo é construir um regime jurídico, aliás, um conjunto de regimes de propriedade privada e social que facilite a combinação da concorrência e da cooperação, para que esses empreendimentos descentralizados possam competir entre si e cooperar ao mesmo tempo, ganhando, por meio da cooperação, acesso a economias de escala.

A segunda diretriz desse programa minimalista é construir um modelo institucional das relações entre o trabalho e o capital, pautado pelo interesse das maiorias desorganizadas e excluídas, e não pelo interesse das minorias encasteladas nos setores intensivos em capital. Num país como o nosso, isso significa ter uma reforma das relações de trabalho que, em primeiro lugar, tire metade da população economicamente ativa do País da informalidade, por uma reforma tributária radical que desonere a folha de salários e por uma mudança das políticas microeconômicas, que assegure oportunidades para as pequenas empresas que atuam dos dois lados da fronteira entre a economia formal e a informal. E o segundo objetivo dessa reforma é criar um novo estatuto legal que proteja, organize e represente a parte crescente de trabalhadores na economia formal que estão em condições de trabalho temporário, terceirizado ou não-assalariado.

A terceira diretriz desse programa minimalista é a democratização do processo de inovação tecnológica. De um lado, o Estado precisa usar os seus poderes para mobilizar os recursos do conhecimento e do crédito em favor da inovação prática e produtiva muito além das limitações das instituições existentes. Por exemplo: quando não existe *venture capital* privado, o Estado faz uma mímica do *venture capital* privado. E, de outro lado, precisa construir alternativas ao regime das patentes, para que o processo de inovação tecnológica não tenha de passar necessariamente por esse regime de exclusão e de propriedade, outra maneira de incentivar e de organizar o processo de inovação tecnológica.

A quarta diretriz do programa minimalista é uma grande mudança nos rumos da educação pública, orientada por duas preocupações. A primeira preocupação é reconciliar a gestão local das escolas por estados e municípios num regime federativo, com padrões nacionais de investimento e de qualidade – portanto, ter um procedimento corretivo que associe os três níveis da Federação em órgãos conjuntos para consertar o sistema escolar local defeituoso. O segundo objetivo orientador é construir um método do ensino, um paradigma pedagógico que de fato supere o contraste entre o conceitual e o prático. E que seja uma radicalização do pragmatismo experimentalista na maneira de ensinar e de aprender.

A quinta diretriz desse programa minimalista é uma revolução na provisão dos serviços públicos pelo Estado. O estado asseguraria os mínimos universais, mas, ao mesmo tempo, organizaria e financiaria a sociedade civil independente para que ela forneça a maior parte dos serviços públicos sob o monitoramento do Estado. Portanto, rejeitar a escolha entre a provisão burocrática dos serviços, de um lado, ou a provisão dos serviços por empresas motivadas pelo lucro no regime de mercado, de outro.

E a sexta diretriz desse programa minimalista é reconciliar o repertório clássico da democracia representativa com o experimentalismo prático que emerge de baixo nas sociedades contemporâneas, na produção e na cultura. Isso significa, em primeiro lugar, construir mecanismos institucionais que permitam, ao mesmo tempo, trilhar um caminho decisivo, rompendo impasses entre os poderes do Estado e facilitar a construção de contra-modelos de divergências em determinados territórios ou em determinados setores da economia. A sociedade segue um caminho, mas, ao mesmo tempo, cria um seguro contra as suas apostas, cria alternativas em determinados setores, ou determinadas localidades. E o segundo atributo dessa reconstrução institucional da democracia é que as garantias e as formas da democracia representativa que passam pelo regime de partidos fortes sejam progressivamente combinadas com traços de participação direta, de democracia direta e participativa, subindo da base para cima.

Agora, a minha tese é a seguinte: um programa construído por essas seis diretrizes é inteiramente viável com adaptações, num amplo espectro de sociedades contemporâneas mais pobres e mais ricas. Esse programa representaria o projeto de uma esquerda que não quer apenas humanizar o mercado e a globalização, mas sim, reconstruir as instituições. E em terceiro lugar, a motivação que orientaria essa reconstrução não é apenas a de diminuir as desigualdades, mas a de elevar a massa de pessoas comuns para um nível mais alto de intensidade e de capacitação. É, portanto, um projeto libertador, antes de ser um projeto igualizador.

Glauco Arbix

Como estamos vendo pelas várias falas, o debate sobre inovação e inovação institucional incorpora dimensões muito distintas. Nós podemos discutir inovações dentro do Estado, fora do Estado, na sociedade, na tecnologia, na ciência.

Eu gostaria, por exemplo, de tocar numa dimensão que tem um pouco a ver com o que o ministro Mangabeira mencionou, mas não diretamente, que é a dimensão da desigualdade política. No Brasil, uma das questões-chave foi o distanciamento brutal da imensa maioria da população da vida política. Não só da vida cultural, econômica, mas da vida política, da maneira como participou. O Brasil tem uma história muito triste em vários aspectos, desse ponto de vista; ainda que em algum momento tenha decidido o voto para as mulheres antes que a Suécia. São essas coisas que acontecem no Brasil e que não acontecem em qualquer lugar.

Mas o que quero levantar é que é fundamental, além da ideia, que a gente perceba as raízes e a capacidade de interlocução que as ideias têm. Aqui se diz assim: “é preciso combinar com os russos” – não tem nada a ver com o Sergei Markov – mas tem a ver com a imagem de combinar com os outros, de negociar e chegar a algumas conclusões. Eu vou dar um exemplo muito simples. Durante o regime militar aqui no Brasil, a questão da participação política estava extremamente prejudicada pela lei férrea que estava instalada no País. Mas, em um dado momento, as coisas começaram a se desenvolver e houve um início do desmoronamento de toda a institucionalidade político-partidária aqui no Brasil.

A realidade brasileira hoje, do ponto de vista político-partidário, é completamente distinta do que existia há trinta anos: pelo perfil dos partidos, pela qualidade dos partidos, por aquilo que surgiu de novo. Com todos os defeitos que eles têm, gostemos ou não, há uma realidade diferente. Em 1980,

surgiu a maior inovação institucional, quer a gente goste quer não, do ponto de vista de inclusão de milhares, senão milhões de pessoas na vida política, que foi o Partido dos Trabalhadores. Muita gente não viu isso na época. Mas, o que é importante? Eu não estou querendo discutir com os petistas. Nem estou querendo discutir as virtudes e vícios do PT. Estou querendo discutir, como sociólogo, o lugar que desempenhou o surgimento do PT naquele momento, que abriu a possibilidade de inclusão no mundo da política de uma parcela gigantesca de população que estava alienada e distante da vida decisiva e democrática do País.

Por que isso é importante? Olhando do ponto de vista de longa duração que é o que nos interessa aqui, o Brasil, ao viabilizar o surgimento do PT, foi um dos fatores determinantes para que sobrevivesse em nosso País um movimento de tipo nacionalista, ligado a um varguismo sem Vargas, que naquele momento era encarnado pelo PDT ou pelo partido do Leonel Brizola. Acho super importante essa discussão porque nós não estamos hoje, como vive a Argentina, infelizmente, em uma crise brutal de um país que sangra em meio a um peronismo sem Perón, com uma crise de identidade político-partidária muito forte. O PT não foi o único responsável por essa realidade, mas foi determinante para que essa via não sobrevivesse no Brasil.

É a chance que o Brasil teve e tem de construir uma nova síntese, sem reproduzir o desenvolvimentismo passado, tentando navegar nas águas de uma política econômica e social distinta, que abriu a possibilidade de ter um país mais estruturado hoje, inclusive, com o governo atual, que nós não tínhamos antes. Isso significou um grande avanço do ponto de vista da democracia e das instituições. Então, aí temos um exemplo, e é assim que eu gostaria de falar, de uma inovação institucional que passa despercebida para nós. E eu acho que nós temos que aprender com a realidade das ideias, e com as ideias que têm condições de ter realidade.

Julian Le Grand

Gostaria de consolidar algumas das sugestões do ministro Unger sobre um programa progressivo minimalista, e ainda apresentar apenas uma ou duas ideias bastante específicas.

As ideias estão relacionadas com uma área que nós ainda não discutimos muito, que é a propriedade da riqueza. Em todos os nossos países, a riqueza é distribuída de maneira muito desigual, muito mais do que a renda, ou até a educação. No mundo, as desigualdades de riqueza são impressionantes, dentro dos países e, é claro, entre os países. Embora pensemos que a esquerda possa fazer alguma coisa

sobre isto, ao menos ideologicamente, na verdade parecemos notavelmente relutantes, tanto socialistas quanto social-democratas, para realmente enfrentar muitas dessas desigualdades e riqueza.

Essa é uma grande vergonha, porque na verdade existem consideráveis indícios que mostram que a propriedade de até mesmo pequenas quantidades de bens adquiridas pelos pobres podem fazer uma enorme diferença em suas vidas: enormes diferenças em termos de empreendedorismo, de saúde, condições de emprego, educação, ou mesmo coisas como a estabilidade conjugal e a saúde psicológica.

Então, eu acho que um dos desafios que enfrentamos é: podemos pensar em medidas para fazer algo a respeito das enormes desigualdades no acesso à riqueza? Eu apenas gostaria de mencionar três possibilidades. Uma delas é o esquema de microcréditos do Banco Grameen, e a extensão geral do microcrédito, que é muito popular atualmente e está fazendo uma enorme diferença, em algumas áreas. Seria interessante saber se as pessoas aqui poderiam compartilhar experiências de sucesso ou de fracasso dos regimes de microcrédito, particularmente na América Latina, mas também em outros locais.

Em segundo lugar, estão as ideias, que novamente estiveram muito na moda poucos anos atrás, mas, recentemente, eu não tenho ouvido falar muito sobre elas. São as ideias de Hernando de Soto, que é um economista latino-americano. Eu me lembro que uma vez ele foi mencionado, em uma reunião com o presidente Bill Clinton, que o descreveu como o maior economista do mundo, o que irritou profundamente a audiência porque, naquele tempo, muitos ali sentiam que eram os melhores economistas do mundo.

Em meu entender, a ideia era, essencialmente, que os pobres, especialmente na América Latina – e acho que as favelas do Rio de Janeiro eram particularmente citadas como exemplos –, possuem bens, eles estão literalmente sentados sobre esses bens, que são as casas e a terra que eles habitam. Ainda assim, o problema é que eles não têm o direito a esses bens, ou os direitos à propriedade estão muito mal definidos. E o seu argumento era de que seria bastante fácil para o Estado corretamente definir aqueles direitos, e dar aos pobres uma fonte de riqueza que eles pudessem, posteriormente, utilizar para obter acesso ao crédito, para adquirir bens de capital e para atividades empreendedoras. Eu não sei até onde essas ideias foram desenvolvidas, e seria bem interessante saber.

Finalmente, o meu próprio e persistente assunto – e este é uma ideia da Europa – que é o que chamamos de *“baby bond”* – uma ideia que sugere que toda criança nascida em um país recebesse uma pequena doação de capital do governo. Poderia ser muito pequena: trezentos ou quatrocentos-

tos dólares, mil dólares – e esse dinheiro é colocado em uma conta poupança que a criança não pode tocar, tão pouco seus pais, até a idade de dezoito anos, e isto acumula-se graças à magia dos juros compostos durante esse período. O resultado é que quando a criança completa dezoito anos ou vinte e um anos, seja qual for a idade da maioridade, a criança pode ter um capital considerável disponível para ser usado: para o pagamento dos estudos universitários, para treinamento, ou para começar um pequeno negócio, para atividades empreendedoras. Nós introduzimos um esquema como este no Reino Unido e tem sido bem-sucedido. É particularmente muito popular entre os pobres. Outros países como a Hungria, Cingapura e a Coreia estão experimentando esse tipo de ideia, mas acho que faria alguma diferença nesta questão fundamental, que é o fato de os pobres não terem capital, não terem riqueza, não terem acesso a capital, crédito, ou riqueza.

Vladimir Popov

A pergunta é sobre as desigualdades e a democracia, e eu estou tentando fazer o papel de um “advogado do diabo” levantando uma inconsistência dos países em desenvolvimento no que se refere à discordância e à contradição entre dois objetivos do desenvolvimento: a democracia e a redução da desigualdade de renda. Se vocês olharem para o exemplo de meu país, a Rússia, nos últimos 15 anos, a nossa desigualdade de renda aumentou dramaticamente, aliás nos últimos 25 anos. Porém, nos últimos 15 anos, temos visto um aumento significativo no número de bilionários. Há 15 anos não havia nenhum. Agora, temos 86 bilionários, que é o segundo maior número de bilionários no mundo. Estamos agora à frente da Alemanha, do Japão, para não falar do Brasil. O Brasil tem aproximadamente o mesmo tamanho de PIB que a Rússia, de 1 trilhão de dólares em paridade de poder de compra, mas nós temos muito mais bilionários do que o Brasil. E esses bilionários surgiram apenas nos últimos 15 anos, fato este que foi associado ao processo de democratização.

O coeficiente Gini¹ é algo como 40%, mas ninguém acredita nisso. Tal coeficiente foi de algo em torno de 25% e 30% no período socialista, para 40%, mas a cifra real é provavelmente de 60%. Cálculos extra-oficiais afirmam que o coeficiente está mais próximo dos 60%. Agora, a história da Rússia não é a única. Se você fizer regressões, olhando como a democratização está influenciando as desigualdades de rendimento, a resposta é que nos países em desenvolvimento – não nos países

¹ O coeficiente de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, é uma medida usada para indicar o grau de desigualdade na distribuição de renda de um território. Quanto mais próximo de 1 (100%) for o coeficiente, maior será a desigualdade na distribuição de renda e quanto mais próximo de 0 (0%), menor será a mesma.

desenvolvidos – uma vez que o país é democratizado, vemos o aumento do rendimento das desigualdades de renda. Há literatura sobre este assunto, com trabalhos de Adam Przeworski e Branco Milanovic, um economista do Banco Mundial, que argumenta que nos países em desenvolvimento, uma vez que são democratizados, teoricamente pensaríamos que o voto capacitaria as pessoas, e isto resultaria numa distribuição mais uniforme de rendimento e de riqueza. Entretanto, isto não é o que está acontecendo.

Se você pensar sobre Cuba: existe alguém nesta sala que pensa que uma vez que haja uma transição para a democracia em Cuba não haverá um aumento das desigualdades de renda? É claro que haveria e, em certo sentido, esta é uma tragédia do socialismo, como se costuma dizer. Existe uma escolha entre se tornar Daniel Ortega na Nicarágua ou ser Fidel ou Raul Castro. Então, ou você se atém aos princípios de baixa desigualdade de renda, ou você democratiza. Mas uma vez que você democratiza, a sua baixa desigualdade de renda terá desaparecido. Então a pergunta é a seguinte. Parece-me que o Brasil é provavelmente o único país do mundo em que um governo democrático, se não estou errado, tem tido sucesso em diminuir as desigualdades de renda. O Governo Lula tem sido apontado como responsável pela diminuição das desigualdades. Eu não sei se isto é verdade ou não. E, se for verdade, por que em outros países isso não funciona?

Ahmed Lahlimi

Até agora e durante as últimas reuniões das quais li os relatórios, estas se ocupam em definir um programa em todos os setores: tecnológico, social, econômico. E, para mim, é algo excelente, mas nós estamos um pouco – pelo menos eu, que venho de outra área que não é a América do Sul, me encontro um pouco em uma situação de hesitação. Porque falamos de um programa como se os socialistas estivessem no poder. É verdade que podemos ter um programa para lutar e chegar ao poder, mas a situação dos partidos socialistas é um pouco diferente em relação a isso tudo.

Eu acho que a queda do muro de Berlim marcou o fim do leninismo, mas a globalização também pegou de surpresa os socialistas e os sociais-democratas. Nós estamos em uma situação em que vemos certa desafeição da base sociológica e política dos partidos de esquerda para o proveito de novos modelos que foram impostos pela globalização. E não estamos sozinhos na sociedade de hoje: há classes nesta sociedade, há latifundiários, há grandes chefes de empresa, há muitos desempregados, muitas classes marginalizadas, informalidade, e também classes ascendendo. Mas essas classes

ascendentes, dentre os jovens que ascenderam ao conhecimento, frequentemente, seu modelo vem a ser o modelo tecnocrático, numa economia globalizada, na qual só se fala do tecnológico, da competitividade, do *management*. Os modelos que inflamavam os programas dos partidos socialistas que criavam outro mundo, que ofereciam outra visão dele, e não só por meio de programas, mas também por alianças, por um caminho para chegar, no plano social, por meio de alianças sociais: então, quais são, hoje, essas alianças? Qual é essa oferta política que podemos propor? Para quem? E, para quais compromissos, dinâmicas que permitiriam chegar ao poder e realizar algumas dessas novas dinâmicas que podem conseguir romper as práticas, os valores dominantes?

Eu falava das classes dentro dos países, mas não esqueço também os organismos internacionais. Eles fazem, hoje, parte da dinâmica, por exemplo, na gestão de nossos tribunais. Então, é por isso que penso que somos hoje felizes por termos certo número de ações a conduzir, mas nós devemos, também, tentar verificar o que, nas atuais situações dos partidos socialistas, poderia se tornar um novo compromisso histórico do mundo, da economia, e da sociedade globalizada hoje.

Quero somente fazer uma observação porque é, para nós, algo importante na minha região. Teremos talvez a oportunidade de falar mais sobre isso. Algumas ações foram conduzidas no Marrocos, e acho que isso deve ser analisado. Como sabem, o Marrocos tentou fazer transferências, subvenções generalizadas, para subvencionar os preços dos produtos alimentares e do petróleo, mas essas subvenções padronizadas beneficiaram muito mais aos ricos do que aos pobres, já que são eles que mais consomem. Mas os limites atuais dessas subvenções, graças ao aumento do preço do petróleo, permitem às ideias avançarem, pois fizemos estudos na Alta Comissão do Planejamento para dizer que podemos focar essa política de subvenção nos pobres e podemos usá-las especificamente na luta contra a pobreza. E nós conseguimos demonstrar a validade dessa política. O governo vai tentar hoje fazer esse alinhamento, o que representa uma boa parte das transferências que vão se fazer em relação a esses grupos mais vulneráveis.

Do mesmo jeito, uma ação específica no Marrocos, país em que se reservam de 50 a 55 por cento do orçamento aos setores sociais, damos-nos conta então de que esses 50% não dão todos os resultados. Ainda é preciso observar, para fazer convergir todas as ações do governo, dos diferentes setores para a luta contra a pobreza. É por isso que houve a criação do que chamamos de “Iniciativa Nacional de Desenvolvimento Humano”, que é feita no nível das vilas, e programada pelos próprios habitantes; a realização de programas de equipamentos sociais; e a incitação à criação de pequenas e médias empresas no nível das vilas. Mas o que é importante é que nós pudemos obter que essa iniciativa seja avaliada por organismos independentes. E, hoje, nós constatamos, na última pesquisa

sobre o nível de vida dos lares, em 2007, que a pobreza relativa, em dez anos, baixou de 14% para 9% em nível nacional. Mas enquanto nas pequenas cidades rurais que não eram incluídas em tal iniciativa, as taxas de pobreza baixaram em 26%; nas zonas onde é aplicada essa iniciativa, baixaram em 41%, o que quer dizer que há possibilidades de agir sobre as desigualdades.

Faço observar algo: a pobreza baixou, os níveis de vida melhoraram para todas as classes sociais, muito mais para os pobres, muito menos para as classes médias, e muito mais para os grandes (os 20% mais ricos). Isso significa que todo o mundo melhorou a sua situação, mas as desigualdades ficaram as mesmas. E é aí que temos um grande problema hoje: é que a classe média corre o risco pelas ações de luta contra a pobreza – de ter menos condições de manter as suas posições do que as classes altas. Queria apenas apontar essa observação, essa reflexão, e espero que tenhamos a oportunidade também de tocar em outros assuntos.

Antonio Barros de Castro

Já existe uma imensa quantidade de questões levantadas, eu vou selecionar um ângulo bastante particular, não representativo do todo de problemas dessa riqueza da discussão, mas que me parece ser um ângulo fértil e necessário ao debate. Nós estamos discutindo uma possível revisão de agenda, ampliação, aprofundamento e radicalização de agenda. O ponto que eu gostaria de levantar é a dificuldade enorme que eu sinto em proceder a uma alteração profunda da agenda, uma revisão radicalizante, sem discutir, sem ter em conta as tendências reveladas por esta economia e sociedade nos últimos anos, sem ter em conta o que mudou – e mudou muito – nessa sociedade e nessa economia nos últimos anos. E mais ainda, sem ter em conta as novas mudanças que estão se insinuando, diante das quais nós verdadeiramente ainda estamos, ainda que não tenhamos total consciência disso ou de seu significado.

O que eu quero dizer é que, primeiro, temos uma história muito densa recente, com tendências fortes que estão aí presentes, e estamos diante de uma agenda já carregada, e que está se tornando ainda mais carregada.

Pelo menos quatro questões rapidamente eu quero levantar aqui. A primeira questão: a ascensão da China como polo das transações do comércio internacional tem efeitos diretos e indiretos absolutamente fortes sobre o Brasil – e não só sobre o Brasil, evidentemente, mas, que nos coloca uma carga de questões brutais que inexistiam ou não eram absolutamente percebidas cinco anos atrás. Primeiro, porque o Brasil tem uma indústria bastante diversificada, na realidade, tem um sistema

industrial. O Brasil, a China e a Índia são os países emergentes que montaram sistemas industriais bastante diversificados. E essa estrutura industrial, em certa medida, está colocada em questão pela competitividade chinesa. Não só isso, o problema é mil vezes mais complexo, mas vamos ficar por aí.

Segundo, o Brasil – exatamente por reflexo também dessa espetacular expansão chinesa – se viu subitamente dotado de uma extraordinária riqueza. Muitos dos seus recursos naturais, dormentes até recentemente, despertaram subitamente, e o Brasil hoje é abundante em termos de alternativas de exportação, de recursos naturais e possibilidades de aproveitamento. Então, é muito ameaçado por um ângulo e repleto de alternativas por outro. O encaminhamento, o tratamento de qualquer problema no Brasil não pode ignorar essa mutação que está em curso.

Segundo ponto: o Brasil está emergindo de 1/4 de século de semiestagnação. E isso coloca, por si só, uma outra pauta extremamente complexa de questões que têm que ser enfrentadas em simultaneidade com qualquer outra ação em qualquer outro campo. Parcialmente, nós estamos vivendo o lado positivo agora da semiestagnação. Ela deixou uma herança problemática, mas com vantagens. Por exemplo: o sistema financeiro e o crédito estão caminhando a saltos porque ficaram comprimidos. Nós temos uma mola comprimida no setor financeiro que está se distendendo. Isso tem imensas implicações, até mesmo no campo da desigualdade e das melhorias substanciais que estão ocorrendo no plano da desigualdade no Brasil.

Essa é uma questão fundamental: como nós resolvemos essa herança que pesa, tem aspectos positivos e negativos – e neste momento qualquer mudança de agenda deve ter em conta as vantagens e desvantagens herdadas desse 1/4 de século de semiestagnação?

Acelerando, para não tomar muito tempo, nós temos pelo menos mais duas questões fundamentais, uma das quais tem tudo a ver com os interesses de nós todos aqui nesta mesa, que é a questão de que durante algumas décadas, o Estado brasileiro – que era um Estado bastante atuante, intervencionista e forte, para o bem e para o mal – retraiu-se, foi cortado, reduzido, mas, na realidade, não foi tão reduzido quanto se supunha, e existe hoje a emergência de um Estado que ficou na sombra e está voltando à tona.

E esse “voltar à tona” enriquece muito o quadro das opções políticas. Nós temos presente aqui na mesa um presidente de uma instituição brasileira importante, a Finep, que há dez anos estava aparentemente morta. Ela inexistia. Hoje é uma pujante instituição que é bastante relevante na política industrial e tecnológica que está sendo colocada em campo no Brasil. Mais que isso, nesta semana,

surgiu um grande impasse. Nós estamos dramaticamente precisando de energia elétrica. Surgiu um impasse no Brasil entre dois grandes grupos privados que têm uma disputa que pode ser levada ao judiciário, e pode implicar anos e anos de atraso para o desenvolvimento brasileiro. A ministra da Casa Civil declarou: “bom, se a tendência é ir para a esfera judicial, então, eu tenho outra carta aqui, e a carta chama-se Eletrobrás” – parte do *shadow state* brasileiro que está voltando à tona. Isso é uma coisa que não existe no resto da América Latina. Então, isso é algo que deve ser levado em conta porque tem mil implicações para o que se pode fazer daqui por diante.

E eu finalizo dizendo que dentre os vários problemas que têm que ser enfrentados e que condicionam as possibilidades de alargamento ou aprofundamento da agenda, deve ser levado em conta o problema de velocidade. O Brasil está diante de grandes oportunidades em petróleo e etanol. Curiosa e paradoxalmente, há um dramático problema de velocidade. O que significa isso? O Brasil, no campo do etanol, pode fazer muito mais e muito mais rapidamente do que o mundo quer. O mundo rejeita o etanol brasileiro ou cria resistências enormes. Já em petróleo, é o oposto. O mundo quer do Brasil muito mais do que nos interessa, talvez, se nós quisermos fazer do petróleo uma oportunidade para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Então, o mundo nos empurra para uma velocidade que nós não queremos no petróleo e nos impõe uma velocidade que é muito menor do que nós poderíamos alcançar no plano do etanol – e, a nosso ver, contra os interesses do próprio mundo, mas isso é uma outra discussão.

Portanto, em resumo, nós estamos numa pauta carregadíssima, nós temos uma história recente muito densa. Estamos num ponto em que grandes escolhas serão feitas e implicarão grande influência sobre as possibilidades, por exemplo, no campo do combate à desigualdade. Não vou detalhar esse ponto, pois acho que é intuitivo, ou o da libertação, radicalizando a questão, como o ministro prefere. Mas tudo isso, essa contextualização no debate, é condição *sine qua non* para que realmente consigamos dar passos decisivos nessas questões tão oportunamente levantadas pelo ministro.

Joel Netshitenzhe

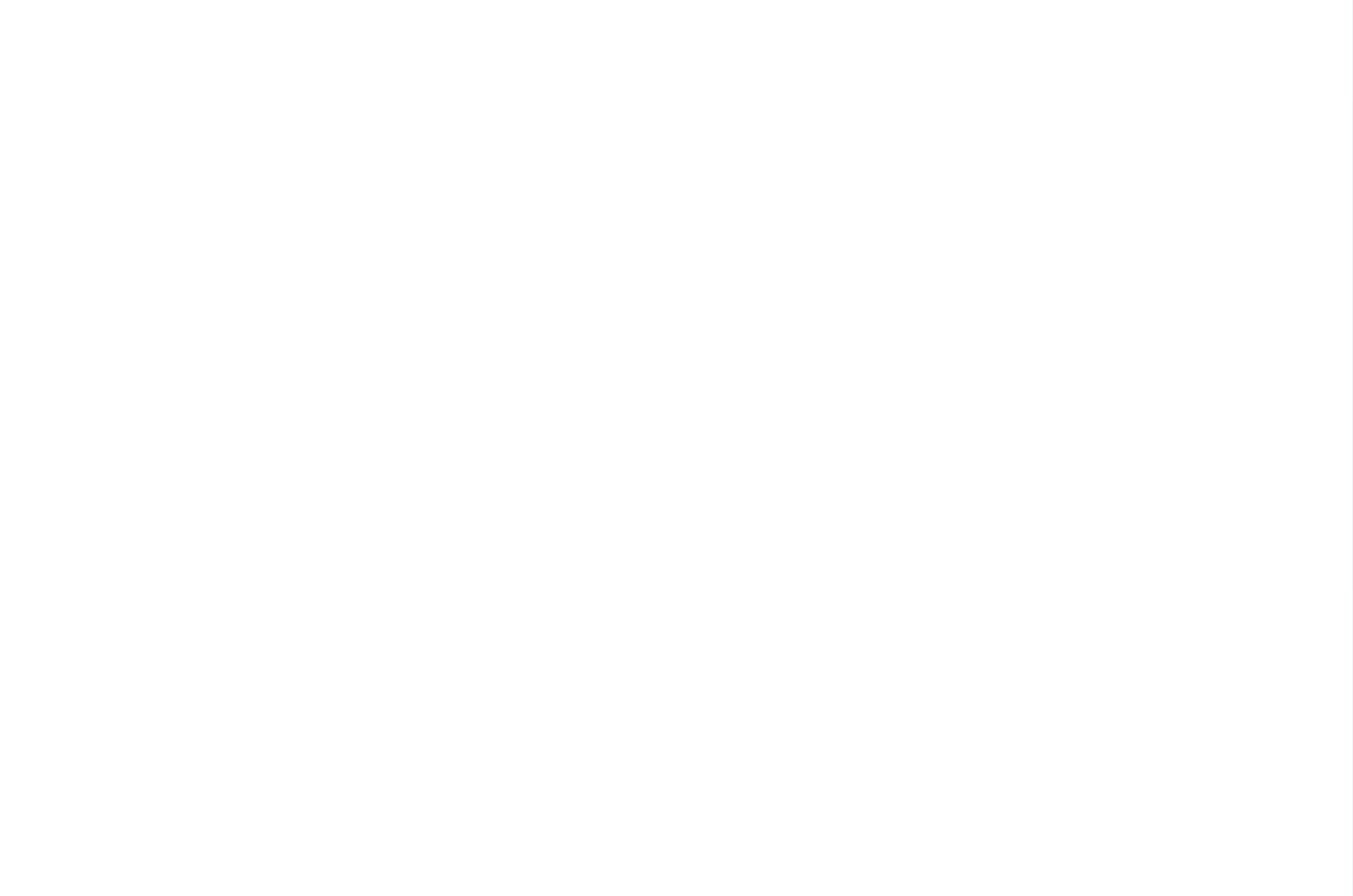
A partir dos comentários que têm sido feitos, ficamos com a impressão de que, para lidar com o desafio da desigualdade, precisamos tanto de ações positivas como de um programa reativo. Mas talvez, antes de entrar no assunto, faria mais sentido expor nossa própria experiência na África do Sul.

No ponto da democratização e, tendo lidado com a oligarquia racial, nossa pesquisa das dinâmicas macrosociais apontou para o fato de que a desigualdade entre as raças estava sendo estreitada como consequência, especialmente, de a classe instruída negra estar quebrando o teto de vidro do sistema de *apartheid*. Contudo, ao mesmo tempo, as desigualdades dentro dos grupos raciais, incluindo as desigualdades entre os negros, estava aumentando. Isso foi o que aconteceu nos primeiros anos após a transição democrática. Mas, nos últimos quatro a cinco anos de elevado crescimento econômico, o que foi estabelecido é que esta desigualdade parece estar piorando dentro de toda a sociedade, e especialmente entre os 10% mais ricos da população, mais capazes de colherem os frutos da vantagem de um crescimento maior, e o resto da população.

Agora, a fim de lidar com o desafio dessa causa, que está trazendo todos os tipos de problemas – incluindo as questões que aqui foram mencionadas: De Soto, e desbloqueando o *Mistério do Capital*, intervenções em relação a pequenas e microempresas, a educação, sobretudo, educação de qualidade entre os pobres, a fim de quebrar a reprodução geracional da pobreza. Isto é ação positiva.

Mas não precisaríamos também de programas reativos para lidar com o desafio da desigualdade? O que quero dizer com isto? O fenômeno global que ocorreu nos últimos vinte anos, no que se refere à apropriação dos frutos do trabalho, toda essa tendência mudou dramaticamente, por exemplo, com os pacotes econômicos ultrajantes dos executivos de grandes empresas, e isso tem causado considerável desigualdade dentro de nações e entre elas. Um artigo interessante de Paul Krugman, economista americano, sobre as grandes mansões que costumavam existir em Long Island, Nova Iorque, até os anos 1930, que desapareceram e que têm reemergido na década de 1980, com as pessoas agora tendo centenas de empregados, situação similar a um sistema feudal, com a apropriação dos frutos do trabalho pelos executivos das grandes empresas. Podemos fazer alguma coisa a respeito disso? Esse é um elemento.

Em segundo lugar, está a definição de valor social agregado, bem como as recompensas que o podem acompanhar. Os tipos de pacotes e as recompensas destinadas às estrelas de cinema, estrelas de futebol, e assim por diante: o que isto diz a respeito da contribuição de valor social dessas pessoas, e os prêmios que devem estar ligados a essa contribuição? Então, o ponto que estou tentando levantar é: sim, precisamos lidar com a desigualdade no âmbito desses programas positivos sobre os quais temos falado, mas nós precisamos também restringir esses outros elementos que têm se desenvolvido nestes últimos vinte anos, sob o capitalismo global.



INOVAÇÃO NA ECONOMIA

O terceiro painel tem como tema “Inovação na economia: novas formas de produção e novos modelos de política industrial”. Teve como principais debatedores Charles Sabel, Glauco Arbix, Silvio Meira, Vladimir Popov, Luis Manoel Rebelo Fernandes e João Carlos Ferraz.

João Carlos Ferraz

Na verdade, gostaria de marcar que eu farei algumas colocações que não têm a ver com minha posição no BNDES, não têm a ver com minha posição de funcionário licenciado das Nações Unidas, ou como funcionário da UFRJ. É uma reflexão pessoal, mas, é óbvio, bebendo das influências do passado recente. Então, eu farei não só alguns argumentos de natureza mais reflexiva em termos do momento que nós estamos atravessando, mas também da minha prática neste momento, de estar tentando implementar uma política industrial neste País. Eu cobrirei quatro temas: o primeiro é o tema aqui previsto; o segundo, onde estamos como sociedade. Depois é o plano do Brasil; e, por último, apontar alguns desafios – obviamente, muito influenciados pela minha posição de brasileiro.

E tenho poucos argumentos. O argumento número um é que nós, povos, crescentemente participamos não de economias abertas, mas de sociedades abertas. Cada vez mais temos potencialmente mais informação, participação, capacidades e mais riqueza para gerar, disputar e distribuir. Se estamos em sociedades

abertas, significa que novos modelos de política industrial devem ser construídos. Portanto, eles devem ser intensivos em negociação, em articulação, em coordenação, em pactuação, e devem ser eficazes e transparentes para demonstrar ao cidadão o uso de recursos públicos.

O segundo ponto é que não existe apenas um modelo de política industrial e, na chamada dessa conferência, está muito marcada a busca de especificidades. Cada nação tem sua estrutura, sua história, sua demanda, sua aspiração e, portanto, a sua política industrial. O argumento seguinte é que promover e defender o interesse nacional é não só legítimo, mas também necessário. E por trás da defesa do interesse nacional, as nações defendem mais e melhores empregos, trabalho de melhor qualidade e em maior quantidade, e podem usar a designação de política industrial como diplomacia econômica, política ambiental, de inovação, ou o nome que quiserem. Mas, efetivamente, estão defendendo a ação de agentes econômicos em um espaço específico. Mais e melhores empregos: acho que é uma síntese dos interesses nacionais. Portanto, interesse nacional é legítimo e necessário.

Em termos de referência, o assunto “política industrial” é ideologicamente muito carregado. Eu acho que em alguma medida ele é ideologicamente carregado por visões de mundo e por opacidades. Muitos críticos e adeptos da mera existência de política industrial em uma nação têm como referência um Estado prepotente e tecnocrático em sociedades e economias fechadas. Isso não deveria ocorrer, não existe mais.

A segunda referência é o nosso continente. Na América Latina e no Caribe, 25 anos de incertezas e mudanças de direção de políticas econômicas, resultaram em Estados frágeis e incapazes de servirem ao interesse nacional ou à sociedade. Essa maneira, a maneira mais simples que nós em Santiago tínhamos para definir o que estava acontecendo em termos de política industrial, era: “nós somos razoáveis em propor, somos ruins em implementar, e péssimos em avaliar políticas”. Onde estamos?

E aqui é a consignação desta mesa: se o sistema de produção – e o professor Charles Sabel nos ensina muito sobre isso – está em mudança e nós somos economias abertas e intensivas em conhecimento, na verdade, nós temos cada vez mais novos, talvez, não novos, mas, antigos atores políticos e econômicos no cenário internacional. O investimento em inovação é crescente, assim como o interesse nacional utilizado para a defesa da empresa e do emprego.

Essa seria uma trajetória irreversível? O investimento em inovação, os novos atores, as economias abertas: se isso é irreversível, significará mudanças no quadro de negociações internacionais certamente. Multipolaridade concertada, fragmentada?

O Brasil é um País cheio de paradoxos. Nós temos um desempenho sofrível nos exames PISA e, por outro lado, formamos 10 mil doutores. A heterogeneidade é um estágio intermediário de desenvolvimento, é o que nos marca e é de onde devemos partir: as políticas públicas. Se nós percebermos, de certa maneira alguns sinais, do que certamente leva uma nação num caminho contínuo, havemos de ver que as políticas públicas são políticas de Estado e não políticas de governo. Nesse sentido, o Brasil apresenta uma política macroeconômica em busca de uma estabilidade perdida em 25 anos, políticas sociais com ações de transferência de renda condicionada em busca de trabalho e renda e muita ênfase em educação, e políticas de educação, de infraestrutura, de ciência e tecnologia e de desenvolvimento produtivo, nas quais o foco no investimento com qualidade pretende ser a diferença. Há, neste momento, neste País, um conjunto de políticas que têm desenhos diferentes do passado. Os ministros que vocês têm aqui na mesa são atores responsáveis por elas, e escutá-los é importante.

A política de desenvolvimento produtivo, que toca um pouco mais a cadeira que eu ocupo, é uma proposta abrangente, porque este é um país complexo, mas ela tem foco. Tem foco no investimento, na inovação, na exportação. E ela tem foco na micro e pequena empresa, que é um tema que estávamos conversando com Robin [Murray], e isto é a primeira vez que destacamos a micro e pequena empresa como uma das quatro metas-mãe de uma política.

São programas organizados e desenhados de maneira muito pragmática, com instrumentos, responsabilidades e, principalmente, recursos. Nesse momento, temos a sorte de ter um governo com líderes que têm uma visão de transformação muito importante. O meu principal comentário, quando me perguntam: “Quais são os ingredientes básicos para uma política industrial, é um Ministério de Indústria e Comércio forte?” Não. “É um Ministério de Fazenda que adere à política industrial?” O Ministério da Fazenda deste governo aderiu à política industrial. E principalmente, o grande desafio que nós temos, retomando o argumento, é a implementação de um programa relativamente complexo, que é intensivo em parceria dentro do Estado e entre o Estado e a sociedade. Esses são os ingredientes.

O País nesse momento atravessa um período que confirma o que nós, no BNDES, como um banco de longo prazo, observamos: que pode ser que estejamos num momento de transição para um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. O investimento há 25 trimestres cresce à frente do produto, e, se continuar dessa forma, assegurará uma consistência econômica ao processo de desenvolvimento atual.

Pode ser que efetivamente estejamos atravessando um período de mudança na direção de outro ciclo e, principalmente, uma das bases centrais desse novo ciclo é o aprendizado de 25 anos de incerteza. Aqueles que sobreviveram, principalmente no sistema produtivo, a 25 anos de incerteza, de impedimentos ao investimento, se ainda estiverem configurados como empresa, esses têm uma capacidade de resistir ao futuro, o que provavelmente poucos países tiveram no passado.

Terminando, como disse anteriormente, nós, em termos de políticas públicas e de instituições, temos alguma capacidade de formulação, baixa capacidade de implementação e quase nenhuma capacidade de avaliar políticas públicas. E esse é o resultado no plano das instituições do Estado de 25 anos de incerteza. Portanto, fortalecer não as *policy-making capabilities* [capacidades de formular políticas públicas] e sim as *policy-implementing capabilities* [capacidades de implementar políticas públicas], que é a tarefa ainda por realizar. O desafio que nós temos é aumentar e manter investimentos em ativos fixos e ativos intangíveis, para assegurar a sustentabilidade de longo prazo, e implementar políticas em sociedades abertas, partindo de um Estado ainda despreparado.

Portanto, o que eu aprendi em um ano e pouco no BNDES, foi algo que não aprendi na minha vida pessoal, e que eu deveria ter aprendido: aprendi a costurar. Nós precisamos de muita agulha, de muita linha e muita habilidade na costura. Costurar, costurar e costurar.

Charles Sabel

Roberto [Mangabeira], na sua última intervenção, chamou nossa atenção para a possibilidade, a probabilidade de um programa liberal profético minimalista viável estar mais perto de acontecer do que imaginamos. Enfatizou que a realidade de hoje no Brasil, e em outros países, possa estar mais perto politicamente e intelectualmente de visões transformadoras. Ele parcialmente ilustrou essa afirmação com a ideia de que a generalização do capital de risco – e a democratização deste capital – poderia estar no cerne desse programa liberal profético. O que eu gostaria de fazer, de maneira breve, é apresentar um argumento estabelecendo esta conexão – mostrando por que o capital de risco está no cerne das políticas industriais e do desenvolvimento econômico.

Eu quero fazer isso em um nível muito genérico, pois é um argumento que se aplica à nova economia, como a conhecemos, sem nuances de particularidades. Mas também gostaria de dizer algo em conclusão sobre as reais possibilidades de isto estar acontecendo no Brasil agora, pois eu penso ser uma das mais animadoras possibilidades do ponto de vista de reunirmos o que é profético e o que é real.

Agora, o ponto de partida é a nova economia e, por isso, permitam-me dizer uma palavra sobre isso. Esta é uma economia em que sabemos mais e mais sobre o mundo como um todo e, por isso, temos gerado mais e mais soluções possíveis para cada problema de avanço tecnológico ou social. Quanto mais soluções possíveis temos para cada problema, menos confiantes podemos estar em cada uma dessas soluções: portanto, o paradoxo do resultado é de que quanto mais soubermos sobre o mundo como um todo e mais rapidamente aprendermos sobre ele, menos confiantes poderemos estar de que o conhecimento que usamos para gerar a última solução do problema que enfrentamos, será o conhecimento do qual precisamos para gerar a próxima solução. Mais conhecimento sobre o todo resulta numa maior incerteza sobre o que fazer com relação a cada uma das partes.

À medida que as pessoas tomam conhecimento disso, ocorre uma profunda mudança nas técnicas de resolução de problemas. Quando você pode estar confiante de que a última rodada de conhecimentos renunciará a próxima rodada de soluções, o que você faz é dividir tarefas complexas em mais subtarefas particulares para resolver estas subtarefas, pois você pode confiar no quadro de conhecimentos básicos com os quais está operando, e isto produz hierarquias. Quando você não pode assumir que o antigo conhecimento é o precursor do novo conhecimento, então você tem que construir redes para buscar pessoas que já estejam resolvendo parte do problema que você vai abordar, e isto gera um mundo de organizações que são baseadas em redes.

Podemos ver três sinais claros na reestruturação das economias, em todos os níveis de desenvolvimento, mundialmente, dessa mudança nas formas de resolução de problemas. A primeira é a desintegração vertical. Grandes empresas costumavam fazer a maioria de seus componentes-chave internamente, porque podiam estar confiantes de que o que elas fizeram para sua última geração de produtos seria bom para a próxima geração de produtos. Agora, elas desenvolvem juntamente com fornecedores externos quase a totalidade de seus produtos-chave, precisamente porque sabem que nesta geração, ou na próxima geração de produtos, a tecnologia vai mudar e elas não vão saber internamente, ou mesmo com os seus antigos fornecedores, o que precisarão aplicar para a próxima solução. Então, há uma enorme tendência para o aumento do codesenvolvimento em todos os setores, o que afeta quase todos os níveis de produção, até os mais baixos. Assim, agora você terá de saber não apenas como fazer uma parte, mas como fazê-la melhor, para participar da cadeia de produção.

Em segundo lugar, há uma maciça descentralização na pesquisa. Antigamente, as grandes empresas tinham laboratórios centralizados com times de pesquisadores que trabalhavam para eles por 10 ou 15 anos em um único projeto e, agora, quase nenhuma companhia tem esses laboratórios. O que eles fazem é criar laboratórios pequenos, o que lhes permite trabalhar em colaboração com equipes

de pesquisa em todo o mundo. E a corrida para organizar essas pesquisas é a corrida para coordenar esses esforços dispersos e não concentrar os principais pesquisadores em um único lugar, porque você não pode identificar quem será o cientista principal daqui a 10 ou 15 anos.

E a terceira indicação dessa mudança na resolução de problemas é o aparecimento da chamada produção de plataforma. Segundo esse conceito, desde o início da fabricação de um avião, de um telefone celular, ou de um computador, entende-se que haverá um sistema de operação que integrará as partes. E o valor desse sistema operacional está estreitamente vinculado à qualidade individual das aplicações, ou das asas, ou dos motores ou quaisquer que sejam os componentes. Da mesma forma, o valor desses componentes só será inteiramente potencializado com um sistema operacional capaz de integrá-los. Então, há uma total interpenetração entre o todo e as partes, e ambos são desenvolvidos simultaneamente, geração após geração. Existe uma nova literatura sobre esses novos tipos de mercados, que fala sobre a complexidade da gestão de geração após geração dessa forma de produção.

Outro lado da transformação é o surgimento de novos instrumentos de contratação que levam em consideração o fato de que nenhuma das partes pode antecipar, no início do contrato, o que eles terão de fornecer ao seu fim. Se observarmos o contrato entre as pessoas que fazem investigação cooperativa, ou coprojetam componentes, ou que trabalham em produção de plataforma, esses não especificam os resultados. Eles especificam as trocas de informações que permitem que cada parte entenda, continuamente, se a outra tem a capacidade e o desejo de executar o que lhe foi solicitado para atingir a meta comum. Então vivemos em um mundo que está, nesse sentido, radicalmente transformado.

Quais são as implicações para a política industrial? A primeira e mais óbvia implicação é que você não pode mais avançar somente recuperando o atraso, você não pode mais avançar adquirindo a maestria da maioria dos países mestres. E a razão é que assim como uma empresa não pode invocar a hipótese de saber qual será a próxima geração de produtos, você não pode presumir que o país que você imita será o país que você quiser ser quando obtiver êxito em imitá-lo. Então, o que você tem que fazer é achar um meio de tomar parte desse contínuo processo de inovação e experimentação. Essa é a chave para o desenvolvimento. Você tem que gerar uma economia na qual você possa participar dessa maneira. Obviamente isso é necessário, só que é mais difícil encontrar exemplos de como se fazer isso do que se possa imaginar. Conceitualmente, a maioria das teorias do desenvolvimento são teorias sobre como recuperar um atraso.

Se você voltar para os clássicos da política industrial, que em certo sentido, estão sendo revividos hoje, são teorias sobre como, em épocas particulares, países podem aprender a superar as diferenças entre eles e os países líderes de sua época. São algoritmos destinados a conseguir rapidamente montar as partes de um quebra-cabeça conhecido, eles não são teorias de como se tornar permanentemente inovadores. Do ponto de vista prático, as dificuldades são ainda mais intimidadoras, porque está na natureza da competição, na natureza da aquisição da maestria industrial, querer superar os seus concorrentes dominadores. E quando uma nação está alcançando as outras, ela mede o seu avanço pela sua habilidade em deslocar os líderes do mercado com os quais está competindo. E, quando isso acontece, ela acaba se inserindo nesses mercados e se encaixando em pressupostos sobre o futuro, que são difíceis de mudar.

Olhem para o exemplo da Finlândia, admirável e intimidadora ao mesmo tempo. A Finlândia ultrapassou a Suécia para se tornar um líder da indústria de papéis, e tornou-se um líder na indústria de telefonia celular no exato momento em que as pessoas estavam descobrindo que o papel é um bem inferior e fibras são boas para quase tudo, exceto para fazer papel. E talvez existam outros tipos de fibras que sejam bem melhores do que árvores para fazer papel. Da mesma forma, tornou-se um líder do telefone celular no exato momento em que o telefone celular se tornou um portal móvel da Internet, ao invés de apenas um telefone. Então, a Finlândia é um ótimo exemplo tanto do que pode ser feito quanto do que deve ser evitado.

No entanto, temos diante de nós um modelo potente de instituições para a geração contínua de instituições inovadoras, que é o capital de risco. O modelo de capital de risco é conhecido: você junta um projeto aberto com partes de diferentes firmas (perícia técnica, *marketing* etc.), você junta todas essas partes, e o projeto e a firma coevoluem sob a supervisão e o monitoramento do capitalista de risco, e da pressão do mercado. Nenhum dos dois sozinho é suficiente. Você precisará tanto de um mercado quanto de um capitalista de risco, e existe uma coevolução do projeto e do time. Quando tem a experiência, tem sucesso, e ela se torna um nódulo dentro de uma rede, gerando futuras inovações.

Sabemos que o capital de risco pode funcionar em países em desenvolvimento, porque temos os fascinantes exemplos de Taiwan e de Israel e, em ambos os casos, o capital de risco obteve sucesso com a criação de vigorosas indústrias de alta tecnologia e indústrias complementares e, em muitos aspectos, de nível igual às indústrias de alta tecnologia nos países mais avançados. Mas sabemos também que o capital de risco por si só pode não ser suficiente, porque ele se aplica somente aos setores privados. Uma política industrial tem de ser aplicada a insumos públicos, tais como: direitos

de propriedade, direitos à terra ou diretos de propriedade intelectual que apenas o Estado pode garantir para que haja inovação em domínios particulares. Sabemos que o capital de risco está preocupado com apenas um segmento de todo o processo de inovação e sabemos que ele trata apenas de empresas de alta tecnologia.

Então, precisamos de um capital de risco que seja mais abrangente, como o Roberto [Mangabeira] disse que “vá para as pequenas e médias empresas em setores com baixos níveis tecnologia, e uma variedade de indústrias, que não seriam de interesse para o capital de risco”. E nós estamos vivenciando, com o exemplo dos aglomerados industriais, os primeiros passos de novas instituições desse tipo.

Portanto, sabemos que poderíamos construir tal coisa. Portanto, ressalto dois pontos conclusivos: um muito geral e outro específico para o Brasil. O ponto geral é que nós gostaríamos de saber como institucionalizar. A verdadeira questão é, supondo que temos o conceito de capital de risco, como institucionalizá-lo? Existe uma resposta simples, e você vai dizer, “bem, precisamos inserir o Estado suficientemente para que ele obtenha a informação necessária para fornecer fundos às empresas certas, mas não ao ponto que será capturado por interesses egoístas”. Esta é uma resposta geral. Mas, em seguida, convida para a próxima pergunta: “Como é que podemos fazer isto?”

Temos dois princípios para abordar tal questão. Um deles é que nós sabemos que há fontes de informação sobre o desempenho das empresas – e volto aos contratos inovadores aos quais me referi no início. Sabemos que as empresas já estão rotineiramente trocando informações entre elas, as quais irão permitir uma análise do desempenho das potenciais instituições capitalistas de risco. Então existem fontes de informação disponíveis na economia que não tínhamos antes e que precisaremos e teremos de usar para fazer que isso funcione.

O segundo ponto é que temos de aplicar às instituições de capital de risco em si e à política industrial em geral o mesmo princípio que aplicamos quando pensamos na nova economia: temos de assumir que nós sabemos que vamos estar errados em nossos projetos iniciais para essas instituições. Vamos ter de construir o sistema de monitoramento e correção, e utilizaremos a informação que geramos por meio desses tipos de contratos, a fim de fazer isso.

Último ponto sobre o Brasil. De todos os países do mundo, o Brasil é provavelmente o mais adiantado em criar os primeiros passos para uma política industrial desse tipo. Por quê? Porque o Brasil tem, provavelmente, o sistema mais articulado de taxas de juro diferenciadas do mundo, com duas taxas diferentes, que exigem um racionamento permanente do capital. O BNDES é perito no racio-

namento de capital, e o que tem começado a acontecer no BNDES, e não só lá, é que enquanto a natureza das empresas muda, a natureza dos critérios pelos quais o capital é racionado muda e, portanto, o próprio BNDES está se tornando uma empresa de capital de risco. Eles estão começando a desenvolver os conceitos de instrumentos de contabilidade que permitem o financiamento não só das empresas individuais, mas de aglomerados de empresas, e uma política industrial baseada na extensão do modelo de capital de risco.

Existem desenvolvimentos convergentes por parte da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e de outras instituições brasileiras. Se você pegar todos eles juntos e olhar detalhadamente, você encontrará uma série de experimentos que têm aparecido de forma independente; e, em razão de sua origem independente, tendem a se completar mutuamente e a convergir na direção geral do desenvolvimento. E o que resta é colocá-los juntos em algo que funcione suficientemente como um sistema, para que as pessoas possam aprender com isso – mas não um sistema tão complexo fadado a fracassar na primeira tentativa de implementação.

Glauco Arbix

Eu vou tentar me ater ao tema central desta mesa. Eu quero partir do seguinte: se a gente pensa em termos de inovação, e de forma ligada à discussão sobre política industrial e políticas de desenvolvimento, a primeira questão a ser levantada é que o Brasil avançou muito nos últimos anos. Isso que o professor Sabel acabou de dizer, que o Brasil tem diferentes níveis de instituições que procuram experimentar, é bastante real. Com todas as dificuldades que nós temos, o Brasil conta hoje com um sistema nacional de inovação articulado, não o bastante, mas que se articula. Executa e pensa políticas, é eficiente.

Se nós tomarmos essa discussão do ponto de vista legal, que é um aspecto da discussão institucional, veremos que o Brasil avançou bastante no quadro legal que viabiliza, estimula e possibilita a inovação, em especial a partir da lei de inovação, depois a lei do bem, depois a lei de biossegurança. Há uma sequência de decisões do governo e do Congresso Nacional que foram e que são extremamente importantes para criar e gerar o ambiente mais favorável à própria inovação, seja a inovação nas empresas, nos órgãos públicos, ou no conjunto da sociedade.

No entanto, se nós tomarmos a dimensão institucional do ponto de vista de estrutura, de entidades, temos aí uma fragilidade bastante grande. A arquitetura organizacional do Brasil ainda é tributária de um outro período. Não quer dizer que essa estrutura de entidades que nasceram há 30 ou 40 anos seja desprezível ou inútil, mas quer dizer que elas têm muitas dificuldades para assumir, abraçar e implementar as políticas de inovação. Institucionalmente, desse ponto de vista estrutural como entidade, e como organização, eu acredito que, talvez, seja uma das maiores fragilidades do governo atual. Avançou em muitas áreas, mas, desse ponto de vista da arquitetura e da ossatura institucional do Estado voltado para inovação, eu acredito que nós poderíamos e podemos ainda fazer muito mais.

Dou um exemplo que tem um pouco a ver com a discussão anterior e dou aqui um testemunho pessoal que talvez possa ser uma contribuição à nossa conversa. Na época em que eu estava ocupando um cargo público, quando trabalhamos na primeira política industrial, sofremos isso que o [João Carlos] Ferraz levantou, essa ideia de que nós estávamos há mais de vinte anos sem uma política industrial. E encontramos, num primeiro momento, entidades do poder público bastante despreparadas para fazer política industrial. Política industrial do ponto de vista sistêmico, integrado, organizado, e que não fosse decidida em Brasília, como se nós pudéssemos apertar alguns botões no Planalto, no sistema de governo, e o mundo, ou a sociedade brasileira iria se colocar em movimento. Não sei se foi assim no passado, na época do desenvolvimentismo, mas tenho certeza de que não é assim hoje, e não será assim amanhã.

A sociedade brasileira é muito mais complexa. É fundamental que abramos interfaces com o setor privado. O Estado sozinho não conseguirá jamais, nas condições atuais, seja pelas mudanças no planeta, seja pelas mudanças da sociedade brasileira, ou pela evolução da própria ciência ou tecnologia, o Estado sozinho não conseguirá definir, como fez em outras épocas, as políticas de desenvolvimento e as políticas industriais. Não conseguirá. Irá falar sozinho, decidir, fingir que está implementando e terá dificuldades para implementar. Por isso, é uma tarefa-chave – e nesse ponto eu concordo bastante com o que levantou o ministro Mangabeira – é fundamental que a gente encontre pontos de contato, multiplique os canais de negociação entre o setor público e privado, para que possam surgir sínteses diferentes e novas, para que possam ser otimizadas as forças do setor público e privado, para que o Brasil recupere e mantenha o seu ritmo de desenvolvimento.

A questão fica muito concreta. Em 2003, nós começamos a trabalhar intensamente, com uma comissão ligada à política econômica e toda a política industrial, e quando a política tomou forma, acredito que ela foi bastante avançada, ainda que com todas as limitações e as resistências da época. Houve

uma resistência muito forte, até mesmo de instituições públicas e de partes do governo, apesar de ter sido programa do candidato e depois presidente Lula, à política industrial. Nós conseguimos definir uma política industrial com apoio quase que unânime dos ministros cujo centro era a inovação, com muita dificuldade para definir os instrumentos para sua implementação. E tentamos localizar um elemento-chave que era a fragmentação e a descoordenação das atividades da política industrial. Ou seja, o Estado brasileiro, por estar despreparado e desatualizado no que diz respeito à implantação de uma política industrial, com foco na inovação, tinha instituições que se sobrepujavam umas às outras, que tinham missões imprecisas e que tinham objetivos que não eram claros. Eram instituições que disputavam. Então, eu não tenho nenhuma ilusão de que essa situação vai se acalmar e que nós vamos encontrar um mar de rosas pela frente.

Mas acho que a gente exagerava na confusão naquele momento. A ideia foi criar uma agência voltada para ajudar a coordenação da política industrial. Essa agência veio a receber o nome de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que na época tinha uma concepção muito integradora que era dirigida pelo ministro do Desenvolvimento, ministro Furlan; secretariada pelo ministro de Ciência e Tecnologia, que era o ministro Eduardo Campos, e depois foi o ministro Sérgio Resende. Dentro do Conselho pequeno da Agência estavam o ministro José Dirceu, que era chefe da Casa Civil; o ministro Antonio Palocci, das Finanças; e o ministro Guido Mantega, que era ministro do Planejamento. Junto com eles, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Finep. Essa era a concepção da Agência.

A realidade mostrou que não adiantava termos esse conjunto articulado para criar uma agência de coordenação da política industrial. Não funcionou. A ABDI até hoje procura um pouco a sua identidade. Eu estou tomando um pouco a liberdade de falar essas coisas, sem nenhuma maldade, foi uma experiência da qual eu participei. E a tendência é que ela se transforme cada vez mais numa secretaria do Ministério do Desenvolvimento ou num apêndice do ministro do Desenvolvimento. Tudo bem, ela pode ter seus méritos, mas ela não cumprirá, se permanecer do jeito que está (e eu acredito que permanecerá) nenhuma tarefa mais positiva, altaneira ou grande no que diz respeito à coordenação da política industrial.

Essa questão voltou a ser colocada agora, com a definição da Política de Desenvolvimento da Produção, que avançou em relação à primeira, tem foco no investimento e tem mais instrumentos. O BNDES está infinitamente mais ativo (em relação ao que esteve no passado), a Finep não é mais aquela instituição caída de antes, ela se reergueu, mas eu queria deixar bem claro que os problemas

de coordenação persistem, e a tendência dessa persistência é que o BNDES, pela sua pujança e força, passe a ser cada vez mais o articulador da política industrial. É negativo isto em si? Eu não acho.

O BNDES sem dúvida é o principal instrumento da política industrial que o Brasil tem e é invejado por muitos países. Mas, falando claramente, é muito bom que um país coordene um banco e não um banco coordene um país. É fundamental que a questão do investimento seja um tópico-chave das grandes empresas, da infraestrutura, mas é fundamental que tenhamos uma articulação pesada para que a política industrial seja efetivamente de inovação. Inovação é, antes de tudo, transversalidade. As instituições que herdamos do desenvolvimentismo são setorializadas: elas pensam em caixinhas. Elas têm dificuldade em trabalhar a concentração de esforços nas novas empresas densas em tecnologia, intensivas em comunicação e conhecimento. Por isso, é vital que abramos espaço para que a sociedade possa interferir na própria implementação da política industrial, e multipliquemos os mecanismos de fazer esses movimentos.

Sei que sempre vamos poder dizer que mais ou menos fazemos isso. Acho que nós podemos mais. É preciso concentrar esforços, mas nem sempre concentrar em 20 ou 25 setores significa efetivamente concentrar. Todos os governos têm dificuldade em tirar a prioridade, em definir hierarquias. A pressão das forças políticas, eleitorais, leva-nos a “distribuir um pouco de milho para as galinhas”, a dar um pouco para cada um, dividir esforços.

Depois de China e Índia, num trabalho extremamente competitivo com o Brasil, mais do que de parceria, o Brasil não pode se dar o luxo de não ter políticas orientadas, focadas, que façam a gente dar um salto no sistema de inovação. Ou seja, ou nós nos erguemos e elevamos o patamar de competitividade da nossa indústria, dos nossos serviços, não só com investimentos, mas no que tange à qualidade do investimento; ou elevamos a nossa capacidade competitiva em tecnologia – aí tem um esforço articulado com o MEC e com o MCT. Caso contrário, teremos aquilo que alguns previram e não se realizou, que seria uma regressão econômica, e ficaremos fadados à produção de *commodities*.

Acho que o Brasil não é um país assim, não é esse o futuro que está reservado para nós, e acho que nós podemos efetivamente avançar no caminho da inovação e elevar o padrão daquilo que fazemos.

Gostaria de aproveitar esta reunião de distintos peritos para colocar um par de ideias sobre a mesa para fins de discussão. Essas ideias falam sobre política industrial, mas de forma bastante abrangente. Trata-se de ideias relacionadas ao modelo de desenvolvimento de *catching up* [recuperar o atraso]. O modelo para o mundo em desenvolvimento que permita a recuperação rápida e as alternativas da esquerda: o que a esquerda tem para sugerir – comparado às sabedorias convencionais, que não é mais o Consenso de Washington, mas o chamado Pós-Consenso de Washington, que é baseado em princípios liberais ou neoliberais. Eis as ideias.

Basicamente, a ideia principal é de que o modelo chinês hoje – e existem características específicas para esse modelo econômico chinês – é algo que talvez seja considerado como a alternativa. Há algum tempo, várias décadas atrás, o modelo soviético parecia muito atraente para os países em desenvolvimento, e muitos desses países tentaram copiar esse modelo de planejamento econômico centralizado. Parece que funcionou por algum tempo, permitindo que alguns países em desenvolvimento se aproximassem dos mais desenvolvidos. Contudo, mais tarde, como vocês sabem, esse modelo baseado na substituição de importações desabou e a ideia, que era muito forte na América Latina até certo ponto, também não funcionou muito bem nessa região.

Hoje, o modelo chinês provavelmente tornou-se tão popular no mundo em desenvolvimento quanto o modelo soviético foi algum tempo atrás. Um grande número de países tenta imitar e copiar o modelo chinês, de maneira consciente ou não, e sua política industrial está no seio desse modelo de crescimento muito rápido.

Assim, basicamente, são três as ideias que gostaria de discutir. Uma delas é ideia de que a proteção talvez seja boa para o desenvolvimento econômico. Outra é que a escolha de quais indústrias são protegidas e quais não, é um fator-chave: basicamente, você colhe as maiores externalidades protegendo as indústrias de alta tecnologia. E uma terceira ideia é de que uma boa maneira de implementar uma política que fomente o crescimento econômico é por meio da diminuição do preço da taxa cambial, basicamente acumulando reservas cambiais para que essa diminuição seja feita. Mas vamos discutir uma ideia de cada vez.

Agora, vamos à primeira: é muito convencional e esta é, eu diria, a ideia com a qual a maioria dos economistas concordaria. Essa é a noção de que o rápido crescimento está associado ao comércio.

O comércio se desenvolve mais rápido do que o crescimento econômico, e se você quiser ser bem-sucedido, deverá promover o comércio exterior, e todos os casos de desenvolvimento muito rápido estão associados a um rápido aumento do comércio.

Mas então, nós fazemos a outra pergunta: quando os países comercializam mais? Quando usam tarifas de importação ou quando eles não impõem tarifas de importação e têm livre comércio? Intuitivamente, e a resposta tradicional no livro escolar diz: “sim, o livre comércio promove o comércio”. Bem, essa abordagem intuitiva e muito convencional não está apoiada empiricamente. Muitos países mantêm elevadas tarifas de importação e, em sua maioria, são países pobres. Os dados mostram que quanto mais pobre for o país, maiores suas alíquotas de importação. A questão é: será que esses países estão implementando a política errada? Bem, existem indícios de que a proteção esteja, talvez, relacionada com um crescimento mais rápido. Os dados que temos para o século XIX, no período de 1870 até 1913, podem ser interpretados somente de uma maneira: os países protecionistas estavam crescendo com mais rapidez; mesmo se você levar em conta o nível de desenvolvimento institucional tomando em consideração o nível inicial do PIB *per capita*, a resposta é inequívoca. Os países protecionistas cresciam mais rapidamente do que os países que exerciam o livre comércio. O bom exemplo de que o livre comércio não está sempre associado a uma maior participação no comércio internacional, é o caso da China depois das Guerras do Ópio.

As Guerras do Ópio aconteceram em meados do século XIX, e depois delas, a China foi forçada a uma abertura. Mesmo o ópio foi vendido livre de impostos na China, com as taxas de importação recolhidas pela administração colonial britânica. Os portos foram abertos, com aplicação extraterritorial das leis britânicas. Cem anos de globalização seguiram, e a China estava mantendo tarifas muito baixas. Qual foi o resultado?

A proporção do comércio no PIB era algo em torno de 2% em 1850, e foi para 3% ou 4% em 1950, de modo que a proporção do comércio no PIB não aumentou. Mas o que aconteceu com a China depois? A China aumentou a proporção do comércio no PIB muito rapidamente. A proporção de exportações em relação ao PIB da China após as reformas econômicas, a partir de 1970, aumentou de algo em torno de 2% para 35%, e atualmente é próxima de 50%, em um período curto de tempo. O mesmo é verdade acerca do Vietnã: em um período muito curto de tempo, as exportações e importações em relação ao PIB subiram de 50% para 140%, e isso em apenas dez anos.

É o que chamamos de desenvolvimento orientado para a exportação, que foi o que aconteceu na China após as reformas econômicas. Se olharmos para o nível tarifário na China após as reformas

econômicas em 1978, mesmo na década de 1980, durante as reformas econômicas, a proteção tarifária na China era uma das mais altas do mundo, algo em torno de 40% a 50%. Com essa alta proteção tarifária, as exportações chinesas foram crescendo intensamente.

A resposta à pergunta do motivo da existência de um enorme crescimento da exportação, é que se você está protegendo determinadas indústrias e dando subsídios a elas, você será capaz de colher externalidades – os economistas adoram esta expressão. As externalidades significam que o retorno social de medidas ou investimentos específicos é maior do que os retornos privados. Então, se sua empresa está investindo em uma determinada atividade, não é só você que receberá os benefícios, mas sim a sociedade toda. De fato, o desenvolvimento de certas indústrias orientadas para a exportação está associado a essas externalidades. Mas, se você deixasse a tarefa ao mercado, então essas indústrias permaneceriam subdesenvolvidas, em termos de *optimum* social. E é por isso que o Estado deve estimular este desenvolvimento – e, quando o faz, me parece que obtém bastante sucesso.

Então, para o período do pós-guerra, nós não temos nenhuma relação entre o nível das tarifas e o aumento da proporção do comércio ou exportação em relação ao PIB. Parece que não existe qualquer relação, esta relação é dos anos 1970 e 1980, mas se vocês considerarem que uma relação é não-linear então você obtém o melhor tipo de relação; e essa relação não linear é a seguinte: se você for pobre, se seu nível de PIB é baixo, e você tem boas instituições, então o protecionismo tarifário será bom para você. Mas se você for relativamente rico, comparado, por exemplo, com os Estados Unidos, você está perto da fronteira tecnológica, e se suas instituições não forem tão boas, então a proteção tarifária é um elemento para o seu desenvolvimento. Assim, uma vez que o seu indicador institucional é bom, mas seu PIB *per capita* é baixo, parece-me que a proteção tarifária é boa para você. A proteção por via de medidas tarifárias pode funcionar, pelo menos funcionou naqueles países.

Agora, a segunda ideia é a seguinte: existe um bom artigo escrito por Dani Rodrik que, na verdade, é baseado em um artigo escrito por Hausman, Hwang e Rodrik, chamado “What you export matters” [*O que você exporta importa*]. Então, o que é importante é aquilo que você exporta. Se você exportar petróleo isto é uma coisa, se você exporta tecnologia de ponta, isto é outra coisa. E o artigo mostra que a exportação de tecnologia de ponta tem as maiores externalidades. Os economistas geralmente presumirão e falarão isso, mas trata-se de evidência empírica e por isso tal artigo é tão importante.

O que esses três autores fazem é construir uma medida de sofisticação das exportações. Eles dizem: qual é a sofisticação das exportações? Qual é a proporção de produtos de alta tecnologia, petróleo,

comida, recursos, diferentes itens em seu comércio exterior? Qual é o peso destes itens no comércio exterior e nas exportações? Eles constroem a relação entre o nível do PIB e a estrutura das exportações, e o resultado é que quanto mais rico é o país, mais sofisticadas são suas exportações. A partir daí, pode-se calcular o nível hipotético do PIB *per capita*, o qual está associado com essa corrente de sofisticação de suas exportações.

Então você pode colocar dessa maneira: se existem países que estão tentando crescer mais rápido do que eles haviam crescido antes, alguns deles conseguirão e outros não. Aqueles que usarem as boas políticas vão conseguir, aqueles que não usarem vão falhar, mas aqueles países que não tentarem não vão nunca conseguir. Então você tem que tentar, mas você tem de tentar com a política certa.

Finalmente, a última ideia que quero expor para a mesa é sobre o protecionismo das taxas cambiais. Isso é chamado protecionismo de câmbio, e é similar ao protecionismo de tarifas. Este ocorre quando você introduz o desequilíbrio da taxa de câmbio, e você usa este quando você acumula reservas cambiais. Agora, essa acumulação de reserva cambial introduz um desequilíbrio no mercado. Esse protecionismo cambial na verdade contribui para o seu desenvolvimento econômico, e tem o mesmo efeito do protecionismo por via de medidas tarifárias, mas, diferentemente deste, constitui uma política industrial não seletiva.

O protecionismo das medidas tarifárias é seletivo, você aplica tarifas e dá subsídios para certas indústrias. E, para tal, você precisa ter uma burocracia limpa, caso contrário, você não pode implementar esse tipo de política, e este tipo de procedimento seria mal usado.

Mas o protecionismo cambial dá preferência para todos os produtores de bens comerciáveis. Num artigo de minha autoria, "Acumulação de reservas cambiais e crescimento econômico", verifica-se que os países que acumulam reservas mais rápido crescem mais rapidamente: os exemplos são bem conhecidos. O Japão antes do Acordo de Plaza de 1985, Coréia antes da apreciação do câmbio similar nos anos 1990, a China de hoje; e provavelmente a taxa de câmbio se apreciará, ou talvez não vá ser apreciada. Mas isto colocaria um fim ao rápido crescimento chinês. Porém, esses países que estavam rapidamente aumentando a proporção de suas reservas cambiais em relação ao PIB, estavam crescendo rapidamente. O mesmo histórico se verifica na relação entre as taxas de investimento e o PIB.

Ao observar a taxa de câmbio real em países que são parte do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) pode-se ver que há muito mais similaridades entre a China e a Índia por um lado, e o Brasil e a Rússia por outro lado.

O Brasil também teve uma crise, muito parecida com a crise russa de 1998. O Brasil teve a desvalorização de 1999. O quadro do Brasil e da Rússia não era muito positivo do ponto de vista da política econômica. A taxa de câmbio real deve ser estável, e é por isso que precisamos ter bancos centrais e Estados. Choques externos devem ser gerenciados pelo Banco Central e pelos Estados. E seja qual for o nível das taxas de câmbio, essas devem ser estáveis. Se as taxas de câmbio real mudarem, você tem que mover os seus recursos de uma indústria para outra indústria, e de outra indústria de volta para a primeira indústria. Isso é o que aconteceu no Brasil e está acontecendo na Rússia. A Rússia tem hoje grandes reservas cambiais, mais de 500 bilhões de dólares. A Rússia, de fato, é o terceiro colocado depois da China e do Japão, em termos de reservas cambiais. O Brasil também está acumulando reservas. Mas isso não é suficiente para contrabalançar a valorização da taxa de câmbio real.

Agora, julgando por experiências passadas, o que não é um guia para o futuro desenvolvimento em curso, mas apenas julgando por experiências passadas, isto não será bom para o crescimento. A Rússia sofre obviamente da chamada doença holandesa. Se o Brasil tem ou não, eu não estou em posição de dizer. Mas para a Rússia, a política implementada infelizmente não é tão boa quanto é para a China.

Silvio Meira

Em primeiro lugar, há uma pergunta de um empreendedor argentino que mora na Espanha, Martin Varsavsky, que é o cara por trás da companhia FON. E acho que essa pergunta sintetiza uma boa parte da nossa conversa sobre o novo mundo. Nas falas anteriores, várias pessoas mencionaram o Google e a nova economia. Varsavsky faz essa pergunta de por que o Google domina o mundo e ele responde da seguinte forma: domina o mundo porque pensa globalmente. Porque age em termos globais. Esse mundo global é um mundo em rede, é um mundo que funciona intrinsecamente como uma *network*.

E ele não está aí desde ontem. Se remontarmos às explicações de Peter Drucker sobre a era da informação, ele diz que mais ou menos em 1945, quando a gente dominou a tecnologia para fazer armas nucleares, saímos da era da energia (quando o problema era ainda mais velocidade, mais pressão e mais precisão) para a era da biologia, em que a energia é processada por meio da informação. A chave para o processamento da energia é o processamento de informação. Então, não entramos na era da informação ontem, e nos aprofundamos nela de 1945 até ontem, para chegar num ponto onde Watts Humphrey, que é um dos mais respeitados engenheiros de *software* do mundo, cunhou

esse *slogan* de que “todos os negócios hoje são negócios de *software*”. Todos estão codificados como *software*. Se olharmos para *software* como sendo códigos executáveis – está aqui uma bíblia de Gutenberg: *software* é apenas “um conjunto de trechos de texto que podem ser executados e criar mundos virtuais para simular a realidade dentro de computadores” – chegaremos ao espaço onde estamos.

Lawrence Lessing tem um texto muito bom, deve ser conhecido por todos aqui, chamado “Code and Other Laws of Cyber Space” [*Código e outras leis do ciberespaço*], e na realidade, quando ele está falando em *code* aqui ele se refere a *software*, e também está dizendo que “*code is law*” [o código é lei]. A gente está vivendo num espaço onde quem determina o espaço, que telefones são grampeados, por exemplo, é *code*. No caso, não é o código civil ou a Constituição, mas o *software*, que permite ou não que isso seja feito. Isso é feito em rede, volto àquela tese de que o mundo vive em rede.

Para agradecer a Joaquim Falcão aquela aula que ele nos deu, e eu construí essa apresentação enquanto estávamos conversando aqui, eu peguei o mapa de Martin Waldseemüller de 1507 (*Cosmografia Universal Segundo a Tradição Ptolomaica e as observações de Américo Vesúcio*). Esse mapa é feito em preto e branco, é feito de prensa de madeira, mas dá para ver que a América é uma coisa muito pouco densa em informação; e a Europa e o Norte da África são muito densos em informação, estão completamente anotados. Obviamente, no interior da África não tem quase nada, no Oeste da América não tem quase nada. Esse mapa tem exatos 501 anos.

Eu peguei alguns mapas do ano passado, como o mapa mundial de densidade de servidores da internet. É a densidade populacional de serviço na internet. Então, está extremamente concentrado no Leste e no Oeste dos Estados Unidos; em pedacinhos do Brasil, como em São Paulo; na Argentina; ele é muito concentrado na Europa, aparece na África do Sul e o resto da África é um grande vazio. Aparece um pouco no Norte da Índia e em alguma densidade no Japão; e na costa da China e Sul da Austrália. Se pegarmos esse mapa e compararmos com o mapa de densidade populacional do planeta, veremos certa correlação com esse mapa, mas, não necessariamente quando olhamos para o mundo como um todo. Daí, teremos que olhar para outros mapas, como o de conectividade da internet, também de 2007, 500 anos depois do mapa de Waldseemüller, feito por um observatório que fica na Universidade de Berkeley, na Califórnia.

Então, esse mapa mostra como a internet está conectada. À medida que as cores vão ficando vermelhas, significa que o grau de conectividade vai aumentando; então, no centro desse mapa estão alguns lugares no Japão, notadamente Tóquio, quase todas as cidades americanas e europeias, e

Cingapura. Na periferia desse mapa estão os suspeitos usuários. Quanto mais periférico você é nesse mapa, menos conectado você é. Esse é o *mapa mundi* da internet desenhado por uma perspectiva de conectividade.

Mais importante do que esse, no entanto, é o mapa de tendências na internet. Ou seja, que serviços nós usamos na internet? Isso é feito por uma empresa japonesa chamada *Information Architects* e ele é desenhado como o metrô de Tóquio. Não há nesse mapa nenhuma empresa provedora de serviço ou de infraestrutura na internet que venha do terceiro mundo. Então, a gente acha MSN, My Space, Microsoft, Apple, Facebook, BBC, Adobe, EBay, Google, Youtube, Last FM, Pirate Bay, que é um *site* de troca de vídeos e músicas pirateados, Wikipedia e assim por diante. Mas, excetuando uma linha chamada a linha chinesa, que passa por Baidu, não há nada da periferia nesse mapa. Que mapas são esses? Esses são os mapas que estão sendo construídos por essas curvas do instituto do futuro. A década de 1980 é considerada pelo Instituto do Futuro como a década da computação, quando começamos com o computador pessoal, em 1985, a introduzir a capacidade de processamento e transformação de informação na sociedade.

Com a internet comercial começando a aparecer no meio da década de 1990, começamos a introduzir conectividade e acesso. E no mundo, que, para o Instituto do Futuro, é aquele mundo mais denso, concentrado no centro da internet e não o nosso mundo aqui da periferia, nós estamos chegando à era da atenção. A quantidade de fontes de informação é tão grande que nós temos que gastar muito tempo para decidir onde vamos focar a nossa atenção. Quais são as consequências disso?

A consequência é que nós estamos criando um ambiente de rede e mídia mundial, espalhado no mundo inteiro, para colaborar, criar e inovar, sendo o principal efeito desse processo a colaboração – e não cooperação –, de tentar fazer as coisas em conjunto. Podemos dizer que um dos resultados desse processo colaborativo é a mudança do modo de aprendizado de criação do conhecimento que Gibbons chamou de *modo 1*, e o pessoal chama genericamente de modo Newton (que é o modo no contexto acadêmico, com barreiras disciplinares, homogeneidade de percepções e assim por diante), para um *modo 2*, em que o conhecimento é desenvolvido e capturado no contexto da aplicação de forma multidisciplinar, com percepções heterogêneas em cima de organizações *ad hoc* e estruturas planas.

Esse regime de colaboração em redes no modo 2, no qual se aprende em contextos, é o que Kevin Kelly chamou de *regime da execução imperfeita do desconhecido*. Ou seja, ao invés de melhorar o que você já sabe, faça rápido e mal feito o que você ainda não sabe, e vá melhorando com o tem-

po, na rede. A rede é a infraestrutura fundamental para entendermos como isso funcionará. Esse processo de *colaboração* está baseado em outros cinco “C”. Portanto, está baseado em *conceitos* de classe mundial (você tem que saber ou estar tentando aprender o que os outros estão aprendendo); em *capacidade* (você deve ser capaz de transformar conceitos em realizações, saber fazer); em *conexões* (você deve estar conectado com outras pessoas porque não saberá mais resolver nenhum problema sozinho); você deve ser *curioso* sobre o mundo (coisa que só vai quase que necessariamente acontecer depois de ter alguma certeza de que você possui *conceitos*, *capacidades* e *conexões*); e, por fim, você deve ter *confiança*, *trust*. Você deve ter uma visão de mundo que diga que as outras pessoas irão colaborar contigo e não te deixar para trás.

Marc Benioff, o presidente da Salesforce.com, disse que já temos três gerações dessa rede. A Web 1.0, que começou basicamente em 97/98, é a *web* onde qualquer um de nós pode fazer transações. As plataformas são de dentro para fora da rede, então, eu posso comprar um livro na *Amazon*, fazer uma busca no Google, comprar alguma coisa usada na EBay. Na Web 2.0, qualquer um pode participar. Você pode botar sua foto no Flickr, fazer o seu blog, ou colocar o seu anúncio na Ad-sense. A Web 3.0 é a *web* onde você tem a Amazon Web Service (um mega data center disponível para qualquer pessoa, esteja ela na África, Austrália ou no Brasil); o Salesforce (que informatiza empresas); a Yahoo Pipes (que é uma linguagem de programação em redes); os mega *data centers* de Google e Microsoft (que nós podemos usar, pagando); o Ning (que é um sistema de formação de rede sociais); ou as interfaces de My Space; todos são espaços onde qualquer um de nós pode inovar. A rede virou a plataforma de programação, e aquele mapa do metrô de Tóquio pode ser reconstruído por qualquer um de nós que pense globalmente.

Então, criar algo que se estabelece aqui passou a ser uma coisa que nós podemos programar em função de uma infraestrutura global que está à nossa disposição. Consequências disso? Num futuro próximo, todos os negócios serão negócios de *software*. Para tornar a minha apresentação um pouco mais séria e dar alguma respeitabilidade a ela, resolvi usar um *paper* da *Harvard Business Review*, do Eric Brynjolfsson e do Andrew McAfee, uma edição especial toda traduzida para o português.

Está aqui o que aconteceu na história da tecnologia de informação nas empresas americanas nos últimos quarenta anos. O ano de 1965 é a época dos *mainframes* e 1995 é a decolagem da internet, quando começa a internet comercial. De lá para cá, o gasto das empresas com tecnologia de informação triplicou. O *base line* de 1995 dobra por volta de 1997/1998 e, em 2005, já era três vezes o gasto das empresas. Isso suporta a tese do Watts Humphrey de que todas as empresas são empresas de *software*.

Em números, nos Estados Unidos se gastava por empregado, por ano, 3.500 dólares em tecnologia da informação, e em 2005 se gastava 8 mil dólares. Esta curva pode ser comparada à curva da produção de livros impressos na Europa depois da prensa de Gutenberg por volta de 1450: os manuscritos se acabam e os livros impressos vão para os milhões, basicamente.

Então, depois da chegada da internet, as empresas mudaram 10, 15, 17 lugares por ano nas suas listas da maior empresa do setor. Esse é um processo que tem destruído empresa após empresa na economia americana e mundial e que está começando a acontecer na economia brasileira agora, em razão do bom ou do mau uso de tecnologia de informação por uns e por outros. Esse é um efeito de rede que, como já vimos, tem a ver com *conceitos, capacidade, conexões, curiosidade e confiança para colaborar*, e esse processo, no caso dos países periféricos, está mais ou menos assim. Na maioria dos países em desenvolvimento, a colaboração é local, mas de baixíssima qualidade em função da falta de infraestrutura e serviços de rede, e educação para colaborar. Quando estávamos na economia industrial, a força que a movia era a eletricidade. E, mesmo assim, vemos que lugares que são efetivamente pobres do Brasil são mal servidos por energia. Alguns deles porque a gente não quer, como na Amazônia, mas alguns porque quer e não tem.

A força por trás dessa economia poderíamos chamar de informaticidade, da qual uma boa parte do mundo em desenvolvimento está excluída, e é centrada em *data centers* que custam 500 milhões de dólares para construir, monta-se essa infraestrutura de rede, e cuida-se da provisão para uma capacidade de uso. Nós estamos ruins nos países em desenvolvimento e nos países emergentes em ambas as capacidades. E isso para mim deveria ser um escopo de políticas públicas porque, nos nossos países, sem a infraestrutura de *venture capital* e sem as infraestruturas de rede que deviam estar presentes no país e não estão, não é a economia ou o mercado que vai resolver isso sozinho. E a pergunta que fica no fim é: será que coisas como o Google têm que necessariamente dominar o mundo? Não, se a gente tiver políticas públicas como o porto digital, em que você cria um processo inclusivo para empresas, pessoas, para *venture capital*, para participação da universidade, para criação de alternativas de construção de sistemas locais de inovação que estejam imersos nas suas economias locais, mas, pensando de forma global.

Eu tenho a infeliz tarefa de falar ao fim de uma mesa bastante rica em apresentações, sobretudo na última apresentação, para mostrar os seus argumentos. Eu vou abordar o tema, também fazendo referência às duas mesas anteriores, para me situar no tema desta mesa, que é “Novos modelos de política industrial e novas formas de produção e inovação na economia”. Eu queria retomar uma ideia que surgiu, que é a relação entre crise e inovação. Um problema da discussão surgida aqui antes é que a palavra crise pode ser definida de múltiplas maneiras. É um conceito muito amplo. O que eu entendi, pelo menos na apresentação feita pelo ministro Mangabeira Unger, é que, ao abordar a crise, ele estava se referindo fundamentalmente à ruptura institucional: se é necessário uma ruptura institucional para promover a inovação. E esse ponto é muito importante para ser pensado hoje, porque o mundo está vivendo, nesse início de século XXI, um período singular, ou com poucos antecedentes nos dois séculos em que ele foi unificado economicamente a partir da revolução industrial. O que nós estamos vivendo no mundo? Isto já apareceu de diferentes formas em algumas apresentações.

O que está ocorrendo no mundo hoje é uma desconcentração dos polos dinâmicos da economia mundial. Isso aconteceu poucas vezes no mundo nos dois últimos séculos. Essa desconcentração se evidencia sobretudo pelo crescimento da China, e é um pouco o que está por trás da chamada imagem dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) como polos dinâmicos da economia mundial, sustentando, há algum tempo, índices de crescimento econômico superiores aos dos países centrais. Quais são os precedentes que tivemos em relação a isso nos dois últimos séculos? Nós temos o precedente do século XIX dos Estados Unidos, Japão, Alemanha e algumas experiências de industrialização tardia na Europa Central e do Leste, em que a constituição de novos polos dinâmicos na produção econômica mundial foi precedida de ruptura institucional em todos eles – guerra civil nos Estados Unidos, revolução Meiji no Japão, unificação alemã em torno da Prússia. É como se a ruptura institucional fosse uma pré-condição para o dinamismo econômico. No século XX, tivemos uma experiência semelhante no caso dos países socialistas: ruptura institucional promovendo crescimento sustentável durante um longo período, com processos gigantescos de transferência de riqueza e renda, e de reestruturação da estratificação existente naquela sociedade.

Tivemos casos dos países em desenvolvimento, no contexto da ruptura institucional, da descolonização ou processos de unificação nacional, como a nossa revolução de 30 no Brasil, deflagrando também processos de dinamismo econômico que não foram sustentáveis. Mas nos anos 50 e 60, susten-

taram o Movimento dos Países não Alinhados, a ideia de uma nova ordem econômica internacional, e com índices de crescimento, em determinados momentos superiores aos dos países centrais.

O que me parece interessante na discussão que estamos travando é que os novos polos dinâmicos da economia mundial no século XXI ganham dinamismo sem passar por uma ruptura institucional profunda, como essas experiências anteriores. Isso coloca, assim, um novo tema na agenda, que é como tratar a inovação, como inovar para dar sustentabilidade a esse dinamismo econômico no novo contexto da era do conhecimento, tão bem graficamente apresentado pelo Silvio Meira. E nós estamos diante deste dilema: como criar instituições indutoras da inovação que deem sustentação a esse dinamismo econômico? Acho que esse é o nosso dilema, o nosso desafio.

Eu gostaria talvez de remar um pouco contra a corrente com algumas observações. O que foi destacado aqui é a natureza horizontal da inovação na era do conhecimento, que graficamente é a ideia de sociedade em rede, de que o conhecimento se dá pela cooperação, e ela está parcialmente desterritorializada. Nós vimos aqui os centros de conectividade da internet que têm uma representação gráfica bem distante em relação à distribuição da população mundial. Essa é uma dimensão da sociedade do conhecimento, sobretudo com a rápida disseminação de tecnologias e a possibilidade de ampliar aplicações em novos produtos e processos. Essa é uma dimensão. A outra dimensão é restritiva. E esse é um ponto que quero destacar para a nossa discussão.

Restritiva em dois sentidos. Primeiramente, na fronteira do desenvolvimento tecnológico, a inovação é intensiva em capital e exige fortes investimentos em capacidade de pesquisa muito consolidados. Propícia, portanto, à construção de monopólios, reforçados por um regime de proteção da propriedade intelectual (tema levantado pelo ministro Mangabeira), que é restritivo à disseminação da capacidade de conhecimento no mundo. Então, ele reforça a condição monopolista das empresas desses países que estão na fronteira do desenvolvimento tecnológico. Isso bloqueia a capacidade de cooperação e agregação de valores em redes. É o outro lado da moeda, ao qual se soma uma segunda dimensão, que é o controle estratégico territorializado na nova economia. Isso se entrelaça com o reforço da agenda de segurança nas relações internacionais, sobretudo, na época da guerra global contra o terror.

Boa parte dessas tecnologias na fronteira são duais e estão subordinadas hoje a bloqueios cada vez mais fortes de transferência. E nós (os países em desenvolvimento) sentimos isso na carne. Vou dar um exemplo que, talvez, não seja de conhecimento de todos os nossos colegas dos outros países. Um episódio recente, ocorrido há dois anos, é o da Embraer, que é uma empresa exemplo de su-

cesso no desenvolvimento econômico brasileiro. Ela tinha fechado um acordo de venda de aviões de treinamento militar com a Venezuela, numa relação soberana do Brasil com a Venezuela, não subordinada a qualquer restrição na legislação internacional. E em razão do fato de uma das tecnologias usadas na montagem desse avião de treinamento ser de propriedade de uma empresa dos Estados Unidos, essa empresa sofreu pressão do Departamento de Estado em razão da agenda da guerra global contra o terror, e bloqueou a venda dessas aeronaves: uma ação soberana de uma empresa brasileira na relação com um país vizinho que é a Venezuela. Portanto, há uma abertura para compartilhar conhecimentos e capacidade, mas nem tanto. Em várias áreas há controle estratégico absolutamente territorializado.

Esse é um tema que deve estar numa agenda mínima, progressista para o mundo – e, já que temos aqui pessoas influentes de países ricos e centrais, digo que deveria haver uma agenda de desbloqueio da transferência de conhecimento e tecnologia. Voltando à imagem do professor Joaquim Falcão, da questão de o conhecimento ser cada vez mais público, essa poderia ser parte de uma agenda, a diminuição de restrições na transferência de tecnologia, numa agenda progressista.

No entanto, qual é o impacto disso sobre a política industrial? Esse é o ponto em que eu já queria entrar diretamente no tema da inovação. O resultado é que a política industrial para países em desenvolvimento tem que ser multifacetada, ela tem que ser variada, não pode ser unidimensional. Porque ela tem uma dimensão que deve se confrontar com bloqueios de transferência de conhecimento e tecnologia em áreas estratégicas, e deve ter políticas públicas indutoras disso. Isso é parte de uma agenda de desenvolvimento nacional para o país ganhar condições de atuação mais autônoma no mundo. Essa é uma dimensão.

Ela deve vir combinada com um conjunto de vários instrumentos que fortalecem toda a potencialidade de atuação em rede de cooperação que as novas tecnologias incluem. E aqui nós temos um formato de programa de *venture capital*, que no caso Brasil é operado pelo BNDES e por nós, na Finep: diferentes formatos de subvenção à formação de empresas de base tecnológicas, programas ousados, focados e com infraestrutura de comunicação e informação para democratizar o acesso a essas novas tecnologias na sociedade brasileira. Porque, para além de tecnologias que geram novas formas de agregação de valor e geração de riqueza, elas geram novas formas de socialização. Esse é o outro ponto. Quer dizer, não é cidadão pleno hoje do mundo quem não domine minimamente a tecnologia da informação. É uma restrição equivalente no início do século XXI ao analfabetismo em meados do século XX. Ele é um atributo crucial da cidadania e depende de políticas públicas indutoras dessa capacidade. Esse era o ponto que eu queria destacar: serviços promotores da coo-

peração. Nós estamos estruturando aqui uma iniciativa do governo, envolvendo várias áreas deste, um programa chamado Sibratec, que é o Sistema Integrado Brasileiro de Tecnologia, para fomentar o apoio tecnológico à montagem de empreendimentos inovadores em toda a economia e toda a sociedade. Então, é uma agenda indutora da inovação.

Eu quero fechar com uma reflexão que tem a ver com o ponto de abertura: a relação entre crise, ruptura institucional e inovação. O desafio para nós é que no desenvolvimento brasileiro, assim como em outros países em desenvolvimento, durante grande período do nosso esforço de industrialização, o tema da inovação tecnológica não era central. Nós tínhamos o mercado doméstico protegido, os setores mais dinâmicos da nossa economia apostavam na atração de investimentos externos, acompanhados de pacotes tecnológicos, o que consolidou uma cultura empresarial não propensa à inovação. Isso consolidou também uma estrutura administrativa burocrática que concebe a interface do poder público com a promoção da inovação no setor privado como algo pecaminoso, algo que deve ser evitado. Todos os órgãos de controle existentes no país foram treinados para evitar que recursos públicos fossem canalizados para promover a inovação em setores nacionais privados. Aqui é uma luta que se confronta com culturas e práticas arraigadas, então, há de fato uma disputa. Talvez, um tema que tenha aparecido não conceitualmente, mas que está presente aqui, seja a ideia de que nós temos que construir uma nova hegemonia para essa agenda poder se fincar, predominar, penetrar na sociedade, e sustentar um ciclo prolongado de desenvolvimento com inclusão social.

Finalizo com uma última reflexão. Eu não quero comparar com outros países, mas, no caso do Brasil, nós vivemos uma situação singular, que também tem pouquíssimos precedentes na nossa história, de podermos tratar (nesse contexto, com esse desenho de política de desenvolvimento) simultaneamente, a questão nacional via política de desenvolvimento; a questão democrática via o aprofundamento da ordem democrática, e sua ampliação; e a questão social, combinando o desenvolvimento com redução de desigualdades e redução de pobreza no País. Diferentemente de outras experiências que hoje têm que sacrificar a questão social para sustentar o desenvolvimento, o Brasil ingressou pela sua trajetória num período em que essas três questões podem vir combinadas, e isso é, talvez, a chave da sustentabilidade do esforço de desenvolvimento que o País está lançando nesse início de século XXI.



INOVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E ENSINO INOVADOR

Este painel tem como tema “Inovação na organização do ensino e ensino inovador”, e teve como principais debatedores o ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad, e a ministra de Estado da Educação de Israel, Yuli Tamir.

Fernando Haddad

O Brasil é uma república federativa, e a Constituição Federal estabeleceu uma repartição de atribuições da educação bastante complexa, que determina que as municipalidades sejam responsáveis pela educação infantil, os estados sejam responsáveis pelo ensino médio (a chamada *high school*), o ensino fundamental seja compartilhado entre estados e municípios, e cabe ao Governo Federal, à União, a manutenção da maior parte das vagas públicas de educação superior no país (que, no caso do Brasil, são obrigatoriamente gratuitas), e a edição de normas federais para toda a educação. Isso nos coloca um problema enorme do ponto de vista da formação de professores, da gestão educacional, da questão do financiamento e da questão da avaliação. Ou seja, em todas as dimensões próprias da educação, nós temos que superar desafios dados pela questão federativa. Não bastasse a complexidade da organização jurídica do sistema de ensino, temos desafios enormes do ponto de vista de qualidade.

Nós ouvimos o companheiro João Carlos Ferraz do BNDES dizer que o Brasil ocupa a posição de quinquagésimo-segundo lugar nos exames internacionais feitos pela OCDE, o conhecido Pisa (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação Comparada). Não obstante isso, nós somos o décimo-quinto colocado em produção científica mundial. Para me valer da presença honrosa da ministra de Educação de Israel eu gostaria de estabelecer um paralelo entre o Brasil e Israel. Do ponto de vista da produção científica, o Brasil e Israel ocupam nesse *ranking* internacional uma posição muito equivalente. Nós estamos sempre situados entre o décimo e o vigésimo lugar, todo ano, reiteradamente. Do ponto de vista da qualidade da educação básica, há um dado a mencionar. Embora o Brasil tenha mais de 20 vezes a população de Israel e a nossa renda *per capita* seja 1/4 a de Israel, é curioso notar que 50% dos brasileiros nos exames internacionais têm uma proficiência em matemática, língua, escrita e ciências equivalentes à de Israel.

Vejam vocês o que isso significa na prática. Significa dizer que os outros 50% têm um rendimento tão baixo que fazem as médias nacionais caírem substancialmente. Então, o problema da qualidade da educação brasileira está associado à questão da equidade. Nosso problema não é de qualidade apenas, mas de equidade. O Brasil é muito desigual não só do ponto de vista da renda, mas, sobretudo, do ponto de vista da educação. Já houve e há estudos mostrando a correlação entre uma e outra: a desigualdade socioeconômica e a desigualdade de acesso às oportunidades educacionais.

O sentido do Governo Lula é justamente reverter as tendências num e noutro *front*, ou seja, ao mesmo tempo em que promove a equalização das oportunidades educacionais, combate a desigualdade de renda pelos mais variados mecanismos, dos quais o Bolsa Família certamente é o mais conhecido. Mas ele está longe de ser o único, e a essa altura, eu diria que não seja o mais importante na comparação com outros mecanismos de combate à desigualdade social no País. O que fazer nesse contexto em que metade da população tem o seu direito fundamental de aprender relativamente bem assegurado, e a outra metade está muito aquém dessa possibilidade?

E aí eu entro na temática da inovação institucional. Eu gostaria de defender uma tese com base em três exemplos institucionais que estamos procurando endereçar em nosso País. A tese é que muitas vezes a chamada inovação institucional, ou instituições para inovação, passa por novos arranjos institucionais de velhas instituições. Curiosamente, muitas vezes ressignificar velhas instituições resulta em vantagens superiores a tentar construir uma instituição nova. Eu citaria três exemplos que combinam novos arranjos institucionais com novas possibilidades institucionais.

O primeiro desafio que o Brasil tem é a formação de professores. É um desafio mundial, mas, no Brasil, ele é muito mais agudo do que nos outros países. Porque a União, o Governo Federal, que é o que tem mais recursos para isso, se retirou nas duas últimas décadas dessa temática, atribuiu a responsabilidade pela formação de professores da educação básica a estados e municípios, deixou de expandir o parque de universidades públicas federais, o que permitiu a entrada do setor privado nessa área que, do nosso ponto de vista, é absolutamente estratégica para o desenvolvimento nacional. E, infelizmente, um tipo de setor privado pouco comprometido com a qualidade. E como os nossos planos de carreira no nível local estão associados à certificação formal por parte de instituições de ensino superior, nós acabamos criando uma espécie de mercado de papel sem valor. É uma espécie de *sub-prime* educacional. A nossa crise é uma crise de *sub-prime*. São papéis, ou hipotecas sem valor. Porque aquilo que é certificado não tem substância concreta, a não ser para progressão na carreira, mas baixíssimo impacto na sala de aula. Como nós estamos procurando reverter esse quadro? Reassumindo, por parte do governo central, a responsabilidade pela formação do magistério nacional. E criando um sistema nacional de formação do magistério.

Se nós verificarmos a proporção de professores das escolas públicas formados em universidades públicas, esse número é inferior a 15%. Os demais 85% são formados nesse sistema perverso de emissão de papéis sem substância concreta do ponto de vista educativo. Então, para revertermos esse processo, estamos criando metas que têm que ser cumpridas pelas universidades federais, que passam a se comprometer com a escola pública brasileira. Porque havia um divórcio entre as universidades públicas, que formavam a elite, e a escola pública, sobretudo, o ensino fundamental, que formava e forma as grandes massas. Para romper esse sistema perverso, nós temos que criar uma ponte entre as universidades públicas – a partir da formação de professores – com a escola pública. Não há outra condição de subverter o quadro atual de qualidade da educação brasileira que não passe por essa estruturação. Então, vejam que apesar de o sistema nacional de formação do magistério ser uma inovação institucional, no fundo, ela é uma ressignificação da missão institucional da universidade brasileira que foi resgatada não apenas para essa missão, como para outras missões, às quais eu vou me referir no segundo exemplo.

Outro desafio que o Brasil tem pela frente é a questão da tradução desse conhecimento científico em tecnologia aplicada. Eu citei que o Brasil é o décimo-quinto colocado em produção científica no mundo. Contudo, se nós verificarmos o número de patentes registradas por empresas brasileiras ou universidades brasileiras, esse número cai para 1/4 da nossa participação proporcional na produção de ciência. O que significa dizer que há uma outra ponte a ser estabelecida: da universidade para a educação básica num primeiro momento. Mas da universidade com o mundo da produção, com o

mundo do trabalho, num segundo momento. E há um conjunto de leis, até citadas pelo professor Glauco Arbix que deu um panorama institucional de como isso foi reorganizado, rearranjado, no sentido de permitir que se estabeleçam conexões entre a produção científica e o aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. O professor Glauco só deixou de citar uma lei que me parece muito importante, recentemente sancionada pelo Presidente da República, que é a lei de incentivo à pesquisa. Esta permite às empresas doarem recursos para projetos de pesquisa aplicada das universidades, abater até 85% da doação nos impostos devidos, e participar na propriedade intelectual na exata medida da diferença entre o percentual de impostos abatidos e o total dos 100% doados. Ou seja, também aí é um rearranjo institucional que permite que empresas e universidades repac- tuem a sua relação para benefício mútuo. Porque a patente gerada vai pertencer, no que diz respeito ao financiamento público, à universidade, para a geração de recursos próprios a serem aplicados num círculo virtuoso na própria expansão da pesquisa aplicada. Nós temos aí dois exemplos que dizem respeito à universidade brasileira, que de certa maneira reformulam totalmente não apenas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também terão um impacto necessário na forma de organizar a estrutura curricular das instituições que estão passando por uma mudança enorme para atender esses dois novos desafios.

A nossa graduação hoje vive um momento de transformação muito importante. Algumas instituições, sim, estão tomando o caminho de Bolonha. Mas há muitas instituições inovando do ponto de vista institucional, do ponto de vista do seu plano de desenvolvimento, e formulando estruturas curriculares absolutamente inovadoras neste momento. Nós, ao fim do segundo mandato do presidente Lula, teremos dobrado o número de vagas nas graduações, nas instituições federais públicas gratuitas e presenciais. Isso para não falar da educação a distância, que está sendo muito favorecida pela adoção das modernas tecnologias de informação, e pelo programa criado neste governo, de bolsas de estudo para estudantes de baixa renda que não ingressam nas universidades públicas e gratuitas, mas ingressam nas instituições particulares e recebem a bolsa para concluir seus estudos.

Um terceiro e último exemplo é a questão do ensino médio. Havia um tabu no País associado ao nosso federalismo, de que a União não deveria possuir uma rede de educação voltada para o ensino médio. Nós chegamos ao requinte de aprovar uma lei proibindo a União de expandir a sua rede que era, então, muito pequena. Nós revogamos essa lei, e estamos mais do que dobrando a rede federal de educação profissional e tecnológica. E aí, o mais importante não é o aspecto quantitativo, embora ele seja notável. Nós atendíamos pouco mais de 100 mil jovens na rede federal de ensino médio e vamos agora atender 500 mil jovens a partir de 2010, apenas nas escolas federais. Mas, o mais importante dessa expansão é o projeto pedagógico desse novo ensino médio que estamos procurando

desenhar, aliás, em parceria do MEC com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, capitaneada pelo professor Roberto Mangabeira Unger.

O ensino médio combina virtuosamente aquilo que estava sendo desenvolvido no Brasil - e corria o risco de ser abortado pela lei a que eu me referi - que é a combinação virtuosa entre educação científica, educação humanística e educação profissional. Esse enlace não acontecia nas escolas de ensino médio brasileiras: ou a escola era formatada por um ensino propedêutico exclusivamente voltado para um ingresso à educação superior, e, portanto, o que nós chamamos aqui no Brasil de “decoreba”, de decorar as coisas para se promover para o nível superior. Ou ele se voltava para o ensino profissionalizante, hoje, de caráter absolutamente alienador. Um ensino profissionalizante mais do tempo do fordismo do que da moderna indústria ou do moderno setor de comércio e serviços. E verificamos que essa lei que impedia a expansão da educação profissional era um equívoco histórico, como estava ali. Essa rede federal fazia o segredo de uma mudança profunda da nossa realidade do ensino médio, que, eu diria, é o elo mais fraco do ciclo educacional brasileiro. E eu diria mais: não só o elo mais fraco, como o elo mais importante para superar aquela divisão que perpassa toda a história brasileira de uma pós-graduação voltada para elites e de excelência internacional; e um ensino fundamental capenga voltado para as massas, que aprendem as habilidades e competências básicas para tarefas ordinárias.

O desafio do rompimento desses diques passa pela reestruturação do ensino médio. E nós temos uma grande esperança de que uma velha instituição brasileira repaginada possa enfrentar o desafio. Porque além das matrículas próprias dessa rede federal, a lei estabelece que ela tem que firmar parcerias com as escolas estaduais – que, como eu disse, é do estado a responsabilidade pelo ensino médio – para que os projetos político-pedagógicos das escolas públicas de todo o País passem por uma reforma importante. Eu citei três exemplos em educação, mas poderia falar de projetos muito interessantes que estão em curso no sistema brasileiro. Por exemplo, o País, até o fim de 2010, terá todas as suas escolas públicas conectadas por banda larga à rede mundial de computadores; todos os professores capacitados para um bom uso dos laboratórios de informática; e por aí afora.

Mas, o que quero dizer é que, muitas vezes, nós nos prendemos ao novo sem verificar que rearranjos institucionais às vezes produzem resultados no curto prazo com grande impacto social. Eu tenho muita convicção de que as reformas educacionais, tanto na educação superior quanto na educação profissional ou na educação básica, possam surtir efeito de curto prazo, como nós já pudemos verificar nas avaliações bianuais que o Ministério da Educação faz em cada escola pública do País.

E essas três reformas citadas são exemplos do que pode ser um processo de inovação institucional com virtudes e com impacto social no curto prazo e na vida do cidadão mais comum.

Yuli Tamir

Gostaria de dedicar as minhas observações a uma questão sobre a qual eu tenho refletido bastante nos meus dois anos como ministra da Educação, que está relacionada com a pergunta de “como realmente trazer grandes mudanças para a educação?” Como todos vocês sabem, a educação pública está em crise e acho que isto é verdade porque em todos os lugares em que você discute o assunto, as pessoas dizem que a educação pública está enfrentando grandes dificuldades.

A verdadeira pergunta que temos de nos fazer é: “como podemos fazer uma grande mudança que irá proporcionar melhores habilidades às crianças para enfrentar as novas realidades sobre as quais ouvimos tanto na sessão anterior?” E eu gostaria de apresentar quatro pontos que penso serem indispensáveis para qualquer alteração feita no campo da educação e, em seguida, dizer-lhes muito brevemente sobre a reforma escolar que acabamos de lançar no último ano em Israel. É muito cedo para avaliar os resultados, mas penso que estamos na direção certa e em um sentido muito diferente de muitos outros países.

Em primeiro lugar, penso que a tarefa mais difícil para um ministro da Educação, e acho que o meu colega vai concordar, é a de decidir “o que você deseja mudar” ou “por onde você quer começar”. De fato, quando você se torna um ministro, todo mundo vem para você, centenas de pessoas, com novas ideias. Todos sabem quais são os problemas, você tem uma lista de uma centena de problemas que você até fica um pouco tonto em ver, e você tem que tomar a decisão e saber qual delas é a mais importante. E uma forma de definir o que é importante, eu acho, é saber qual pode realmente criar e recriar mudanças: se você fizer a diferença aqui, esta vai continuar influenciando outras esferas da educação.

O segundo ponto – e com o risco de não ser muito popular aqui – acho que a questão não é sobre a inovação, é sobre aprendizagem. E aprendizagem é uma habilidade muito antiga. Ler, escrever, analisar e entender: não há nada aqui que Platão já não sabia. Um dos riscos que os ministros da Educação correm é de pensar que a inovação tecnológica e as novas ideias vão resolver o problema básico de ensinar crianças a ler, escrever, fazer juízo moral e se tornarem membros ativos da sua comunidade. Essas ideias são muito simples, e muito antigas, mas acho que enquanto você não permitir que as suas crianças adquiram essas competências, todo o resto é muito menos importante.

Portanto, em minha opinião, se você olhar para as reformas educacionais nos últimos anos, todas elas buscam novas formas de fazer as coisas.

Eu gostaria cuidadosamente de sugerir que algumas das velhas formas não eram tão ruins, e uma coisa que realmente está fazendo falta nas escolas é o momento básico da aprendizagem. Se vocês permitirem que as crianças passem por esse momento, e adquiram essas habilidades, então, a internet, a informação, a ciência e a tecnologia, todas poderão desempenhar o seu papel. Mas se elas não tiverem essas habilidades básicas, isso não será possível, e eu penso que muitas crianças, até mesmo em Israel, e em todo o mundo, não possuem essas habilidades básicas. Penso, também, que as crianças agora são muito mal orientadas, porque, como sabem, elas estão na internet e extraem informações daqui e dali, e também dos *websites*, e elas parecem estar muito ativas em muitas esferas de conhecimento, mas, na verdade, não sabem como adquirir conhecimento nem como analisar esse conhecimento. Também penso que alguns de nós, que estamos ensinando nas universidades, às vezes ficamos muito surpresos em saber que os nossos alunos não sabem como escrever uma frase ou construir um argumento. Penso que uma coisa que as escolas deveriam fazer é, de alguma forma, ir mais devagar, e ensinar. E isso é uma questão que, como o ministro Haddad disse, está profundamente relacionada ao treinamento dado aos professores e com a maneira como definimos as tarefas dos professores nas salas de aula.

A terceira questão é que eu penso que as mudanças educacionais deveriam ser menos estruturais e mais pedagógicas. Quero dizer que a maioria das reformas em Israel - ou as tentativas de reforma, já que nenhuma foi realmente executada - seguiam linhas estruturais. Elas se limitavam a questões como: “nós devemos fazer a estrutura deste modo ou daquele modo, nacionalmente ou localmente, redesenhar o sistema escolar, redesenhar a autoridade do diretor da escola”, mas, novamente, sem analisar a questão básica da aprendizagem e do ensino.

E, por último, mas não menos importante, eu acho que para fazer uma reforma na educação é preciso mobilizar as pessoas. Isso não é similar às reformas industriais ou financeiras, eu quero dizer que a reforma na educação não se equipara a medidas como a redução de impostos, o aumento de algum tipo de tributação, ou ainda com a distribuição de renda.

Se você quiser fazer a reforma na educação, você tem que mobilizar, em primeiro lugar, os professores. Os professores devem estar de acordo com você. E isto é muito difícil, pois eles têm sindicatos, eles não querem mudar, eles são tradicionalistas, eles geralmente não são o tipo de pessoas que estão dispostas a qualquer mudança porque têm exercido sua profissão durante muitos anos.

A menos que sejam mobilizados os professores e, em seguida, os pais e, em seguida, a comunidade, a reforma permanecerá teórica. E eu acho que uma das tarefas dos ministros, que é uma tarefa muito difícil, é, de alguma forma, mobilizar as pessoas de tal maneira que o que você planeja tenha algum significado para a criança na sala de aula. Porque muitas reformas educacionais ficam presas no meio do processo: o ministro assina a reforma, ele ou ela está muito feliz, eles acham que eles fizeram uma enorme diferença, eles vêm para a sala de aula e, dez anos mais tarde, deparam com a mesma coisa: nada aconteceu.

A maneira de fazer a diferença é começar a convencer aqueles que estão realmente fazendo o trabalho, e eu me refiro aos professores, que eles devem ser parceiros neste tipo de mudança, caso contrário – e acho que é uma das mais difíceis tarefas – a maioria das novas ideias na educação não funcionará na sala de aula. Eu acho que essa é uma das razões pelas quais as correlações entre as reformas escolares e as mudanças reais nas escolas são muito fracas – não digam isso para o meu ministro da Fazenda, mas quando ele me perguntou: “Até que ponto você está certa de que isso vai melhorar a situação?” Eu disse: “Isto, com certeza, vai funcionar!” Mas devo dizer que se você conhecer um pouco da história das reformas educativas, a resposta é: “Deus me ajude!” Quem sabe se isto vai funcionar? Eu tenho de trabalhar muito para convencer as pessoas que trabalham nesse campo a fazerem o que eu quero que elas façam, para que algo aconteça, e eu realmente não sei o quão importante isso será, e essa será uma questão para o futuro. Você coloca uma grande soma de dinheiro em reformas educacionais, eu acho que os Estados Unidos colocaram muito dinheiro no projeto “Nenhuma criança é deixada para trás”, e não creio que seja um grande sucesso. Em parte porque eu acho que eles não fizeram a pergunta certa e eles não mobilizaram os professores para fazer a coisa certa. Então, você tem uma reforma, você tem uma legislação, você tem uma ideia, você pensa que está certo e no fim do dia você ainda está preso. “O que foi que fizemos?”

Seguindo esses quatro pontos, nós nos perguntamos: onde é que as crianças falham? Por que elas falham? E há muitas respostas para essa pergunta muito simples, mas nós fizemos a pergunta a partir de uma perspectiva. Queríamos saber se a maioria das crianças falha por ter um pequeno problema que poderia ser resolvido na escola ou se muitas crianças falham em algumas escolas, porque têm problemas que os professores não podem resolver. Estas têm de ir para tratamento profissional, elas precisam de algum apoio. A maioria dos problemas é do tipo que, se realmente os professores ensinarem a criança, então este ou esta professora, principalmente esta, poderá ajudar a superar. No entanto, as turmas são demasiado grandes para que os professores possam influenciar na maneira como as crianças estudam (especialmente em Israel tenho visto classes como essas, assim como no Brasil e acho que isto é uma realidade em outras partes do mundo também). Agora,

todo mundo diz que se pretende reduzir o tamanho das classes e você tem de reduzi-la a menos de vinte crianças por turma, as implicações financeiras desse procedimento são enormes. Em Israel, por exemplo, temos de duplicar o número de turmas e duplicar o número de professores para que isso aconteça. Porém, isso exige muito, e eu não achei que fosse possível fazer essa mudança.

Nós, então, decidimos fazer acordos com parceiros. Nós assinamos um contrato com os sindicatos de professores, que foi o primeiro estágio para se fazer a mudança com os professores, sem desconsiderarmos suas posições. O acordo com os sindicatos aumentou os salários dos professores em cerca de 30%, que não é muito, porque os salários são muito baixos, mas a partir do ponto global da despesa nacional foi superior a 5 bilhões de shekels, cerca de 1,5 milhão de dólares. Isso foi muito dinheiro para o Estado investir apenas em salários. Então, nós dissemos aos professores: “estamos tentando lhes dar melhores salários na esperança de que isso irá trazer pessoas melhores, melhores professores e exigimos que cada professor dê 5 horas tutoriais por semana”. Então, se a semana do professor é de 36 horas, estes ensinam por 26 horas em sala de aula, fazem o seu trabalho gerencial por 5 horas e têm de fazer um trabalho tutorial por 5 horas com 1 a 5 crianças por vez. E, nesse trabalho, eles devem analisar as dificuldades de toda e de cada criança. Foi possível perceber três fatos muito interessantes.

Primeiro, todos os professores estavam muito assustados para se reunirem com as crianças, pois quando você se senta em uma sala com quarenta crianças, você nunca encontra de fato cada criança. Mas quando os obrigamos a sentar em pequenos grupos, eles perceberam quais são os problemas dos seus alunos. Alguns vêm de dificuldades de aprendizagem, dificuldades sociais, dificuldades econômicas, novos imigrantes, ou estresse por causa de todos os tipos de problemas em Israel depois da guerra. E de repente, o professor tem de lidar com a criança. Nós descobrimos que o treinamento para professores deveria ensiná-los a lidar com a criança sozinha.

Em segundo lugar, nós descobrimos que os professores podiam muito rapidamente identificar problemas, problemas simples, e lidar com eles. Portanto, embora não tenhamos resultados nacionais agora, podemos ver que no nível escolar, estamos lidando com crianças que estão obtendo um apoio melhor, estão ficando mais confiantes para lidar com essas questões e estão obtendo melhores resultados na sala de aula. Por exemplo, nós introduzimos algo muito simples que descobrimos que estava fazendo uma grande diferença: selecionamos crianças com dificuldades na sala de aula e ensinamos a elas a mesma coisa que lhes seria ensinada numa classe com mais alunos, antes do início das aulas. Em seguida, elas tiveram aulas numa classe maior e, subitamente, elas eram as únicas

crianças capazes de responder a todas as perguntas corretamente. Essas crianças, pela primeira vez tiveram uma experiência de sucesso, e todos disseram: “Uau! Ele sabe a resposta!”

Isso parece impressionante, as crianças começaram a ganhar autoconfiança. Nós achamos que muitas crianças falham porque se sentem tão inseguras em relação a elas mesmas, que não estão prontas para enfrentar o que está acontecendo na sala de aula. Mas quando elas conseguem uma ou duas vezes dar a resposta correta, depois, se errarem, tudo bem, ao menos tentarão novamente, por que eles já tentaram antes e conseguiram. Então tivemos grande cuidado, de forma que por meio desse momento de intimidade entre o professor e a criança, elas terão momentos de sucesso, momentos de compreensão que lhes permita voltar para as salas de aula. Também descobrimos que temos tempo suficiente para cuidar das crianças com habilidades excepcionais e lhes dar algum apoio. Aqueles aqui presentes que são professores sabem que em uma sala de aula lotada, as crianças muito brilhantes podem ser um problema tanto quanto as que têm deficiências, porque aquelas sabem a resposta, ficam muito impacientes, entediadas, correm de um lado para o outro, enfim, elas não se sentem conectadas com nada. Então fornecemos as ferramentas para os professores tomarem responsabilidades sobre os alunos. E esperamos que, assim procedendo, o que nós veremos, é que os professores ficarão mais comprometidos, que nenhuma criança será deixada para trás, porque agora eles possuem as ferramentas necessárias. Eu penso que o problema com o projeto “Nenhuma criança é deixada para trás” nos Estados Unidos está na avaliação sem o fornecimento das ferramentas para corrigir os problemas que causam a avaliação baixa: a escola está decaindo. Então o que fazer? Não podemos apenas dizer-lhes “seus resultados estão terrivelmente baixos”. Temos que lhes dar as ferramentas para melhorar.

Nós descobrimos que as crianças estão melhorando, os professores acham que estão atingindo os seus objetivos e os pais, que estavam muito desgostosos com os professores, agora lhes são gratos porque sentem que alguém se importa com seus filhos. Então, eu gostaria de acrescentar que a educação, em vários sentidos, exige ferramentas muito simples. Todo o resto vem mais tarde e, se tentarmos prover as crianças com habilidades básicas e com experiências de sucesso enquanto ainda são novas, então, nossas chances de prepará-las para as próximas etapas no processo educativo serão consideráveis.

Todos nós deveríamos nos preocupar com a questão de onde a criança começa. O início conta mais do que os dois últimos anos de ensino. Todas as vezes que havia uma reforma educacional em Israel, queriam uma maior quantidade de crianças graduadas, com o diploma da escola. Isto é muito superficial, e como o ministro Haddad disse, você pode aumentar a quantidade de alunos graduados muito facilmente; é necessário apenas diminuir o nível geral de educação, sem realmente transmitir melhores capacidades para as crianças. Ao passo que, se você começar na primeira série,

certamente precisará de muita paciência, entretanto, terá mais chances de criar uma verdadeira dinâmica de mudança, que poderá, depois, estimular outras mudanças, e fazer uma verdadeira diferença.

Joaquim Falcão

Eu convido os senhores a acompanhar um pequeno raciocínio de uma forma indutiva que não será mais do que uma nota de rodapé para a questão central deste seminário: “instituições para inovação”. Essas instituições que têm uma estratégia, que é a estratégia da experimentação, do pluralismo e da descentralização, como diz Roberto [Mangabeira Unger], buscando a inovação. Essa é uma pequena reflexão que eu vou fazer. De que instituições estamos falando? Por gentileza e por dever de anfitrião, eu não vou fazer essa pergunta aos convidados estrangeiros. Mas, vou fazê-la aos convidados brasileiros. Quem dos senhores, ou algum dos filhos ou sobrinhos dos senhores – e é essa a pergunta que eu faço no primeiro dia de aula numa *Law School* – já não baixou música ilegalmente na internet? Se houver alguém, eu peço que levante o braço. Vejam o drama de um professor de Direito: quando ele chegar no seu primeiro dia de aula, verá que 100% dos seus alunos já baixaram músicas ilegalmente na internet. E a partir dali, você terá de dizer que isto é crime e que eles terão que combatê-lo. Eles ficarão dilacerados. A faculdade será algo que não pertence à vida deles. Algo fora deles. Sobre esse pequeno e simples fato do cotidiano que eu acredito ser de todos os países, o que me chama atenção é esta questão que colocarei para os senhores.

Eu não vou perguntar sobre a legalidade ou ilegalidade. Mas vou perceber que a tecnologia ocupa o dia-a-dia fora da escola seja do Pedro, o filho do Silvio Meira, ou seja dos meus alunos. E são duas culturas diferentes, como disse nosso colega da Rússia. A cultura institucionalizada da escola e a cultura desinstitucionalizada, de uma *network generation*. Como eu concilio isto? Do contrário, eu não tenho um processo de aprendizagem. Ou então, eu tenho um processo dilacerado de aprendizagem. O português que se exige na escola é diferente do português que eles praticam no dia-a-dia, dos meios de comunicação. Qual é a gravidade e o desafio disso? Eu comande a Fundação Roberto Marinho, que tem seguramente o maior programa de tele-educação das Américas e da Europa também. E constatamos algo muito simples: um jovem brasileiro passa mais tempo assistindo televisão do que na escola. Em alguns dias, como no domingo ou no sábado, chega até a 6 horas, e na escola são 4 ou 5 horas no máximo. Quem educa essa criança? Quem educa o meu aluno de Direito? A faculdade ou a nova cultura dos meios de comunicação e tecnologia?

Se eu não conseguir incorporar na instituição escola e faculdade a desinstitucionalização da rede, a educação, como instituição, vai perder o jogo. O desafio que eu vejo então hoje é esse: instituições para a inovação. Considerando apenas que existe essa tensão entre o dia, o cotidiano tecnológico do meu aluno, e que ele é anti-institucionalizável, e o esforço de institucionalização da escola por mais moderno e inovador que venha a ser.

David Lammy

Eu devo começar dizendo que no Reino Unido nós temos nove ministros em nosso Departamento de Educação. Nós agora temos dois ministros da Educação e eu sou um deles, com a responsabilidade particular para habilidade educacional, qualificação profissional, aprendizagem e o nosso sistema de treinamento. E eu quero apenas fazer três ou quatro observações, se me permitem, da perspectiva do Reino Unido.

A primeira, é claro, é a preocupação da centro-esquerda, especialmente em relação à educação: acesso. E enquanto nós temos esta conferência, todos nós temos consciência de que a maioria dos jovens que cresce em países em desenvolvimento, ainda não estão na escola. De fato, eu tenho aprendido, como ministro, que o presente que eu deveria levar em abundância quando visito a África, é um lápis. Não existe uma só vila aonde você vá que os jovens não estejam desesperados para terem um lápis ou uma caneta para irem à escola e terem o equipamento para serem educados, e essa é a preocupação de todos nós da esquerda: dar ao jovem o acesso à educação em primeiro lugar. E esse debate tem dominado a paisagem da Grã-Bretanha por boa parte do século XX. Nós, na Grã-Bretanha, no Partido Trabalhista, estávamos preocupados em dar aos jovens uma educação abrangente e, com isso, queríamos dizer que todos os jovens deveriam estar na escola e ter acesso à educação. Nós éramos contra a seleção na educação, e historicamente éramos contra a educação privada. Nós acreditávamos que o Estado deveria ser o maior ator na área de educação. Esse debate evoluiu e, na administração de Tony Blair, mudamos de estruturas de educação abrangente para um debate sobre o que ensinamos aos jovens. Mudamos para um debate sobre a qualidade, sobre padrões, e esses padrões foram o mantra do Departamento de Educação, Universidades e Habilidades na Grã-Bretanha.

Por isso nós reorientamos os nossos professores; alguns a quem isto não cabia, deixaram os seus empregos. Nós acreditamos fortemente que professores chefes de departamento nas escolas eram extremamente importantes nas nossas escolas, para mostrar liderança. Nós criamos um sistema de

ranking e transparência para que os pais pudessem estar absolutamente certos da qualidade de suas escolas em relação a outras escolas de sua vizinhança. Nós introduzimos mais escolha, novos tipos de escolas, dirigidas tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. E houve progressos significativos durante este último período.

Gordon Brown, quando entrou no governo, decidiu dividir o velho departamento de educação e Habilidades pela metade. Ele criou dois novos Departamentos, e acho que os dois Departamentos novos são a questão central do debate sobre a educação na Grã-Bretanha neste novo século. Ele criou o Departamento de Crianças, Escolas e Famílias e o Departamento para Inovação, Universidades e Habilidades, do qual faço parte. Fazendo isso, ele estava dizendo duas coisas: ele estava reconhecendo que, embora tivéssemos alcançado grandes progressos nos padrões de nosso Sistema de Escola Pública, muito do desafio futuro no Reino Unido e, na verdade, na maior parte do mundo desenvolvido, certamente, encontra-se fora da porta da escola. A escola fecha às quatro horas da tarde e as crianças retornam para suas famílias. E nós passamos a compreender que a esfera pública além da escola é tão importante quanto dentro desta. Portanto, futuros investimentos nos serviços para os jovens e atividades de qualidade para os jovens fazerem depois das aulas, nos sábados e domingos, são agora muito importantes. Nós estamos engajados em discussões mais significativas sobre o papel da televisão, da mídia, de outros agentes da sociedade, da Internet e preparados para ter mais discussões sobre regulamentos dentro desta área.

Nós entendemos a importância da família. Existe um debate aguçado na Grã-Bretanha atualmente, em relação a muitos de nossos jovens crescendo em lares desfeitos e as pressões especialmente sobre as mulheres. Nós temos realizado investimentos vultosos direcionados às crianças abaixo de cinco anos, e provisões para assegurar às mulheres que retomem sua educação. Mas nós reconhecemos que existem mais coisas que deveremos fazer para apoiar pais separados, particularmente com seus filhos adolescentes e na transição da escola primária para a escola secundária.

Então, existe um amontoado de temas em nosso novo Departamento que vão além da autoridade da escola na sociedade. É importante, parece-me, que a centro-esquerda esteja envolvida nesse debate, compreendendo que o Estado, o governo, não é o único ator, tem de trabalhar em parceria com o setor de voluntários, sociedade civil, bem como o setor privado, se quisermos fazer algum progresso. Apenas para dar-lhes um exemplo, quando eu fui eleito deputado para Tottenham, que é um dos distritos mais pobres de Londres, com uma circunscrição eleitoral bem multi-étnica, uma população muito diversificada e 188 línguas diferentes faladas, cerca de 10% das escolas estavam obtendo, para os jovens de 16 anos, 5 alunos com notas de A até C nos seus exames escolares . Isto

significa que 90% das escolas estavam falhando em dar às suas crianças os mais básicos padrões de educação que se pode obter até os 16 anos. Nós conseguimos subir esse percentual para 50% agora, nos últimos 10 anos, mas para irmos acima disso, precisamos estar fortemente engajados na agenda acima dos padrões, aquela agenda fora da escola, para assegurar que aquelas crianças vivendo em condições familiares precárias, com pais separados, com drogas em casa, com crime na porta de casa, estarão tendo o que de melhor nosso sistema pode oferecer.

Eu também disse que nós criamos o Departamento de Inovação, Universidades e Habilidades, e isso foi porque reconhecemos que esse centro será dominado pela globalização e pelo emergente crescimento da China e da Índia, particularmente, como forças dominadoras. Então o futuro da Grã-Bretanha está amparado em três coisas: pode-se capacitar toda uma população? Isso nunca foi antes conseguido. Se a Grã-Bretanha não tivesse o sistema de classes, não o teria exportado para outras partes do mundo. Portanto, temos de conseguir isso muito em breve se quisermos ser tão produtivos quanto precisamos como Nação. Podemos capacitar todo o País? Por isso, quero dizer que numa população de 70 milhões de pessoas, a Grã-Bretanha ainda tem 6 milhões de pessoas com um nível de alfabetização de uma criança de 11 anos e 7 milhões de pessoas com habilidades para compreender cálculos equivalente. Precisaremos mudar esse quadro até 2020 se quisermos chegar onde precisamos estar.

Podemos ter algumas das melhores universidades do mundo? Tivemos um forte debate sobre a forma como devemos financiar as nossas universidades. O governo ganhou esse debate e mudamos de um sistema de total subvenção pública para um sistema de mensalidades escolares e de subsídios públicos, para que tenhamos mais dinheiro no nosso sistema de ensino superior. E nós estamos colhendo os frutos quando vemos nossas universidades ocupando os melhores lugares, juntamente, claro, com algumas das universidades americanas, algumas das quais estão representadas nesta mesa. Contudo, as universidades britânicas estão emergindo novamente como instituições de peso no sistema porque elas têm recursos para tal. Nós acreditamos que isto é muito importante, porque precisamos dessas instituições de ensino superior investindo em pesquisa e desenvolvimento e voltando para o sistema.

E o terceiro componente, que é o tópico dessa conferência: “Inovação” – podemos ser um país inovador? E podemos, ao prover esta inovação, reter alguns desses bens em nossas fronteiras? A Grã-Bretanha é um país que – muitos concordarão – inventou muitas coisas no último século. Mas a habilidade de aplicar e fazer dinheiro com isto, há muito foi para outros lugares. Então a inovação tem aparecido como muito importante para nós. O que eu estou dizendo é que, para nós da centro-esquerda, existe

uma importante agenda além das portas da escola, com a qual nos temos que familiarizar, em que famílias estão menos bem colocadas para aproveitar ao máximo o sistema de educação.

Existe, também, uma agenda que domina a minha pasta na Grã-Bretanha, que não é somente sobre os jovens, é sobre a população adulta. É sobre como capacitar aqueles que já estão no mercado de trabalho, dentro da força de trabalho. Como se capacitam essas pessoas com as habilidades necessárias? Nós sabemos, na Grã-Bretanha, que vamos perder cerca de 1 milhão de empregos em nossa economia nos próximos dez anos, que simplesmente não estarão lá, porque os trabalhos de baixa formação educacional tampouco lá estarão. Então, como estamos equipando esta população de adultos para tomarem o seu lugar nesta nova realidade econômica? Este deve ser um desafio central, parece-me, para a centro-esquerda. Isso somente poderá acontecer com investimentos em treinamento e capacitação para aqueles que já estão na força de trabalho, e com meios inovadores para garantir que o setor privado invista nessa capacitação onde, algumas vezes, não é do interesse deles. Como podemos garantir que as universidades estejam conectadas a essa questão e que a inovação esteja também integrada?

Roberto Mangabeira Unger

Quero falar sobre o conteúdo e o método da educação e como isso vincula o tema do ensino ao tema central desse encontro, inovação. Falo em defesa de um programa revolucionário em matéria de paradigma pedagógico. Estou consciente de que as minhas observações parecerão utópicas, depois de muitas décadas de reveses e decepções em matéria de renovação pedagógica. Eu não vejo, porém, como podemos ser fiéis à ideia da centralidade e da inovação sem persistir na tentativa de mudar radicalmente o conteúdo e o método do ensino, apesar de todas as dificuldades. Faço duas observações preliminares.

A primeira é que a esquerda historicamente se associou à ideia de transformação da natureza humana por meio da educação. Ao abandonar as partes irrealistas desta aspiração, nós precisamos tomar cuidado para não abandonar o resíduo prático e indispensável dessa ideia. A tentativa de equipar as pessoas comuns para resistirem e transformarem, para poderem ser agentes e não apenas objetos de uma dinâmica de inovação.

Isso me leva à minha segunda observação preliminar. Há duas tradições no Ocidente moderno sobre o contexto político da escola. De acordo com uma tradição que prevalece, por exemplo, nos Esta-

dos Unidos, as escolas devem ser controladas pela sociedade local, vistas como uma comunidade de famílias. E de acordo com outra tradição predominante em alguns dos países europeus, a escola deve estar sob o controle de uma burocracia central. Nenhuma dessas duas tradições presta para uma democracia que se dedica ao ideal da disseminação das práticas inovadoras para a humanidade toda. A tarefa da escola numa democracia é resgatar a criança de sua classe, de sua cultura, de seu período histórico e, sobretudo, de sua família.

E aí vem um paradoxo. A escola precisa do engajamento da família e da comunidade, mas não pode ser o instrumento da família ou da comunidade. Porque a família diz à criança: “seja como eu”. E a tarefa da escola numa democracia é permitir à criança dominar os instrumentos para resistir e para transcender. A escola numa democracia é a voz do futuro, dentro do presente. E por essa razão também, a escola não pode ser o instrumento da burocracia do Estado. Nós precisamos criar um espaço institucional que contraponha as influências da comunidade local de famílias e da burocracia central e crie, com isso, um espaço autônomo de resistência e de transcendência.

Agora, chego à questão do conteúdo. A escola no seu aspecto de ensino geral, em primeiro lugar precisa rejeitar a ideia de um ensino enciclopédico e informativo. Contudo, rejeitar essa ideia sem cair nos modismos pedagógicos sem conteúdo. O foco, é verdade, tem que ser no fundamental, das capacitações analíticas em matéria verbal e numérica. Mas a informação tem que ser mobilizada de forma seletiva e aprofundada, como instrumento de capacitação analítica.

Em segundo lugar, o ensino não pode proceder com o objetivo de transmitir um cânone de conhecimentos. O ensino não pode ser canônico na sua orientação. O ensino, desde o início, desde as etapas iniciais, tem que proceder de acordo com o método dialético. Nenhum assunto deve ser ensinado de uma só forma. Qualquer assunto, qualquer matéria, qualquer ideia deve ser ensinada de pelo menos duas formas contrastantes. Senão, o ensino não é para valer, senão, não liberta, não forma o intelecto.

E, em terceiro lugar, o ensino, na sua conformação social, na sala de aula, tem que fugir do que tem sido predominantemente em toda a história do Ocidente, que é uma combinação do individualismo e do autoritarismo. O ensino na escola, desde o início, tem que seguir um método cooperativo e experimentalista, no modelo das formas mais avançadas do trabalho científico, antecipadas para os estágios iniciais da aprendizagem.

Esse projeto, essa orientação programática em relação ao ensino em sua parte geral, tem que ter como contrapartida uma atitude em relação ao ensino prático, ou técnico ou profissional. O ensino

técnico e profissional não deve ser rigidamente separado do ensino geral. O ensino deve aproveitar as afinidades profundas entre as capacitações conceituais e as capacitações práticas. O ensino prático ou profissional que é relevante nas sociedades contemporâneas e inovadoras não é um ensino de ofícios rígidos, específicos a uma máquina ou a um emprego. Em primeiro lugar, por uma razão prática, porque não se ensina alguém a manejar uma máquina numericamente controlada da mesma forma que se ensina alguém a operar um torno mecânico. Porém, em segundo lugar, por uma razão política e social, não queremos, numa democracia inovadora, aprofundar o contraste entre o ensino das elites como generalistas e o ensino das massas como especialistas.

Esse é o cerne do projeto que me parece um componente indispensável do programa de instituições para inovação e de instituições inovadoras que estamos discutindo nesse encontro. Agora, termino com uma reflexão sobre um terreno específico em que esse programa deve ser executado. O terreno é o do ensino das ciências naturais. Em todo mundo, o ensino das ciências naturais tende a ser retrógrado. Não há, pelo que eu saiba, nenhum exemplo nacional no mundo, embora haja escolas excepcionais que nos apontem um caminho de um ensino aceitável da ciência natural. Ciências naturais nas escolas fundamentais e médias tendem a ser ministradas por pessoas hostis à imaginação teórica e que abordam a ciência da perspectiva da história natural. Para essas pessoas, o mundo é um amontoado de fatos acidentais paradoxalmente regidos por leis imutáveis. É a ontologia de Aristóteles aplicada à ciência de Newton. Essa forma retrógrada de ensinar a ciência repele as vocações científicas. A grande maioria das vocações científicas da humanidade deve ter sido sufocada no nascedouro por esse antagonismo militante e vulgar contra a imaginação teórica em matéria de ciência. Alguém teria de ter uma antevisão das possibilidades da ciência para atravessar esse deserto e encontrar a ciência prática e científica do outro lado, na universidade.

É uma tarefa essencial do programa que nós estamos discutindo aqui, acabar com tudo isso, e, apesar de todas as discussões e de todos os reveses dos últimos cem anos em matéria de reforma pedagógica, insistir num programa revolucionário de transformação do conteúdo e do método da educação pública.

Silvio Meira

Quero fazer uma observação sobre o que Joaquim falou, da tensão que na verdade ele vê na escola de Direito, entre o presente vindo do passado e o presente vindo do futuro, que tem quase tudo a ver com

as observações do professor Mangabeira sobre o ensino de ciências. Se partirmos do entendimento, talvez primário e na época ingênuo do C. P. Snow sobre as duas culturas naquele *paper* famoso, *The Two Cultures Snow*, separava as culturas que estavam crescendo no conhecimento entre a ciência, preocupada necessariamente com a verdade, e as artes, preocupada com a estética, ou humanidades, preocupada com o entendimento. Eu acrescentaria uma terceira a essas duas culturas, que é a cultura da tecnologia. Esta não está preocupada com absolutamente nada. Ela cria possibilidades e rompe preceitos e sistemas conceituais e estabelecidos. Então, enquanto a tecnologia cria possibilidades, por exemplo, da cura da dor de cabeça em Hipócrates – e isso não precisa ser entendido por nenhum sistema de humanidade, de Direito, de Economia de absolutamente nada – a ciência vem descobrir como é que a tecnologia da cura da dor de cabeça da época de Hipócrates funciona na década de 80 do século passado. E um professor inglês ganhou um Prêmio Nobel por causa disso.

Esse equilíbrio entre as forças começa a se desmoronar, quando a tecnologia entra em cena e cria curvas exponenciais. O fato que Joaquim [Falcão] estava falando é contraposto por um estudo que foi publicado essa semana na Inglaterra pela MCPS/PRS (*Mechanical Copyright Protection Society/Performing Right Society*), que é um estudo sobre pirataria de música na internet, que se chama “Liga o Downloading”. *Here to stay* é o título em inglês do estudo. A MCPS/PRS é a aliança inglesa que representa o *copyright* de mais de 10 milhões de músicas, e o segundo membro do estudo é o *Big Champagne* – empresa de medição de audiência *online*. A conclusão do estudo é basicamente a seguinte: “*non-traditional venues are stubbornly entrenched, incredibly popular and will never go away. It’s time to stop swimming against the tide of what people want and look for new venues and forms of revenue*”. Ninguém abaixo de 25 anos de idade está se fazendo nenhuma pergunta sobre *downloading* de música na internet. A palavra “ilegal” foi simplesmente removida da frase “*illegal downloading*”: não existe ilegal. Ilegal é na escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em todo o resto do mundo é *downloading*. Curvas exponenciais de introdução de tecnologia na sociedade trazem o futuro para o presente, e desmontam instituições. Isso aconteceu com a prensa de Gutenberg, aconteceu com o vapor, com a eletricidade, com o telégrafo, com absolutamente tudo que já vimos. A gente está só em uma nova curva dessas. Na mesma semana em que esse estudo foi publicado, uma banda lançou o seu mais novo álbum que se chama *Death Magnetic*, não em MP3, nem no iTunes em primeiro lugar, mas, sim num jogo chamado *Guitar Hero 4*, em que eu toco guitarra com a banda dentro do jogo, que é o que muito provavelmente a geração do meu filho vai fazer. Ele vai querer tocar com a banda no jogo que ele já joga, e não simplesmente ouvir.

Nós voltamos do ponto de vista da tecnologia à era da *performance*, e isso, ministro Mangabeira, eu acho que se aplica à educação. Muito provavelmente, se as nossas crianças estivessem na escola

só para aprender, a média deles que foi mencionada pelo ministro Haddad, os 50% que empatam com Israel, eles entrariam na escola às sete e meia e iriam embora às oito e meia. O problema é que eles estão ficando na escola sendo amestrados para ter um comportamento social aceitável, “*like dogs*”. Então, é outra coisa que está acontecendo, e o problema de ciência e da tecnologia hoje, no Brasil, é que a maior parte dos professores da escola primária e secundária foi formada em escola de formação de professores. Eles não são nem engenheiros nem técnicos. Eles tiveram aula sobre como dar aula de ciência. Mas eles não entendem de ciência para dar aula de ciência, e muito menos de tecnologia para resolver problema. Por isso é que temos como efeito colateral o seguinte: vamos voltar para o caso de Pedro, meu filho, conectado na internet, e eu acabo aqui.

Eu estava em casa usando um dos computadores da casa, ele chegou e disse: “eu posso usar esse computador aí?”, eu disse: “por que você não usa aquele?”, ele disse: “este tem a tela maior, e eu preciso fazer uma tarefa de casa”. Eu perguntei: “que tarefa é essa?”. Disse ele: “eu tenho que arranjar figuras de animais para botar nesses círculos aqui”. Era um trabalho de teoria ingênua dos conjuntos: pegue quatro animais iguais e coloque aqui, pegue três iguais e coloque ali. Eu pedi a tarefa para ler. E estava lá escrito: Pegue revistas, pesquise, procure animais iguais, corte e cole nesses lugares. Eu disse: “você viu que a tarefa é para ser feita cortando revistas?” Ele disse: “Vi. Mas, no Google é mais fácil. Eu procuro, imprimo, corto e ponho no lugar. Eu não tenho que procurar em revista nenhuma”.

Então, o sistema que educa está educando com retrovisor. O menino que é educado está olhando com telescópio. E essa é a tensão que acaba na sala de aula do Joaquim e na sala de aula das nossas escolas primárias e secundárias e, infelizmente, nas universidades, como na minha.

Margarita Stolbizer

Bem, agradeço sinceramente essa nova intervenção do ministro Mangabeira que nos faz voltar à profundidade do debate no qual estava pendente o tema do método e do conteúdo, da necessidade de reivindicar o sentido revolucionário que deve ter a educação, como também de pensar, sobretudo, nessa nova institucionalidade vinculada à educação. Quero incorporar a este debate, sobretudo, dois caminhos: um é o conteúdo, e o outro é o financiamento. Devemos abordar seriamente o tema do financiamento da educação por parte do Estado, o que implica assumir a justiça distributiva, para evitar também que a distribuição depois termine sendo uma discussão abstrata

ou retórica. Em meu país, a resolução da área institucional da educação indicou que os alunos e os docentes teriam 180 dias de aulas obrigatórios. Na verdade, isso caiu por terra com a primeira chuva, porque os tetos das escolas públicas pingavam de tal maneira que as crianças não podiam mais ir à escola. As temperaturas eram muito baixas, as escolas não possuíam gás para o aquecimento e as crianças não podiam cumprir os 180 dias.

Tal fato foi utilizado como um mecanismo de confrontação do governo com os sindicatos, justamente para dizer: se as crianças não aprendem até terminar o ano, é porque os professores não cumpriram com os 180 dias de aulas. E, na verdade, os primeiros que não puderam cumprir com os 180 dias foram as próprias autoridades, que não podiam resolver os problemas dos tetos das escolas, e nem fornecer o gás para o aquecimento. O tema do financiamento é central ao nosso debate, e o ministro Haddad o colocou muito claramente com relação à formação dos docentes. É impossível falar da educação dos nossos filhos, se não hierarquizamos a educação hierarquizando os docentes. E os docentes são hierarquizados por duas vias: a principal destas é a formação, a capacitação desses docentes para que possam despertar as necessidades e capacidades que são necessárias nas crianças. E devem ser hierarquizados também com salários dignos. Do contrário, será impossível exigir dos docentes que assumam uma carga enorme de tarefas nas quais nós, como pais ou autoridades, temos tantas expectativas depositadas, se pagarmos a nossos professores salários miseráveis, entre outras coisas. Porque o orçamento da educação termina sendo, na maioria das vezes, o orçamento que se ajusta em função dos compromissos dos endividamentos dos países em desenvolvimento. Esse é outro tema que nós temos que incluir em cada debate: o impacto que tem o nível de endividamento dos nossos países e o quanto isso condiciona nossas possibilidades de desenvolvimento, inovação e obviamente, educação.

O outro tema é o conteúdo. Temos uma taxa muito alta de deserção escolar e, na verdade, ela não é mais alta porque muitos vão à escola para comer. Então, não abandonam a escola por conta da merenda. Caso contrário, teríamos uma taxa ainda mais alta. Então, precisamos discutir seriamente e profundamente, da forma como colocou Mangabeira, sobre o conteúdo da educação, para evitar o abandono ou a deserção, na verdade, por desalento ou desatenção. E este volta a ser um das temas centrais. Eu compartilho também aquilo que dizia a ministra Tamir. É importante recuperar o sentido pedagógico da educação, da transmissão do conhecimento e dos saberes, mas a discussão também tem que passar por quais são os saberes que vamos transmitir.

Tomando talvez o exemplo do Mangabeira com relação ao ensino das ciências naturais, em meu país – e suponho que nos outros também –, as crianças precisam conhecer o sistema digestivo do sapo, e

não podem passar de ano se não souberem onde está localizado o estômago deste, e também devem conhecer todas as articulações de um lagostim. Enquanto isso, temos problemas sérios da poluição ambiental – somente para tomar um dos temas que poderiam estar perfeitamente vinculados: o da preservação dos nossos recursos naturais, justamente com o estudo das ciências naturais. Por isso é tão importante o tema da qualidade da educação, em razão dos conteúdos da educação.

Um professor universitário, doutor em ciências naturais, uma pessoa de muito prestígio, o doutor Angel Plastino, há alguns dias em uma conferência dizia: temos um problema com a escola que até vai contra a biologia das próprias crianças, que obrigamos a se sentarem por cinco horas em bancos de madeira, onde nós não estaríamos, obrigando-os a prestarem atenção durante tantas horas, quando nós adultos também não o poderíamos fazer. E também criticava obviamente aquilo que diz respeito ao conteúdo da educação.

Eu acredito que a discussão sobre quais são os saberes a serem transmitidos está vinculada à discussão que tivemos hoje de manhã, com a inovação pensando um novo modelo produtivo, um novo modelo de desenvolvimento produtivo, um novo modelo industrial. Porque também é certo que nos países onde o desemprego é muito alto, todos os setores da sociedade são afetados. Mas, os que têm um nível maior de qualificação educacional transferem a procura de empregos aos que têm um nível de educação mais baixo. E o fio se corta sempre, por mais fino que seja, e os que perdem são os mais pobres, pois, é claro, são os que tiveram menor possibilidade de acesso à educação. Por isso, muitas vezes, damos o exemplo dos universitários que ocupam o lugar que deveria ocupar um estudante de nível médio, e o de nível médio acaba ocupando um posto de repositor de mercadoria no supermercado ou de cadete, o que poderia fazer aquele que apenas terminou o ensino fundamental.

Por isso é tão importante pensar a educação como função desse modelo de desenvolvimento industrial e produtivo. A definição dos saberes a serem transmitidos tem a ver com a definição de futuro que se quer construir. Por essa razão, a discussão volta a ser estratégica, volta a ser uma discussão que eu entendo ser estrutural, de médio prazo, muito profunda, onde também a revolução deveria passar em grande parte pela definição desses saberes. A necessidade de que as crianças sejam formadas em uma construção coletiva, solidária e cooperativa, porque a construção do capital social que uma nação precisa para o seu próprio desenvolvimento não é outra coisa: é a interação, com critério coletivo, com critério cooperativo, que se dá em princípio na escola, como base justamente para a construção desse capital social.

E o outro aspecto muito vinculado também com nosso tema de inovação é a criatividade. Nossos jovens, nossas crianças são tolhidas nas suas possibilidades criativas, de suas possibilidades de desenvolver capacidades e habilidades próprias e sociais. Então, precisamos repensar os saberes em função também desses novos critérios: o pensamento crítico, a capacidade de analisar. Bem, isso é um pouco o que disse Mangabeira, a informação que sirva depois como insumo para análise e pensamento crítico.

Cornel West

Tentarei ser breve, mas parece-me que não podemos superestimar a importância e o significado dessa discussão da educação. Porque entendo que não se pode falar seriamente sobre inovação, em qualquer sentido progressivo, sem um entendimento fundamental do papel da educação dentro da inovação. Agora, eu prefiro usar a palavra grega *paideia*, voltando a Platão. Porque nós não estamos falando somente de educação na escola, habilidades e transmissão de conhecimento. Estamos falando sobre o cultivo do “eu”, sobre a maturação da alma que anda de mãos dadas com a democratização da sociedade. E nós voltamos ao livro 10 de *A República*, de Platão: o deslocamento da *paideia* de Homero, que era sobre o heroísmo militar, sobre a integridade pessoal como com Aquiles, e nós dizemos, não! Nós temos um novo modelo, um heroísmo filosófico com Sócrates, temos integridade intelectual, mas sabemos que ambos os modelos não têm nada a ver com a compaixão pelas pessoas comuns, o que significa que não têm nada a ver com o legado de Jerusalém: nada a ver com Amos, nem com Jesus ou com Maomé.

Nós precisamos de uma *paideia* democrática. Precisamos repensar as noções de magnanimidade para que a nossa concepção de heroísmo tenha a ver com a vontade de nos sacrificarmos, cultivando a nós mesmos, amadurecendo a alma, para o interesse comum e o bem público, não apenas no sentido militarista e Homérico. Nós precisamos construir sobre Sócrates e dizer: não poderá haver democratização da sociedade no nosso sistema educacional enquanto não dermos ênfase à coragem intelectual e moral, como Sócrates, mas também com a compaixão pelas pessoas comuns, encontrada nem em Homero ou Platão, nem em Aquiles ou Sócrates. Então, de onde vem isso? Vem de exemplos. Eu, pelo menos, penso que não é por acidente. Eu sei que, nos Estados Unidos, a história da educação americana é produzir estudantes bem ajustados à injustiça. Eles são espertos, eles são altamente capacitados, mas possuem, nas palavras do grande Rabino Abraham Joshua Heschel: “uma insensibilidade em relação à catástrofe”, que, segundo ele, era uma característica específica

da educação moderna no mundo moderno. Existe uma indiferença aí. Então, quem se importa com uma pessoa altamente sofisticada, com qualidades refinadas, que está tão bem ajustada à injustiça, se estamos falando sobre como democratizar a sociedade?

É o que Paulo Freire estava falando, é o que Antonio Gramsci estava falando. Como podemos fazer nossa teoria da educação intrínseca à democratização da nossa sociedade, usando concepções de heroísmo, de magnanimidade e de compaixão pelos outros, especialmente os menos favorecidos, de tal maneira que possamos provocar a imaginação? De fato, nos Estados Unidos, a história das reformas e movimentos sociais tende a vir de pessoas que foram educadas em outros lugares. Algumas delas foram educadas na prisão, como Malcom X. Outras foram educadas nas ruas, como James Baldwin, o maior ensaísta da língua inglesa, que nunca foi à universidade, mas a universidade passou por ele.

E o que esses exemplos demonstram? Demonstram que deve haver outros lugares, outros espaços e não é por acidente que a maioria de nossos jovens, atualmente, são muito mais educados por músicas, filmes, vídeos, do que eles são nas escolas. Muito dessa cultura é ruim, parte dela é boa. Porque muitos desses educadores vieram das ruas, onde eles largaram a escola, como KRS-One, conhecido como "The Teacha" no *hip hop*. Por quê? Porque ele sabia que tinha um sistema de ensino que somente gerava pessoas bem ajustadas à injustiça, e ele tinha de ensinar a si próprio, juntamente com os seus parceiros. Agora, nós precisamos mais dessas pessoas proféticas. Mas o meu ponto é o seguinte: se não pudermos manter o rastro da coragem intelectual e moral, que é parte desses fluxos proféticos que devem fazer parte do sistema educacional democrático, nós nos tornaremos glorificadores das habilidades e espertezas, e perderemos de vista os ingredientes puros para qualquer projeto democrático: ou seja, a coragem intelectual e moral é a tentativa de ultrapassar essa insensibilidade à catástrofe, como as desigualdades, as classes dominantes, o sofrimento de nosso pessoal comum. E isso é o que existe no mundo, porque, e quero terminar com esta mensagem: novamente, nos Estados Unidos, nós temos os mais sofisticados estudantes e professores que são tão bem ajustados à supremacia masculina e à supremacia branca, que vocês não poderiam nem imaginar que estes são problemas! E se nós tivéssemos de depender dos sistemas de educação e das universidades que aceitam a supremacia masculina e a supremacia branca, os americanos ainda estariam vivendo sob as leis de Jim Crow. Porque as universidades não estavam na vanguarda, o sistema educacional não era de vanguarda, de fato eles eram frequentemente obstáculos e impedimentos. E mesmo minha querida Universidade de Princeton – podemos dizer a mesma coisa sobre Columbia ou sobre Harvard, lugares magníficos, mas se você quisesse ajustar tais lugares para permitir a entrada de mulheres, era permitida apenas a entrada masculina. Foi um movimento de mulheres de fora que pôs pressão sobre essas grandes instituições. E isso também é verdade em termos de escolas de ensino médio e aí

por diante. Então, quando pensamos sobre formas de educação democráticas para apenas construir a partir do que o irmão Unger estava dizendo, como podemos acentuar noções de coragem moral e intelectual, noções de magnanimidade, compaixão por outros, juntamente com os questionamentos socráticos, juntamente com um profundo comprometimento, ao bem comum e ao interesse público, e, o mais importante para mim, ao tipo de autocritica que caminha lado a lado com qualquer projeto educacional democrático.

Charles Sabel

Primeiro, deixe-me apenas observar que, a menos que a *nova nova-esquerda* resolva o problema de prover os tipos de serviços complexos e individualizados dos quais estamos falando na educação, para um número maciço de pessoas, não existirá nenhuma *nova nova-esquerda*. Esse é o problema mais fundamental que existe. Não haverá nenhuma sociedade de inovação que seja democrática e ampla sem uma solução para esse problema. Agora, deixem-me observar que quando eu digo “este problema”, esse termo é impróprio, enganoso, porque eu estou tomando nota, e existem pelo menos quatro problemas distintos que são corretamente considerados juntos, como estamos fazendo nesta discussão. Porém, eles devem ser distinguidos para evitarmos o perigo de tentarmos resolvê-los todos de uma vez só, e pelos mesmos meios.

Então, deixe-me dar nomes a esses problemas, dando-lhes um exemplo que mostrará que são distintos e, então, dizer alguma coisa em geral sobre um caminho possível para a solução.

Nós temos o problema da educação contínua; temos o problema de Cornel [West] sobre a *paideia* democrática; o problema de Roberto [Mangabeira Unger], de proteção à criança pela família e pelo Estado; criando um sistema de educação em que pensar é coincidente, é sinônimo de aprender a formular e escolher conceituações alternativas; e nós também temos os problemas dos ministros em encontrar meios de ajudarem as crianças que não podem aprender coisa alguma, ou são impedidas de alguma maneira, significativa ou não, de aprenderem qualquer coisa, sem alguma intervenção especial.

Agora, como eu sei, com confiança, que esses são problemas distintos? Consideremos o exemplo da Dinamarca, que gasta mais, dependendo do nível educacional, mas que é o primeiro ou o segundo a gastar por aluno, com classes de onze alunos nas séries mais baixas, e está bem acima no *ranking* em

entendimento democrático. Esses *rankings* chegam o mais perto que se pode para medir a *paideia* democrática. Está muito acima no *ranking* em solução de problemas em times e conceituação, e tem, sem dúvida alguma, o melhor sistema de educação contínua para adultos do mundo. E, apesar de tudo isto, 16% das crianças que se graduam são analfabetos funcionais. E os dinamarqueses têm sabido disso por vinte anos e não conseguem descobrir o que fazer com esse problema. Eles têm um sistema educacional em que os professores são treinados para atender toda criança como um indivíduo, e para consultá-los. Se eles fazem isso ou não, é uma questão à parte.

Então, esses são problemas distintos e eu poderia facilmente achar outros países que conseguem resolver alguns dos problemas, mas não todos. Não existe uma só solução, e se você resolver uma, se você tiver a democracia e a capacidade de resolver problemas, você não resolverá esses outros problemas automaticamente, e vice-versa.

Mas há uma vasta acumulação, e este é o último ponto. O fato de que nós podemos ter esta discussão com pessoas vindas de diferentes culturas e de diferentes experiências, mostra que nós podemos começar uma discussão disciplinada sobre esses assuntos. É notório o fato de que a atenção do mundo está voltada para este problema, e o fato é que as pessoas até agora entenderam o seguinte: primeiro, que nós sabemos muito, muito pouco sobre pedagogia. É verdade que quando a pedagogia acontece, é uma coisa familiar, mas quando não acontece, nós sabemos muito, muito pouco sobre o que deu errado. Essa é a primeira ideia que sabemos, e existem testes assustadores do pouco que sabemos sobre o que faz um bom professor. Isto é, não existe uma boa maneira de prever quem fez um bom trabalho na formação de professores, ou do que consiste um bom professor. É um achado muito substantivo de que a única certeza que temos sobre um bom professor, é que bons professores são aqueles que têm demonstrado diversas certificações por quaisquer meios para, na verdade, ensinar bem as pessoas. Então, não sabemos nada até que eles o façam.

É completamente certo dizer que o programa “Nenhuma criança é deixada para trás”, não deu automaticamente às escolas as ferramentas que eles precisavam para resolver os problemas de responsabilização que enfrentavam. Mas é errado pensar que nenhuma escola ou nenhum Estado tem se esforçado ativamente para procurar aplicar essas ferramentas. De fato, agora existe um grande número de ferramentas que são desenhadas para ajudar as pessoas a diagnosticarem, num nível de certa forma análogo ao que a ministra estava descrevendo com diferentes formas, em diferentes tipos de aulas, para diagnosticar problemas individuais e lidar com eles.

O que podemos esperar, o que eu acho que estou começando a ver em alguns lugares dos Estados Unidos, é que, de série em série, as pessoas estão aprendendo a identificar onde estão os problemas, e que aqueles mesmos métodos serão aplicados para se lidar com outros problemas que têm surgido nesta conversa. As mesmas ferramentas análogas seriam encontradas para se lidar com problemas de diferentes tipos de educação. Nós temos exemplos em cada caso, de países que podem fazer essas coisas, que sabemos ser humanamente impossível. Não sabemos aquilo que já se sabe nesses lugares distintos, e estamos agora no processo de descobrir.

Luiz Carlos Bresser Pereira

Neste tema de educação eu tenho duas observações. A primeira, sobre a educação geral; e a outra, sobre a educação universitária. Eu me refiro ao caso brasileiro, mas também tenho a referência dos casos estadunidense e britânico. No caso da educação básica, escutei com enorme interesse aquilo que o ministro Mangabeira disse. Ele deu muita ênfase ao fato de que a educação não deveria ser somente sobre informação, deveria ser muito mais analítica, com análise linguística e numérica. E eu estou totalmente de acordo com isso, inclusive em referência ao acesso à informação e como isso aumentaria as capacidades de solucionar problemas das crianças. Porém, eu acho que há outro aspecto, que são os valores. A minha impressão é que vivemos numa sociedade científica ou tecnológica, na qual certos valores foram proibidos. Eles conseguem atravessar, apesar de tudo, mas os valores que você defendeu, West, as escolas não ensinam, ou não deveriam ensinar, ou não seria correto ensinar de seu ponto de vista. “Isto cabe aos religiosos, à família, não a nós”, dizem eles. E tenho grande dúvidas sobre isso.

Eu sei muito pouco sobre a educação infantil. Sei mais sobre a educação universitária. Há uns dez anos, o *Journal of Economic Perspectives*, uma das principais revistas de economia dos Estados Unidos, publicou uma pesquisa muito interessante. Economistas geralmente não fazem pesquisas, preferem fazer projeções econométricas, mas nesse caso fizeram uma pesquisa. Inventaram um teste de padrões morais, aplicaram esse teste a estudantes em pós-graduação em economia nos Estados Unidos, e fizeram o mesmo com outros estudantes pós-graduandos em outras ciências, e compararam os dois. E a comparação deu um resultado muito simples: os padrões morais dos economistas eram bem mais baixos do que os das outras ciências. Alguns anos depois, repetiram os testes e, novamente, os padrões morais dos economistas eram bem mais baixos.

Por quê? Eles não explicavam isto, mas eu sei o porquê. Porque lhes são ensinadas, nas suas aulas, as teorias neoclássicas com valores de interesse próprio, opostas a valores de bem comum, de interesse público, de nação, de família. Se esse tipo de educação consegue mudar estudantes pós-graduandos, nem se fala o impacto que pode ter sobre crianças. Mas as pessoas ficam desconfiadas com isto, você não pode ensinar valores.

Eu não sou especialista da área de educação, e a ministra da Educação de Israel sabe infinitamente mais do que eu sobre este assunto, mas eu espero ter alguma razão no que digo aqui. No Brasil, pelo menos, eu acho que não estamos tendo um bom desempenho nesta questão de valores.

O segundo ponto diz respeito à organização da universidade não somente no Brasil, mas também na Europa continental, porque o sistema brasileiro foi copiado dos sistemas francês e alemão, e mais diretamente do sistema francês. Eu vejo as avaliações das universidades que são feitas, e percebo que as universidades brasileiras nem sequer aparecem nos *rankings* e que as universidades francesas e alemãs estão muito mal posicionadas. No entanto, as universidades americanas e britânicas estão bem melhor classificadas.

E tenho uma explicação para isso: o sistema universitário americano foi desenvolvido de uma forma pública não-estadista, ou não-governamental, por assim dizer. Os americanos até falavam que tinham universidades públicas e privadas, e eu acho que eles se enganam: eles não têm universidades privadas nem públicas. Quase todas são “públicas não-estadistas”: de fato os professores não são servidores públicos e não têm todas as garantias, formulários e regulamentos de um servidor público. E isso faz que sejam bem mais autônomos e competitivos do ponto de vista administrativo, o que faz uma grande diferença.

Na Grã-Bretanha, houve uma grande reforma nesse sentido, que obteve sucesso. Quando eu era ministro, visitei Cambridge e Oxford duas vezes, e me lembro muito bem, especialmente em Cambridge, o reitor dizendo: “esta reforma foi um pouco sórdida, mas no fim das contas, funcionou”. E reparei que essa reforma foi inspirada pelo sistema americano em alguns aspectos. E isto não acontece no Brasil. Aqui, todos os professores são servidores públicos, mas nós criamos um sistema competitivo. Da mesma forma que as universidades em outros países são avaliadas, aqui também o governo desenvolveu um sistema de avaliação, não de universidades, não de departamentos, mas de programas de pós-graduação nas universidades.

E, para tal, desenvolveram um sistema muito interessante: perguntam ao próprio departamento – por exemplo, o de ciência política. Então você escolhe os bons professores, que serão avaliados, e o resto destes não o serão. Assim, professores pouco qualificados não são avaliados e não constituem um fardo para o prestígio da universidade, com esse sistema de avaliação. Nos Estados Unidos da América (EUA), isto seria absurdo: o departamento é avaliado como um todo, segundo o que entende. Então eu penso que esse tipo de reforma deveria ser considerado no Brasil. Eu acho que o exemplo britânico, que foi um exemplo de reforma, deveria ser considerado com muita atenção neste processo.

Sergei Markov

Primeiramente, gostaria de declarar o meu apoio à minha colega do Parlamento da Argentina, Margarita Stolbizer, em relação à ideia do financiamento. Está claro que devem ser tomados maiores esforços para aumentar o financiamento do ensino.

Eu estava pensando: como seria o retrato clássico do laureado do Prêmio Nobel? Seria uma pessoa que trabalha como um professor em alguma universidade americana, porém não chegou a estudar numa universidade americana, mas sim, na maioria dos casos, em alguma universidade europeia? Por que as universidades americanas acabam sendo melhores para professores do que para os estudantes? Por causa do dinheiro! Porque os universitários americanos pagam muito mais, em comparação aos universitários europeus. E os professores nas universidades americanas ganham mais, em comparação com as universidades europeias. Agora fica claro que o dinheiro tem importância! Temos que tratar o ensino como se fosse uma das principais áreas de atividades, inclusive, da econômica.

O ensino ajuda a resolver uma grande variedade de problemas. Por algum motivo, temos vergonha de falar sobre isso. Nós mesmos, que estamos ligados à educação, parece que não estamos dando a devida atenção para essas questões de extrema importância. Naturalmente, o crescimento econômico. Pessoas com um bom nível educacional criam produtos com uma qualidade mais alta em várias áreas.

O ensino ajuda a resolver o problema da criminalidade. Porque, via de regra, uma pessoa com um nível de ensino superior, não fica tirando relógio de ninguém. Não ameaça com a faca. O ensino ajuda a resolver o problema da democracia, porque autoritarismo é um sistema político de não-educados e de miseráveis.

Ao mesmo tempo, um maior nível de educação permite criar essa cultura de participação e a cooperação em nível mais alto. E nós devemos ter a plena consciência de que o ensino é a área de maior importância, e nós, sendo parte da sociedade civil global, devemos nos esforçar para conseguirmos que as organizações internacionais realizem rígidas demandas aos países na área do ensino.

Eu destaquei dois principais padrões. O primeiro é uma rígida recomendação de percentagem do PIB destinada à área de ensino para que certos governos nacionais não possam se esquivar do seu povo. O segundo é a percentagem recomendada para a correlação entre os gastos governamentais e os da família. A prática mostra que quanto maior é a porcentagem dos gastos governamentais, maior é a qualidade do ensino e o desenvolvimento econômico. Essa é a minha primeira tese – o financiamento. Eu ainda voltarei para esse tema.

Creio que devemos estabelecer uma tarefa política para conseguir que a ONU, em particular, bem como as outras organizações regionais, deem uma clara resolução política com recomendações aos governos. Essa é a tarefa para as forças da esquerda.

A segunda tese é que me parece que o sistema educacional deve criar não somente força de trabalho para o mercado, para a economia, mas também deve realizar mais duas funções: criar o cidadão que possa realizar atividades numa sociedade democrática, como também atingir o seu objetivo cooperando com as outras pessoas. Isso implica educar uma pessoa capaz de viver numa sociedade democrática, criar uma pessoa que tenha habilidade para a democracia. Esse deve ser um dos principais objetivos do ensino.

E, no terceiro objetivo, o sistema de ensino deve criar uma personalidade integral, que tenha a capacidade de ser feliz e governar o seu destino e deixar de ser um objeto de manipulação nas mãos de outras pessoas.

Eu ainda fico impressionado com a falta da educação que nós temos nas áreas como, por exemplo, psicologia. Milhões de pessoas fazem sua vida infeliz para si mesmas e para os membros da sua família, simplesmente por não saberem e não poderem fazer a sua vida feliz porque não foram ensinados nas escolas. E, de novo, eu concordo com a minha colega Margarita [Stolbizer], que nas escolas alunos estudam sapos, mas não são ensinados a como se casar. Eles são ensinados sobre isso nas ruas, como antigamente. E esses são os mais importantes valores para todos nós – o ensino, a transmissão dos conhecimentos e, além disso, a educação.

Eu concordo com o doutor Mangabeira Unger: o sistema do ensino deve evitar os extremos entre o ensino enciclopédico, que significa conhecimentos simplificados, e o ensino sem conteúdo. Se fizermos a análise dos sistemas que existem, eu faria isso da seguinte maneira: nós temos algumas possíveis abordagens. O primeiro sistema: dar conhecimento “enciclopédico”, isso é o clássico sistema euro-continental. De vez em quando se obtinha resultados satisfatórios. E, por exemplo, na URSS foi usado o mesmo sistema euro-continental. O segundo sistema se encontra nos EUA e na Grã-Bretanha, onde primeiramente se formam os hábitos de um líder. Durante todo o processo de ensino, treinam-se as capacidades de liderança e como ganhar dinheiro. Quando olho para países em desenvolvimento – como eu entendo isso – esses países, em primeiro lugar, colocam a socialização e a formação da pessoa moderna, ao contrário da família tradicional. Sobre isso, falou o doutor Joaquim Falcão.

Eu também gostaria de apoiar a opinião do doutor Unger no sentido de que, hoje, o principal objetivo é ensinar a se pensar. Recentemente, foi feita a pesquisa em que foram analisadas as escolas que formaram a maior quantidade dos ganhadores nas olimpíadas mundiais, e foram revelados alguns princípios dessas escolas, alguns exemplos e as escolas líderes. Os princípios são bastante simples, mas temos que falar sobre isso.

O primeiro: não devem existir as escolas da elite da sociedade – todas as escolas devem ser controladas pelo governo, e seguir um padrão. O segundo: a ênfase deve ser colocada no entendimento e não na tal chamada “decoreba”, ou seja, os alunos não devem decorar os poemas, mas devem entender o que o poeta queria dizer com essa poesia. O terceiro: os livros didáticos devem ser muito grandes – enormes. Digamos não com cem ou 150 páginas como têm hoje em dia, mas com oitocentas ou mil páginas, para que todas as respostas para todas as perguntas surgidas possam ser encontradas lá. Mas o principal desafio para o aluno não pode ser a tarefa de aprender todas essas oitocentas páginas, mas sim que ele deve estudar cem páginas e, quando ele tiver as perguntas, ele deve saber como achar as respostas, mesmo no conteúdo imenso desses manuais. O quarto: os exemplos devem existir no livro didático e devem ser renovados todos os anos, aproveitando a vida real dos alunos, e estes devem ser ensinados com os exemplos práticos.

As crianças devem ser ensinadas em matemática de outra maneira, diferente da qual fui ensinado – de um tubo a água corre para outro tubo – até agora não sei explicar para que serve tudo isso. O aluno deve saber como se orientar no mercado moderno, como o mercado está caindo ou crescendo. Ou como comprar as coisas mais baratas. Se tem o sistema de descontos num lugar ou outro. Esses exemplos baseados na prática fazem as pessoas terem interesse pelo ensino.

Além de tudo isso, é necessária uma base pedagógica boa. Não somente o bom salário para os professores, o uso de computadores, mas também coisas tão importantes e obrigatórias como viagens. Os alunos de todos os níveis devem viajar. E mais: é uma obrigação oferecer boa comida na escola. E alimentar todos igualmente para eles não viverem a diferença entre ricos e pobres. Isso é uma demanda muito simples – fornecer uma refeição quente para cada aluno na escola. Mas isso não é realizado, pelo que eu entendo, em pelo menos 90% das escolas e universidades.

E a última observação é sobre a liberdade do professor em relação ao controle minucioso. Isso significa que ele deve ser relativamente livre para fazer o que bem entende. Bresser Pereira estava certo – claro que o professor é um servidor público, mas ele é um servidor público especial. Ele é responsável não pelo presente, mas pelo futuro e, como todos sabem, o futuro não está definido e depende de nós. É impossível desenhar o futuro em detalhes. Quanto mais liberdade você tem, melhor será o seu futuro.



INOVAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL

O quinto painel teve como tema “Inovação na política social”. Os principais integrantes deste painel são: Joel Netshitenzhe, Luis Carlos Bresser Pereira, Julian Le Grand, Robin Murray, Jessé de Souza.

Jessé de Souza

Quando falamos sobre inovação em política social, devemos ter uma concepção a respeito desta. Quando falamos de neoliberalismo também, tem-se que tomar muito cuidado. Não pode virar retórica ou palavra vazia. Temos que procurar saber de que modo o neoliberalismo constitui discursos e práticas sociais e institucionais que comprometem a visão de todos sobre a realidade. De que modo? Eu acho que o neoliberalismo está perpassado na visão que nós todos temos do mundo hoje em dia nos temas do economicismo. Ou seja, nós vemos o mundo de modo economicista. O que significa isso? No tema que eu gostaria de discutir com vocês hoje, no tema da desigualdade social, perceber a desigualdade em termos economicistas é percebê-la em termos unilateralmente econômicos.

No Brasil, hoje, fala-se em desigualdade econômica o tempo todo. Por quê? Porque falar da desigualdade econômica não incomoda ninguém e não explica coisa nenhuma. Não explica por que a desigualdade econômica no capitalismo é legítima. Se você ganha 500 vezes mais do que uma outra pessoa, mas você produz 500 vezes mais do que essa outra pessoa, você tem mérito, você merece ganhar 500 vezes mais do que essa outra pessoa.

A desigualdade econômica não é um problema no capitalismo, nunca foi. A desigualdade é vista apenas em termos econômicos. No entanto, ela tem problemas que são intransponíveis. Eu gostaria de chamar a atenção para duas dessas questões. A forma de ver a desigualdade em termos exclusivamente econômicos perde de vista as duas grandes questões que podem permitir qualquer compreensão de como é formada a desigualdade: ou seja, a sua gênese e a sua reprodução no tempo. A desigualdade vista economicamente não consegue compreender a gênese nem a reprodução da desigualdade no tempo. Ela não consegue compreender a desigualdade.

O economicismo também coloniza a nossa visão do mundo em outros aspectos que são extremamente deletérios. O que é o economicismo? É uma visão do mundo em que as pessoas são percebidas como *homo economicus*, ou seja, como sujeitos racionais e calculadores das suas chances relativas na obtenção de recursos escassos, ideais e materiais, pelos quais todos competimos na vida. Tira-se, no fundo, a visão da pessoa de classe média (porque é assim que são as pessoas calculadoras e racionais de uma classe, da média e da alta) e transpõe-se indevidamente essa visão para todas as classes. A partir disso, aí é que nós podemos ter na leitura liberal o fracasso social como culpa da própria vítima. Se ela tem as mesmas predisposições para o comportamento marginalizado, se ele possui as mesmas predisposições para o comportamento que alguém da classe média ou alta e não consegue, então, a culpa é dele. Essa é uma conclusão óbvia, nunca debatida do ponto de vista economicista de ver a desigualdade.

Isso tem a ver com o fato de que duas das grandes questões sobre a desigualdade em nosso País, no tempo do assistencialismo, no tempo da escola, são vistas de um modo economicista. O assistencialismo é melhor do que nada. O que vem sendo feito nesse governo é muito melhor do que foi feito em governos anteriores. Agora, continua-se vendo a questão do assistencialismo de modo redutivamente economicista, na medida em que é pensada uma ação passageira e utópica do Estado ao marginalizado social para que ele possa depois andar com as próprias pernas. Existe uma série de pressupostos que são emocionais, comportamentais, afetivos, morais, que são não-econômicos, que explicam a desigualdade, mas que jamais são levados em conta. Eu cito só alguns exemplos de pesquisas que temos desenvolvido no nosso instituto. Não é a falta de escola para crianças pobres que faz que elas sejam um fracasso na escola, e depois no mundo do trabalho competitivo. É a falta das pré-condições psicossociais para qualquer aprendizado escolar. É uma classe inteira que já chega à escola como perdedora. Isso jamais é tocado por conta de uma concepção economicista do mundo, que imagina que não existam classes, e que imagina que a produção de indivíduos não se dê pela produção de culturas de classe.

Qual é a unilateralidade? Onde está a superficialidade da percepção? Em uma percepção liberal, economicista, que é tão amesquinhadora quanto a percepção marxista de classes. Isso porque tanto o liberalismo economicista quanto o marxismo percebem a classe como determinada pelo lugar econômico. No caso do economicismo, pela renda, que é um mero produto, é um mero efeito da desigualdade, e é percebida como causa. Inverte-se efeito e causa e não se compreende o que se está tentando explicar. Do mesmo modo, o marxismo percebia também o lugar da classe como o lugar da produção. O economicismo liberal é tão reducionista quanto o marxismo que ele próprio combatia. Não perceber o conjunto de fatores não econômicos, afetivos, morais, que montam indivíduos com capacidades, e com habilidades absolutamente díspares por classes é não perceber o fenômeno em nenhuma medida. E aí nós temos coisas como o debate de que a desigualdade no Brasil está diminuindo porque houve um aumento de 15% a 20% da renda dos mais pobres. Em termos econômicos, aumentar de 15 a 20% para quem não tem coisa nenhuma é muito pouco. É um efeito de propaganda unicamente. Agora, se nos apegarmos à questão central, que é a questão não-econômica, como nós iremos quebrar esse círculo, de produzirmos aqui uma classe de pessoas que eu gosto de chamar provocativamente de *ralé*?

Eu não uso esse termo para ofender esse tipo de pessoas, que já são tão humilhadas em todas as dimensões da vida, mas para mostrar a reprodução de uma classe de pessoas que não tem nenhum acesso, por exemplo, ao capital cultural. Porque o capital econômico é no capitalismo transmitido por sangue em qualquer sociedade pré-moderna. O único capital que o capitalismo efetivamente democratiza em alguma medida é o capital cultural. Agora, ele não é incorporado por mágica, ele não cai do céu. Você precisa ter capacidade de concentração, disciplina, pensamento prospectivo, autocontrole. Essas qualidades psicossociais que são pressupostos para qualquer incorporação de capital cultural é um dado de classe. A *ralé* brasileira, hoje 40% da população, não tem ainda nenhuma condição de obter acesso ao capital cultural. Isso fica para provocação do debate.

Julian Le Grand

Nós vamos começar por um problema, em particular, que me interessa muito, que é o financiamento público dos serviços sociais, da saúde pública, dos serviços de educação e dos demais serviços públicos. Eles tendem a ser de baixa qualidade, de alto custo – e baixa qualidade combinada com alto custo significa ineficiência –, eles tendem a ser pouco sensíveis às necessidades dos que os usam e eles tendem a não ser equitativos – por favorecerem, muitas vezes, os mais ricos. Eu voltarei para

esse assunto em um instante. Esse é um problema que parece confrontar todos os serviços públicos em todos os países. Talvez não todos, e há exemplos de locais onde tais coisas não acontecem, mas isto é um problema comum a muitos países.

O público britânico (mais de um milhão de pessoas, segundo pesquisas) considera os serviços públicos burocráticos, acham que são exasperantes, que eles pensam no público como personagens anônimos. Pensam sim que somos bons trabalhadores, e eu digo nós porque eu mesmo sou um servidor público, e os aspectos positivos são: amigáveis, eficientes, honestos, abertos – mas eles não pensam muito bem de nós no fim das contas. Então, o que fazer sobre isso e, particularmente, o que os progressistas podem fazer sobre isso?

Existem basicamente quatro formas para executar um serviço público. Você pode confiar nos profissionais, você entrega o dinheiro para os hospitais, para as escolas, e você deixa os médicos, os enfermeiros, os gerentes e os professores gastarem o dinheiro. Você pode não confiar neles, você pode desconfiar deles completamente, o governo pode dizer-lhes o que fazer, comandar e controlar, ordenar. Você pode contar com as ferramentas da voz – a voz é quando conta com os usuários dos serviços públicos, os doentes, os pais, os alunos, para conversar com os profissionais, dizerem-lhes o que está errado de uma forma ou de outra. Ou você pode invocar o poder da escolha, que é a escolha na competição, em que você dá às pessoas o poder de sair: se não gostarem do hospital para o qual foram enviados, se não gostarem da escola aonde as crianças estão indo, elas podem procurar outra e buscar um serviço melhor. Agora, todos eles têm as suas vantagens e desvantagens, e nós, na Inglaterra, temos tentado todos eles. São todos ruins e todos eles têm seus problemas. Os problemas com confiança: doutores, professores, enfermeiras; todos gostam de confiança, porque isto satisfaz sua auto-estima. Todavia, não podemos assumir que são todos, em inglês coloquial, “cavalheiros” (*knights*), o que é apenas para dizer que sua única preocupação é a de servir o público, ao contrário dos “tratantes” (*knaves*), o que, para os que não falam inglês como língua nativa, é um termo antigo que significa, basicamente, alguém que é interesseiro, provavelmente um pouco criminoso também. O problema em contar com a confiança dos outros é que isso presume que todo mundo é “cavalheiro”, e nenhum de nós é totalmente honesto, todos nós temos elementos interesseiros. Nós também temos a tendência de sermos ineficientes, os “*knights*” tendem a não ser tão eficientes, eles também têm uma tendência paternalista na maneira como trabalham.

Segundo, podemos ter desconfiança. Na Inglaterra, aplicamos o chamado sistema de “metas e terror” (*targets and terror*), que é, basicamente, quando estabelecemos uma série de metas para todos os servidores, acompanhamos o seu desempenho e, em seguida, se não atingissem as suas metas, os despedíamos. Dizemos que recompensávamos também, mas nós não dávamos tantas recompensas,

nós sobretudo os despedíamos. Agora, a grande vantagem disso é que este método pode funcionar, a aplicação do “terror” funciona. Eis um exemplo: há uma meta sobre um determinado número de pessoas que esperam mais de doze meses por qualquer cirurgia na Inglaterra, e nós firmamos uma meta de zero pessoas até 2003 e, como podem ver, nós atingimos a nossa meta. A Escócia e o País de Gales, que agora têm sistemas separados, tinham mais dinheiro do que nós. O que aconteceu com eles foi que não fixaram essas metas, eles não aplicaram o “terror” e o resultado foi negativo. Mais tarde, o País de Gales tentou fixar “metas e terror”, a Irlanda do Norte também. A Escócia mudou o seu sistema de medidas. Nós fizemos o mesmo com nosso acesso ao Departamento de Acidentes e Emergências: estipulamos que ninguém devia esperar mais do que quatro horas para ser atendido por eles, para tratamento, e obtivemos 98% de aproveitamento. Eu posso dizer que fomos bem-sucedidos, apesar do fato de que as admissões aumentaram em 24% com o passar dos anos. Como eu disse, isso pode funcionar, mas o problema é o sistema de comando e controle em qualquer lugar. O problema é que eles desmoralizam as pessoas na linha de frente, eles tendem a distorcer as prioridades, eles causam todo tipo de problemas sobre informação. Embora eles funcionem a curto prazo, eu acho que, a longo prazo, essa não é a resposta, não é o caminho a ser seguido.

Em terceiro lugar, quanto à “voz”, isto é um processo mais complicado para lidar com os problemas: você pode contar com o seu conjunto de representantes, entrar com petições, reclamações, pode ter arranjos consultativos, poderá participar do conselho de administração das escolas, ou de um hospital, ou ter conversas informais com os profissionais e gestores. O sistema de “voz” é muito importante e muito eficaz em algumas formas, mas tem dois problemas: é difícil de mobilizar e também favorece os mais ricos. Quanto ao Serviço Nacional de Saúde britânico, apesar do fato de ser gratuito para todos, esse sistema ainda favorece aos mais ricos. São os mais ricos que recebem os melhores serviços e os melhores tratamentos dentro de todo o sistema, e isso ocorre porque agora eles têm vozes mais altas, eles podem persuadir os médicos a fazer o que eles querem e podem persuadir os gestores a se comportar da maneira que eles se comportariam.

Então, isso nos deixa com a “escolha”, e é isso que, nos últimos anos, temos tentado introduzir tanto no sistema de educação quanto no sistema de saúde do governo. Basicamente, no sistema de escolha, os fornecedores são independentes, as escolas, os hospitais, poderão ter fins lucrativos ou não, mas eles não podem manter nenhum superávit que obtiverem no seu orçamento. Os usuários escolhem os prestadores de serviço, e o dinheiro segue a escolha dos usuários. Então, os hospitais obtêm mais recursos com o número de pacientes que eles atraem, bem como as escolas, em decorrência do número de estudantes que atraem. O dinheiro continua vindo do governo – não é dinheiro privado –, mas ele flui através das decisões e escolhas. Esse sistema tem muitas vantagens, tais como: fornece fortes incentivos para a capacidade de resposta e eficiência, e torna o sistema

mais responsivo, mais eficiente. Muito frequentemente, a maioria dos exemplos mais úteis vem dos Estados Unidos, mais especificamente, da Califórnia.

No entanto, isso sugere que o esquema de “escolha” tende a baixar os custos e aumentar a qualidade e, paradoxalmente, tende a promover a equidade e a justiça social. Eu vou mencionar isto novamente: os pobres têm a tendência de usar esse esquema mais eficazmente do que os ricos. Tal sistema pode ser atraente tanto para o *knight*, comprometido com o bem público, como para o *knave*, interesseiro.

Existem vários problemas relevantes: deve haver alternativas, deve existir boa informação, os custos de transação no mercado devem ser baixos – e as oportunidades para rastrear usuários, ou seja, as oportunidades para selecionar os pacientes e alunos que custam menos caro, tudo isso deve ser ilimitado. Então, essas condições devem existir para que o sistema de escolha possa funcionar.

É muito interessante neste tópico, avaliar a dimensão política dessa questão. Existe um grande problema se você está tentando vender o sistema de escolha e concorrência, e você é um social-democrata. Eu estava trabalhando no governo, num tempo em que estávamos tentando vender esse sistema para um social-democrata. Os social-democratas não gostam de escolha e concorrência, não gostam de mercados e eles utilizam argumentos como este: as pessoas não querem o sistema de escolha, querem um bom serviço local.

Teríamos uma série de argumentos a respeito. Por exemplo: sobre as pessoas não quererem o sistema de escolha, eu pedi para a minha pesquisadora encontrar alguns quadrinhos (*cartoons*) que eram a favor da escolha. Na verdade, o sistema de escolha é fácil de ridicularizar, é fácil de criticar, e quando ela voltou com um quadrinho, ela disse: este é a favor do sistema de escolha! Talvez seja a diferença de geração, pois esta pesquisadora era jovem, mas eu não concordei que aquele fosse completamente a favor do sistema de escolha! Mas é interessante notar que, se você perguntar para as pessoas que querem o sistema de escolha nos hospitais ou nas escolas, são os mais pobres que tendem a querer tal sistema, mais do que os mais ricos. As pessoas de classe alta, os gestores, os profissionais liberais, todos querem o sistema de escolha, mas eles o querem numa proporção menor do que a classe trabalhadora, na base da pirâmide. Isso também é verdade se você olhar para a renda, também é verdade para a educação, são sempre os menos poderosos da sociedade que querem o sistema de escolha, e isso é compreensível, porque os mais ricos são bons em manipular os sistemas em que não há escolha e os sistemas burocráticos para obter o que eles querem. Enquanto

isso dá poder aos mais pobres e deveria ser atraente para os progressistas, para os social-democratas soa como um caminho a percorrer.

Na questão da esfera pública e do *ethos* do serviço público, nós perguntamos às pessoas se elas se importavam se tivéssemos fornecedores do setor privado oferecendo serviços, ainda que pagos pelo governo, e a maioria das pessoas está bastante satisfeita com isso. A maioria das pessoas não vê uma diferença enorme entre um servidor do setor público, o “cavalheiro” que oferece serviços públicos nas universidades, escolas, hospitais e assim por diante; e os fornecedores privados, desde que elas recebam um bom serviço – é o que elas querem. Eu penso que essa é uma questão pela qual os progressistas e os social-democratas precisam se unir, e ver que podemos fornecer bons serviços, podemos usar os instrumentos de escolha e concorrência, ainda que não seja o modo tradicional, preferido por ambos, para fornecer serviços públicos. Nós podemos usá-los para atingir os objetivos progressistas.

Joel Netshitenzhe

Para começar, vou levantar a questão partindo da premissa de que, como a política social é uma intervenção crítica na melhoria da condição humana, ela deveria ser codificada na Constituição e na legislação. Deveria obter *status* constitucional e legal, e é isso que temos procurado fazer na África do Sul.

A nossa Constituição garante os direitos para ter acesso à água, à saúde, ao saneamento básico. Ela afirma que o Estado deve assegurar a realização progressiva desses direitos, e deve tomar medidas, dentro dos recursos disponíveis, para assegurar que as pessoas tenham acesso a esses direitos. O interessante no tocante à água, moradia e saneamento é que se fala sobre os direitos de ter acesso; mas, com relação à educação, fala-se sobre os direitos à educação básica, então existem nuances na maneira como esses direitos são articulados na Constituição.

É necessário codificar tais direitos, embora apresentem uma vasta gama de tensões em termos de litígios entre o governo, o judiciário e a sociedade civil. Porém, poderia ser alegado que é neste equilíbrio desalinhado que uma resposta para a inovação da política social se encontra e está amparada na obrigação, por parte do governo, na razoável firmeza, por parte do Poder Judiciário e na irrevemente autoafirmação, por parte da sociedade civil para reivindicar esses direitos.

Outra questão crítica: acreditamos que a política social se aplica a todos os cidadãos, mas principalmente aos pobres, e, portanto, a próxima questão que irá surgir será: como nós definimos pobreza?

E, portanto, quais são os vários elementos com os quais a política social deveria lidar? Nós identificamos três dimensões. Em primeiro lugar, pobreza de renda, em segundo lugar, igualdade de oportunidades ou pobreza de capital humano e, em terceiro lugar, pobreza de ativos. Nas várias políticas implementadas pelo governo sul-africano, nós temos tentado cobrir todos esses elementos.

No que diz respeito a situações de pobreza, em particular, além das questões de emprego e de autoemprego, nós temos um amplo sistema de assistência social, apoio infantil, pensões para deficientes e pacientes idosos, e assim por diante. Mas uma das perguntas que têm surgido é “como é que vocês lidam com a questão das principais tarefas no fornecimento de subsídios dessa espécie?” Esses subsídios apresentam dificuldades administrativas, criam base para a corrupção, mas, criticamente, também encorajam incentivos perversos aos trabalhadores. Trabalhadores de baixa renda prefeririam poder receber o dinheiro de sua pensão quando deixam de trabalhar, porque eles irão obter a pensão dada pelo Estado na velhice. É nesse contexto que a questão de uma segurança social abrangente surgiu, no qual o Estado daria subsídios até para os trabalhadores de baixa renda, a fim de assegurar que eles recebam uma pensão por velhice quando deixarem seus empregos.

Nós não vamos entrar em detalhes sobre a questão de como eliminar a pobreza de ativos, mas isto estaria relacionado a programas tais como moradia e redistribuição de terras. E quanto aos serviços e à pobreza de capital humano? Muitos progressos foram realizados na África do Sul, embora o legado seja demasiado grande para resolver em poucos anos, por exemplo, no que diz respeito ao acesso à água potável. Em 1994, durante a transição para a democracia, 61% dos sul-africanos tinham acesso à água potável e, em 2007, essa cifra era de 87%.

Mas questões críticas têm surgido a esse respeito. Em primeiro lugar, como e quando atingiremos as metas de acesso universal à água, saneamento e eletricidade? Bem, nós nos tínhamos fixado metas muito ambiciosas, mas descobrimos que você não pode lidar com esse desafio sem resolver a questão do assentamento humano. De fato, somente as pessoas que estiverem localizadas em moradias regularizadas podem receber esses serviços. Em segundo lugar, os pobres podem não ter recursos para pagar por tais serviços, em casos em que essas cobranças são feitas. Com relação a isso, temos procurado introduzir uma política de serviços básicos grátis: o fornecimento mínimo de água, saneamento e eletricidade é gratuito para as famílias pobres. Porém, ele obviamente teria de ser limitado, dada a escassez de recursos. A terceira área que nós descobrimos, em termos da pesquisa que temos feito, é que a provisão dos serviços sociais é descontada se as pessoas não têm empregos. Então, você pode prover as pessoas com os serviços de eletricidade, mas, se elas não estiverem empregadas, não poderão comprar aparelhos elétricos, não poderão pagar as contas de eletricidade, usando esses ser-

viços apenas para iluminação e assim por diante. O inverso disso, que foi articulado pelo vice-chefe da Comissão de Planejamento na Índia, o Dr. Ahluwalia, é que se as pessoas estiverem empregadas, mas com fornecimento de serviços pobres, elas acabam usando a maior parte de seus salários para lidar com o desafio dos serviços deficitários, por exemplo, as estruturas de saúde.

Tal circunstância nos leva a uma dinâmica relação entre o emprego e a prestação de serviços sociais. Você não pode enfatizar um em detrimento do outro e, por isso, precisamos nos certificar de que abordamos a totalidade desses desafios da política social a partir da compreensão de que existem áreas em que o Estado pode ser um ator direto na resolução dos problemas sociais. Existem áreas onde o Estado pode agir como líder de outros setores da sociedade, e ser um parceiro para lidar com questões sociais, mas também existem áreas onde ele pode agir como um parceiro secundário. O Estado por si próprio não seria capaz de resolver os desafios da política social.

Então, podemos dizer que a separação das políticas econômicas e sociais em discussões como esta é apenas funcional. De outra forma, nós reconhecemos que o crescimento econômico, taxas elevadas de emprego, bem como a inclusão social, devem ser os pontos fundamentais de partida na abordagem dos desafios da política social. Portanto, no nosso programa abrangente de luta contra a pobreza (*Comprehensive Anti-Poverty Programme*), enfatizamos as políticas de assistência social, porque estas têm um impacto considerável sobre a pobreza de renda. Porém, a expansão da provisão de subsídios é limitada dada a escassez de recursos, mas é a principal área em que o Estado age diretamente, e que mais depende do Estado. Por outro lado, o emprego e o trabalho autônomo são as maneiras mais sustentáveis de diminuir a pobreza, mas são as áreas menos dependentes do Estado.

Então, eu dizia que a questão da parceria torna-se crítica, sem elaborar aqui as diversas formas de parceria. Isso diz respeito ao caráter da política industrial, e até que ponto a política industrial está voltada para os trabalhadores pouco qualificados. Até que ponto ela aborda as questões de pequenas e microempresas. Até que ponto o governo trabalha com o setor privado, bem como com as ONGs, assegurando treinamento, garantindo criação de redes para o microcrédito, garantindo a formação e orientação dos pequenos empresários, e a integração das PMEs na cadeia de valor do que chamamos a primeira economia, e obrigando até o sistema bancário privado a fornecer ambos (crédito e facilidades bancárias) para aqueles que não têm acesso a estes.

Outra questão muito importante, antes de concluir, é sobre a observação que fizemos a respeito da relação família e bem-estar social, e os efeitos disso. Nós descobrimos que os principais elementos que influenciariam o nível de rendimento das famílias são: liberdade para exercer a escolha numa varieda-

de de aspectos e a liberdade dos jovens naquela família para migrarem para áreas de oportunidades econômicas. Esses elementos têm uma relação causal com os níveis de educação daquela família.

Então, pretendo levantar a questão de que, se existe um grande libertador no universo da política social, este é a educação. A educação ajuda a quebrar o ciclo de geração de pobreza, mas essa educação deve ser de qualidade, e esse é o maior desafio que nós enfrentamos na África do Sul em termos de qualidade de educação entre os pobres.

As inovações que seriam exigidas para se lidar com desafios dessa espécie seriam o monitoramento e a avaliação da atual implementação. No que se refere à educação, por exemplo, precisamos de um sistema de inspetores para assegurar que os professores estejam ensinando e os alunos estejam aprendendo. Precisamos de ativismo por parte das entidades governantes das escolas, envolvendo os pais e as comunidades. Precisamos, também, assegurar que os profissionais da educação, para ascender no sistema, não precisam fazer parte da administração gestora. Este é um dos maiores desafios que enfrentamos, tanto na educação quanto na saúde. Atualmente, para um bom professor de matemática ascender no sistema educacional, ele ou ela ainda tem de se tornar parte de sua administração.

Então, a questão é como nós introduzimos um sistema de incentivos para assegurar que os professores, especialmente no que se refere às áreas em que as capacidades são limitadas, sejam incentivados a permanecerem professores. Pacotes de incentivos podem viabilizar isso, sem que eles se tornem parte da administração.

Além disso, nós também precisamos, talvez, separar o processo de gestão dessas instituições (escolas, hospitais), das tarefas de ensino propriamente ditas. Obter bons gestores para gerenciarem essas instituições de forma que os profissionais, os doutores e os professores fiquem concentrados em suas áreas de especialização, pois, nossa avaliação é de que bons professores são maus gestores, bons médicos são maus gestores. Então, nós temos de separar o gerenciamento das funções principais dessas instituições.

A última questão trata da parceria com o movimento sindical. Uma das experiências que temos tido na África do Sul é que, com os direitos que acompanham a Constituição, alguns fatos perversos começam a acontecer. Se os gestores dos hospitais tomam algumas medidas, porque as paredes não estão bem mantidas, os lençóis estão sujos, e assim por diante, você veria o sindicato vindo em defesa dos trabalhadores que estão fazendo um trabalho pouco eficiente.

Então, qual tipo de parceria o governo pode fazer com o movimento sindical para assegurar que este se torne um ator em prover serviços eficientes para os vários trabalhadores que alega representar?

Em conclusão, o que eu quero enfatizar é que, da parte do Estado, a criatividade é requerida em termos de instituições de prestação de serviços sociais. Centros integrados com vários serviços que podem ser prestados aos cidadãos e programas, por exemplo, expandidos de obras públicas devem incluir os elementos de treinamento para que as pessoas possam aproveitar diferentes oportunidades mais adiante. ONGs e outras instituições podem ter um papel fundamental no fornecimento do acesso aos serviços públicos, incluindo a utilização de TCIs. Também o atendimento a alguns dos problemas relacionados às comunidades pobres depende de uma abordagem de casa em casa para a erradicação da pobreza, entendendo as condições específicas de cada família e intervenções que seriam necessárias, por oposição a uma abordagem de serviços públicos burocrática e sem pessoal com o entendimento das realidades locais.

Então, por fim, o ponto principal é de que o Estado tem capacidades e limitações e precisa trabalhar em parceria com outros. O crescimento econômico e a inclusão são fundamentais para assegurar que possamos lidar com os desafios da política social. E, por último, todos os parceiros ou parceiros potenciais precisam mudar os seus paradigmas e ver um ao outro (isto é, o setor privado, o Estado, e as organizações não-governamentais) como parceiros para atingir os objetivos dos ideais da Constituição, em vez de serem adversários.

Luiz Carlos Bresser Pereira

Proponho um resumo do que vimos até o momento nas nossas discussões, fundamentalmente sobre um aspecto: quais são os desafios que os países em desenvolvimento encontram no mundo moderno, neste mundo em que nós vivemos? Na verdade, gostaria de discutir sobre três áreas: desenvolvimento econômico, justiça social e democracia. Embora os três sejam fundamentais, foquemos nas duas primeiras.

No primeiro problema, é preciso considerar que temos três tipos de países hoje, no mundo, quanto ao nível de renda, fundamentalmente, tirando os países produtores de petróleo, que é outro caso. Nós temos países ricos ou desenvolvidos, países de renda média, também chamados de emergentes, e temos países pobres. Ainda que eu tenha me interessado mais por este segundo tipo, como o Brasil é um país emergente, de renda média, acho que é importante, quando nós pensamos no desafio do desenvolvimento econômico, pensarmos sempre que, enquanto para nós ou para a Argentina, México,

China ou para Índia o grande desafio é o do *catching up*, é o de aproveitar a sua mão-de-obra barata para crescer mais depressa, aproveitar o desenvolvimento tecnológico que já houve no mundo para crescer mais depressa do que os países ricos, e gradualmente, modestamente, mas efetivamente, realizar o *catching up*, para os países pobres, o problema fundamental é criar o seu próprio Estado. É fortalecer minimamente a sua Nação. Quando vemos os problemas no Oriente Médio ou na África, são problemas fundamentalmente de *quase-nações* querendo se transformar em nações, ter os seus próprios Estados e, em certos casos, tendo a religião acoplada a esses objetivos.

Em qualquer hipótese, quando pensamos o desenvolvimento, seja ele do *catching up*, seja o da formação, da industrialização básica, da revolução capitalista que o Brasil já fez há muito tempo, por exemplo, tanto num caso como no outro o agente fundamental é a Nação. E o instrumento fundamental é o Estado desenvolvimentista. Quando você tem um Estado desenvolvimentista que é capaz de ter uma estratégia nacional de desenvolvimento envolvendo empresários, trabalhadores, classes médias profissionais, você tem o desenvolvimento econômico. Quando você não tem isso, subordinando-se ao Norte e aceitando as propostas, recomendações e pressões que os países ricos fazem, você vai crescer muito menos. Você não faz o *catching up*. Essa é a nossa experiência e a de muitos países.

Para entender isso, é preciso compreender que, dentro dessa classificação de três tipos, os países ricos têm uma solidariedade entre si, ainda que eles compitam entre si. Toda a globalização, todo o capitalismo contemporâneo é um capitalismo de alta competição e não apenas entre empresas, mas também entre Estados-Nação. Agora, há uma solidariedade básica entre os países ricos, que é a mão-de-obra cara. E há a ameaça que nós representamos porque temos mão-de-obra barata. Claro que o discurso jamais é esse, mas isso é fato e objetivo. E algo tem de ser considerado: nós temos enormes possibilidades de cooperação com os países ricos, porque, no médio prazo, eu não tenho dúvida de que é o jogo de "ganha-ganha", de "soma maior que zero". Mas, no curto prazo, não é assim que os governos e as Nações mais ricas veem o problema.

Então, nesse problema do *catching up*, você tendo uma Nação capaz de ter um Estado desenvolvimentista que estabelece uma estratégia nacional de desenvolvimento, dada a sua mão-de-obra barata e dada a facilidade relativa de conseguir tecnologia, você deve crescer mais rapidamente. Agora, para isso, há uma condição macroeconômica fundamental. Porque sempre é preciso pensar do lado da oferta e da demanda. Do lado da oferta, a condição fundamental é a educação, a ciência e a tecnologia e o investimento em infraestrutura. Agora, do lado da demanda, é macroeconomia bem feita: é taxa de juros competitiva, moderada e taxa de câmbio competitiva. E nesse ponto, o qual eu não posso me ater, o que é fundamental nós pensarmos é que existe uma tendência nos países em desenvolvimento para ter uma sobre-apreciação da taxa de câmbio. Desta forma, uma

condição absolutamente fundamental e necessária para que os países em desenvolvimento façam seu *catching up*, ou realizem a sua revolução industrial, é que eles sejam capazes de neutralizar essa tendência, que eles sejam capazes de administrar essa taxa de câmbio, de impor impostos sobre os recursos naturais que apreciam a taxa de câmbio (por exemplo, a doença holandesa) para, então, você poder ter o desenvolvimento. O Brasil teve enorme crescimento entre 1930 e 1980 porque tinha algo chamado “confisco cambial”, além de outros fatores que administravam o câmbio e neutralizavam essa tendência.

Tratamos do plano do desenvolvimento, só que tal desenvolvimento é capitalista e inerentemente concentrador de renda. O capitalismo só foi desconcentrador de renda, bem claramente, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nos países ricos. Aí houve um belo processo de desconcentração, mas foi um momento excepcional, e também foi um momento em que na Europa se criaram os Estados de Bem-Estar Social, e isso foi importante. Desde então, o desenvolvimento capitalista implica concentração da renda. E o grande desafio agora da sociedade e do Estado é de neutralizar em parte essa concentração.

Enquanto o agente fundamental do desenvolvimento é a Nação, é a sociedade politicamente organizada em torno da ideia de Nação, desenvolvimento e de autonomia nacional; para se realizar a justiça social, como também a democracia, o agente fundamental não é exatamente a nação, mas a sociedade civil. E a sociedade civil não é outra coisa senão a Nação, e também a sociedade politicamente organizada, só que agora voltada para problemas de democracia, liberdade, justiça social e proteção do ambiente. Então, é preciso ter uma sociedade civil forte e que seja capaz de fazer o que fizemos depois que tivemos a democracia no Brasil: conseguimos reverter em parte o processo de concentração de renda. Mas, para isso, o que fizemos foi essencialmente um aumento muito forte do gasto social. O Brasil, que tinha cerca de 10 a 11% do PIB de gasto social, hoje deve ter 22 ou 23%; mais que dobrou o seu gasto social em relação ao PIB. Esse enorme aumento do gasto social em 23 anos, desde 1985, aconteceu fundamentalmente na área da educação, da saúde e da assistência social. Todos os governos, desde então, aumentaram gastos nessa área. E isso está chegando a um limite. O importante é que esse aumento do gasto social, essa criação do Estado social, tem como condição, também, o aumento da eficiência na administração desses serviços públicos.

Porque, para você legitimar esses gastos sociais, é preciso que eles sejam feitos não só com razoável qualidade, como também com baixo custo. Foi o assunto que o Julian Le Grand discutiu. E o que tem sido feito no Brasil, desde 1995, é o que nós chamamos de reforma gerencial, ou reforma da gestão pública do Estado, *Public Management Reform*. Esta, inicialmente, foi considerada uma atitude neoliberal, mas percebeu-se que não era. O Banco Mundial era contra, e o fato de ele ser contra é

algo excelente. E hoje essa reforma vem tomando o coração e as mentes dos servidores públicos no Brasil. As experiências mais extraordinárias dessa reforma, creio, foram duas: uma já mencionada, que foi a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), a “NOB 96” e a descentralização que aconteceu através do SUS, que é um sistema universal e que está sendo garantido e legitimado por uma reforma que está tornando o sistema relativamente eficiente; e a outra foi, ainda na área da saúde, uma série de quinze hospitais e quatro grandes ambulatorios desenvolvidos no Estado de São Paulo, na forma de organizações sociais. Ou seja, de entidades sem fins lucrativos, públicas, não estatais, que prestam serviços totalmente gratuitos, financiados pelo Estado, mas que são entidades não estatais. Estudos realizados mostram que esses hospitais desenvolvidos na forma de organizações sociais têm um nível de qualidade, eficiência e de baixo custo substancialmente superior em relação aos demais hospitais. Estas comparações foram feitas sob várias medidas e foram reconhecidas por várias instituições, inclusive, recentemente foi realizado um estudo pelo Banco Mundial (que reconheceu este fato um pouco atrasado, somente no ano de 2000) mostrando que estes hospitais não-estatais existentes em São Paulo são muito mais eficientes e de melhor qualidade do que os hospitais diretamente estatais com servidores públicos.

Esse tipo de reforma gerencial sai da ideia da confiança total e passa para uma meia confiança combinada com alguma escolha. Mas não muita, porque o Brasil não tem a mesma condição da Inglaterra para fazer tanta escolha. Ainda assim, é fundamental uma dialética de confiança e desconfiança, de definição de metas e de negociação em cima das metas. Um desses hospitais em São Paulo, por exemplo, é fortemente administrado pelo sistema da Secretaria da Saúde de São Paulo, quanto às metas a serem atingidas. Os métodos para se “chegar” lá são liberados e muito mais flexíveis. O grande desafio que os países em desenvolvimento hoje enfrentam é o de realizar sua revolução capitalista, em alguns casos; e, em outros, fazerem o seu *catching up* – e para isso precisam de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O problema que os países ricos enfrentam é que a globalização, que parecia inicialmente uma ideologia a favor dos países ricos, especialmente a favor dos Estados Unidos, hoje não é compreendida assim. A globalização é uma grande oportunidade para países que têm mão-de-obra mais barata ou recursos naturais abundantes – como é o caso da Índia, da China, da Coreia, da Indonésia, ou da Rússia, que estão crescendo extraordinariamente no quadro da globalização. Mas isso implica uma resistência grande porque os países ricos estão com problemas de concentração de renda que em parte decorrem da alta tecnologia da sociedade do conhecimento e, em parte, decorrem da competição com os países pobres ou de renda média. De forma que isto é um problema político que deve ser reconhecido, discutido, analisado, e não escondido.

Acredito que há uma crise na social-democracia que vem, basicamente, do problema do Estado. Eu penso que por causa do colapso de 1989, do Muro de Berlim e das sociedades de tipo soviético, e pelo fato de a social-democracia ter sido colocada abaixo pelo neoliberalismo, o mundo dos socialistas e dos social-democratas viveu vinte anos de depressão. Acho que uma das razões é que nós não resolvemos ainda os problemas do Estado. Esse é um dos temas de hoje; podemos dizer que na Grã-Bretanha nós temos explorado esse tema, como foi dito na intervenção de Julian [Le Grand], pois se enumeram algumas das experiências que tentam encontrar novas maneiras de organizar esses vastos aspectos do Estado fordista. David Lammy mencionou algo que o meu colega Jeff Malcon (que tem atuado no Governo Trabalhista por sete anos) também havia dito: que eles tentaram de maneira árdua trabalhar a partir do Estado, com o poder do Estado, com uma grande maioria no Parlamento.

Na opinião de Jeff, bem como na de David, nós deveríamos ter sido mais radicais. Podemos ser radicais? Pode algo ser transformado de dentro? Eu penso que a intuição de Jeff Malcon foi de dar um passo para trás, e pensar no Estado pelo lado de fora, para ver se existiam outras maneiras de resolver o problema, ao mesmo tempo em que pessoas como Julian têm trabalhado de dentro do Estado. Jeff criou uma instituição voltada para a inovação social e eu vou dizer o que isso significa a seguir. Mas tenho a impressão, a partir do meu trabalho, que isso provém do que chamamos aqui de *inovação social*. Usou-se aqui o termo *revolução* em vez de *inovação*, e alguns de vocês poderão se sentir mais confortáveis, ou mais desconfortáveis. Mas o que eu vejo Roberto Unger dizendo é que esse processo é de longa revolução. Nós temos que ter uma ideia diferente de revolução, sobre como as mudanças acontecem, e as mudanças acontecem por meio de muitos pequenos passos. E a inovação social é de certa forma uma proposta para isso.

No Reino Unido, o fenômeno é muito específico, é um pouco como o capitalismo entre o século XVI e XVIII, na Grã-Bretanha. Está emergindo das velhas estruturas e está tentando encontrar novas estruturas adequadas, novas instituições, novas formas de fazer as coisas, e nesse sentido eu considero que é um momento muito interessante e estimulante.

Existem três elementos, e eu vou falar principalmente do primeiro. Este, como eu o chamo, é uma *economia híbrida*. Em segundo lugar, que essa economia é dinâmica, e não estática, e menciono Joseph Schumpeter e não Adam Smith, porque penso que muitas das experiências têm sido feitas na tentativa de introduzir formas de troca e formas de mercado para o Estado. Mas o meu interesse é, também, como podemos ter uma dinâmica operando na economia social que possa se igualar,

em termos inovadores, com a economia do mercado privado. Eu penso que esse é um dos desafios. Como Roberto Unger diz: não é uma questão de varrer o social do mercado privado, é como transformamos os meios pelos quais a economia está funcionando como um todo. E em último lugar, nós estamos certos de que existem quatro dimensões da inovação. Uma está relacionada com a maneira pela qual essa economia híbrida funciona, ou seja, as condições dentro das quais nós podemos inovar. A segunda está relacionada com instituições inovadoras, as espécies de instituições que precisamos. A terceira diz respeito ao processo de inovação como um todo, e de inovação social em particular. E a última consiste em inovar em coisas que são problemas intratáveis do momento, como a mudança de clima, idade, doenças crônicas, pobreza, desigualdade.

Eu quero começar por enfatizar novamente uma questão que acho que é aparente no texto de Roberto Unger: a de que não podemos apenas ter – e, eu penso, esta é uma tradição social-democrática – apenas o mercado por um lado, e o Estado ou o social do outro, fazendo as coisas que o mercado não está fazendo. Tem-se argumentado sobre o fato – e eu concordo – de que se deve entrar no mercado e dizer: o mercado está, afinal de contas, servindo necessidades sociais até um certo ponto: fornece comida, fornece toda uma série de coisas. Mas ele está, ao mesmo tempo, reproduzindo formas de poder, formas de distribuição de renda, algumas das quais podem ser mudadas pelas coisas sobre as quais discutimos. Então o mercado está de um lado, mas há três outras economias. Em primeiro lugar, o Estado. Este é visto aqui como uma economia: como é que o Estado consegue seu dinheiro, como gasta seu dinheiro, presta contas, movimenta o seu dinheiro e assim por diante. A economia de subsídio não é muito grande na Grã-Bretanha, mas é muito maior em outros países, como os Estados Unidos. O quarto, que pensamos ser particularmente importante, é a família, que é particularmente deixada de lado nas discussões econômicas, mas, na verdade, em tempos recentes, está se tornando cada vez mais importante saber qual é o papel da família. Eu não estou me referindo a uma família especificamente, mas à família como uma economia. Os antropólogos têm estudado este assunto extensivamente: como circulam os bens, quais são as formas de reciprocidade e os tipos de associações que você tem – são muito diferentes dessas outras três economias. Então, na categoria de economia da família, estão várias formas de associação: associações de vizinhança, comunidades, movimentos sociais. Todas se enquadram nessa categoria, e todas elas são economias. Este é o argumento.

A partir disso, vemos que são números estimados, que o Estado tem quase a metade do tamanho do mercado, mas a família, em *medida* de tempo, é provavelmente maior do que os três outros. A economia de subsídios é muito pequena. Agora, essa é nossa definição de economia social que se encontra, na verdade, em cada parte disso. É possível que a economia de subsídio não esteja inteiramente dentro da economia social, mas se definirmos a economia social como sendo as necessidades

e aspirações sociais que não são satisfeitas pelo mercado, então veremos que cada pedaço de economia está relacionado a esta. E é para a inovação dentro desta economia social que nossa atenção está voltada. Agora, a razão de analisarmos assim, é porque obviamente estes tipos de economia não são guetos. Nós os distinguimos apenas porque operam na economia de diferentes maneiras, com diferentes estruturas e diferentes instituições.

Mas a coisa mais interessante são as suas interfaces e, se existem quatro economias, existem seis interfaces, e muito do nosso trabalho está agora sendo direcionado no sentido de saber como tais interfaces estão funcionando ou não. Não é possível explorar todos esses aspectos agora, mas quero falar sobre três deles que são de particular interesse para mim.

O primeiro é a intervenção da economia social no mercado. Tem havido muita discussão sobre isso, no que se relaciona a diferentes tipos de firmas e outros atores que vão para o mercado e vendem coisas, mas com um propósito social, não com o propósito primário de fazer dinheiro. Vocês podem chamá-las de empresas sociais, se quiserem. Mas, nos últimos dez anos, a firma na qual estou envolvido está no comércio justo, que é totalmente direcionado pela missão de tentar tratar a desigualdade, no caso, a desigualdade internacional dentro do mercado, não fora do mercado – com a formação de diferentes tipos de relacionamentos econômicos e de estruturas corporativas onde as pequenas cooperativas de fazendeiros no Sul são, em parte, proprietários das operações no Norte, e o Norte faz o que os fazendeiros não podem fazer, que é fabricar marcas e alugar tais marcas. Estas, então, são mandadas de volta para os fazendeiros juntamente com o preço que é, no caso do nosso café, três vezes mais caro que o preço de mercado internacional.

Eu adoraria lhes contar mais sobre isso, porque tem sido uma operação maravilhosa e frutífera – temos seis companhias e 400 mil fazendeiros que estão combinados em cooperativas, incluindo cooperativas internacionais. Quando perguntamos aos fazendeiros o que é o mais importante, eles não respondem que é o dinheiro, embora gostem do dinheiro, porque isto significa que podem mandar as suas crianças para a escola e fazer uma variedade de outras coisas; mas é o fato de suas organizações terem identidade e força dentro de suas próprias economias, o que é muito diferente. Eles são agora atores internacionais, quando nós vamos lá eles dizem: como está indo nossa companhia em Londres? Esses são agricultores das florestas de cacau em Gana ou no meio da Amazônia (temos três operações brasileiras). Isso é algo que vai direto ao ponto, eu penso, da visão de Roberto, do que significa estar integrado na economia: não é apenas fazer dinheiro, mas o sentimento sobre você mesmo não apenas como um indivíduo, mas como uma coletividade e uma comunidade.

Esse pequeno mercado tem crescido de cerca de 10 milhões de libras, no Reino Unido, para 500 milhões de libras em dez anos, o que é um fenômeno interessante. O mesmo fato tem acontecido com a comida, e em vários setores, tais como saúde, inovação ambiental. As pessoas se cansaram de demandar ao Estado, então disseram: “vamos fazer isto nós mesmos”. E o que fizeram foi forçar o mercado e, de fato, o Estado a responder para eles de várias maneiras, e também forçaram algumas das firmas a se tornarem elas mesmas mais exploratórias desse tipo de empreendimento. Há muitos outros exemplos: o Grameen Bank, já mencionado, acho que é absolutamente fascinante, por essa razão. Mohammed Yunus tenta enfatizar que ele está criando isso fora do Estado, mas com a família como elemento e estrutura central da operação dentro do mercado, a fim de dar às pessoas um sentimento de orgulho, especialmente às mulheres. Temos também com o sistema bancário ético (*ethical banking*), e o temos nas novas formas de fundos de pensão, que estão exercendo pressão sobre o mercado, na forma como funcionam. Então essa é a primeira razão pela qual esta exploração, eu penso, é interessante.

A segunda maneira é a economia social dentro do Estado, e como o Estado não apenas opera dentro de si mesmo, mas como interage com as outras coisas, e, particularmente, com a economia de família e de subsídio. Aqui, ênfase: penso que o Estado tem de reconstruir as estruturas sobre as quais foi formado no século XIX e, em seguida, firmado no início do século XX, baseado em Weber, Taylor, Ford. Eu acho que existem, provavelmente, cinco elementos para essa reconstrução. O primeiro é o financiamento e a prestação de contas, a maneira como o Estado obtém seus recursos, a maneira como utiliza e desembolsa tais recursos, a maneira como esses recursos são administrados. Em todos esses existem inovações que são muito interessantes.

Eu vou dar um exemplo de uma inovação, que é a tentativa de delinear impostos que as pessoas querem pagar. Na verdade, Bogotá tem feito isso e espantosamente conseguiu fazer 60 mil pessoas pagarem um imposto voluntário. Pensem em que condições as pessoas estariam dispostas a fazer isto. Hipotecar, reservar recursos anuais são outras maneiras, e existem muitas outras.

O segundo aspecto é o contrato de trabalho, o contrato público de trabalho é central: se e *como* você consegue fazer coisas mais inovadoras. O terceiro está relacionado às novas formas organizacionais que podem criar inovação dentro do Estado: empreendimentos públicos, entidades dentro e fora do Estado. Existe esta organização maravilhosa chamada MindLab, na Dinamarca, que foi estabelecida para oferecer grandes inovações na gestão pública, por exemplo. O quarto ponto são as novas formas métricas, porque uma economia precisa ter formas métricas, especialmente a economia do Estado. Este é todo o tema das metas, e Julian tem estado envolvido nesse assunto. Para haver uma economia social, é preciso ter uma métrica, o que não é usado no tipo de operação de “metas e terror”. Mas é

uma maneira pela qual aqueles que nela estão envolvidos podem medir seu próprio desempenho. Nosso princípio é, acima de tudo, começar com um sistema de medidas que é útil para os produtores e os consumidores. Nós temos operado com isto no mercado do comércio justo. Não se trata do “olhar” de Foucault sobre os sujeitos, trata-se do olhar dos sujeitos sobre eles mesmos. E, por último, existem mudanças completas nos fluxos de informação, de formas de informação verticais de controle a formas de informação horizontais, como os tipos de redes que foram mencionadas anteriormente. Então, creio que seja assim que o Estado precisa se reorganizar dentro dele mesmo. Mas a outra área essencial é como o Estado se relaciona com o resto da economia social, em duas maneiras específicas: uma é como fornecedor de subsídios e a segunda é como um contratador de serviços terceirizados.

O tema da terceirização na Grã-Bretanha, nos últimos 15 ou 20 anos, é cheio de experiências desastrosas, e interesses do lado do contratado à medida que temos esvaziado o Estado de suas funções. Os tipos de contrato que têm sido feitos, e com os quais eu mesmo tive que lidar trabalhando em governos locais, e que às vezes chegam a ter até cinco mil páginas, estão ainda muito longe dos tipos de contratos que Charles Sabel mencionou aqui. Quais são as condições que permitiriam um tipo de contrato como os que Charles mostrou, a funcionar dentro do Estado? E eu mesmo fui sujeito de algumas das coisas terríveis que acontecem quando você está em ambos os lados da cerca. Quando você está tentando criar, como um grupo com o qual eu venho trabalhando, que são coletores de lixo bengalis no distrito de Tower Hamlets, que criaram um fantástico serviço inovador com um maravilhoso quadro de burocratas, e esses burocratas são ótimos, eu não deveria chamá-los de burocratas, eles são inovadores, eles decidiram que eles queriam vender ao redor do mundo, e foram substituídos por pessoas que eram terríveis e estragaram toda a operação. E isto levou a uma nova instituição, a meu ver, que é uma diretoria independente, sobre os contratos públicos, que pudesse assegurar que ambas as partes mantivessem o tipo de abordagem que Charles estava falando. Isto é o tipo de inovação que eu acho que nós temos de ter nessa esfera, e o mesmo nós podemos dizer sobre subsídios.

O último pequeno ponto que eu quero observar neste tópico é sobre a família. Isso talvez seja muito diferente na Inglaterra, mas acredito que o tema seja relevante: a família não é simplesmente um consumidor passivo de serviços – as famílias são jogadores ativos.

Eu lhes darei um ponto complementar para o que Julian estava dizendo sobre a saúde. Ele estava falando sobre um sistema de saúde, mas em muitas doenças, os cuidados domésticos são o mais importante. Então, no caso de diabetes, com o qual trabalhei por mais de um ano, 98% dos diabéticos são cuidados dentro de casa. E o problema do sistema de saúde é conseguir que nós operemos da maneira que eles pensam ser recomendada. O mesmo seria verdade para a educação, seria verdade para a comida e toda a nova economia envolvendo a comida e a capacidade de preparar, estocar e

jogar fora sua comida. É verdade para os transportes, e como você organiza a sua própria rota. É verdade para o meio ambiente, e como a família no Reino Unido tem de adotar hábitos mais condizentes com a sustentabilidade, tem de cuidar de sua energia e de sua água de uma maneira diferente. É verdade sob muitos aspectos da cultura, e a questão aqui é que nós estamos cada vez mais, para citar a expressão de Toffler, “prosumidores” e não somente consumidores. Nós somos produtores, e isto cria um problema econômico bastante diferente daquele no qual você está produzindo *commodities* ou serviços. E o objetivo de olhar para isso dessa maneira é que, se a família for atuar como elemento inovador e jogador, você tem de ter novas formas que permitam que isso seja feito. Por exemplo: o valor do trabalho fornecido pelas famílias, que eu chamaria de valorização do trabalho familiar. Existem experiências interessantes em dar às famílias orçamentos pessoais para direitos à assistência social, e eles podem gastar para tratar a sua irmã, se eles quiserem, ou, até, voar para o Brasil, em vez de fazer o que o conselheiro tiver proposto.

Existem contas públicas pessoais desenvolvidas na Dinamarca, onde você pode ter uma conta, como num banco, mas a sua conta é do Estado. É uma conta especial em que você pode ter crédito por coisas que você faz pelo Estado, bem como gastos com os serviços que você obtém do Estado. Existe o desenvolvimento em potencial de cartões inteligentes, com os quais você pode debitar ou creditar, como você faria em outro mercado. E o mais interessante são novos exemplos de como você pode vender informação ou prestar serviços para o Estado que lhe paga por isso. O caso do lixo em Curitiba, onde eles pagam para você lhes fornecer o seu lixo, é um exemplo. Existe também um médico em Sheffield, na Inglaterra, que organizou pacientes com uma doença particular para estudá-los e, então, vender essa informação para o Serviço Nacional de Saúde. Isso, de certa forma, vira de ponta-cabeça as maneiras pelas quais os fluxos de informação circulam, quem os controla, e quem recebe dinheiro para isso. Então, essa é uma introdução àquilo que eu chamaria de uma nova e incipiente economia.

O que vem a seguir é a segunda questão, sobre como isso afeta o processo de produção ou o processo de trabalho, ou seja, como vocês gostariam de chamá-lo. E aqui eu apenas quero levantar um ponto, que é o convite de Roberto, a maneira como ele coloca isso. Eu acho que você pode ver, na Grã-Bretanha, um movimento das formas de produção em massa fordistas, dos serviços unificados e padronizados, para modelos pós-fordistas. E, certamente, no meu trabalho na saúde, na Bélgica, eu fiquei espantado em encontrar, no hospital, um colega de Sussex que eu conhecia como um dos especialistas nos sistemas de motores Toyota. Eu disse: “O que você está fazendo aqui?” E ele disse: “Nós estamos aplicando essas formas no serviço de saúde!” Os sistemas da Toyota no sistema de saúde? Então, levou vinte anos para fazer isso e, é claro, o que descobriram é que você pode ter ganhos de produtividade massivos: em vez de mais camas, você pode ter menos camas e todas as outras coisas que você poderia esperar.

Mas eu acho que estamos num período de pós-pós-fordismo. Eu penso que, no quadro que eu acabei de apresentar, vamos apenas tomar a saúde como exemplo, que se as doenças crônicas são as novas epidemias do século XXI e, na verdade, parece que as doenças cardíacas e vasculares são agora os grandes matadores em lugares como a África do Sul, mais até do que a Aids, mas este é um resultado mundial de um estilo de vida ocidental.

Se você está cuidando de si próprio, então você tem que ter uma abordagem diferente, um tipo diferente de economia, porque ela não é mais um fluxo de serviço, é a maneira como você organiza a sua vida cotidiana. O ponto dessa questão é que as necessidades são muito novas, isso foi o que encontramos no trabalho com diabetes entre os pobres na Bélgica, onde há um sério aumento de casos de diabetes, particularmente entre a população originária do Sudeste Asiático, mas também nos estados pobres no Sul da Inglaterra, que estão tentando cuidar de sua própria saúde de maneira preventiva.

E uma das conclusões da pesquisa é de que é preciso ter um tipo diferente de serviço para eles, com as seguintes características: primeiro, eles precisam de orientação e suporte profissionais, então você tem de ter médicos ou enfermeiras, ou seja lá o que for. Em segundo lugar, deve haver o que chamamos de economia de apoio: a oferta de um treinamento, desde um treinamento para o preparo físico para os pobres, o que eles absolutamente amaram, bem como treinamentos médicos para as pessoas com diabetes. Isso era um tipo de coisa independente que estava do seu lado, não do lado do sistema, que realmente fez uma diferença transformativa. Existe um livro muito bom sobre economia de apoio escrito por Soshana e Maxmin Zuboff e que abrange esse assunto. Em terceiro lugar, você tem de ter novas competências para os trabalhadores na linha de frente, bem como para as famílias. Em quarto lugar, você tem de criar novas plataformas, ferramentas e protocolos porque, é claro, muitos deles são cidadãos ajudando a si próprios. Eu fiquei maravilhado em constatar que existem dezoito milhões de *sites* sobre câncer na Internet, dos quais, provavelmente, um milhão é útil. Portanto, você tem que ter amigos com capacidades, mas você tem de ter pessoas para ajudá-lo a saber por quais companhias tenho de procurar, pois isso é um problema em si. Então, você tem de ter agentes intermediários. Finalmente, você tem que ter novas formas de distribuição dos financiamentos e de responsabilização.

E, no meio de tudo isto, para mim, uma das coisas revolucionárias, com a renovação do desenho desses serviços, é a indústria do *design*. O ano que passei com o Conselho de *Design* abriu completamente os meus olhos. Eu estava trabalhando principalmente com pessoas com menos de trinta anos, que estavam aplicando os princípios do *design* de produtos e serviços que transformaram o capitalismo nos últimos setenta anos aos serviços sociais, usando as mesmas técnicas que se originam sempre do usuário em detalhes: por toda a semana ficar com pessoas com diabetes, ver como eles

são, ver como são diferentes, mas o que precisam. E você desenha, criando protótipos dos novos serviços, você trabalha interagindo com *feedback* externo, antes de realmente lançar o serviço. Acho que agora o *design* já esgotou o seu propósito com produtos, nós temos muitos e todos são tão bem desenhados e maravilhosos, nós não precisamos de mais. Do que nós de fato precisamos são esses tipos de operações naquilo em que já estamos trabalhando. E o último ponto é sobre o que eu tenho encontrado trabalhando neste campo, que é o que eu tenho feito pelos últimos 25 anos. O mais difícil é achar organizações dentro da economia familiar que tenham a capacidade de ir além de reuniões que expressem suas preocupações, raiva, ideias. Você pode organizar uma ou duas reuniões maravilhosas, mas depois você tem de agir e você tem de ter auto-organização. E a capacidade para a auto-organização não é algo sem valor. Quando eu estava trabalhando em Ontário, eu descobri, naquele tempo, que havia altos níveis de desemprego. De maneira geral, os grupos que não tinham esta auto-organização desintegravam-se bastante rapidamente. Mas aqueles que realmente trabalhavam com sindicatos, por um lado – sindicatos que queriam entrar na economia social –, e, por outro lado, com cooperativas habitacionais – que incluíam pessoas muito pobres, mas que tinham sido treinadas ao longo de dez anos, na forma de gerir a sua própria habitação –, foram capazes de se diversificarem para as outras áreas, de alimentação e cultura e assim por diante. Penso que, se falarmos de educação e de como você aprende, que não é necessariamente na escola, isto é o necessário para que a economia social progrida.

Sanjay G. Reddy

Robin [Murray] mencionou o problema dos contratos, que é extremamente sério. Existe grande dificuldade em antecipar o que exatamente será necessário para prestar um serviço de alta qualidade em uma determinada circunstância. Essa é uma questão sobre a qual, por exemplo, Oliver Hart escreveu muito, aplicando-a em diversos contextos. Seu artigo sobre os contratos feitos para o complexo penitenciário nos Estados Unidos, por exemplo, foi bastante influente, mostrando que dadas as dificuldades em antecipar a gama de resultados que poderiam ser atingidos, os serviços contratados de empresas com fins lucrativos podem, frequentemente, levar a resultados muito ineficientes. Nesse aspecto, as entidades que começam, pelo menos em parte, com motivações sem fins lucrativos, que tenham no mínimo motivações híbridas, frequentemente conseguem ter uma vantagem comparativa decisiva, porque os seus próprios interesses em atingir as metas são mais bem alinhados com o interesse público. Então, a partir desse ponto, não existe uma completa simetria ou fungibilidade dos prestadores de serviços com fins lucrativos e os sem fins lucrativos. Eu me perguntava se vocês poderiam comentar sobre esse assunto.

Relacionado a isso está o problema de como se pode “montar o tigre” (*ride the tiger*) por assim dizer.¹ Aqui o problema coloca-se em termos do que é descrito de várias formas, algumas vezes como captura reguladora. De maneira genérica, nós podemos pensar em uma nova política econômica sendo instituída, dentro da qual os provedores com fins lucrativos começam a criar as condições nas quais os seus serviços são solicitados ou considerados. Mais uma vez, o complexo industrial-penitenciário nos Estados Unidos e alhures nós dá o exemplo disso.

Então, como concebemos as táticas ou estratégias apropriadas para obter os supostos benefícios da provisão de serviços superiores sem iniciar um caminho político econômico frequentemente destrutivo?

A segunda questão é para o professor Bresser Pereira, mas também poderia ser comentada pelo professor Popov, que falou sobre o assunto, e diz respeito às taxas cambiais. A estratégia de manter as taxas de câmbio competitivas, nos países em desenvolvimento e, particularmente, nos países de média renda, não sofreria com o problema da acumulação das taxas, que é muito grave?

O problema da acumulação da taxa de câmbio é que não é compatível que todos os países em desenvolvimento prossigam na mesma estratégia simultaneamente, a não ser que o Norte apresente uma demanda significativa para a venda desses produtos. Nós temos também o problema decorrente do fato de o Sul, como um todo, estar produzindo produtos intensivos em trabalho, e dessa dinâmica resulta a *desindustrialização* que está acontecendo no Norte, provocando assim uma diminuição da demanda agregada nos países desta região.

Então, temos, por um lado, a necessidade para o Norte de fornecer a demanda, e, por outro lado, temos o fato de a produção acumulada do Sul estar causando uma diminuição da demanda no Norte – como esse problema poderia ser resolvido? Parece-me que os países de renda média têm um papel crucial a desempenhar, porque eles têm a perspectiva de fornecer uma grande parte da demanda agregada exigida, de forma mais significativa do que os países muito pobres. Mas como você sugere que esse problema de demanda agregada possa ser resolvido?

¹N.T.: Expressão idiomática que faz referência à dificuldade de sair de um sistema já estabelecido, usando a imagem que remete à dificuldade de sair do tigre sem ser devorado por este.

A pergunta é a seguinte, e talvez seja uma questão ingênua, pois eu não estou tão envolvido nas questões econômicas relacionadas à saúde. Talvez seja certo, talvez seja errado, mas algumas das previsões das pesquisas atuais sobre células estaminais e genéticas são de que em 20 ou 30 anos as pessoas serão capazes de viver de 150 a 200 anos, se você tiver as condições financeiras para pagar por este tipo de cirurgia. Hoje é também verdade que as pessoas que são ricas podem comprar, na maior parte dos países, os melhores serviços de saúde, certo? E isso é considerado normal a menos que você venha para a questão do considerável aumento na expectativa de vida quando você faz o transporte de órgãos. Eu não conheço nenhum país no mundo que permita a comercialização de órgãos humanos. Ainda, você pode fazer uma operação na China, onde o índice de acidentes é muito grande. Então, no Canadá, algumas pessoas escolhem não permanecer na fila para terem um rim transplantado, e vão para a China fazer esse tipo de operação, pagando uma razoável quantia de dinheiro.

Agora a pergunta é a seguinte: até onde vai isso? Por que, em certos casos, nós pensamos que as pessoas com uma grande quantia de dinheiro podem ter um melhor serviço de saúde, e isto é considerado razoável, e, em outros casos, nós pensamos que isto é inaceitável? E o que vai acontecer quando as implicações estiverem realmente altas, quando, se você tiver um pouco mais de dinheiro, você puder estender a sua vida por meio de uma ferramenta, de modo que, em vez de viver setenta anos, você viverá 150 anos? O que a economia voltada para os serviços de saúde tem para oferecer a esse respeito? Vocês sabem que a resposta econômica é clara, se você usar essa quantia limitada de dinheiro para a saúde, a fim de redistribuí-la de maneira equitativa entre toda a população, e se sua meta é de aumentar a expectativa de vida das pessoas, então você não deveria usar os princípios de mercado, você deveria usar o racionamento. Isso é economicamente ótimo. Mas agora nós não seguimos esse princípio, então vocês veem alguns problemas emergindo, se este for o caso, se as apostas na expectativa de vida forem muito altas?

Venho à resposta sobre as taxas de câmbio. Isso é muito verdadeiro, é um jogo de *perdas-perdas*, se todos os países seguirem a política de proteção do câmbio, eles não ganharão nada com isso. Contudo, a minha pesquisa revela que, se países desenvolvidos protegerem o seu câmbio, não ganharão nada. Isso vem de regressões, de estatísticas reais. Quais são as explicações?

Talvez os níveis de exportações relativos ao PIB nesses países já estejam no nível ótimo e não seja necessário aumentá-los. Então, tudo funciona para aquele país. Mas quando você está fazendo uma estratégia de desenvolvimento de *catching up*, quando você é pobre, seus índices de exportações

relativos ao PIB estão ainda num nível abaixo do ótimo, então você tem que seguir a política de proteção cambial. Por um lado, você tem o direito moral de fazer isso porque você precisa de *catch up*, alcançar o nível de desenvolvimento dos países desenvolvidos. Por outro lado, essa política funciona. Assim, se todos os países em desenvolvimento abaixarem as taxas de câmbio em relação aos países desenvolvidos, essa política é razoável. Mas, se todos os países adotarem esse tipo de política, isso seria uma guerra comercial como a da década de 1930. Basicamente, foi este protecionismo do comércio e o protecionismo das taxas de câmbio que ocasionou a crise na década de 1930.

A última ideia que eu gostaria de acrescentar é que a China hoje está seguindo esse tipo de política porque fez uma oferta aos Estados Unidos, que era demasiado boa para se recusar. A proposta era a seguinte: nós estamos financiando o déficit na sua balança de pagamentos e, basicamente, o déficit do seu orçamento, porque a conta atual está relacionada com o déficit do orçamento, são os chamados déficits gêmeos.

Então, isso era o que estava acontecendo, mas agora está afundando. Acontecia em uma escala de 5% do PIB, então os Estados Unidos estavam consumindo 5% a mais do que estavam produzindo. Em um curto espaço de tempo você consome mais do que produz, mas em câmbio nós obtemos o acesso para o mercado americano, que é crucial para o desenvolvimento de todo país em desenvolvimento. Então, a China estava ganhando no longo prazo, e os Estados Unidos estavam ganhando no curto prazo, esse era o tipo de troca que ocorria, é dessa maneira que eu a vejo.

Jessé Souza

O tema da economia é tão monopolizador que talvez a gente esqueça um aspecto que eu vou apontar aqui provocativamente, polemicamente. Acho que existe, na questão para a qual eu me preparei para falar, que é sobre a política social, um certo descaso sobre como a luta de classes contemporânea se produz. Atualmente, já nem se pensa em luta de classes, é como se não houvesse isso. O tema da consciência de classe preside esse tipo de reflexão. Acho muito mais proveitoso fazermos essa discussão da luta de classes. A forma como ela é montada no mundo inteiro, e especialmente em países como o Brasil, é por meio da sobreposição da economia e da sociedade. É como se não houvesse sociedade e houvesse economia. Se sobrar algum dinheiro, você dá aos pobres, às políticas sociais. Se mudarmos o raciocínio e aventarmos a hipótese de que sociedades como o Brasil não têm nenhum outro problema que não seja desigualdade, todos os outros problemas, incluindo o econômico, são decorrentes disso.

Por exemplo: peguemos agora o problema na economia brasileira de falta qualificação na mão-de-obra. Não acho que isso seja econômico. Tem a ver com o fato de 40% da população não ter a menor capacidade de ter recurso de capital cultural, conhecimento técnico, útil, que é o que a economia precisa. E o Estado idem. Isso não é econômico. Isso é social. O mesmo sobre a violência: todas as questões que incomodam o Brasil têm a ver com a desigualdade.

Como combater a desigualdade, se a percebemos apenas economicamente? Desse modo, ela jamais será posta no centro das discussões. A luta de classes, no fundo, que se reproduz entre nós, e acho que em vários outros países de outro modo, pode ser percebida pelo resultado. Não existe mais a consciência de uma classe que domine e uma classe que seja dominada.

Toda ciência social importante foi feita depois da Segunda Guerra Mundial e tem refletido exatamente essa passagem, esse ponto de partida cartesiano na filosofia, que diz o seguinte: nós temos ideias e agimos conformes essas ideias, e isso não é verdade. Ela tem se pautado segundo uma perspectiva que poderíamos chamar de wittgensteiniana: não importa o que nós temos na cabeça, o conhecimento é prático, o resultado é que importa. Qual é o resultado? O resultado, num país como o Brasil, é que os grandes temas, como política social, como saúde, não se pode falar abstratamente do SUS, o serviço do SUS é terrível, o SUS mata pessoas, deixa morrer. A escola não educa ninguém. Se você for à escola, não a abstrair e for lá, como nós fomos nesses últimos quatro anos de pesquisa, encontramos coisas que Florestan Fernandes encontrou na década de 1950, quando ele pesquisou a periferia de São Paulo. Em sessenta anos, a classe baixa do Brasil vive do mesmo modo. E sobre a justiça: 70% dos crimes que são cometidos são pequenos crimes contra a propriedade, essas pessoas nem sequer deveriam estar na cadeia, e elas estão. Existe um belo filme da Maria Augusta Ramos que mostra juízes truculentos maltratando pobres coitados, sem pai, e mandando para a cadeia. É assim que funciona, a polícia que pode matar.

A classe média aqui, nós, apesar de termos o coração limpo, somos uma classe média que apoia políticas públicas implícitas – porque não precisa estar no jornal, o cotidiano é esse – de uma má saúde, uma má escola, uma má justiça, de segunda categoria para 40% da população, com o apoio da classe média. Esse apoio não precisa ser explícito, ele pode ser implícito. É assim que funciona, hoje, a luta de classes. Esse pode ser um tema que temos que recuperar, se quisermos realmente chegar às pessoas que necessitam.

Julian Le Grand

Apenas para responder a uma ou duas das questões que foram levantadas: sobre se os modelos eram demasiado rígidos – sim, de fato eram. Foram obviamente caricaturados. Todo sistema tem, de fato, combinações de confiança, desconfiança, voz e escolha, e isto é, na verdade, necessário. Uma forma de combater os exemplos de Robin [Murray] sobre os contratos de cinco mil páginas, é ter um elemento de desconfiança: e você tem muito menos páginas nos contratos quando as partes confiam umas nas outras.

Isso levanta a questão de se as organizações sem fins lucrativos são mais confiáveis do que aquelas com fins lucrativos. Conheço a análise feita por Oliver Hart, mas acho que é muito simplista, porque a suposição é de que, de certa forma, os interesses das organizações sem fins lucrativos estão alinhados com os interesses do governo, e, na verdade, muitas organizações sem fins lucrativos têm interesses diferentes, que frequentemente não são negociáveis.

Eu penso dessa forma especialmente com relação a grupos religiosos e fundações religiosas. Na verdade, é difícil, por parte do governo, negociar com elas e direcionar seus interesses para aqueles que o governo quer promover. O governo acha mais fácil negociar com as organizações com fins lucrativos, porque a variável é simplesmente o dinheiro. Basicamente, eu quero dizer que, se você constrói um contrato usando incentivos monetários com organizações com fins lucrativos, você terá bem mais sucesso. Devo dizer que, pessoalmente, prefiro esse tipo de solução.

O outro ponto sobre captura reguladora: sim, há obviamente o perigo de criar monstros, ou tigres, tigres privatizados que podem capturar o serviço público. Ainda assim, você provavelmente terá de contrapor essa opção às demais alternativas possíveis. Na Grã-Bretanha, as prisões estavam capturadas pela *Prison Officers Association* (Associação de Agentes Prisionais), um sindicato do setor público, tipos particularmente repressivos com mulheres e com os presidiários. E a única maneira de realmente quebrar o poder desse sindicato ou, pelo menos, desafiá-lo, o foi por meio do setor privado. Então, nós realmente temos de considerar todos os tipos de capturas que podem ocorrer.

No que se refere à questão da venda de órgãos que Dimitry Popov estava levantando, é bastante interessante analisar por que a venda de órgãos internacional é proibida, enquanto a de outras coisas é autorizada. Eu penso que uma das razões vem de meu antecessor, Richard Titmuss, que se posicionou contra a venda de sangue. E ele fez isto – e esta questão novamente tem a ver com a

questão da confiança entre os atores – pelo fato de o comprador de sangue ter muita dificuldade para conseguir avaliar a qualidade do sangue. Nesse tipo de troca, em que a qualidade é difícil de ser avaliada, e na qual você não pode confiar no seu fornecedor, um sistema de mercado na verdade é perigoso porque a pessoa que vende sangue tem todo o incentivo para conceder informação sobre a qualidade do sangue. Enquanto num sistema de doação voluntária de sangue, os fornecedores têm todo o incentivo para revelar a informação sobre a qualidade do sangue, porque eles querem ajudar a pessoa que vai receber a doação. Então, as estruturas de incentivo no mercado são especialmente aquelas em que é muito difícil de avaliar a qualidade, e isso cria muitos problemas. Eu penso que essa é uma das razões pelas quais a venda de órgão é muito problemática.

Luiz Carlos Bresser Pereira

São dois assuntos. No meu entendimento do Estado capitalista, só houve duas reformas administrativas fundamentais. A primeira foi a reforma burocrática. A reforma weberiana, que Weber descreveu depois que tinha acontecido na segunda metade do século XIX, nos países avançados, principalmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos. No Brasil, aconteceu nos anos 1930. A segunda reforma é a gerencial. A reforma burocrática está baseada numa contradição muito curiosa, se pensarmos nesse problema da confiança e da supervisão. Porque ela afirma o espírito, o *ethos* burocrático do interesse público muito fortemente, mas, ao mesmo tempo, afirma uma supervisão cerrada e regulamentos estritos que mostram uma total desconfiança. Por sua vez, a reforma gerencial é mais equilibrada, ela traz ideias da administração privada, e ela nem confia nem desconfia. Mas ela controla, dando autonomia.

Serviços rotineiros, como limpeza, cozinha etc. podem ser feitos por empresas terceirizadas. Mas, quando se trata de terceirizar os serviços sociais e científicos, isso deve ser feito em princípio por entidades sem fins lucrativos, que eu chamo de públicas não-estatais. Não se garante com isso um resultado, é sempre um processo de controle. E um controle que tem que ser cada vez mais social. Essa reforma gerencial trabalha conjuntamente com elementos de democracia participativa e forte participação dos usuários dos serviços ou da sociedade como um todo no processo.

A segunda questão que foi feita por Reddy e por Popov diz respeito a outro assunto, completamente diferente, que é a taxa de câmbio protegida, que Markov mencionou. Ela não fecha do ponto de vista das contas correntes, e ela não fecha também do ponto de vista político. Aí eu tenho que fazer um rápido resumo de um *paper* que publiquei recentemente, que se chama “The Dutch disease and its

neutralization: a Ricardian approach”. E nesse *paper* o que eu digo essencialmente é que a “doença holandesa”, ou maldição dos recursos naturais, deriva de uma renda ricardiana. O país tem recursos naturais abundantes e baratos, e essa é a forma clássica: o petróleo é a mais famosa das fontes de doença holandesa, mas não é a única. Você pode ter cana de açúcar, soja, ferro, diamantes também – a doença é menos grave, mas você pode também ter efeitos similares. E essa doença holandesa é uma renda, e portanto é uma maravilha, o país se beneficia de uma renda ricardiana. Também apresento no *paper* o conceito ampliado de doença holandesa, que inclui países, como a China, que tem mão-de-obra muito barata, com um leque de salários, uma amplitude salarial substancialmente maior do que a que existe em países desenvolvidos. De fato, nesses países, a relação de salários, por exemplo, entre um operário e um engenheiro é de algo entre 3 e 4 vezes. Nos países em desenvolvimento é muito comum ter uma relação de 10, 11, 12 vezes esse diferencial de salários. Então, também, ali há doença holandesa.

Tal “doença” se define pela existência de duas taxas de câmbio de equilíbrio. Um país que não tem doença holandesa tem somente uma taxa de câmbio de equilíbrio, que é a taxa de câmbio corrente, que é, também, a mesma taxa de câmbio de equilíbrio industrial – é o nome que eu inventei. Porém, se você está na Venezuela, por exemplo, a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente do país é uma, e a taxa de câmbio que seria necessária para colocar na Venezuela uma indústria utilizando a melhor tecnologia do mundo, tecnologia no estado da arte, teria de ser uma taxa de câmbio diferente, muito mais depreciada. Isso é a doença holandesa. Essa é a diferença. Maior ou menor será a gravidade da doença, quanto maior ou menor for essa diferença.

Contudo, essa doença holandesa é neutralizável. Os noruegueses o fizeram, os holandeses também inicialmente o fizeram, a China neutraliza muito competentemente, a Rússia, eu tenho a impressão, não tenho certeza, de que a neutraliza em boa parte. Outros países não. A neutralização implica que as duas taxas fiquem iguais. Isso se faz essencialmente por meio de um imposto sobre a exportação do produto, que desloca a curva de oferta para cima. Em Dubai, por exemplo, a taxa de retenção é de 98%, aí se desloca lá para cima a curva e se neutraliza a doença. Aqui surge o problema de raciocínio lógico muito simples. Se eu tenho duas taxas, uma taxa de equilíbrio corrente e outra de equilíbrio industrial; se eu deprecio a taxa de câmbio de conta corrente para ela chegar à taxa de equilíbrio industrial; se eu logo neutralizar a doença holandesa, necessariamente e inevitavelmente, esse país vai ter superávit em conta corrente. Logo, se todos os países conseguissem gradualmente neutralizar a sua própria doença, haveria um alto superávit em conta corrente nesses países e um déficit nos países que não têm doença holandesa, ou seja, aqueles que não têm rendas ricardianas, que é um sinônimo de doença holandesa.

Isso já começa a acontecer. As enormes reservas de países em desenvolvimento, os fundos soberanos, são exatamente sinais de que isso está acontecendo, e que os países estão percebendo esse fato. Isso não significa que os Estados Unidos, a Inglaterra, ou Japão irão ficar pobres. Porém, vai significar que eles terão que transferir uma parte de seus ativos para esses países que têm rendas enquanto eles tiverem rendas. A renda da China, por exemplo, vai desaparecer, porque os salários estão aumentando e vão aumentar, então, essa renda vai desaparecendo. Aquelas relativas a recursos naturais desaparecem quando os recursos naturais se esgotam.

É por isso que eu digo que há um conflito de interesses evidente. Os países ricos não estão interessados em ter déficit. Os Estados Unidos aceitaram tê-lo porque num curto prazo é bom, mas nem a Europa, nem o Japão mostram disposição a aceitar. Isso é um problema que vamos ter de aguardar para ver o que acontece. Mas temos que ter claro qual é a economia em jogo. O que fez a teoria econômica americana com a doença holandesa foi diferenciá-la da maldição dos recursos naturais e afirmar que esta é essencialmente a corrupção que acontece em torno do *rent-seeking*. E isso é verdade. Mas isso não é questão econômica. É uma questão político-moral. A questão econômica é bem concreta, os países vão acabar descobrindo isso e, portanto, nós temos que entender o que está acontecendo no mundo. E quando esses países colocam as taxas de câmbio num nível correto, eles não estão fazendo protecionismo. Essa expressão está errada. Eles estão neutralizando uma doença. Nada mais.

Yuli Tamir

Faço duas observações muito breves. A primeira tem a ver com uma questão que já foi levantada anteriormente: se a mudança pode ser feita a partir de dentro ou de fora. Eu não penso que haja uma resposta para essa pergunta, mas acho que excluímos muito facilmente a possibilidade de fazermos uma mudança por dentro do sistema. Por dois motivos dos quais eu acho que deveríamos estar muito conscientes.

Em primeiro lugar, para poder fazer uma mudança a partir de dentro do Estado, você tem que trabalhar com a burocracia. E todos nós temos uma tendência a ignorar a burocracia, para dizer que é corrupta, é incapaz de funcionar. E existe uma tendência atual de passar por cima do Estado, e que eu acho que é bastante perigosa. Especialmente, porque isso significa que as pessoas não vêm se juntar à burocracia do Estado por causa de algo que é reconhecido, então isso se torna numa profecia auto-induzida: quanto mais você critica a burocracia, mais fraca ela se torna, e menos hábil para desempenhar mudanças – e na verdade, isso vai até impedir qualquer mudança. Portanto, trabalhar com a burocracia é uma questão crucial, mesmo que você queira iniciar uma mudança por fora do

sistema, e a capacitação da burocracia do Estado é algo que as pessoas não querem nem discutir, mas eu penso que é um aspecto essencial para tentar promover mudanças.

A segunda questão é que, quando você faz uma mudança a partir de dentro, uma de suas maiores limitações é que – já falamos sobre isso – você tem que fazer uma escolha sobre que tipo de mudança você quer iniciar, e isso significa que você deixa passar outros aspectos necessários no campo da mudança.

No entanto, se você for uma ONG, ou alguma espécie de instituição vinda de fora dessa perspectiva, ninguém espera que você tenha uma visão abrangente do sistema para dizer que isto ou aquilo deveria ser mudado. Você é responsável por uma perspectiva, e você deve segui-la. Quando você está no governo ou o governo tem que escolher prioridades, é sempre criticado por não fazer outras coisas.

Então, eu penso que nós deveríamos ser capazes de permitir que o governo escolha e ponha ênfase neste ou naquele campo, não importa qual, depende do país, das circunstâncias, e assim por diante. Assim, iniciar a mudança a partir de dentro tem a ver com muitas escolhas difíceis. Os parceiros externos normalmente não têm esse problema. Mas se você deixar passar o problema, então o que se obtém é um conjunto de interesses que são apresentados pelas instituições externas e ONGs, e estão todos agindo nos mesmos campos políticos – porém, muito frequentemente, neutralizam-se uns aos outros.

Desse modo, eu penso que é um problema de coordenação que geralmente não pode ocorrer do lado de fora do Estado, este tem de fazer algo para decidir qual tipo de mudança ele quer patrocinar, especialmente no que se relaciona ao orçamento. Porque é uma boa ideia falar sobre mudança, mas você deve converter isso num orçamento, pois, independentemente de quais forem as atividades das ONGs e outros atores, a maioria do orçamento para reformas vem do Estado. E, a menos que o Estado esteja comprometido com aquilo, será impossível levar adiante os objetivos.

E o terceiro problema é como convencer o público, o Estado e os políticos a optarem por mudanças de longo prazo. Eu penso que uma das grandes dificuldades de planejamento no governo é que você é julgado num espaço de tempo muito curto, e, se você realmente quer fazer uma diferença, você precisa de muito mais tempo para realmente criar um processo profundo de mudança. E isto, eu penso, é parte do problema com a teoria democrática também. Todos falaram aqui sobre dar às pessoas mais poder para tomar decisões. Eu não tenho certeza de que isso irá ajudar. Ajudará de uma maneira muito superficial, mudanças que seguem a moda. O público é muito eclético sobre o que pensa que é a coisa certa a fazer. Enquanto a habilidade de seguir uma medida, mesmo se a partir de certo ponto isto não for muito popular, é muito importante. Um bom exemplo, creio, é a inabilidade de muitos países europeus. A Inglaterra teve sucesso em criar mensalidades escolares para estudan-

tes, nós falhamos. Eu acho que é absolutamente certo aumentar as mensalidades escolares para os estudantes. Mas você será incapaz de fazê-lo se perguntar para o público, porque os estudantes são muito persuasivos. A França, a Itália, a Grécia todos falharam. Você sabe, se você for até o público e perguntar, todos dirão: “A educação deve ser de graça”. Este é um *slogan* muito popular, mas a verdade é que você tem que fazer outra coisa e você tem de convencer o público de que isto é certo, e você não consegue necessariamente fazer isso.

Uma última questão para o professor Le Grand. É muito interessante que as classes baixas queiram escolha mais do que as classes altas, e você disse que as classes mais altas sabem como usar o sistema melhor, mas que eles também sabem como usar o sistema de escolha melhor. Acredito que na África do Sul deve ser similar, e nós aprendemos em Israel o seguinte: todas as vezes que introduzimos uma nova ferramenta, as pessoas que as utilizam mais são oriundas da classe média alta. Então, eles não deveriam ter medo de mudança. Tudo está funcionando para eles, pois de qualquer jeito sabem como atuar no jogo, não importa qual o jogo, jogam-no bem.

Então, eu ainda me pergunto por que eles são os menos interessados em escolha. Eu penso que, do ponto de vista da distribuição e da justiça social, nós deveríamos estar conscientes do fato de que, uma vez que se produza uma nova ferramenta social, você tem que fazer não somente o acesso, você realmente tem que educar certas classes a usarem essas ferramentas, porque é pouco provável que o façam naturalmente.

O que nós assistimos em certas medidas que tomamos em anos recentes é que, na verdade, as pessoas não usavam o que o Estado oferecia, porque não eram capazes de entender o que aquilo significava para eles. Apenas aqueles que entenderam os mecanismos criados, de fato os usaram. Então, é bastante estranho: você investe muito dinheiro, você visita a sua circunscrição várias vezes e vê que a classe média está melhor e a classe baixa está como estava antes, e nada realmente mudou sob a perspectiva das estratégias sociais.

Joel Netshitenzhe

Em nossa discussão temos, naturalmente, procurado sublinhar o desafio da inovação no contexto da implementação da política social. Nós, também, não deveríamos estar levantando a questão sobre a criatividade e inovação na conceitualização de categorias teóricas?

Eu estou levantando essa questão porque, por exemplo, para falar sobre um Estado desenvolvimentista, nós todos estaríamos tentados a falar sobre o Estado como um conceito de qualquer trabalho clássico que existe sobre Estados desenvolvimentistas. E os atributos seriam sobre a sua orientação para o desenvolvimento de capacidade organizacional, capacidade técnica, e assim por diante.

Não deveriam a esquerda e os progressistas argumentar que um Estado desenvolvimentista progressista não poderia existir sem ter também outros atributos além dos técnicos? Isso incluiria elementos como bem-estar social e metas de empregos para todos, bem como outras políticas sociais progressistas que deveriam conectar o Estado a uma agenda progressista e desenvolvimentista?

O que quero dizer é que não deveríamos tomar as categorias nas suas conceitualizações radicais, como coisas imutáveis que não podem ser revertidas, no contexto de uma agenda progressista – essa é uma questão. A segunda questão é de saber se podemos alcançar os princípios da igualdade e da paridade mecânica, assegurando o fornecimento de serviços sociais em sociedades de classe. Se a resposta for não, um dos desafios que surgem é o de identificar meios criativos de se utilizar doações de renda na sociedade para beneficiar os pobres. Um bom exemplo nos debates que temos na África do Sul é sobre a educação gratuita: grandes campanhas, argumentos persuasivos, de que o Estado deveria introduzir um sistema de educação gratuita. Mas a questão que surge a partir desse ponto é que você pode até fazer isso, e prover o fluxo de direitos que toda criança deveria ter no tocante à educação. Contudo, o que acontecerá é que a classe média abandonará o sistema público escolar para ir para o setor privado. Será que isso é do interesse da sociedade?

Por outro lado, criativamente, você poderia pretender fornecer um fluxo mínimo de direitos que todas as crianças devem ter, mas ainda no sistema de ensino público, permitindo que a classe média subisse para ter igualdade de educação e facilidades que seriam acima do mínimo. Além disso, o que você consegue então impor é que essas escolas públicas, que servem as classes médias dentro de limites geográficos razoáveis, não possam excluir nenhuma criança, não importando se a criança vem de uma família pobre ou não.

O ponto que quero discutir é que se você abordar as questões em categorias absolutas, na verdade você poderá atingir igualdade, mas num baixo nível de realização.

Charles Sabel

Professor Le Grand, eu lamento muito: você deve estar muito cansado de ouvir esquerdistas reclamando sobre seu entusiasmo com relação à escolha, e eu vou ter de testar a sua paciência novamente!

Não é porque eu não goste de escolha, eu sou entusiasticamente a favor da escolha. O problema é, eu penso, com um certo grau de desconfiança, que a escolha, nas áreas nas quais você estava falando, não funciona. E eu penso que a razão pela qual você pensa que funciona está baseada na incompreensão de como os mercados, na verdade, operam.

Você colocou essa alternativa sobre a produção interna pelo Estado, ou escolha no mercado. As firmas enfrentaram exatamente essa escolha nas últimas décadas, quando elas descobriram que seus fornecedores internos não podiam produzir a variedade de tecnologias que elas precisavam. E uma primeira resposta foi, para ser breve: a escolha! Isso é simplesmente abrir um leilão daquilo que elas achavam que precisavam, de acordo com as especificações que elas determinaram.

As firmas descobriram muito rapidamente que isso era impossível sem uma profunda colaboração entre o usuário do produto e o fabricante do componente para, na verdade, produzir a competência no fornecedor, o que permitiria uma contínua colaboração independente.

Deixe-me dar um famoso exemplo: quando a Intel descobriu os limites da atual litografia de *chips*, o que fizeram não foi anunciar a concorrência dizendo: “aqui estão as cinco tecnologias e nós firmaremos um contrato de longo prazo para a parte que for capaz de produzir a melhor máquina de litografia”. O que eles fizeram foi organizar vários consórcios de laboratórios de pesquisa e firmas para desenvolverem cada tecnologia. Porque, antes de fazer isto, nem era possível julgar como escrever o contrato, você não poderia imaginar ter uma escolha até você ter explorado o espaço dentro do qual a escolha era possível.

Se você pensa que redesenhar o sistema educacional ou um hospital é como mexer no carburador de um carro, então você pode ter escolha. Se você pensar, como a ministra Tamir repetidamente nos disse, se você achar que é como descobrir um tipo de litografia que ninguém fez antes, você não pode fazer isso. Você pode talvez achar contraexemplos, mas eu não acredito. E eu penso que se você fosse às firmas e dissesse: “Sei como vocês podem resolver o problema da obstrução interna da burocracia: através do mercado”, elas diriam: “Nós entendemos profundamente de mercado e nós

entendemos mercados como uma combinação de cooperação e competição, trocas estruturadas de informação e disciplina de preços”.

Nós entendemos os mercados e o que você descreveu não são os mercados que conhecemos. Agora você talvez tenha uma resposta para isso, mas esta é a minha mais profunda convicção. Este não é um argumento contra a concorrência, nem contra a desburocratização no sentido antigo, mas é um argumento contra tomar uma visão ultrapassada do que é o mercado e aplicá-la à reforma do setor público.

Robin, achei o que você disse extremamente interessante. Tenho apenas uma observação de precaução. Eu penso que muitas das ONGs – por exemplo, as do tipo de comércio justo –, tendo preenchido uma lacuna deixada vazia pela incapacidade dos governos nacionais e das organizações internacionais de regularem certos tipos de cadeias de abastecimento (e as condições de trabalho naquelas cadeias de abastecimento, ou condições de produção, mas geralmente nas cadeias de abastecimento), em algum momento, na última década, essas ONGs criaram padrões privados muito úteis. No trabalho, a FLA (*Fair Labor Association*, Associação de Trabalho Justo); na floresta, a FSC (*Forest Stewardship Council*, Conselho de Manejo Florestal), e assim por diante. E aqueles padrões agora estão interagindo com os padrões públicos atuais.

O problema é que, à medida que as pessoas veem a necessidade para os padrões, elas aumentam as suas expectativas de que esses padrões funcionem: não apenas impõem disciplina moral nos atores, mas produzem medidas e melhoramentos nas condições de várias dimensões. Eu penso, nesse ponto, em minha própria experiência, que as ONGs foram muito boas em criar a pressão pública que levou à padronização das normas, e até mesmo à sua melhoria gradual no papel que desempenham. Mas acho que elas não têm a capacidade de realizar sozinhas os próximos passos que são necessários para a construção de um sistema de regulação capaz de cumprir aquilo que as normas, agora em vigor, exigem. Então, alguma forma mais complexa de parceria público-privada, alguma oficialização dessas normas é exigida, e alguma construção mútua de capacidades de um tipo que nós não entendemos muito bem ainda, será provavelmente necessária. Portanto, eu penso que este é o começo, mas que possivelmente, haverá uma grande crise nessas normas antes que elas venham a realizar o seu potencial.



INOVAÇÃO NA POLÍTICA

O sexto painel do seminário teve como tema “Inovação na política: participação e experimentalismo na democracia representativa na formulação e implementação de políticas públicas e na organização das instituições políticas”. Os principais debatedores foram Ahmed Lahlimi, Ronaldo Lemos, Eduardo Giannetti da Fonseca, Sergei Markov e Zhiyuan Cui.

Eduardo Giannetti da Fonseca

Nosso tema aqui é a inovação em política e eu gostaria de compartilhar três ordens de considerações ou pelo menos encaminhar uma resposta para três perguntas que vão definir o roteiro da minha fala. As perguntas são as seguintes. Primeira: o que é inovação em política? Ou seja, no que consiste inovar na política? A segunda: qual é o problema central da inovação em política? E, finalmente, qual a direção a seguir? Ou quais as áreas que me parecem mais promissoras para o exercício da inovação em política?

Vamos do geral para o particular, e vou começar com uma consideração de ordem mais conceitual, encaminhando para propostas mais substantivas em relação ao nosso tema. Então, sobre a primeira pergunta: no que consiste a inovação em política? Eu entendo a política como um jogo interativo. E eu gostaria de propor uma distinção radical entre duas modalidades de inovação no âmbito

da política. Uma diferença entre, de um lado, as escolhas das regras que definem o jogo interativo da política e, de outro lado, as escolhas feitas pelos agentes e pelos agrupamentos, no âmbito dos limites e restrições definidos por essas regras. Ou seja, uma coisa é inovação política na ordem constitucional, que define e balisa o acordo fundamental sobre como transcorrerá o jogo interativo da política, e outra coisa é a inovação política dentro da ordem constitucional.

Exemplo de inovação política no âmbito da ordem constitucional é a ordem democrática: a democracia representativa, uma conquista que veio se afirmando desde o século XIX, continuou seu percurso no século XX, e certamente é um projeto inacabado. É algo ainda em andamento, ainda em transformação. Dentro da democracia representativa estão aspectos fundamentais de uma ordem democrática, como a divisão dos poderes, garantias de certos direitos de expressão, de organização, a renovação periódica dos governantes pelo voto universal e secreto, o modelo de Estado (parlamentarismo, presidencialismo etc.). São todas definições básicas que dependem de um acordo sobre como ocorrerá o jogo interativo e competitivo dentro da política.

Outra ordem de inovação diz respeito àquela que ocorre dentro dessas regras. Exemplos de inovação desse tipo ocorrem tanto dentro como fora do Estado. Dentro do Estado, na definição de prioridades, na alocação de recursos orçamentários, nos modelos de gestão. Fora do Estado, em iniciativas que vêm crescendo agora no fim do século XX, início do século XXI, iniciativas de sociedade civil, como grupos de consumidores, organizações não-governamentais, pressão de investidores acerca de gestão e transparência, parâmetros de funcionamento de empresas privadas etc.

Quais são os problemas aqui em relação às escolhas, especialmente no campo da ordem constitucional, ou seja, das regras que definem o jogo da política? Eu gostaria de me referir muito rapidamente a três tipos de problemas. Primeiro, o problema da instabilidade. Existem sociedades que parecem cronicamente incapazes de chegar a um acordo sobre as regras fundamentais do jogo político. Um exemplo muito concreto disso é o que ocorre em termos de promulgação de Constituições na América Latina.

Um pesquisador americano fez uma contagem do número de Constituições que foram promulgadas nas diferentes repúblicas latino-americanas desde as suas respectivas independências e chegou a uma média espantosa de 12 Constituições por país. Enquanto outros países vivem com a mesma constituição desde o século XVIII, a América Latina parece tomada por uma doença: "constitucionalite". Uma febril vontade de inovar nas regras fundamentais da sua Constituição. Eu acho que esse é um problema que merece alguma consideração. Qual é a razão dessa dificuldade de se chegar a um tipo de acordo sobre as regras que definem o jogo político?

Outro problema que eu gostaria de apontar ainda dentro deste tópico é a questão da baixa adesão ou da persistente violação das regras que definem uma ordem constitucional, uma ordem política. Existem Constituições que não atendem a requisitos mínimos de exequibilidade, ou seja, elas colocam para a sociedade padrões de convivência que não têm nenhum tipo de realidade e que não refletem preferências e sentimentos predominantes no jogo político. Posso ilustrar isso de muitas maneiras, mas a Constituição brasileira de 1988 é um prato cheio. O meu item preferido em relação a essa baixa adesão ou inexecutabilidade de um item constitucional – predileto e até pitoresco, na Constituição de 1988 – é o artigo que confere aos idosos o direito à vida e à saúde.

Eu acho incrível uma Constituição garantir, universalizar para toda a população idosa o direito à vida e à saúde. Eu adoraria que esse artigo fosse regulamentado o quanto antes. Porque eu já estou chegando à velhice e eu gostaria de ter essa prerrogativa e esse direito garantidos para mim.

O terceiro problema de ordem constitucional é a disfuncionalidade. Existem constituições que geram incentivos perversos ou que emperram demasiadamente o processo de transformação e de aprimoramento de uma sociedade. Os exemplos são múltiplos também.

Eu vou seguir, portanto, para a minha segunda pergunta, que diz respeito a qual é o problema central da inovação em política. Eu entendo que o problema central da inovação em política é o velho e tradicional problema da filosofia política, ou seja, aquele da tensão entre liberdade e autoridade. Ou, colocando de outra maneira, o valor da autonomia em relação ao imperativo da justiça. Acredito que ninguém melhor que John Stewart Mill no seu *Essay On Liberty*, que definiu esse problema central da inovação em política.

O problema central da política, segundo Mill, é a natureza e os limites do poder que legitimamente pode ser exercido pela sociedade sobre o indivíduo. Nós temos aqui dois riscos simétricos. De um lado, o risco da ausência de autoridade, da atrofia do poder soberano que nos conduz a uma guerra muito bem descrita por Protágoras e depois por Hobbes, a interação destrutiva que leva a sociedade a um caminho terminal. Ausência ou atrofia de autoridade de poder legitimamente constituído que consiga se fazer respeitar definindo parâmetros para a convivência humana. Mas nós temos, também, outro problema, e há um risco de excesso nessa direção, que é o problema da hipertrofia da autoridade.

Trata-se da tentativa do poder soberano de suprimir o indivíduo, de estabelecer uma enorme e indesejável uniformidade de comportamento, de preferências e de modos de vida. Um exemplo extremo disso pode ser encontrado, entre tantos outros, nas descrições que Toqueville faz sobre o poder centralizado do Estado na França e a maneira como ele “amolece” a autonomia da vontade.

Ele quebra a espinha da liberdade individual ou, para irmos um pouco mais longe, as propostas do velho e já desapontado Platão em *As Leis*, propondo vigiar e controlar minuciosamente a conduta dos indivíduos. Platão, em *As Leis*, chega a dizer que ninguém pode ficar um minuto sozinho. Porque, se ficar sozinho, fará algo moralmente errado. Portanto, um sistema de obediência, um conselho noturno deveria ser implementado, de maneira implacável, para que os indivíduos se mantivessem na linha do que é moralmente bom, dentro da saúde moral.

Um problema que me ocupa e preocupa como cidadão que partilha das ansiedades de um brasileiro, é que essas duas tendências podem ocorrer simultaneamente. Nós podemos ter situações na política em que, ao mesmo tempo, há ausência de autoridade e excesso de autoridade, o que já foi descrito pelo Sérgio Abranches, um cientista político brasileiro, como a figura do leviatã anêmico. O Estado faz muitas coisas que não deveria, é inflado e hipertrofiado em muitas dimensões necessárias, sufocando muito da expressividade e da criatividade individual, mas, ao mesmo tempo, se ausenta de áreas em que a sua presença deveria ser muito mais robusta, e muito mais confiável, muito mais definida.

Eu acredito que não haja uma resposta universal para essa indagação dos limites e da fronteira entre o poder soberano, a autoridade, de um lado, e a autonomia, a liberdade individual de outro. Creio que aqui cabe uma análise sobre um país específico, e eu novamente cito John Stewart Mill, que era muito atento a essa necessidade de uma especificidade na análise dos limites e das fronteiras adequadas entre o indivíduo e o poder coletivo quando ele afirma que as mesmas instituições não se adequam a duas nações em estágios distintos de civilização. Todas as questões referentes às instituições políticas são relativas, não absolutas. Estágios diferentes do progresso humano não apenas irão possuir, mas devem possuir instituições diferentes – portanto, eu acredito que não há uma resposta universal válida para todo tempo e lugar, um pacote de regras constitucionais que nós possamos aplicar indiferentemente a sociedades em estágios diferentes ou à mesma sociedade em épocas diferentes da sua trajetória e de sua história.

Para terminar, gostaria de deixar uma sugestão sobre a direção a seguir. O que me parecem as áreas mais promissoras de inovação no campo da política? Eu gostaria de compartilhar duas reflexões. Uma sobre desigualdade e outra sobre liberdade. A desigualdade entendo que não é um mal em si. Muito depende da legitimidade do processo da qual ela resulta. O desafio é erradicar a desigualdade ilegítima, a desigualdade espúria, exatamente para que a desigualdade legítima possa aparecer e aflorar.

Eu gosto muito de uma história simples que ilustra essa ideia, e que, talvez, alguns aqui já conheçam. É sobre dois meninos que estão caminhando por uma calçada, e um deles encontra duas maçãs – uma grande e uma pequena. Esse menino recolhe as maçãs, fica com a maçã grande para ele e dá a maçã pequena para o seu amigo. O amigo começa a questionar a desigualdade dessa distribuição: “Que coisa injusta, você pegou a maçã grande e me deu a maçã pequena. Eu não aceito. Isso é uma injustiça, isso é profundamente egoísta de sua parte.” O outro foi ouvindo até que depois de muita reclamação, ele pergunta: “Mas espera aí, se você tivesse encontrado as maçãs o que você teria feito?” O outro responde: “É lógico que eu teria ficado com a pequena e dado a grande para você.” Ao que então, o primeiro responde: “Mas foi exatamente o que eu fiz. Qual é o problema?” O resultado final é o mesmo. E, no entanto, ele tem razão em reclamar. Porque o processo que levou a essa desigualdade não foi legítimo. Ele foi impositivo. Não há nada de errado com um tendo a maçã grande e o outro tendo a maçã pequena. Tudo depende do processo que está por trás desse caminho que resultou numa distribuição desigual.

Em que aspecto me afronta eticamente o problema da desigualdade? É na desigualdade das dotações iniciais. A desigualdade de oportunidade. Eu não tenho nenhum problema com a desigualdade de resultados desde que tenha havido alguma paridade e certa equidade nas condições iniciais, no *initial endowment* a partir do qual os indivíduos afirmaram os seus valores e se diferenciaram. Eu entendo que existe um espaço enorme para avançarmos no caminho da redução da desigualdade de oportunidades e de dotações iniciais. Especialmente em países com um passado de desigualdade crônica, como é certamente o Brasil e possivelmente a maior parte da América Latina. Uma desigualdade crônica que se manifesta numa profunda desigualdade de acesso a meios de capacitação e de autorrealização. Acho que aqui realmente existe um espaço ainda enorme a ser ocupado por ações inovadoras, corajosas e inventivas, no campo da política.

Minha última observação diz respeito à liberdade. Em que aspectos vejo aqui o grande caminho, a grande possibilidade de inovação e de criatividade? Estão surgindo e se evidenciando, de forma cada vez mais rica, situações em que os indivíduos demandam restrições a sua liberdade de escolha. Ou seja, o próprio indivíduo percebe que ele não é capaz de fazer as escolhas que ele mesmo prefere. Aquilo que o poeta latino Ovídio definiu num verso como a seguinte situação: “Eu vejo o melhor caminho e eu o aprovo. Mas eu sigo pelo pior”. O Estado é muitas vezes chamado pelos próprios indivíduos para protegê-los do seu oportunismo para consigo mesmo. Um exemplo muito forte disso é o campo da poupança previdenciária. Vivendo 80/90 anos em média, as pessoas sabem que precisarão tomar providências desde cedo para constituir uma poupança que lhes permita viver com uma renda razoável na velhice.

Os sistemas estatais de poupança estão falidos. Os indivíduos percebem o problema, sabem que é preciso poupar, e não o fazem. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos mostrou-nos que a ampla maioria dos americanos, que tanto preza a sua liberdade individual, prefere não ter que decidir cada vez que recebe o seu rendimento se vai ou não poupar para a sua velhice. Eles preferem um esquema impositivo, compulsório de poupança previdenciária, automaticamente recolhido no seu rendimento, de modo que eles não sucumbam como Ulisses diante das sereias. Eles estão querendo se amarrar, para que eles não sucumbam à tentação, ao receber o salário, de saber qual é o melhor caminho, aprová-lo, mas seguir pelo pior.

Outro exemplo interessante disso é o tabagismo. Quando vivíamos em média 50/60 anos, os males do tabagismo eram apenas virtuais para a grande maioria, porque as pessoas morriam de outras causas antes dos juro do tabagismo aparecerem. Hoje, que nós vivemos em média 80/90 anos, isso deixou de ser o caso. Formou-se um enorme e robusto consenso de que a liberdade individual deve ser cerceada em relação ao hábito de fumar. Mudou o acordo que havia em relação a essa prática. E eu acho que ela é muito bem-vinda, as pessoas de bom grado aceitam as restrições que elas impõem a si próprias no tocante à sua liberdade de fumar em locais públicos, independentemente da questão do fumante passivo.

O ponto com o qual realmente encerro esta fala é o meio ambiente. Creio que a tendência de consumo de recursos naturais no mundo hoje é algo da maior gravidade, e eu entendo que, talvez, o maior risco à liberdade que se corre no século XXI é caminharmos para uma situação emergencial em que medidas autoritárias e impositivas sejam imperativas e necessárias diante da gravidade do problema. Contudo, nós temos ainda a chance de corrigir o sistema de incentivos e aceitar voluntariamente restrições locais que nos levem para uma outra trajetória que não é essa de caminharmos para a calamidade e para a emergência que suscitará como reação medidas muito pesadas de restrição à liberdade individual.

Meio ambiente é realmente um campo quase virgem, ainda, de iniciativas inovadoras no campo da política. Para encontrar soluções relativas às tendências muito preocupantes – não há tempo para desenvolver nenhum raciocínio mais empírico sobre isso – basta dizer que estas nos levarão a um cerceamento da liberdade individual, muito preocupante se nada for feito. Meio ambiente, uso inteligente de recursos naturais e aceitação voluntária das restrições à liberdade individual: parece-me que aqui existe um espaço ainda muito promissor a ser explorado por quem se interessa pela inovação e pela criatividade em política.

Pediram-me para falar sobre inovação no sistema político, o que, para mim, é um desafio intelectual e moral, inclusive para explicar o que está acontecendo com a China.

Acho que vou começar por este enigma. Creio que a maioria dos observadores ocidentais, assim como nós próprios, os chineses, não têm uma visão, ou um quadro conceitual muito claro, para explicar o que acontece na China de hoje. E o maior enigma parece ser a dificuldade de explicar como um rápido crescimento econômico ocorreu dentro de um sistema político supostamente muito autoritário. Sobre as altas taxas de crescimento econômico, o enigma, que tem pelo menos duas vertentes, já foi comentado nos últimos dois dias neste seminário.

Uma explicação para o rápido crescimento econômico na China é que o país introduziu a competição de mercado e a privatização. Entretanto, esta explicação é definitivamente insuficiente porque nós vemos muitos outros países tomando as mesmas medidas de liberalização do mercado e de privatização, numa extensão até maior do que a China, sem o mesmo sucesso.

Outra explicação que foi oferecida é que esse tipo de crescimento econômico, muito elevado, sustentado durante as últimas duas décadas, é devido ao baixo custo do trabalho. Mas essa explicação também não é suficiente, porque podemos ver muitos outros países que têm custos ainda mais baixos de mão-de-obra, não é mesmo?

Então, chegando à dimensão política, a situação é ainda mais enigmática. De fato, como o professor Popov mencionou, o crescimento econômico chinês não está, na verdade, unicamente baseado em baixos custos. O professor Popov referiu-se, por exemplo, ao artigo de Dani Rodrik, que mostra que a pauta de exportações chinesas é, na verdade, bastante sofisticada. Também, em muitas outras áreas, parece-me que a China tem tido bastante sucesso em experimentar novas políticas econômicas. O paradoxo é que isso supostamente não deveria acontecer num regime autoritário: você não é autorizado a ter políticas públicas e instituições experimentais.

Então, como resolver esse enigma? Eu não tenho uma resposta definida e, repito, isso constitui um desafio moral e intelectual para mim. Mas eu gostaria de oferecer três observações. A primeira é que o professor Cornel West, em sua intervenção sobre a democracia e a educação, referiu-se a Platão. Eu gostaria de me referir a Aristóteles. Porque hoje, a maioria dos jornais ocidentais considera

que não existe democracia na China, porque a China é uma ditadura de partido único, dentro da qual não existe nenhuma competição multipartidária.

A definição da democracia tem sido equiparada com sistemas multipartidários de competição eleitoral entre partidos. Eu, pessoalmente, não sou contra a concorrência de partidos em eleições multipartidárias. Todavia, eu penso que, conceitualmente, não deveríamos equiparar a democracia com sistemas multipartidários, especialmente porque, na *Política* de Aristóteles, este faz uma contribuição muito interessante: os regimes da Grécia Antiga eram definidos pelo governo de um, governo de alguns ou governo de muitos.

O governo de um é a monarquia, o governo de alguns é a oligarquia e o governo de muitos é a democracia. Mas o que é muito interessante para mim é que Aristóteles não pensou que a eleição deveria ser associada à democracia, argumentou que a eleição é associada à oligarquia e à aristocracia. Por quê? O raciocínio lógico é que a eleição, por definição, requer que se eleja alguém que seja diferente de alguma maneira: talvez sejam mais bonitos, como, por exemplo, o governador da Califórnia, que, como vocês sabem, é um ator famoso; e muitas pessoas ricas são eleitas, como, por exemplo, o prefeito de Nova Iorque, que pode patrocinar a sua própria campanha.

Mas eu penso que o argumento de Aristóteles é que a lógica da eleição é escolher alguém que se distinga, porque não é lógico eleger alguém que esteja na média da população. Porém, a democracia, de acordo com Aristóteles, é o governo do povo feito por si mesmo: portanto, as pessoas que estão sendo governadas são as mesmas que governam. Isto requer um método de seleção de habilidades de liderança que não é eleitoral, mas é um processo aleatório de seleção. Assim, é reforçada a probabilidade de que sejam selecionadas pessoas medianas.

Eu não estou dizendo que a concepção aristotélica de democracia baseada na seleção aleatória de líderes é totalmente apropriada no mundo político de hoje. Não estou argumentando a favor disso. Mas quero apenas sugerir que abramos as nossas mentes, e não dizer que só porque não há eleições multipartidárias, não há absolutamente nenhum grau de democracia na China.

Na verdade, eu diria que, até certo ponto, essa seleção aleatória de líderes está acontecendo na China, desde a reforma econômica, no seguinte sentido – certamente, não acontece nos níveis de liderança mais altos, mas ocorre, por exemplo, na seleção de prefeitos. De fato, no nível provincial dos departamentos organizacionais do Partido Comunista Chinês, existem alguns experimentos em várias

idades: são contratadas empresas de pesquisa de opinião pública para realizar pesquisas aleatórias e questionários para os cidadãos das cidades.

Então, se o prefeito obter um mau resultado nas pesquisas por dois anos consecutivos, o nível superior – a diretoria provincial do Partido Comunista – irá removê-lo de seu cargo. Então existe algum elemento de seleção aleatória nesse sistema.

Eu não estou dizendo que este é o sistema mais aperfeiçoado, ou o sistema ideal, mas que, a partir de uma perspectiva aristotélica, nós não podemos dizer que não há nenhuma participação do povo na China. Certamente precisamos trazer mais, aumentar a participação democrática das pessoas comuns e da massa. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, na tentativa de compreender o sistema político chinês, eu achei sugestivo observar a experiência da União Europeia, tema ao qual tem se dedicado o professor Charles Sabel. Lá existe o chamado déficit democrático: não há líderes eleitos no nível europeu, pelo menos, no nível da Comissão Europeia. Entretanto, nós não podemos dizer que não existe nenhum grau de democracia dentro da UE. O professor Sabel, na verdade, argumenta que existe uma arquitetura de experimentalismo democrático, de governança experimental na União Europeia, baseada em experiências descentralizadas de cada país membro, mas teoricamente sujeitas à avaliação pelos pares. E esta similaridade pode ilustrar o funcionamento da política econômica chinesa. Porque, é claro, nós também temos um déficit democrático na China no nível hierárquico mais alto.

No entanto, eu acho que muitas das experiências de política econômica, de política social, foram levadas a cabo em áreas locais, e estão sujeitas não exatamente à revisão pelos pares, mas pelo menos à revisão pelo departamento organizacional das hierarquias mais altas do governo.

E isso me traz para o meu último ponto. Falamos muito aqui sobre a experimentação descentralizada, o rompimento das distinções entre as organizações de fora e as de dentro do Estado. Mas eu gostaria de chamar atenção, especialmente, para a perspectiva da China. Eu penso que há um trabalho muito interessante do economista japonês Masa Aoki, e Robin Murray acabou de comentar que o sistema de produção da Toyota já foi aplicado nos hospitais, mas eu acho que a partir do estudo de Masa Aoki sobre esse sistema, poderíamos eventualmente aplicá-lo ao sistema político chinês.

Basicamente, Masa Aoki desenvolveu o chamado *teorema da dualidade*, termo emprestado da programação matemática linear. Na programação linear, você tem um problema principal e um proble-

ma dual. Para Aoki, esse teorema significa a coexistência de tendências aparentemente contraditórias – por um lado você tem o sistema da Toyota com uma produção em time descentralizada dentro da qual não existe uma hierarquia no sentido funcional, produtivo; do outro lado, paradoxalmente, segundo Aoki, para o time descentralizado de trabalho poder funcionar, você precisa de um sistema de hierarquia dos quadros, que é uma hierarquia por posição. Então, não há hierarquia funcional no sistema da Toyota, mas isso requer uma hierarquia por posição.

Esta última classificação hierárquica significa que você mantém os registros de cada membro do time, como, por exemplo, quão bons eles são em cooperar uns com os outros – é uma função de manutenção de registro. Então todo sistema de gerenciamento do pessoal da Toyota japonesa é ainda assim hierárquico, mas não de maneira funcional, e sim de maneira classificatória. E esse sistema pode, na verdade, ser útil para explicar o sistema político chinês, porque, embora a China seja um Estado Unitário, não um Estado Federal, se for comparada com a antiga União Soviética, cada província e cada Estado tem um grau de liberdade e de ação bem maior.

Até se formos ao período de Mao, veremos que uma das principais diferenças entre Mao e Stalin era, segundo Mao, um centro de planejamento muito rígido de cima para baixo. Porque se você tiver uma democracia popular, tudo deverá ser determinado desse modo, é um sistema de planejamento quantitativo muito rígido. Segundo Mao, isso não era correto. Porém, até durante o período maoísta, do ponto de vista do planejamento central rígido, a China era de fato muito ineficiente e redundante, porque, além dos ministérios centrais, cada província tinha a sua própria agência econômica. De fato, Mao pensava que cada localidade devia ter um sistema econômico próprio, relativamente autônomo. Então, essa é uma das razões pelas quais a China tem tido mais experimentalismo no nível local.

Porém, depois da reforma, esse tipo de sistema político toyotista tem, na verdade, funcionado, porque a direção de gerenciamento do pessoal ao nível central do Partido Comunista, na verdade, tem dado muita margem de manobra aos governantes das cidades para conduzirem experimentos nas políticas econômicas e sociais. A direção central do Partido Comunista apenas conservou o poder de contratar e demitir pessoal: então, essa é a função mais importante da direção central do Partido Comunista, no gerenciamento de contratação e demissão de pessoal.

Mesmo nessa área a China tem experimentado de forma crescente a participação. Por exemplo: tem-se um prefeito nomeado pelo Partido Comunista, mas os vice-prefeitos estão sujeitos a compe-

tição por meio de eleições, conduzidas no Congresso Local do Povo. E eu poderia citar vários outros exemplos.

Eu penso que o que acontece na China é similar ao ponto do professor Sabel com relação aos serviços públicos, o que a escolha e o mercado geram, para o Estado, a burocracia. Também no experimento sobre a reforma de propriedade, eu penso que não se deve enxergar a questão com a dicotomia tradicional entre propriedade privada e propriedade do Estado, porque essa categorização não é a mais profunda.

Creio que, na China, nós estamos vivenciando um tipo de atitude experimental com muitas opções, variações e derivativos, em muitas áreas dos direitos de propriedade. Porque nós todos sabemos que os direitos de propriedade não são um só direito, são muitos. Poderia haver, desde uma perspectiva de opções financeiras, derivativos de cada categoria desses direitos. Você pode até imaginar opções "put" em cada tipo de direito.

Vamos a um exemplo: li em um jornal aqui no Brasil que o governo Lula tem apoiado, especialmente no primeiro mandato, o movimento dos sem-terra no Brasil. E esse movimento, na China, na verdade é diferente porque, sob o regime de propriedade coletiva, a terra não é propriedade do Estado, a terra é propriedade de toda a vila coletivamente. A propósito, isso é também diferente da antiga União Soviética, porque numa fazenda coletiva daquele país, eles não eram donos da terra, a fazenda coletiva era propriedade do Estado central soviético. Mas na China, somente a terra urbana é propriedade do Estado, a terra agrícola é propriedade da vila em coletividade. Com a reforma econômica, a característica da reforma agrária na China é a introdução do apoio do governo à agricultura familiar, os pequenos proprietários: cada família tem o direito de usar e, coletivamente, possuir a terra. Então, esse é um bom exemplo do apoio aos pequenos proprietários apoiados pela família, mas não é uma propriedade totalmente privada da terra, e sim direitos iguais para cada família usar a terra. Entretanto, isso não pode criar dependência de um só modelo, e sempre devemos ter a possibilidade de realizar experimentos sem restrições. Então, esse sistema agrário de igualdade dos pequenos proprietários de terra também está sujeito às pressões a favor de economias de escala.

Porém, na China, o que é interessante não é a privatização indiscriminada, ou a insistência na propriedade coletiva, mas, sobretudo, os experimentos nas diferentes províncias. Na verdade, o Governo Central, explicitamente, por ordem do Conselho de Estado, estabeleceu zonas experimentais para a propriedade de terra. De fato, como parte da chamada Terceira Reforma Agrária, que está sendo implementada em algumas províncias, cada família tem o direito ao usufruto da terra

em bases contratuais iguais, mas também tem a opção de dar os seus direitos contratuais – esse arrendamento de terra coletiva – de volta para a coletividade. A coletividade pode então utilizar essa terra para tirar proveito de economias de escala. Também pode convidar outras empresas para investir nessa área rural ou, no caso de urbanização, para propósitos de desenvolvimento industrial ou de construção de infraestrutura. Sob esse contrato de arrendamento da terra familiar, serão compartilhados os dividendos desse projeto de urbanização industrial.

Portanto, isso constitui uma camada de opções de derivativos numa coletividade de proprietários de terra com igualdade de direitos de arrendamento familiar e derivativos de dividendos. Esta pode ser considerada uma forma de socialização do aumento do arrendamento da terra decorrente da urbanização. Mas isso tudo está acontecendo na China em caráter experimental, ainda não há uma uniformização dessa política em escala nacional. No fundo, tudo o que estou tentando dizer é que o que está acontecendo agora seria impossível se estivéssemos sob o antigo sistema de política autoritário, e foi por isso que eu comecei a palestra voltando aos conceitos de Aristóteles.

Ronaldo Lemos

Tratarei basicamente sobre dois pontos: a relação da política com a tecnologia e a da juventude com a política.

O mais importante é dizer que há um desinteresse muito grande por parte da juventude com relação ao sistema político. Há várias razões para isso, e um elemento que eu acho interessante é o uso da palavra *sistema* para tratar de sistema político. Usamos esse termo para falar de política como se usa para falar de sistema operacional de computador. Então, me parece que o grande ponto em comum dessa utilização da palavra sistema é que, se você perguntar para qualquer jovem, ele vai dizer que sistemas são “hackeáveis”. Quando eu digo “hackeável”, eu estou me referindo à palavra em inglês *hack*, que quer dizer quando você constrói pontes alternativas dentro do sistema, ou você faz que o sistema opere de uma forma como ele não foi projetado para operar. Então, o que eu acho mais interessante é que tal qual um sistema operacional, o sistema democrático também é passível de ser “hackeado”.

E há alguns *hacks* que são notórios no sistema democrático, alguns positivos e outros negativos. Dentre os *hacks* positivos do sistema político democrático, eu posso citar os movimentos sociais e o terceiro setor, que acabam construindo seus próprios canais de representação, muitas vezes de forma independente da forma como o sistema político opera. Outra forma de “hackear” o sistema

democrático é a questão das comunidades virtuais, especialmente, por exemplo, no que tange à questão do *software* livre, que geram suas próprias formas de representação, muitas vezes autônomas e muitas vezes paralelas ao sistema político.

Há duas maneiras pelas quais o sistema político é “hackeado” que eu diria que são negativas. A primeira é negativa em vários aspectos, e em muitos pode até não ser. Trata-se da relação entre o sistema econômico e o político, no sentido em que o sistema econômico muitas vezes perpassa o sistema político para criar suas próprias formas de decisão, seus próprios canais de representatividade. E o último *hack* do sistema político que eu gostaria de mencionar, absolutamente negativo, é a corrupção, que é uma forma de “hackear” o sistema democrático, fazendo que ele funcione de forma completamente não esperada.

Gostaria de enfatizar, sobre a questão da juventude, que o tempo da tecnologia, e as formas como estão sendo construídos esses novos canais de representação, é o tempo presente. Então, os resultados são imediatos e os problemas são complexos. Isso faz que o sistema político, da forma como ele é organizado hoje, especialmente diante dessas comunidades virtuais e da questão do *software* livre, seja absolutamente desinteressante para os jovens. Estes estão acostumados a lidar com questões e com problemas que produzem resultados imediatos. Quando eu programo um *software* livre, por exemplo, estou afetando a vida de milhares de pessoas imediatamente, o que não ocorre com o tempo do sistema político: os resultados são sempre mediados, imediatizados e muitas vezes desconexos com relação, por exemplo, a essa perspectiva de ação imediata que a juventude espera, principalmente quando ela usa a tecnologia. Esse é o ponto principal. A lição que se pode tirar disso é: como você torna possíveis as lições que são aprendidas com relação a esses usos e formas de representatividade, e como você incorpora isso como mote de reforma do sistema político? Creio que talvez esse seja o grande desafio nesse novo século: como vamos conseguir reformar o sistema político aproveitando essas novas formas de representatividade que estão emergindo paralelamente a ele.

Gostaria de concluir com dois exemplos muito peculiares ao Brasil, sobre a nova relação entre a tecnologia e o sistema político. O primeiro é um Projeto de Lei que tem por objetivo a regulação criminal da internet brasileira. É um Projeto de Lei proposto pelo senador Eduardo Azeredo, e que vem sendo criticado há bastante tempo. Porém, a sociedade civil, principalmente a sociedade civil conectada no Brasil, as pessoas que têm acesso à internet, percebeu que o texto era absolutamente impreciso e abrangente demais.

É uma medida desproporcional e que tem sido entendida pela juventude conectada brasileira como uma espécie de *chilling effect* com relação à inovação, um efeito de fazer que o Brasil perca a oportunidade de inovação por ter um marco regulatório criminal inadequado. O que quero destacar sobre isso é que, logo que o projeto foi aprovado pelo Senado, e foi mandado à Câmara, houve uma reação política quase que inédita no Brasil. A *blogoesfera*, as pessoas que escrevem nos *blogs*, os jovens que estão conectados e as pessoas que estão diretamente envolvidas na questão da internet, mobilizaram-se contra o projeto de lei e criaram até uma petição virtual, a qual em 30 dias alcançou 100 mil assinaturas de gente de todo o Brasil, aproximadamente 3 mil assinaturas por dia. Ou seja, um fenômeno de mobilização realmente singular com relação a um Projeto de Lei. Desconheço outros projetos que tenham gerado uma mobilização tão grande.

O curioso de toda essa mobilização foi a reação da Câmara a essas 100 mil assinaturas. Ao invés de perceber que o projeto é controverso e abrir uma audiência pública, a reação da Câmara foi trabalhar em um pedido de tramitação de urgência para que o projeto fosse votado o mais rápido possível. Talvez seja um dos poucos casos em que a Câmara, que representa o povo, toma uma medida de proteção contra o povo que começa a se mobilizar contra um projeto que está sendo votado na Câmara. Então, esse é um exemplo de início de maturidade política desses canais novos de representação.

O segundo exemplo é o fato de que o Tribunal Eleitoral há pouco tempo proibiu a campanha pela internet fora da regulamentação da campanha como um todo. Notadamente, proibiu a campanha por SMS, em que você manda mensagens pelos celulares, discriminando especificamente essa tecnologia. Isso, primeiro, significa que a campanha pela internet está funcionando, pois, de outra forma, ela não estaria sendo proibida, e, ainda, mostra um sintoma muito perceptível em todos os campos sociais, de reação à tecnologia, reação protetiva à tecnologia. Então, percebe-se que o direito reage à tecnologia, por exemplo, tornando as leis da propriedade intelectual mais e mais restritivas. Portanto, essa é uma forma de reação a esse espanto da tecnologia que dá voz a muito mais gente do que se espera. É uma reação a essa espécie de *here comes everybody*, lá vem todo mundo. É necessário reagir a isso.

No campo da arte, você tem também uma reação à tecnologia que se materializa na separação entre as artes eletrônicas e as belas artes tradicionais. Você tem museus para arte eletrônica, e museus e festivais para a arte tradicional. E, no campo da política, as primeiras reações vistas a esse *here comes everybody*, ou seja, à maciça possibilidade de descentralização das campanhas políticas, são essas proibições específicas com relação ao uso da internet nas campanhas aqui no Brasil. Eu termino com essas reflexões, dizendo que talvez a tecnologia esteja funcionando como ponta de lança de trans-

formações sociais que daqui a 10, 20 anos serão inevitáveis. E quanto antes começarmos a pensar sobre elas, melhor, tanto no que se refere ao Brasil quanto do ponto de vista do desenvolvimento.

Ahmed Lahlimi

Tratemos de um assunto que me parece importante: a democracia representativa nos países do Sul, nos países em desenvolvimento. Gostaria de começar dizendo que a globalização teve essa benfeitoria de impulsionar a universalização de certo número de valores, que são os da esquerda. Essa universalização só pode ser vista por progressistas como uma conquista, um progresso da humanidade. No entanto, será que ela significa universalização das formas institucionais da democracia? Da democracia em si, como princípio, como fundamento, como concretização de certo número de valores: a liberdade de se expressar, a liberdade de participar, o respeito aos direitos humanos, um monte de liberdades. Porém, será que a democracia representativa como forma institucional também é universal?

Nós o dissemos – e isso foi dito pouco antes –, a democracia representativa é o resultado de um grande processo histórico em certos países que realizaram mutações sociais, econômicas, culturais e políticas. Então, trata-se de países em vias de desenvolvimento que não participaram dessa transformação e que não conheceram as mesmas transformações – às vezes foram até vítimas dessas transformações sob a forma de colonização, de escravidão, de marginalização econômica, de endividamento, de ajustamento estrutural etc. Depois, são países onde o tipo de sociedade é completamente diferente. É uma sociedade segmentária. É uma sociedade com solidariedades verticais, e que está fazendo sua transição: de sociedades de valores patriarcais para sociedades de valores modernos; de segmentárias para sociedades do tipo solidariedade horizontal; saindo de uma cultura dominada pelo valor tradicional, e até religioso, já que falamos antes sobre esse papel da religião nas ligações sociais em muitos países. Então, há possibilidade de transpor esse tipo de instituição, a democracia representativa, nesse tipo de sociedade?

Quero dizer que não devemos nos surpreender ao ver que essa transposição que se faz hoje – sob o efeito da globalização, mas, também, sob a pressão dos organismos internacionais, das relações, até bilaterais, que hoje obedecem a certo número de condicionalidades nesse setor – sofre certo número de tensões. Tivemos, anteriormente, uma ilustração muito importante disso em um país. Eu gostaria de pegar emprestado de um grande autor desta parte do mundo, da América Latina, Ernesto Laclau, quando ele faz sua análise da diferença e da equivalência: a diferença sendo aqui as especificidades, as particularidades, e a equivalência sendo a universalidade da democracia.

Essas tensões não devem ser subestimadas porque elas originam, às vezes, alguns fenômenos, como a rejeição à globalização, ou ainda às nostalgias de alguns despotismos, de certos totalitarismos. Avança-se a ideia de que são os países do Sul da Europa, ou da Ásia, que tiveram maior crescimento, porque eles o tiveram num quadro não democrático. Ou, ainda, simplesmente, os fundamentalismos religiosos que formam o ninho de terrorismo e que vão além.

Então, creio que o sistema político de representação é, por definição, evolutivo. Ele é primeiro estruturante para uma sociedade em transição. Ademais, mesmo no mundo, mesmo na Europa, a democracia, o sistema de representação democrática evoluiu. Bernard Manin falou da democracia representativa, da democracia dos parlamentos no fim do século XIX e início do século XX, a democracia dos partidos, e depois o que ele chama de democracia dos públicos, ou do público hoje. Bem, então, há sempre uma evolução, ainda mais nos países em desenvolvimento.

Considero que, mesmo se hoje ela se generaliza sob a pressão do ambiente internacional e da evolução interna, ela permanece frequentemente uma forma, mais do que um conteúdo. Vemos reproduzirem-se, por meio das eleições, os antigos sistemas, partidos únicos, aristocracia tribal etc. Mas sua própria existência, suas instituições, criam uma dinâmica, e haverá uma dialética entre a forma e o conteúdo. Isso será um passo para que a democracia representativa crie pouco a pouco as condições da representatividade democrática. Acredito que essa evolução vai depender, no seu ritmo e no seu conteúdo, do crescimento e da mudança econômica dos países em questão. É algo que se fará igualmente pela emergência da sociedade civil que vai expressar-se, e já se expressa, cada vez mais, nos países. Ela vai depender igualmente e principalmente da capacidade dos partidos políticos, e notadamente da esquerda, de assumir o controle do seu nivelamento, assim como o nivelamento econômico do seu país é necessário para a competitividade.

Sergei Markov

Tecnologias políticas e partidos novos são as ideias que abordarei, abstraindo dos problemas da política global, mas falando sobre a política em nível nacional, desde que seja possível abstrair-se.

Parece-me que agora a política apresenta um processo de mudança dos instrumentos políticos usados pelos políticos e, em casos particulares, o surgimento de novos instrumentos de ação política. Como resultado disso, a política torna-se menos espontânea e torna-se cada vez mais tecnológica, mais profissional. Isso cria novas ameaças, mas, ao mesmo tempo, cria novas oportunidades.

Pensemos sobre os novos instrumentos. Todos conhecem muito bem o papel da televisão, o papel crítico que a televisão tem durante a campanha eleitoral e em outros conflitos políticos. E não somente a televisão. Por exemplo, o desenvolvimento extremamente rápido das ciências sociológicas: a sociologia, em particular, criou os novos instrumentos da tecnologia para a manipulação social: o desenvolvimento acelerado da psicologia, principalmente da psicologia de massas, criou as tecnologias da manipulação psicológica tanto do comportamento em massas quanto do comportamento individual.

Somos os testemunhos do desenvolvimento da tecnologia de *marketing* que ajuda a manipular o comportamento dos compradores. O político, com o passar do tempo, ganha o papel de uma espécie de mercadoria, como um sabonete, ou como alguma marca que está à venda para os consumidores. Aqui a oportunidade para a manipulação é enorme. Segue um exemplo: talvez vocês já saibam que hoje, sob a influência da forte propaganda, as pessoas dos países desenvolvidos compram mais produtos do que podem consumir e, de acordo com as últimas pesquisas, jogam no lixo mais de 50% dos produtos. Ou, por exemplo, a Coca-Cola. Vocês entendem que esse produto não é bom para a saúde. Que tipo de lavagem cerebral deve ter sido realizada para que os americanos, neste caso eu falo sobre os cidadãos dos EUA, para que a Coca-Cola e a Pepsi-Cola se transformassem em favoritos produtos nacionais deles. Que propaganda poderosa foi necessária pra isso! E não somente isso.

O recente exemplo da Finlândia é um caso muito interessante. Quando eles votaram a favor ou contra a adesão de seu país à União Europeia, naquele tempo havia indecisão, e quem fez a contribuição decisiva para esse processo foi uma associação de lojas de rede. O principal problema deles não foi a votação a favor ou contra, mas o atingimento da meta de 50% de participação. Acontece que as pessoas que eram a favor da União Europeia não eram muito ativas para ir votar. Por isso as lojas dessa rede montaram a seguinte estratégia: trazendo o comprovante do seu posto de votação a pessoa ganhava 10% de desconto na compra das mercadorias.

E isso é só o começo. Vocês podem imaginar que, futuramente, as propagandas eleitorais a favor de uns ou outros candidatos podem aparecer nas caixinhas de leite, copos do iogurte, embalagens de embutidos ou de pão. Aliás, já começaram a fazer as propagandas por meio dos *pop-stars*, cantores, clubes e times do futebol. Como vocês sabem, atualmente os times de futebol fecham os contratos com as grandes empresas, que obrigam os jogadores a vestir as camisas com logotipos dessas marcas mesmo que eles, talvez, odeiem essas marcas. Sem dúvida alguma, no futuro eles serão obrigados a fazer a propaganda a favor de alguns partidos ou alguns candidatos.

Além disso, existe mais uma nova tecnologia, como *production placement* – quando a propaganda da mercadoria aparece no espaço que não era para ser da propaganda, como, por exemplo, no

meio de algum filme: quando James Bond anda no carro de certa marca ou quando consome um determinado tipo de produto. Essa parte do *show business* começa a se tornar parte da política.

Vamos imaginar uma campanha eleitoral no futuro bem próximo. Ela vai começar com a chegada do *blockbuster*. A propósito, a Guerra do Iraque pode ser considerada como um *blockbuster* deste tipo, que foi feito pelo presidente dos EUA, George W. Bush, para começar sua campanha eleitoral presidencial levantando a bandeira do país. Talvez os futuros *blockbusters* sejam mais baratos e menos perigosos, mas isso será a coisa obrigatória.

Veja o exemplo maravilhoso da Itália, recentemente estive lá, eles fazem piadas deste tipo: somos o país da democracia, mas vamos imaginar uma pessoa comum. Ela trabalha numa empresa que pertence ao primeiro-ministro. Após o expediente, a pessoa senta em seu carro que, também, foi fabricado na empresa que pertence ao primeiro-ministro. Chega à casa alugada em uma empresa, proprietária do imóvel, que também é do primeiro-ministro. Senta-se e liga o canal da TV que pertence ao primeiro-ministro para assistir o jogo do time de futebol que pertence ao primeiro-ministro. Mas todo o resto é a democracia!

Acredito que sejamos testemunhas de um processo em que estão ficando no passado os velhos partidos políticos baseados em participação das massas, e que esses partidos estão sendo substituídos por novos. Estes novos partidos são compostos de várias partes. Em primeiro lugar, com toda certeza, será um canal de TV que substituirá os membros do partido. A segunda coisa que vai substituir os membros do partido será o clube de futebol. O outro clube e todos os torcedores deste clube vão se tornar os membros desse partido. Alias, o senhor Berlusconi já demonstrou que ele é o dono do clube AC Milan e da rede de mídia dos canais de TV.

Obviamente, existirá espaço para os intelectuais que vão substituir os ativistas de partido, ou seja, em vez dos ativistas ideológicos, que durante as noites colam os cartazes, vão existir os profissionais bem pagos. Eles vão estar presentes em dois lugares. O primeiro lugar será em um jornal ou em uma revista para elaborar a ideologia, e segundo lugar será em um centro de profissionais para elaborar a tecnologia, como levar esta ideologia até cada pessoa e como introduzir esta ideologia diretamente na mente dela.

Como todos vocês já sabem, algum tempo atrás os psicólogos descobriram que uma pessoa pode ter a visão crítica sobre aquilo que está assistindo na TV somente durante os primeiros 30 minutos, e, depois, ela perde a visão crítica sobre aquilo que está assistindo. Por isso, a tarefa é colocar a pessoa em frente da TV e segurá-la o maior tempo possível, pois o resto será resolvido. E, como vocês já

sabem, atualmente os magnatas da mídia dominam perfeitamente essa tarefa, e o tempo que as pessoas passam em frente à TV aumenta cada vez mais.

Ronaldo Lemos falou sobre as dificuldades da participação dos jovens na política. Parece-me que essas dificuldades são exageradas. Simplesmente, os jovens vêm para a política não por causa de um chamado político direto, mas por causa das práticas sociais. Em outras palavras, os jovens vão votar com prazer, mas não a favor de um político, e sim a favor de um cantor ou do jogador de futebol, que vai dizer que essa pessoa é o principal político. Então, desta maneira, a estrutura do partido político futuro é um canal de TV, um jornal, um centro de profissionais ou *think tank*, um clube de futebol e um *blockbuster*, ou seja, *show business*.

Isso significa que passamos a ter um novo tipo de partido que não é mais um partido permanente, baseado numa estrutura permanente, e sim partidos temporários, e por isso a principal unidade de ação política não é mais a estrutura do partido, e sim o projeto. Por isso, eu chamo os partidos desse tipo de “partidos de projetos”. Eles estão sendo criados em função de um determinado projeto, tal qual um Lego, são construídos de cubos separados para vencer e depois são desmontados para que em seguida possam ser reagrupados de uma nova forma.

Que resultado nós temos? O incrível fortalecimento da influência sobre a mentalidade das pessoas. Estamos diante da formação da democracia de manipulação. Quando se forma uma corrente, ou seja, vamos supor que com o dinheiro eu compro um canal de TV, centro de profissionais, um jornal, um time do futebol etc.; faço a campanha eleitoral, faço os eleitores votarem em meus políticos no parlamento e com ajuda deles crio a maioria no parlamento, e essa maioria parlamentar vai dar-me os contratos que vão me ajudar a ganhar mais dinheiro. O círculo se fechou. Esse tipo de democracia que coloca dentro da lei o regime de oligarcas parece-me ser a principal ameaça.

Como resultado, o que vemos agora? Por exemplo, nos EUA, a pesquisa da TV americana que é livre demonstra que a maioria dos americanos acha que Saddam Hussein realmente tinha o armamento de destruição em massa, e que os soldados americanos realmente o encontraram. Sabemos que isso não é a verdade, mas aquelas pessoas têm certeza disso.

Mais do que isso, lá nos EUA está acontecendo a discussão entre os dois candidatos. É interessante que um dos candidatos sugere primeiramente bombardear o Iraque, enquanto o outro, o Afeganião. E nós entendemos que as chances do terceiro candidato, que poderia dizer que não vamos bombardear ninguém, são nulas. E essa é a mais nova forma da democracia que é bastante complicada. Por isso, creio que a combinação dessas novas tecnologias políticas é a nova arma nuclear da

política, que pode ser usada nas formas diferentes: como uma arma que pode jogar bombas sobre a população, ou que pode construir uma usina nuclear elétrica.

Por essa razão, quem controla essas inovações criadas é a liberdade. Em resultado, a ideia sobre o que é a liberdade está mudando com extrema rapidez. No passado, a liberdade significava a liberdade de expressar a sua opinião, quando algum governo, como, por exemplo, o governo militar daqui proibia o povo de se expressar. Hoje, cada pessoa pode dizer o que quer. Agora, a principal liberdade é a liberdade de ser ouvido, para você ter acesso aos meios de expressar sua opinião – entretanto, isso está mudando.

No futuro mais próximo, a liberdade significará ter a sua própria opinião e ter seu próprio cérebro, que será trabalhado intensivamente pelas outras pessoas. Parece-me que essa é a principal liberdade de que nós devemos garantir para as pessoas. Sem essa liberdade, a democracia desaparece.

Sim, sempre teremos um poder escolhido pela maioria, porém, a opinião da maioria será formada pelas pessoas altamente qualificadas. Ao mesmo tempo, isso é um *superpoder*, digamos, uma arma nuclear, que cria as *superpossibilidades*, se esta arma é voltada para atingir os objetivos do progresso. Particularmente, com a criminalidade e o uso de drogas, é possível lutar não com a ajuda da polícia, mas com a ajuda da TV, da educação e dos outros meios sociais desse tipo.

Esses novos instrumentos podem criar grandes projetos nacionais na área de desenvolvimento.

Eu vou voltar aos jovens. Na Rússia, também tivemos o problema do desinteresse dos jovens pela política. As eleições na Rússia tornaram-se algo somente para os aposentados, a juventude não participava em nada. No entanto, nós estabelecemos o objetivo de politizar a juventude. Criamos um projeto. Criamos os instrumentos não políticos: grandes acampamentos de verão nas florestas, que contavam com 10 mil participantes e para onde iam os músicos, onde os jovens aprendiam sobre turismo e tinham encontro com o presidente. Como resultado, obtivemos uma juventude politicamente ativa. Agora, todos os partidos políticos se voltaram aos jovens, surgiu a concorrência, os partidos políticos estão correndo um atrás do outro. Agora, surgiu uma *superconcorrência* entre eles. Bruscamente, subiu a participação dos jovens nas eleições. E isso não é uma participação passiva, é também ativa.

Hoje, os principais observadores nas eleições são as organizações políticas dos jovens. E isso, sem dúvida, é um projeto nacional positivo. Isso, de forma geral, parece-me correspondente ao progres-

so da humanidade, pois o progresso está no controle das forças espontâneas da natureza. Agora estamos sentados aqui, onde temos as paredes e o teto, e isso nos protege contra as calamidades da natureza, e se de repente começar a chover, nós continuaremos trabalhando tranquilamente. A medicina controla as forças da natureza, não permitindo que as pessoas morram rapidamente das doenças. E os economistas também estão de parabéns. Tivemos a crise da superprodução, a crise do ano 1929, quando Hitler tomou o poder na Alemanha e quando os nazistas quase tomaram o poder na Grã-Bretanha, nos EUA e na França. Agora nós não temos isso. Onde estão essas crises? Quem as criou? E tudo isso está sendo regulado tranquilamente.

Nós quase resolvemos o problema das revoluções. Hoje ainda há protestos, como disse ontem Yuli Tamir. Existem as mudanças. No entanto, não há revoluções com dezenas ou milhares de pessoas mortas. E isso é muito bom.

Nós temos uma tarefa para cumprir e já temos os instrumentos criados para isso. Esta tarefa é colocar sob nosso controle as forças espontâneas do desenvolvimento e depois passar para um desenvolvimento social estável e programado. Temos um crescimento econômico estável que para a maioria dos países varia entre 2 e 7 por cento. Agora temos que passar para o desenvolvimento social programável. Foi exatamente isso que eu sugeri para vocês discutirem. Isso poderia ser a agenda do dia para as forças da esquerda.

O desenvolvimento deve ser regulado e deve estar sob controle da sociedade. A sociedade deve direcionar esse desenvolvimento de acordo com os seus valores e dependendo da consideração do próprio bem, e não deixar isso para as forças do mal.

Quero ainda acrescentar algo. Isso é muito interessante quando nós falamos sobre a nova política, porém, é muito mais interessante falar sobre a nova ideologia, o novo sistema de valores. Adiante, surge uma tarefa extremamente interessante: a formação de novo estilo de vida, dentro do qual as pessoas não consomem drogas, praticam esporte e dedicam maior parte do tempo livre para ajudar as pessoas pobres e, assim, se tornem as pessoas do futuro.



INOVAÇÃO PERMANENTE E A REINVENÇÃO DAS ESQUERDAS

O painel de conclusão do evento abordou a temática da “Inovação permanente e a reinvenção das esquerdas”, e teve como principais debatedores David Lammy, Marco Aurélio Garcia e Roberto Mangabeira Unger.

David Lammy

Eu aprendi muito sobre o que acontece no Brasil, bem como com os nossos colegas do mundo inteiro. Vou partir realmente inspirado no sentido de que, no fim, os valores que nós defendemos como social-democratas e socialistas de centro-esquerda são os valores corretos, e de que o mundo, como o vemos, exige a presença de todos nós, pensadores, acadêmicos, teóricos, políticos para atender a suas necessidades. Então, quero começar a partir do que já discuti anteriormente.

Em primeiro lugar, quero lembrar a todos sobre por que isso é tão importante. Para lembrá-los que na Grã-Bretanha, o Partido Trabalhista – o partido que surgiu dos movimentos sindicais, representando os trabalhadores; o partido que se levantou diante do colonialismo; o partido que deu aos pobres e aos negros direitos pela primeira vez; o partido que ficou ao lado das mulheres em sua luta pelo direito ao voto – esse partido esteve no poder, no século XX, por 22 desses cem últimos anos.

Para lembrá-los de que os democratas nos Estados Unidos estiveram no poder por 36 destes últimos cem anos do século passado. Para lembrá-los de voltarem sua atenção para os social-democratas na Alemanha, para o destino de Ségolène Royal e dos socialistas da França. Para lembrá-los de que a questão da inovação permanente não envolve apenas teoria, mas também oportunidades perdidas no século passado, porque nós, de centro-esquerda, não trabalhamos o suficiente. Portanto, enquanto nos reunimos entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, pensem nas rodadas da OMC que teriam sido mais bem-sucedidas se alguns dos governos presentes tivessem permanecido governos de esquerda. Pensem sobre os progressos que poderíamos ter feito em relação ao desenvolvimento internacional, que mais crianças poderiam ter ido para a escola, como consequência da permanência desses governos de centro-esquerda e de esquerda.

Eu vim para a política, conforme mencionei antes, durante o nascimento desse novo período, *New Labour, New Democrat*¹ que se espalhou pelo mundo. É importante reconhecer que, apesar das falhas daquele período – e há muitos nesta sala que poderiam criticar estas falhas de maneira consideravelmente elaborada –, um dos sucessos daqueles grupos de políticos é que eles entenderam que a política tem de estar relacionada tanto com o povo quanto com o partido. Que nós da esquerda não podemos, instintivamente, voltar no tempo e ficarmos presos na ideologia, ficarmos presos em monumentos em vez de movimentos, ficarmos presos em diretrizes que inevitavelmente devem mudar com o decorrer do tempo.

Então, o que o Partido Trabalhista britânico defende, seja em 1906 ou 2006? Defende o pleno emprego, a erradicação da pobreza, da melhoria dos serviços públicos, o nascimento do NHS (*National Health Service*, Sistema de Saúde Nacional), a educação e a solidariedade internacional. Esses valores continuam os mesmos, em qualquer década em que você esteja do século XX ou de hoje. As receitas políticas têm de ser diferentes. Talvez sejam os sindicatos, talvez sejam os socialistas cristãos, depende da tradição, mas, no fim, seremos dinâmicos se formos sensíveis e responsivos. Chegamos ao poder na Grã-Bretanha prometendo renovar os serviços públicos. Fazer a Grã-Bretanha forte novamente na Europa. “Educação, Educação” era o nosso lema. Nós queríamos reformar a previdência do Estado. E queríamos ser enérgicos tanto com as causas da criminalidade como quanto ao crime. Portanto, o nosso programa era composto por essas últimas cinco receitas políticas.

Grande parte dessa prescrição política foi, por assim dizer, uma prescrição de déficit. Foi uma prescrição em resposta à nossa ausência do poder por maior parte do século passado. Nossa renovação

¹ N.T.: Expressão que faz referência aos movimentos centristas surgidos dentro dos partidos britânico e estadunidense na década de 1990.

dos serviços públicos foi justamente porque a direita não acredita nos serviços públicos. Não fomos capazes de sugerir – da forma como eu teria gostado – novas instituições públicas. Estávamos demasiado ocupados em renovar as antigas, das quais a direita não gostava.

Então, acho que um dos desafios do século XXI, assumindo que nós estejamos sempre do lado do povo, e não apenas dos interesses do partido, é saber como podemos avançar a nossa causa. Aqui eu concordo com Mangabeira, porque no fim é sobre ter uma visão transformativa, uma visão programática, uma visão corajosa, que exija sacrifícios, que não esteja presa aos modernos métodos das pesquisas de opinião e da gestão, e esta coragem tem aparecido novamente em algumas das contribuições que eu ouvi aqui hoje. Por fim, temos de ser, como políticos, aqueles que promovem o coletivo. Algumas vezes eles falarão sobre a família. Mas a nossa discussão sobre o coletivo tem de ser sempre apaixonada, relevante para a sua época.

Portanto, na Grã-Bretanha, e vocês ouviram Julian [Le Grand] mencionar isto, nós nos envolvemos em uma discussão sobre a escolha nos nossos serviços públicos. Foi uma discussão necessária, mas, na verdade, a linguagem alienou o público. Eles se desligaram porque o que nós não atingimos foi uma nova maneira de alcançar o coletivo que seja fiel às promessas de uma geração anterior de políticos que fundou o *Welfare State*, em razão de sua concepção do coletivo ainda no fim da Segunda Guerra Mundial. Ao fim da Guerra, a Europa estava em escombros, com racionamento, mortes, um desejo de unir-se como uma população para enfrentar as necessidades de seu tempo, e surgiu uma discussão coletiva que nos deu o *Welfare State*, replicado em boa parte da Europa, em partes da América do Sul e Latina, e que nos deu grandes instituições, como o Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha.

No século XXI, quais são essas novas batalhas coletivas? Minha opinião é de que elas têm muito a ver com o que Silvio Meira comentou: uma nova tecnologia, uma nova revolução na relação entre redes, a Internet também. Isso diz respeito à capacidade que temos para nos unirmos, para compreendermos uns aos outros, de formas mais significativas, por causa das possibilidades que a tecnologia nos coloca. Mas, novamente, a não ser que usemos a linguagem certa, a visão das pessoas ficará embaçada. A menos que olhemos além das ideologias e estejamos em verdadeira parceria com nossos parceiros privados, novamente, a mão pesada do Estado significará que não tiraremos o máximo proveito dessa revolução.

Em relação à esfera pública, eu tenho enfatizado fortemente que nós temos que ir além do puramente institucional, então me deixem dar um exemplo: se você estiver em Tottenham, Londres;

Brixton, Londres; em Harlem, no Bronx; em South Side, Los Angeles; se você estiver numa favela, no Haiti, a necessidade por educação universal de qualidade é profunda. Nós tivemos uma boa discussão sobre o poder da educação e sobre a importância da inovação em relação à educação. Porém, em tantos desses lugares, onde tem havido algum avanço na área de educação, muito do que ainda tem de ser feito estende-se para além das nossas instituições. Então, houve um ponto no qual eu comecei a sentir que nosso encontro estava ficando um pouco penoso. Estávamos colocando muita responsabilidade nas costas de nossos professores, não parecíamos ter muito a dizer sobre o papel dos pais, não parecia que tínhamos muito a dizer sobre o papel da sociedade civil, nós ficamos nervosos, cá na esquerda, de falar sobre o poder da religião. Você não vai obter 100% de aproveitamento dessas crianças a menos que queira entrar na esfera pública. E me parece que é como a centro-esquerda deve posicionar suas políticas.

Agora, com certeza, a tecnologia nos ajuda a chegar a esses lugares, mas, quando falarmos sobre instituições, vamos nos assegurar de que estamos indo além de edifícios físicos, que nós estamos ativos no que Robin [Murray] destacou em sua apresentação: esta economia familiar, em que valores verdadeiros são forjados, em que as pessoas passam a maior parte do seu tempo, em que aqueles momentos seminais na vida de uma pessoa são forjados. Devemos estar nesta zona, devemos ter aprendido ao menos isso no último século. Estou satisfeito por não termos tido muitas diferenças ideológicas na maneira de trabalharmos juntamente com o mercado – talvez apenas em alguns pontos. Estou certo de que uma das coisas sobre as quais devemos construir a nossa visão seja o desejo de situarmos os limites do mercado.

Talvez por termos passado tanto tempo fora do poder no século passado, tenhamos, nós, *New Labour*, *New Democrats*, desenvolvido uma relação suspeita com o mercado para conseguir voltar ao poder. Quando chegamos, em 2008, olhamos para a crise bancária, para os problemas com o petróleo, os desafios da mudança climática, para os desafios que não foram apresentados suficientemente nos últimos dois dias pela mídia moderna, pela radiodifusão, pela publicidade. É claro, também, que parte desse discurso deve ser sobre a limitação do mercado, deve ser sobre a regulamentação do mercado para o bem comum.

Então, eu acho que há outra mensagem importante que está no centro de nossa história, e essa é uma visão do que é uma boa sociedade, do que é uma boa vida. É uma vida boa trabalhar 45, 50, 55 horas por semana? É uma vida boa cultivar o hábito do consumo em massa? Será que uma boa vida tem algo a ver com arte e cultura acessível para todos? Uma vida boa tem algo a ver com uma democracia verdadeiramente representativa? Isso vem com outro conjunto de questões que é: quem faz nossa política dentro dos nossos partidos de centro-esquerda?

Penso, ainda, que uma das grandes decisões do Parlamento do Reino Unido, tomada pelo Partido Trabalhista do governo, foi aquela relativa às ações afirmativas para selecionarmos os membros do Parlamento. Significa que se você ligar no canal do Parlamento e olhar a Câmara dos Comuns, você não verá apenas a classe média composta por homens brancos, verá algumas mulheres também, cem ou mais mulheres ocupando a Câmara dos Comuns. Agora, se esperássemos que o sistema nos possibilitasse isso, nós ainda estaríamos esperando, de fato nós esperaríamos até 2080, mas nós tomamos a decisão de assegurar que todas as listas tivessem representantes do sexo feminino quando o círculo eleitoral estava selecionando seus candidatos.

O que isso significou? Significou licença maternidade por nove meses no Reino Unido; cuidado universal com a criança até a idade de três anos; e, agora, até os quatro e cinco anos; o bônus para o bebê que Julian [Le Grand] mencionou; significou que uma série de medidas simplesmente não teriam ido para discussão se não fosse pela presença dessas mulheres no Parlamento.

Não podemos esperar até 2113 para ter um Parlamento de fato representativo do país que este representa. Essas são questões pertinentes ao Brasil também, e são questões pertinentes à maioria dos países reunidos nesta mesa redonda. Quem faz a nossa política? Como vamos evitar as armadilhas que também significam que, enquanto políticos, nós acabamos não sendo tão inovadores quanto nós poderíamos ter sido? Eu estou absolutamente certo de que, sem essas mulheres no Parlamento, o Partido Trabalhista simplesmente não teria sido capaz de ser tão inovador. Então, quem faz a nossa política? O que é uma boa sociedade?

Eu estou muito agradecido a todos que propiciaram esta oportunidade para debater e discutir. Nós devemos manter este diálogo internacional para que, no fim, nossa emergência da crise não seja determinada por uma simples resposta ou reação a ela.

Marco Aurélio Garcia

O que me preocupa, em determinados momentos, é que o tema da gestão pública apareça como substituto de uma discussão mais substantiva sobre as grandes alternativas que se abrem no mundo de hoje e, particularmente, sobre os grandes dilemas que enfrenta a esquerda ou as suas variadas manifestações nos últimos 25 anos. Acho que são problemas reais e que, muitas vezes, deslocamos esses problemas substantivos para o fundo da cena histórica, tentando encontrar soluções no âm-

bito da gestão. O mais grave é que, como esses problemas apareceram no bojo de uma crise mais geral das alternativas de esquerda, muitas vezes essas alternativas de gestão, essa solução administrativa de problemas políticos, vem extremamente contaminada com a ideia daqueles que foram transitoriamente vencedores nessa batalha dos anos 1980 e 1990.

Digo isso porque eu acho que nunca será suficiente chamar a atenção para o fato de que o pensamento de esquerda nos últimos 20, 25, 30 anos – não só pensamento, mas a sua prática – enfrentou dificuldades enormes. Viveu uma crise profunda que atingiu as várias vertentes em que ele se organizou no mundo, e que permitiu que tivesse uma hegemonia cultural muito grande. Tal crise, de certa maneira, deixou aqueles que se situam no espectro da esquerda (ou da centro-esquerda, ou da esquerda-centro, como eu prefiro dizer), como órfãos sem herança, portanto, condenados a isso que o Roberto [Mangabeira Unger] nos propõe aqui, e que é a reinvenção de um pensamento de esquerda.

Eu digo isso porque, se nós formos examinar – eu não vou fazê-lo, só cito – os grandes impactos que a esquerda viveu, vamos ver que não foram impactos que se situaram no âmbito da administração da gestão, mas foram impactos que correspondem concretamente a problemas substantivos de muito maior profundidade. O que se passou na União Soviética nas últimas décadas, poderá ser interpretado como uma crise na gestão do Estado, no peso da democracia, mas é bem possível que uma leitura mais substantiva aponte para problemas de natureza política, como, por exemplo, os da socialização da política, que apontariam para outras alternativas no País.

Da mesma forma, as dificuldades que a social-democracia enfrentou mais ou menos contemporaneamente à crise da União Soviética e de outros países do Leste Europeu, corresponderam, em grande medida, a uma certa incapacidade que as esquerdas tiveram de dar respostas às profundas modificações pelas quais o capitalismo passava, depois dos chamados *trinta anos gloriosos*. Este foi, de certa forma, o cenário no qual vicejou a social-democracia com ganhos reais para as classes trabalhadoras e para a sociedade em geral. Eu não vou mencionar, evidentemente, o esgotamento das alternativas revolucionárias no sentido clássico da palavra, que, por algum instante, apareceram como viáveis, ainda que fugazmente, no período em torno de 1968.

Se esse problema fosse simplesmente algo resolvido, um problema que estivesse definitivamente arquivado, tudo bem. No entanto, é de se supor que esse problema tenha persistência. Evidentemente, eu não sou insensível às conquistas atuais da social-democracia, mas tampouco sou insensível aos problemas enormes que enfrenta, responsáveis inclusive por seu confinamento maior no espaço europeu, que foi sempre um espaço privilegiado. Ou, ainda, ao fato de, hoje, ela ser incapaz de dar soluções

consistentes, criativas e inovadoras a problemas como os da imigração, da crise do Estado de Bem-Estar, aos problemas da defesa europeia, aos problemas da globalização, da hegemonia norte-americana e da necessidade de um deslocamento em direção ao multilateralismo. Todos esses não são problemas pequenos. São grandes questões, que mostram que há uma persistência muito grande.

Sobre a alternativa vinculada aos partidos comunistas, eu diria que a expressão que tais partidos têm no mundo de hoje é extremamente reduzida e não é exclusivamente por um cerco que possa ter sofrido como em outras ocasiões, mas pela insuficiência de suas propostas. Agora, diante disso, nós vivemos certo paradoxo. Porque se é verdade que há um impasse do pensamento e de algumas experiências de esquerda em várias partes do mundo, tal não acontece na América do Sul. Alguns procurarão desqualificá-la, dizendo que não é realmente uma expressão relevante, que ela está impregnada de nacionalismos, populismos, pelo estilo. Mas eu diria que é a esquerda que nós temos. Então, sobre ela, deve-se refletir, para não reproduzir experiências negativas que aconteceram em outros lugares do mundo e para que possamos ver em que medida o que está ocorrendo aqui nas Américas Latina e do Sul, mais precisamente, indica alguns aspectos importantes.

Eu chamo atenção para o fato de que a agenda com a qual está confrontada a esquerda na América do Sul é de certa maneira uma agenda clássica que a esquerda sempre teve desde o seu surgimento, praticamente, no século XIX – e, evidentemente, em condições históricas radicalmente distintas daquelas do século XIX e daquelas do século XX. Porém, ela abarca sobretudo três grandes temáticas. Uma temática social, uma democrática, e uma nacional; e as relações desse quadro nacional, com os temas internacionais.

Na temática social, está havendo, na nossa região, um movimento crescente no sentido de encarar o tema da inclusão social como absolutamente central. Além disso, não deve ser entendido simplesmente como uma política de caráter compensatório, como muitas vezes apareceu no ideário neoliberal: “façamos uma política de ajuste e, para uma parte daqueles que sofrem as vicissitudes desse ajuste, demos algumas migalhas”. Não. Creio que as políticas sociais que estão sendo implementadas estão não só resgatando a ideia de que não são concessões, mas são direitos que devem ser respondidos e, ademais, elas estão tendo uma incidência concreta seja na constituição de uma nova cidadania, seja na expansão do próprio mercado interno – e, portanto, têm um efeito econômico extraordinariamente importante. Assim, elas são políticas sociais consubstanciadas ao modelo e elas evidentemente têm a ver com toda uma reorganização do pensamento político-econômico da região, que é algo que está em construção.

Eu diria que esse pensamento está em construção, mas de maneira muito menos definida do que seria necessário. Pensamos que há importantes Estados da nossa região que têm grandes desafios pela frente e que têm uma carga impositiva de 11%, e outros com cargas impositivas do mesmo tipo. É de se perguntar o que pode fazer um Estado que tem uma carga impositiva de 11% no sentido de enfrentar os grandes desafios. Creio que sejam essenciais todas essas questões – por um lado, aprofundar mais essas políticas de inclusão social e, por outro, construir uma política econômica alternativa.

Gostaria de acrescentar um fato muito positivo: a esquerda efetivamente se converteu, na sua imensa maioria, a um ideário democrático, não vindo nas instituições e no seu fortalecimento do Estado de Direito apenas uma etapa intermediária, um alibi, mas efetivamente, um fator substantivo de avanço das classes trabalhadoras e de todos aqueles sujeitos que estão na base do seu projeto.

Parece-me que, ao mesmo tempo em que essa visão de fortalecimento institucional, de fortalecimento do Estado Democrático de Direito, de defesa dos direitos humanos, ganhou lugar definitivo no pensamento de esquerda, ou pelo menos no pensamento de esquerda hegemônico na região, há evidentemente também uma outra compreensão, qual seja, a de que o Estado de Direito por si só, levado às suas últimas consequências e absolutizado, pode se transformar em instrumento de paralisação da democracia. Então, o fato é que nessas sociedades – que, anteriormente, além da exclusão econômica e social, propiciavam uma exclusão de natureza política –, fez que, ao se democratizar emergissem novos atores, novos sujeitos políticos, e que esses sujeitos políticos demandam questões novas, têm novas reivindicações. Portanto, é de fundamental importância que, ao lado desse Estado Democrático de Direito, coabitando com ele, interagindo com ele, nós tenhamos a possibilidade de formação de um espaço público que é, entre outras coisas, um terreno de criação de novos direitos e, portanto, de revitalização do Estado democrático.

E há a terceira dimensão, a nacional. Ela também ganha uma importância muito grande porque, no período em que se acelerou o processo de globalização, ou melhor, no período em que a palavra globalização começou a ser utilizada para caracterizar a internacionalização da economia naquelas condições que nós bem conhecemos, não foram poucos aqueles que levantaram o caráter supérfluo do Estado Nacional. O Estado Nacional havia perdido a sua função, era uma velharia, uma peça de museu e, portanto, pensar a sua temática era algo irrelevante, se não pernicioso. É importante dizer que essa dimensão esteve ligada concretamente a uma concepção de organização da economia mundial, e, particularmente na nossa região, que estava muito ligada a uma só fórmula, a um pensamento único, a uma só maneira de organizar a economia, que fazia efetivamente da democracia algo irrelevante.

Por que existe democracia, se só existe um projeto, se só existe uma possibilidade, se só existe um programa? Para que termos o contraditório? Para que termos alternância? Alternância, quando muito, poderia ser o mestre de cerimônias do poder, mas todos estariam obrigados a cumprir, de certa maneira, o mesmo roteiro. Isso nos colocou uma questão fundamental. Quando nós reivindicamos a soberania nacional, a defesa do Estado Nacional, o que nós estamos fazendo é garantir as condições de possibilidade de defender a soberania popular. Porque, se não há soberania nacional, a soberania popular é obviamente um engodo, é um ritual. É interessante observar também que, nesse quadro de reivindicação da dimensão nacional, dos conflitos e das alternativas, foi se processando na região um sentimento importante, que é o da necessidade da integração dos países.

Então, não por acaso, fazendo uma leitura muito própria do processo de organização europeu, aqui começaram a surgir teses sobre a necessidade de uma integração, que, me parece, são elementos constitutivos de novo projeto de esquerda ou de centro-esquerda na nossa região. Em primeiro lugar, parte de um diagnóstico: se há a solidariedade dos ricos, como foi dito aqui, é importante que exista uma solidariedade dos pobres também. Uma solidariedade que possa se estabelecer, inicialmente, em níveis de afinidade regional, e posteriormente em níveis de afinidade mais geral. Não temos atividade regional ou territorial com a China, a África do Sul, a Índia ou a Rússia, mas temos de uma forma uma presença comum naquilo que se caracterizaria como “um Sul do mundo”, não um Sul geográfico, mas de interesses mais amplos no que diz respeito ao destino da humanidade.

Esses elementos, então, nos colocam três pontos fundamentais de uma nova agenda de uma invenção para um pensamento de esquerda: a dimensão social, com os seus desdobramentos econômicos; a dimensão democrática; e a dimensão nacional. Eu gostaria de concluir essas minhas observações me detendo um pouco mais na dimensão política – sobretudo porque, na presença de pessoas tão ilustres, e que vêm compartilhar conosco essa discussão, talvez seja interessante oferecer uma visão um pouco alternativa àquelas que eu tenho sentido como hegemônicas, tanto na opinião pública europeia quanto na dos Estados Unidos. Evidentemente, sabendo o peso que essas duas regiões têm sobre o conjunto das ideias, é de se supor que isso também circule em outras áreas.

Quero me referir concretamente ao fato de que, na nossa região, temos distintas, diversas e até opostas experiências de esquerda que estão em curso. Isso tem suscitado a ideia de que existe uma espécie de duas esquerdas na região: uma boa e outra má. Uma espécie de eixo do bem e eixo do mal perpassando o nosso continente. E o eixo do mal seria um pouco representado por países como Venezuela, Bolívia, Equador e suponho que agora o Paraguai, porque os maus ganharam a eleição lá, e estaria caracterizado por um processo de instabilidade muito grande, no qual as instituições

estão sendo “arranhadas”, por um processo de efervescência exagerado, de instabilidade muito forte e, talvez, de pouca adesão às normas constitucionais. Em primeiro lugar, nós devemos sempre situar historicamente essas questões, porque, se ficarmos em alguns momentos apenas no âmbito da filosofia política, nós vamos ter certas dificuldades em utilizar esses conceitos que a filosofia política nos oferece e que são importantes, em outras circunstâncias. A Europa do século XIX tem características quanto à filosofia política, e características bem distintas na história. Essas são não raro contraditórias – e, aliás, só se explica o surgimento da social-democracia como resposta aos impasses no pensamento político do século XIX, e das vertentes mais à esquerda da social-democracia, por causa dessa defasagem existente. Eu não acredito, por exemplo, que a República de Weimar tenha sucumbido porque a sua Constituição era muito sofisticada, creio que sucumbiu por outras razões. E tampouco acredito que se nós traduzirmos Montesquieu para o Aymara ou para o Quéchuá, nós vamos melhorar o nível de democracia em países como Equador ou a Bolívia, onde essas línguas são, se não dominantes, pelo menos bastante fluentes.

Temos que entender, basicamente, o que está acontecendo nesses países para poder não compactuar com coisas com as quais não estejamos de acordo, mas procurar pelo menos entendê-las e ver qual é o destino que esses processos podem ter e como podemos nos situar diante deles. Esses países, em decorrência da sua estrutura produtiva, de sua história política viveram basicamente regimes de altíssima exclusão social. Em alguns casos, essa exclusão social se duplicava como exclusão étnica, e instituições que não davam nenhum espaço para essas áreas excluídas. Eu diria que, *mutatis mutandis*, algo semelhante a um *apartheid* social, profundo, e, em alguns casos, que, não estando codificado nas leis como estava na África do Sul, estava pelo menos incorporado fortemente aos hábitos e à vida política e social desses países.

Quando os regimes, governos – muitos deles democráticos, com alternância entre eles mesmos, com sistemas de equilíbrios e contrapesos – não foram mais capazes de dar conta da crise econômica e social pelas quais esses países passaram, houve uma fortíssima emergência de novos atores sociais, que começaram a ocupar a cena, começaram a se valer inclusive dos instrumentos que a democracia ali havia criado, começaram concretamente a disputar a hegemonia e ganharam eleições. O que se passou? Nesses países, tendo em vista a inadequação das instituições mediante esses novos sujeitos sociais, o que nós passamos a assistir foram processos de *refundação institucional* que passaram por constituintes, com algumas em curso e outras que estão aí colocadas e, que basicamente, apontam para essa necessidade: adequar o país às novas dinâmicas sociais que estavam ocultas. Esses elementos são bastante importantes, mas, sobretudo, nos apontam para uma questão mais fundamental.

Se é verdade que, no século XIX, a questão essencial que de certa forma foi a questão que começou a ser resolvida pelo *Labor* (Partido Trabalhista) na Inglaterra, pelo SPD na Alemanha, e por outras correntes da social-democracia europeia, passava justamente pelo estabelecimento de um nexos entre a democracia política e a democracia econômica e social, e a compreensão de que quando esses elementos não se articulavam, havia concretamente uma ameaça à democracia como um todo, essa questão, no meu juízo, também chegou à nossa região. E, portanto, nós vamos viver provavelmente um período de certa instabilidade em alguns países, de estabilidade em outros e, para os quais o processo de integração e de solidariedade do Sul, e as mudanças que isso pode implicar na ordem mundial, entre outras coisas com avanços no multilateralismo, podem ter impacto fundamental.

Roberto Mangabeira Unger

Dois temas estiveram no centro das nossas discussões durante esses dois dias. O primeiro é o destino social de um novo conjunto de práticas inovadoras que começa a revolucionar o mundo. São práticas que Charles Sabel e Robin Murray, em particular, descreveram com grande pormenor e que se afirmam nas novas vanguardas de produção e de ensino. A questão é se essas práticas vão permanecer isoladas nessas vanguardas, ou se vão ser disseminadas por grande parte da economia e da sociedade – levantando, por meio da sua disseminação, as oportunidades e as capacitações da humanidade em comum. Uma das teses emergentes durante a nossa discussão é que a democratização do acesso a essas práticas vanguardistas e experimentais não ocorrerá espontaneamente pela sua mera expansão horizontal e vegetativa. Só ocorrerá por ação do Estado. Não, porém, por ação do Estado que existe, mas de um Estado ainda a construir. Um Estado que não esteja nas mãos do taylorismo e do fordismo. Um Estado que assimile, ele mesmo, esses métodos experimentais que ele quer ver disseminados na sociedade toda.

O segundo tema que esteve no centro das nossas discussões é a perspectiva da construção de uma esquerda diferente das duas esquerdas dominantes hoje no mundo. De um lado, a esquerda recalcitrante que quer desacelerar o mercado e a globalização para defender as prerrogativas de sua base histórica, sobretudo o operariado organizado nos setores intensivos em capital. E, de outro lado, há uma esquerda humanizadora e rendida que aceita o mercado e a globalização em suas formas atuais, e que quer humanizá-las por meio de políticas sociais compensatórias.

O que se procura e o que se propõe é uma terceira esquerda. Uma esquerda que não admite a escolha entre aceitar ou rejeitar o mercado e a globalização, mas que quer reconstruir tanto o

mercado quanto a globalização, e quer reconstruí-los para ampliar radicalmente as oportunidades dos homens e das mulheres comuns. Só pode fazê-lo por meio da reconstrução institucional. Das instituições econômicas, sociais e políticas. Esses dois temas estão ligados, porque a construção dessa terceira esquerda tem como uma de suas principais tarefas a democratização do acesso às novas práticas experimentais e vanguardistas. Essa esquerda tem cinco projetos que lhe definem o programa, e esse programa é necessário e é possível.

O primeiro é um projeto de libertação e capacitação do indivíduo. Tem dois aspectos. Um deles é a universalização de mínimos de renda, de riqueza, e de acesso a serviços públicos capacitadores. As novidades em relação ao programa histórico da social democracia, o programa do século XX, em relação a essa parte são duas: a primeira é insistir que os mínimos de renda não são suficientes. Precisam ser complementados por mínimos de riqueza, de ativos. Uma herança social a que todo indivíduo numa democracia contemporânea e experimental deve ter acesso. A segunda novidade é a convicção de que o Estado na prestação dos serviços públicos não se deve contentar com o formalismo administrativo, com a prestação de serviços padronizados de baixa qualidade diante de uma sociedade civil passiva.

O Estado deve organizar, equipar e financiar a sociedade civil para que ela possa participar ativamente da prestação desses serviços públicos. E, com isso, evita-se a escolha ruim entre a prestação burocrática, de um lado, e a prestação empresarial movida pelo lucro de outro lado. O outro aspecto desse primeiro projeto de libertação e capacitação tem a ver com um conceito do papel da escola, da educação pública, que, por sua vez, tem dois componentes. O primeiro componente é um programa revolucionário em matéria de ensino. O ensino organizado para encarnar a ideia de um experimentalismo analítico e radical, que prepare e liberte o intelecto. E o segundo componente é a provisão pelo Estado em padrões nacionais de um alto mínimo, um alto patamar de financiamento. A garantia de mínimos nacionais de investimento e de qualidade ainda que seja local, na gestão das escolas.

O segundo projeto é de democratização da economia de mercado. A ideia básica é que não basta regular o mercado, não basta contrabalançar as desigualdades geradas no mercado por políticas redistribuidoras e retrospectivas. É necessário reorganizar o mercado, redefinir as instituições que definem o mercado. Nenhuma economia de mercado se torna mais incluyente sem ser reorganizada nas instituições que a definem. E essa redefinição institucional passa por duas etapas. A primeira etapa é construir um novo repertório de formas de coordenação descentralizada, participativa, pluralista e experimental entre o poder público e a iniciativa privada, rejeitando a escolha entre um

Estado que apenas regula as empresas a distância e um Estado que formula e impõe uma política comercial e industrial unitárias.

E a segunda etapa, que resultaria da primeira, é o aparecimento gradativo de regimes alternativos de propriedade privada e social que passariam a conviver experimentalmente dentro da mesma economia de mercado. Quer dizer, a economia de mercado não teria uma única forma institucional, mas teria muitas. A ideia da racionalidade econômica como liberdade para recombinar fatores de produção seria radicalizada numa liberdade para recombinar as instituições que definem as relações de produção e de troca.

Isso não é uma novidade histórica. As instituições de direito privado que nós entendemos hoje ser a forma natural e necessária de uma economia de mercado são elas mesmas o produto de uma construção política e jurídica a serviço da inclusão. E o que ocorreu antes nos séculos XIX e XX, terá de ocorrer outra vez, pela radicalização do mesmo método antes empregado.

O terceiro projeto é o de organização autônoma da sociedade civil fora do Estado. Só uma sociedade organizada consegue gerar futuros alternativos. Os instrumentos existentes do direito privado e do direito público são insuficientes para fundamentar a organização dessa sociedade civil independente e fora do Estado.

Terá de haver um outro tipo de direito, um direito social que organize instituições da sociedade civil fora do Estado. Uma estrutura paralela ao Estado, independente do Estado, assegurando a universalização dessa capacidade da sociedade civil de se auto-organizar. Ora, esse esforço tem um foco prático natural, que tem a ver com a provisão dos serviços públicos antes mencionados. O Estado precisa preparar a sociedade civil e estimular a sua auto-organização para que ela, com a ajuda do Estado, possa prover os serviços públicos. E, dessa forma, nós construímos as bases para uma coesão social que não seja baseada apenas em transferências de dinheiro. A social-democracia convencional baseia a solidariedade social na distribuição do dinheiro. Porém, o dinheiro é um cimento social excessivamente frágil. O único cimento social suficiente é a responsabilidade direta das pessoas para cuidarem umas das outras, sobretudo, dos jovens, dos idosos e dos desvalidos, além das fronteiras de suas famílias. Não há nenhum substituto para essa responsabilidade direta. Ela não se substitui pelo dinheiro.

O quarto projeto é de aprofundamento da democracia. Não ter uma democracia sonolenta, que apenas represente os desejos dos indivíduos, e que dependa da crise para propiciar a mudança. Esse quarto projeto tem, por sua vez, três componentes: o primeiro é elevar a temperatura. A temperatura

do engajamento cívico na política por instituições que aumentem de forma duradoura e organizada o nível de mobilização política na sociedade. O segundo componente é acelerar o passo. Criar mecanismos institucionais que, ao permitirem a rápida resolução de impasses entre os poderes do Estado, acelerem o potencial transformador da política. E o terceiro componente é organizar e facilitar a divergência experimental – a criação de contramodelos em determinadas localidades ou determinados setores, inclusive aproveitando o potencial experimentalista subaproveitado do regime federativo.

O quinto projeto é o de combinar estratégias nacionais fortes e heréticas com uma organização mundial que facilite as heresias nacionais ao invés de suprimi-las. Projetos nacionais fortes e heréticos dependem, em primeiro lugar, de mobilização da poupança nacional e de criação de novos vínculos entre essa poupança e a produção nacional. Em segundo lugar, de domínio autônomo de tecnologias. Em terceiro lugar, de instrumentos de defesa, incluindo defesa militar. E, em quarto lugar, de tradições intelectuais insurgentes, que se contraponham às ortodoxias dominantes nas potências principais da época.

São esses projetos nacionais que podem criar um ambiente de luta em favor da reconstrução dos rumos da globalização. Por exemplo: uma ordem internacional de comércio que, em vez de privilegiar a maximização do livre comércio como objetivo, privilegie a coexistência de trajetórias alternativas em desenvolvimento que possam conviver dentro de uma economia mundial que se vai progressivamente abrindo. E que, em lugar de impor, em nome do livre comércio, uma única variante da economia de mercado a todas as nações comerciantes, permita e até estimule as divergências institucionais experimentalistas.

Seria uma esquerda definida por estes cinco projetos: o da capacitação e libertação do indivíduo; o da democratização da economia de mercado; o da organização autônoma da sociedade civil; o de aprofundamento da democracia, e o da combinação de heresias nacionais fortes com uma ordem mundial propícia às divergências heréticas. Esse programa repousa sobre três premissas.

A primeira premissa é sociológica. A base desse programa não pode ser a base à que recorreu a esquerda europeia nos últimos dois séculos: o operariado industrial, que é uma parte cada vez menor da população nas sociedades contemporâneas. A base é a massa popular da humanidade que busca uma pequena prosperidade e independência e que, na falta de alternativas, tem um horizonte de aspiração pequeno-burguês. É essa maioria de pessoas comuns que tem que ser ganha para um universo de opções construtivas mais amplas e mais generosas do que o foco na pequena propriedade familiar isolada e no egoísmo familiar.

A segunda premissa desse programa é metodológica. O método é o experimentalismo institucional. E a ideia orientadora desse experimentalismo é que as formas institucionais da economia de mercado, da sociedade civil livre e da política democrática consolidadas hoje nos países ricos do Atlântico Norte, representam um segmento de um universo muito mais amplo de possibilidades institucionais. A humanidade tem que caminhar nas outras partes desse universo construindo formas alternativas do mercado, da sociedade civil livre, e da democracia. E essa é a grande mudança no foco do debate ideológico no mundo. O conflito entre o estatismo e o privatismo é substituído por novo conflito a respeito das formas institucionais alternativas do pluralismo político, econômico e social.

A premissa doutrinária desse programa é que o objetivo maior não é a igualdade de resultados. A diminuição simplesmente das igualdades materiais, na ausência desse experimentalismo, é uma espécie de prêmio de consolação. Igualdade é um objetivo acessório. O verdadeiro objetivo é o engrandecimento das pessoas comuns e a intensificação da vida cotidiana.

Agora, há um paradoxo que nos remete ao início das nossas discussões aqui. Esse programa é imensamente mais ambicioso do que o programa clássico da social-democracia do começo do século XX. Na verdade, todos os seus elementos, menos uma parte do primeiro projeto, são novos. Até o primeiro projeto, como eu o defini aqui, o da capacitação e libertação do indivíduo, é muito mais amplo que o da social-democracia clássica. A social-democracia se retirou da tentativa de reorganizar a produção e a política para assumir, em troca dessa revirada, uma posição forte na esfera da redistribuição. Agora, propomos reabrir a agenda que foi fechada em meados do século XX, e aí é que vem o problema. Esse programa muito mais modesto da social-democracia clássica já foi uma resposta a um período de crise. Agora propomos um programa muito mais ambicioso sem que haja a condição favorecedora da crise. E aí, mais uma vez o papel redentor da imaginação a que cabe fazer o trabalho da crise sem crise. O que mais nos falta é rebeldia e imaginação, e o que eu entendo se anunciou aqui nesse encontro é o casamento da rebeldia com a imaginação.

Vladimir Popov

Existem diferentes meios para chegar à democracia, e o modo russo é bem menos desejável do que o modo chinês. De algum modo, vocês provavelmente sentiram a frustração dos dois palestrantes, de Sergei Markov e de Zhiyuan Cui: ambos não estavam tão convencidos de que a democracia seja uma coisa tão boa.

Há 150 anos, democracias estavam defendendo a escravidão. Hoje, democracias defendem a violação do direito internacional e invasões no Afeganistão, ou no Irã. Bem, cite um país onde não há invasão. Agora, o que é necessário ter em mente quando se discute sobre o sistema político que pode conduzir ao desenvolvimento, é que a noção de instituição política é muito abrangente, e nós precisamos desempacotá-la. É importante fazer uma distinção entre a capacidade do Estado e a democracia, essas são duas coisas diferentes.

A capacidade do Estado pode ser atingida mesmo baseada no Estado de Direito, até o Estado de Direito pode ser atingido sem democracia. Vocês provavelmente conhecem o famoso artigo de Fareed Zakaria sobre as democracias liberais e a separação entre Estado de Direito e democracia. O exemplo clássico é Hong-Kong, um país onde não existia democracia sob o domínio britânico e os britânicos nunca se importaram em introduzir a democracia, apenas o fizeram três anos antes da restituição. Hoje, também não há democracia, embora haja “mais democracia”, já que a metade dos membros da câmara são eleitos, e não denominados pelo Governo Central da China. Mas se você perguntar se existe o Estado de Direito em Hong Kong, a resposta é sim. Existia o Estado de Direito sob o domínio britânico, e existe o Estado de Direito hoje.

Existe o direito a um julgamento justo no tribunal, existem vários tipos de proteção para minorias étnicas e religiosas e outros grupos discriminados. Então, basicamente, o Estado de Direito talvez seja mais bem definido como a lei de proteção dos direitos humanos, exceto por estes: o direito ao voto, o direito a formar partidos políticos, o direito de fazer manifestações (mesmo a imprensa livre pode ser assegurada por um regime autoritário). E aqui está a frustração dos países com experiência democrática, proveniente de seu desempenho, que não é tão satisfatório.

Eu usei dados do *Latinobarômetro*, que estabelece uma escala das democracias. E o resultado é que todos os países que têm alta desigualdade de renda têm uma percepção muito pobre da democracia, e eles manifestam grande preferência por regimes autoritários, então a questão é: como evitar o descrédito da ideia de democracia, quando depois da democratização, vemos um mau desempenho do Estado? A Rússia teve um mau desempenho sob o regime democrático: na década de 1990, nós tivemos um aumento absurdo de desigualdade de renda, um aumento absurdo no crime, taxa de mortalidade e assassinatos.

A China teve um desempenho ruim com a democracia, ou democracia relativa durante a fase em que o Kuo Ming Tang estava no poder, de 1911, depois que o império chinês abdicou, até 1949, quando o Partido Comunista Chinês chegou ao poder. Na América Latina, essa é uma história comum, existiram também frustrações com a estagnação dos processos de democratização. Portanto,

eu gostaria de sugerir que o truque para ter certeza de que a democracia realmente funciona e não cria somente consequências negativas é a habilidade de se manter instituições fortes, e aqui as histórias da Rússia e da China são muito características se forem comparadas.

Nesse sentido, nós podemos dizer que a China foi capaz de preservar uma herança preciosa do regime comunista que existiu sob Mao Tse Tung (1949 a 1976), que são as instituições fortes, a capacidade do Estado de gerenciar o país.

Existem muitos indicadores institucionais e eu trabalhei com todas eles: o Estado de Direito, a eficácia do governo, o controle sobre a corrupção, sobre a responsabilização e prestação de contas, e assim por diante. Mas os melhores indicadores para os economistas são os que avaliam a economia informal e o número de assassinatos por cem mil habitantes. Este último é o indicador clássico da capacidade do Estado, pois indica que consegue forçar as pessoas a cumprir seus regulamentos – os regulamentos são que você não pode matar sem uma necessidade maior, sem a necessidade de se proteger, por exemplo, certo? Na China, a taxa de assassinato era menor do que 1 em cada 100 000 habitantes no tempo de Mao, um dos melhores, se não o melhor do mundo, certo?

Na Rússia, essa taxa sempre foi alta, mesmo sob o regime soviético: era de 6 para 7 nos melhores tempos, nos anos 1960; situava-se por volta de 10 nos tempos de Gorbachev; e foi para 30 de 1990 a 1995, o que se aproxima da Colômbia. É maior do que na maioria dos países latino-americanos.

Nós também podemos olhar para os indicadores das taxas de encarceramento, ou seja, quantas pessoas estão nas cadeias. Bem, nos Estados Unidos é muitas vezes maior do que na China. É um preço muito alto pelo progresso social. Na China é muito mais baixo. Na China, houve um aumento nas desigualdades de renda e nas taxas de assassinatos, durante a transição. Foi de 1 para 2.4, o que é uma enorme alta. Não obstante, é uma taxa de 2.4, enquanto na Rússia esta chega a 20 por 100 000 habitantes. Anteriormente, chegava a 30, mas sob Putin, gradualmente, abaixou para 20. Então, há algum progresso recente na Rússia. Entretanto, o exemplo chinês mostra como preservar instituições fortes, como preservar a capacidade do Estado, enquanto não *democratizado*, mas, *liberalizado*, fazendo a liberalização econômica e introduzindo o mercado – este último é sempre associado com mais corrupção, mais desigualdade de renda, mais privatização do Estado por diferentes grupos de interesse.

Na Rússia, infelizmente, não fomos capazes, enquanto fazíamos a transição para a democracia, de prevenir a privatização do Estado, e o que ocorreu com o país foi a perda da capacidade do Estado. Basicamente, a conclusão geral aqui é que sem a capacidade do Estado, se você democratizar, você não pode garantir os direitos das minorias, e isso leva ao descrédito da ideia de democracia. Existem

aspectos negativos na China, mas ela tem construído o caminho da regulamentação da democracia, e atualmente há muitas eleições na China. É pouco sabido que em todas as vilas há eleições, que nas eleições do Comitê Central existem mais candidatos do que lugares, bem como poucos conhecem a história que contou Zhiyuan Cui sobre as pesquisas de opinião pública feitas pelo suposto governo autoritário, para avaliar o desempenho dos prefeitos das cidades, e que o prefeito é removido do cargo a cada dois anos se não estiver trabalhando bem.

Então, tudo isso mostra que esse caminho é provavelmente preferível, certo? Que a democracia chinesa chegará mais tarde, mas será muito mais bem-sucedida do que a democracia russa. Como eu sei que hoje, na China, o Estado de Direito é mais forte do que na Rússia? Não apenas porque a taxa de assassinatos na China é 2 e da Rússia é 20, certo? Não apenas porque a economia informal na China é algo em torno de 15% e na Rússia é perto dos 50%. A economia informal está, também, relacionada a quanto você deve seguir os regulamentos, deve pagar impostos, certo? Se você não paga impostos ou está envolvido na produção de drogas ou outros produtos não autorizados, entra na economia informal, então, até que ponto o Estado pode fazer que os indivíduos cumpram com os regulamentos?

Se você tiver esta capacidade, e for introduzir a democracia – e eu posso mostrar, com regressões, porque eu tenho um trabalho sobre isto –, basicamente a capacidade do Estado se fortalece, e o que acontece é algo previsível pelas teorias: democracia é como o mercado para os políticos, então os políticos se tornam mais limpos.

Contudo, se a capacidade do Estado for fraca de entrada, e você introduzir a democracia, infelizmente as instituições estão sendo privatizadas, elas enfraquecem, existe um aumento das desigualdades de renda, e assim por diante. Então, talvez, eu deva concluir dizendo que o objetivo importante para a terceira geração da esquerda não é apenas a reconstrução dos mercados e a globalização, mas, também, reconstruir a democracia e investigar os casos de falha. Porque existem demasiados casos de falha, e estes não estão sendo investigados da maneira apropriada.

Cornel West

Meu caro irmão e colega Vladimir Popov realmente me fez pensar sobre coisas em uma linha diferente daquilo que eu tinha planejado dizer. Porque eu acho que num nível tão profundo, nós discordamos um pouco em termos daquilo que entendemos por democracia. Sabemos que quando a democracia é socialmente inclusiva, quando ela atinge a supremacia branca, masculina, e as várias

formas de fobia étnica de maneira frontal, ela parece bem diferente. E quando nós falamos sobre a força do Estado de Direito, na China você pode dizer que os cidadãos estavam matando-se menos uns aos outros, mas que o Estado de Mao estava matando milhões deles.

Eu quero dizer que não podemos somente usar indicadores de ordem, em momentos sociais particulares, e usá-los como um valor de referência para medir a relativa falha da democracia, comparada a um Estado de Direito forte. Nós temos de ter uma concepção mais abrangente e complexa. Mas, como você pode imaginar, nós poderíamos ter todo um outro seminário sobre essa questão. Mas eu estou ansioso por isso porque eu acho que o projeto do professor Roberto [Mangabeira] Unger tem muitos recursos para responder a sua série importante de perguntas, e talvez possamos abrir o escopo enquanto procedemos.

Quero dizer que eu, sinceramente, acredito que haverá uma esquerda reconstruída e uma democracia reconstruída, e nós concordamos de fato na necessidade de se reconstruir a democracia de várias formas, que isto vai ter muito a ver com o que Roberto [Mangabeira Unger] tem dito não apenas hoje, mas em duas de suas publicações em dois volumes sobre democracia – *A Democracia Realizada* e *O que a esquerda deveria propor*, bem como a sua obra prima *The Self-Awakened Pragmatism Unbound*.

Eu não acredito que [Mangabeira] Unger tenha a resposta para essa questão, eu não acredito que nenhum de nós tenha o monopólio sobre a verdade, a bondade ou a beleza. Mas eu acho que ele está liderando este caminho de maneira significativa, e é tão raro ver um intelectual no terreno com este tipo de impacto, lutando com esses desafios empíricos que o irmão [Vladimir] Popov colocou! Porém, quero dizer que também não posso conceber uma esquerda reconstruída – e aqui quero mencionar meu querido irmão [David] Lammy do Reino Unido – sem tomar em consideração não apenas os legados da supremacia masculina e branca, e dos legados do imperialismo e do colonialismo, mas também o papel crucial do poder da polícia.

De fato, não temos falado sobre como reformar o poder da polícia, especialmente em comunidades pobres. Porque quando você está falando de experiências vividas por pessoas nas favelas aqui no Brasil, ou no Sul de Chicago, uma das experiências mais importantes que eles têm é com a face repressiva do Estado do qual estamos falando. E nós podemos falar sobre os serviços públicos do Estado o quanto quisermos, mas a história das pessoas de cor e a história das mulheres e de sujeitos colonizados, é a interface do aparato repressivo dos vários Estados-Nação. Então, quando falamos sobre reforma de mercado, reforma dos serviços sociais e serviços públicos, vamos ter que falar sobre o policiamento comunitário. Nós vamos ter que discutir as maneiras de conceber, os vários meios pelos quais os

subjugados possam sentir que a presença da polícia não só fornece a segurança, mas também é uma extensão de quem eles mesmos são, por oposição a uma presença estranha aplicando a força. Nós vamos falar sobre o sistema penitenciário, e eu concordo com meu irmão [Vladimir] Popov em termos da utilização de índices sobre o sistema penitenciário, um dos pontos de referência entre tantos outros. Mas o complexo industrial-penitenciário também é crucial em termos da experiência vivida das verdadeiras pessoas comuns, para dinamizar, revitalizar e revigorar vidas.

Qual tipo de reforma temos em mente em relação ao complexo industrial-penitenciário? Não apenas no império norte-americano. No Brasil, na China. Você concordaria comigo que, se houvesse um movimento de massa na China, não apenas no Tibet, haveria um acréscimo grande não somente de detenções, mas também de mortes, porque você tem de defender a população? Essas são apenas notas de rodapé em resposta ao que [Vladimir] Popov estava dizendo.

Vladimir Popov

O número de pessoas mortas anualmente nos Estados Unidos é de 6 por 100.000. Na China é 2, certo? Então, a probabilidade de ser morto nos Estados Unidos é três vezes maior do que na China, quer seja pelo Estado ou não. Importa se você é morto pelo Estado ou não?

Cornel West

O ponto é que, se você tiver armas disponíveis em Pequim do mesmo jeito que você tem em Los Angeles, se você tem culturas destruídas, o narcisismo de uma sociedade conduzida pelo mercado, e você não tiver o regime autoritário das elites do partido comunista, por oposição a cripto-plutocratas mal preparados na Casa Branca, você tem todo um conjunto diferente de experiências culturais vividas nesse sentido.

Vladimir Popov

Existe punição capital na China, onde o Estado executa mais pessoas do que em qualquer outro país do mundo, e mais até do que todos os outros países juntos, mas isso é apenas 5% do total de assas-

sinatos no país. Podem ser chamados assassinatos legais, certo? Os outros são assassinatos ilegais, então, no total, somando estes 5% com os 95% restantes, há 3 vezes menos assassinatos do que nos Estados Unidos, em termos relativos à população de cada país. A China parece, nesse sentido, uma terra da liberdade, se for comparada aos Estados Unidos que são, basicamente, um lugar muito perigoso.

Cornel West

Sim, isto é verdade, mas nenhum dos dois é a terra da liberdade, e é por esta razão que fazemos distinções entre realidade e aparência, aquilo que está apenas na superfície. Você está me dando fatos, mas quais são os contextos? Qual é o significado dos fatos, o contexto histórico dos fatos? Isso é um debate metodológico mais amplo.

Vladimir Popov

É verdade. Contudo, deixe-me terminar com a questão do poder da polícia e a questão do complexo industrial-penitenciário. Isso tem muito a ver com o que começamos, que é essa questão de crise. E isso me lembra a oitava tese da grande série de teses de Walter Benjamin sobre a filosofia da história. Quando ele diz que, para o povo oprimido, o estado de emergência não é a exceção, é a norma – e se nós virmos o mundo através de suas lentes, então tanto aquilo que eu estava chamando de crise *externa* a guerra, os desastres naturais, como também o estado de emergência *interna*, que começa em parte com a questão da polícia e o complexo industrial-penitenciário, eles mesmos ligados em parte ou principalmente à falta de oportunidades, educação, emprego, moradia, e assim por diante – essas duas questões devem ser partes interativas de nossa esquerda reconstruída. É um processo de construção, não é de forma alguma uma substituição ou um deslocamento do que o irmão Unger está falando. É uma construção, porque, no fim, parte de nosso problema nos últimos cinquenta anos é que temos falado sobre a esquerda como se as pessoas de cor e mulheres – acrescentaria os nossos irmãos e irmãs gays e lésbicas – e os sujeitos ex-colonizados subjugados estivessem simplesmente adicionados. Muito pelo contrário, eles são constitutivos de qualquer nova esquerda porque constituem parte e parcela de um agente potencial e sujeito para o tipo de nova esquerda da qual estamos falando. E essa é uma das razões pelas quais é tão importante que todas as diferentes vozes lutem, incluindo a sua, a minha, falem alto, criticamente, “socraticamente”, mas, no fim, reconheçam que nós temos verdadeiros desafios em comum.

Esta manhã, comecei com uma referência à história de Aristóteles sobre a Constituição mista. Eu acho que o meu ponto era que não deveríamos igualar a democracia com nenhum arranjo institucional particular, como um mercado de competição dos partidos.

Portanto, a democracia é um conceito muito mais rico, mas a minha apresentação desta manhã não era contra a democracia. Na verdade, eu estou a favor do aprofundamento da democracia. O que quero dizer é que, dentro dessa concepção mais ampla da democracia, nós não devemos ver a China de hoje como totalmente não democrática. Existem elementos democráticos muito importantes na China. Por exemplo, o professor Cornel West acabou de mencionar o destino das pessoas de cor. Eu penso que vale lembrar que, durante a luta pelos direitos civis, o governo chinês de Mao foi um dos únicos países estrangeiros que organizou grandes manifestações de massa, com vários milhões de pessoas em apoio a Martin Luther King. Existe até um interessante debate histórico atual sobre duas cartas que Martin Luther King teria enviado para Mao, pedindo apoio, já que não havia a participação de países estrangeiros para apoiar o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Assim, eu fiquei numa posição difícil porque eu concordo com o professor Popov em muitas de suas conclusões empíricas, mas eu acho que minha visão de democracia é mais próxima do professor Unger, porque o que entendi e aprendi lendo o trabalho dele, é que nós devemos nos posicionar contra esse fetichismo institucional. Este consiste de fato em equiparar alguns conceitos abstratos, como a economia de mercado e a democracia, com qualquer encarnação institucional particular.

A ideia de democracia requer uma imaginação mais infinita e, no mundo atual, eu acredito que a democracia é baseada na soberania popular, este é o único princípio que pode legitimá-la. Entretanto, nós não deveríamos equiparar o sistema multipartidário competitivo de hoje com o conceito abstrato de democracia em si.

Sobre o Tibet, eu acredito que as notícias do Ocidente são muito estreitas e bastante enganadoras. Minha visão sobre o Tibet está muito influenciada pelo marxista austríaco Otto Bauer, que escreveu uma série de volumes sobre Estado multinacional durante o fim do império austro-húngaro. Porque, no caso do império austro-húngaro, nós podemos olhar para a crise da antiga Iugoslávia, que em parte é legado do império austro-húngaro. Este diferenciava-se do império russo da seguinte maneira: no império russo, havia uma nacionalidade dominante, com uma dominação de sentido único, por assim dizer; entretanto, no império austro-húngaro, o sistema político resultava de uma interação multidirecional, envolvendo alemães, checos, italianos – todos tinham uma residência mista.

Então, o argumento de Otto Bauer é que, quando você já tem uma residência mista com diferentes nacionalidades, se você tentar impor uma determinação nacional baseada no território, isto, logicamente, levará à limpeza étnica.

O que aconteceu no Tibet é que muitas pessoas no Oeste não entendem que a proposta do Dalai Lama não é sobre um Tibet autônomo em si, mas é sobre um programa chamado Tibet Maior, abrangendo cinco outras províncias, com todas as nacionalidades tibetanas. Segundo o programa do Dalai Lama, o Tibet deveria ter maior autonomia. Entretanto, nessas cinco províncias, incluindo a do Tibet, já são muitas as residências mistas, incluindo chineses muçulmanos. Então, o que Otto Baum e Karl Renner, que viria a ser presidente social-democrata da Áustria, argumentavam era que o Estado multinacional deveria ser a norma. O Estado nacional não é a norma. Porque, de acordo com os antropólogos, nós temos vários milhares de nacionalidades, mas as Nações Unidas somente têm 190 Estados-Membros.

Julian Le Grand

Amartya Sen faz duas constatações sobre democracias: a primeira é que estas praticamente nunca entraram em guerras entre elas. Acho que é bastante difícil pensar em exemplos de casos em que isso ocorreu. E, de fato, parece quase inconcebível imaginar esta ideia: os Estados Unidos entrando em guerra com o Canadá, a Grã-Bretanha entrando em guerra com a Holanda, e devo dizer que parece pouco provável, hoje, que países europeus entrem em guerra com a Rússia, ou com a China. Isso significa que a democracia está se estendendo de certa maneira. Por que será que as democracias são tão relutantes em se fazerem a guerra? O outro ponto que Amartya Sen levanta é que nunca houve crise de fome numa democracia.

Vou apresentar somente alguns aspectos sobre o que Roberto [Mangabeira Unger] e David [Lammy] estavam falando, sobre o futuro da social-democracia, em algumas frases. A velha esquerda perdeu uma batalha e ganhou uma batalha, parece-me. Perdeu a batalha sobre a propriedade. De maneira geral, eu não penso que muitos de nós na esquerda ou na direita – certamente não na direita – pensam que a propriedade pública total e extensiva seja a resposta para a maioria dos problemas sociais. Essencialmente, se muitas pessoas da esquerda acreditassem nisso, eu não acho que pensam assim agora. Não quero dizer que a esquerda perdeu totalmente a batalha, pensando que tudo deveria ser privatizado. E, como disseram Roberto [Mangabeira Unger] e Robin [Murray], existem várias formas

de propriedade, formas cooperativas, coletivas de propriedade, para as quais a esquerda está ainda muito interessada e comprometida, e eu penso que é uma área importante para desenvolver.

A batalha que eu acho que a esquerda ganhou é sobre o Estado de Bem-Estar. Mesmo na extrema direita, eu não acho que você encontrará muitas pessoas hoje que brigariam por um mercado total, que eles argumentariam contra qualquer forma de distribuição. Contra o Estado financiando nossa saúde pública, educação, renda vinda de várias formas de apoio do seguro social. Esse me parece ser um argumento que a esquerda ganhou e que realmente precisa desenvolver.

Certamente, ainda existem problemas na provisão de serviços do Estado de Bem-Estar, eu argumentaria que nós precisamos criar incentivos corretos, mesmo que Charles [Sabel] não concorde. Eu penso que o uso judicioso de incentivos de mercado dentro do contexto do Estado de Bem-Estar é suscetível de criar maior qualidade de serviços dentro de uma política de esquerda-centro. Eu acho também que algumas das ideias têm sido plantadas no Brasil, como a ideia do Bolsa Família condicional, mas não como pensamos na Europa, onde você repassa os benefícios da previdência e conta com o comprometimento do povo para tentar achar trabalho. Aqui, o termo significa que você transfere recursos com a condição de que os membros das famílias que o estão recebendo mandem seus filhos para a escola, para vacinas, e outras ideias interessantes que os norte-americanos e os europeus aprenderam com o Brasil, e acho que o México faz o mesmo.

Então, creio que existem batalhas que foram perdidas e outras que foram ganhas, mas não acabaram, embora eu as tenha deixado de lado. Talvez algumas coisas que Roberto [Mangabeira Unger] estava falando sejam parte de um projeto futuro, mas, primeiro, vamos ter certeza de que vamos manter os ganhos que já conseguimos.

Sanjay Reddy

Gostaria de expressar uma frustração e uma esperança. A frustração é que eu acho que em muitas das nossas discussões, incluindo as mais importantes discussões sobre essas questões, somos demasiado abstratos, e, quando nós somos concretos, somos demasiado concretos. Acredito que muitos de vocês sabem do que estou falando. E claro que, por um lado, os defensores do neoliberalismo, por exemplo, têm a vantagem de ser capazes de falar com certo tipo de bom senso presumido, que está associado com o aparente mérito da grande clareza e das descrições relativamente estreitas e precisas do seu mandato.

Aqueles que procuram se opor ao aparente bom senso têm de lidar com a perplexidade e com o rico leque de possibilidades e alternativas, muitas das quais não têm a vantagem psicológica de serem parte do *status quo*, que é uma vantagem esmagadora, por causa de nossas falhas humanas em favorecer o que já está aparente, o que já está presente como sendo mais real.

Mangabeira Unger nos seus outros trabalhos e escritos e no que ele apresentou aqui, avançou com a ideia de um portal único de grandes inovações institucionais, por meio do qual as sociedades do mundo podem – e talvez devam – passar para que se realizem alternativas menos próximas.

Uma das minhas preocupações com a ideia de um portal único é a de que, por sua singularidade, pode se tornar uma camisa de força alternativa, ou seja, de que uma ortodoxia pode ser substituída por outra. E uma das minhas preocupações, e que tenho discutido na Índia e em outros lugares, é que, se não estivermos atentos, a aparente insistência unívoca nesse portal pode, por ser recebido como monolítico e imperialista, servir de razão para a rejeição da discussão de alternativas de forma geral. Dada a diversidade e a multiplicidade das sociedades mundiais nas suas respectivas heranças, parece-me não somente estrategicamente prudente, mas moralmente necessário, considerar essa questão, que reside de maneira profunda.

Como faremos isso em nossas discussões? Eu não estou totalmente certo, mas acho que devíamos tentar incorporar mais centralmente um elemento de autocrítica e que, no momento em que apresentarmos uma proposta concreta específica, nós devemos encontrar um meio de descrever essa proposta como uma opção entre tantas e, ao mesmo tempo, sem apresentar um leque tão amplo de alternativas que fariam que a mensagem de que outra coisa é possível seja totalmente diluída.

Aqui eu poderia sugerir a distinção entre um conceito e uma concepção. Experimentalismo democrático, por exemplo: a ideia de que devemos experimentar com as nossas instituições, por meio de processos democráticos especiais, é extremamente apelativa, mas a ideia de que o experimentalismo democrático deve assumir uma forma específica pode tornar-se demasiado restritiva.

Então, como traçar a linha em um caso concreto? Como fazer esse compromisso entre a apresentação de um conceito, que é suficientemente concreto para ser apelativo, mas não tão concreto para ser restrito, é algo que vale, na minha opinião, ser explorado mais profundamente, tanto na forma quanto na substância.

Quero dizer que um teste para nós mesmos é se temos sido inovadores. Surpreende-me que, depois de menos de dois dias, eu possa ir embora diferente do que aqui cheguei, que é o teste do encontro. E tenho feito isso de diversas maneiras, acho que é uma forma estranha com qual nos temos organizado, porque nós viemos de níveis muito diferentes, de perspectivas muito diferentes, algumas vezes sobrepondo monólogos em vez de diálogos. Mas, na verdade – creio que foi [Zhiyuan] Cui quem disse isso – que ele aprendeu que era uma questão de costurar todas as coisas diferentes; e o que tem emergido, chegando ao fim, é que isto estava de repente começando a acontecer. Eu nunca havia tomado parte de uma discussão sobre a democracia sob tantas perspectivas diferentes. Essa ideia de aprofundamento, e do enriquecimento das ideias democráticas, vocês todos levantaram tantas questões diferentes, que isto é certamente suficiente para eu continuar pensando por um certo tempo.

Outra surpresa que eu não esperava era pensar mais sobre o mercado. Eu acho que é uma ideia bastante interessante: eu gosto da ideia de aprofundar o mercado, mas para a esquerda atacar o mercado, não se intimidar com o mercado. Mas, para dizer que na verdade nós podemos entrar no mercado, que é um mercado muito diferente daquele discutido pelos mercantilistas e neoliberais.

Portando, creio que foi enriquecedor e que a apresentação chinesa foi não somente muito interessante sob todos os aspectos, mas também começou a dar densidade à discussão sobre agentes alternativos, formas alternativas de propriedade que eu achei realmente fascinante. Eu não mencionei hoje, mas nós temos uma forma na Grã-Bretanha que uma das companhias tem experimentado e que é chamada de CIC. É uma introdução do *New Labour*, que poucas pessoas de fora conhecem. Mas isto é uma comunidade de companhias de ganhos onde não é permitido ganhar mais do que 5% acima da taxa de base, o que significa que o capital pode ser investido nela, mas não pode ser especulado. Em três anos já existem 600 companhias que estão todas operando assim, e estão direcionadas por uma missão.

Gostaria de comentar em relação ao que Julian [Le Grand] disse hoje: o elemento crucial nos serviços públicos é que os fornecedores e o Estado tenham uma missão comum. E eu acho que este é o problema em muitas áreas do mercado privado, que sua missão ao fim e ao cabo é o dinheiro. Significa que eles são muito eficientes, vamos assumir que eles sejam eficientes em fazer certas coisas que podem ser deixadas de lado. Mas, no caso de que um projeto está sendo desenvolvido conjuntamente, você deve ter uma missão comum, um acordo comum. Você não pode ter dois agentes dentro do Estado ou entre o Estado e aquele lado, que têm uma missão diferente, porque você está esticando os seus mandatos.

O que eu queria acrescentar, entretanto, é o seguinte, e é em adição ao que foi dito, não em substituição. E é em termos da política de agora, a questão que eu levantei na primeira manhã sobre o socialismo na era do Google. Eu acho que o socialismo na era do Google vai tocar em muitos desses aprofundamentos, ampliações, enriquecimentos em relação à democracia e em relação ao modo como gerenciamos Estados e sociedades civis.

E eu estou muito satisfeito de ter me sentado ao lado de Silvio [Meira], que esteve colocando na tela do seu computador um comentário constante das intervenções e que estava constantemente passando pequenas referências por *e-mail*, na internet, enquanto falávamos, e alguns de seus exemplos foram extremamente enriquecedores e excitantes. Mas, o que eu quero dizer sobre isso é uma coisa que ele também disse durante o café hoje, é que ele estava falando sobre códigos e o fato de que, seja lá o que diz a lei, por exemplo, na música, se ele tiver feito o código para o *software*, e feito de certa maneira, seja qual for a lei, você não será capaz de quebrá-lo. O criador de códigos é aquele que tem o poder.

Agora, o que é relevante nisto para mim é que quando você tem uma grande revolução tecnológica, como temos tido, muitas das questões que se situam numa espécie de meio-termo entre o abstrato e o concreto são transformadas. Isto acontece com as formas de energia, com as formas dos transportes, com as formas da comunicação, com as formas da cultura, com as formas da produção, com as formas de organização urbana, com as formas como tratamos o lixo, e assim por diante.

E muitas dessas são algumas das grandes perguntas para as quais não existe uma resposta fácil, particularmente na mudança climática e na pobreza. Agora o que está acontecendo é que existem enormes lutas políticas sobre os “códigos”, os sistemas que vão substituir o sistema antigo, do qual o sistema de comunicação e de telecomunicação é uma instância. Você tem de entrar bem fundo dentro do sistema se quiser fazer parte das políticas, você não pode lidar com isso de maneira abstrata. E ainda assim isto irá determinar os tipos de estruturas dentro dos quais um aprofundamento da democracia, um aprofundamento dos mercados, ou uma tentativa de mudar a distribuição de renda, serão determinados.

Então, acho que existe um nível médio de política neste momento específico, porque é onde essas lutas estão tendo lugar – na verdade, na Grã-Bretanha nós estamos perdendo algumas delas – em que práticas muito difíceis de mudar são instaladas. Pegue apenas um exemplo, que é a parte nuclear, mas eu poderia escolher incineradores, ou eu poderia escolher infraestruturas profundas. Com estas, você não pode simplesmente renovar o estoque depois de dois anos porque a tecnologia mudou. E existem formas em que os novos sistemas podem ser mais abertos em termos de geografia, a ma-

neira como vivemos, como vivemos nas cidades, por exemplo. E eu acho que existem oportunidades específicas para países como o Brasil, como os países de médio ou de menos desenvolvimento, particularmente se eles têm as versões mais fracas do sistema antigo. Quanto mais fraco, melhor, porque isto significa que a batalha para uma nova forma mais democrática destas estruturas intermediárias será mais promissora e isto me leva a finalizar com uma nota para nossa irmã israelense com quem eu gostei de conversar sobre “dentro e fora”.

Creio que um dos desafios da inovação é como você faz inovações transformativas sistêmicas. Este é um dos tópicos, e eu acho que em se fazendo isso não se trata de “dentro e de fora”. Todo o meu argumento era que, na verdade, se houver concursos sobre o tipo, a forma pela qual nós produzimos a nossa energia ou a em que formulamos as nossas cidades, o que você precisa fazer é criar coalizões progressivas de pessoas de dentro e de fora. E você nunca sabe quem vai ser progressista, você não sabe se terá um ministro progressista ou algum funcionário de nível médio que vai ser crucial, e que aqui haverá algumas oposições, algumas barreiras.

Ninguém pode saber até que esteja dentro da organização ou do Estado, onde os aliados estarão. O mesmo é verdade fora do Estado. O padrão que tenho visto muito frequentemente é que algumas dessas novas questões são levantadas por movimentos sociais, não por dentro do Estado mesmo se, em minha experiência, você tenha um bom ministro. Vamos dizer que David [Lammy] é um ministro de uma dessas coisas, se não houver um movimento forte de fora, você estará contra as grandes forças da ordem antiga e você se sentirá paralisado porque você é um político, você tem que equilibrar todas as coisas. Então você precisa das forças externas, você precisa de manifestações na China a seu favor e assim por diante. Portanto, a maneira como você forma coalizões progressistas e a tarefa do Estado, que é de orquestrar os novos sistemas, eu acho que é num nível da política, que neste ponto específico, é também importante como adição, mas não como substituição para aquilo que aqui foi dito.

Joel Netshitenzhe

Eu me perguntei se esta reunião teria algum valor se eu partisse repetindo o que eu trouxe comigo quando cheguei, ou recitando o que eu costumava pensar quando aqui cheguei. E, talvez, a resposta seja “não”. E o exemplo disso foi o debate sobre a esquerda e a democracia. Do ponto de vista de nossa origem e experiência, como sul-africanos, vocês apreciarão o fato de que juramos pela democracia, nós vivemos pela democracia, nós rezamos a democracia, e pelo desejo de a democracia ser uma franquia universal.

Digo isso do ponto de vista de nossa própria experiência histórica, mas os últimos quatorze anos têm nos mostrado também que há muitas coisas que podem desacreditar a democracia. Particularmente no contexto da África do Sul, onde temos um partido político muito forte no poder, o perigo que emerge de tempos em tempos com relação à captação institucional desse partido político por todos os tipos de grupo de interesse.

Em algumas comunidades, não é impossível para traficantes tentarem capturar estruturas do ANC e, por meio delas, encontrarem o seu caminho em instituições estatais. Não é impossível para as empresas fazerem o mesmo com seus interesses. Quando isso acontece, você se questiona: não há algo de errado com a democracia?

No entanto, talvez, essa questão esteja errada, talvez o que esteja realmente errado é a fraqueza da esquerda em si, na sua incapacidade de utilizar plenamente as oportunidades apresentadas pela democracia para garantir a participação das massas e se tornar um instrumento de participação do povo na sua própria governança e desenvolvimento. Então, um dos maiores desafios seria de saber se a esquerda é capaz de ganhar a confiança das massas e, ao mesmo tempo, fazê-lo pelo adestramento da política eleitoral, não alijando a política eleitoral do exercício de poder. A esquerda não deve equivaler à estratificação na conduta política, deve refletir uma criatividade na identificação da captura da imaginação pública, deve ser capaz de comunicar os interesses dos pobres como os da sociedade como um todo. O seu discurso deve ser o discurso dominante em todas as sociedades, em vez de ser meramente um movimento de protesto.

Parece-me que um bom exemplo disso seria a captura da imaginação dos jovens. Na África do Sul, pesquisas indicam um grande interesse entre os jovens em política. Existe algo que possa ser emprestado da campanha eleitoral de Obama ou da experiência russa, em termos de capturar a imaginação dos jovens? Existe algo que a esquerda possa aprender disto? Talvez o problema do fortalecimento das instituições seja crítico e não possa ser ignorado, mas a força das instituições, em última análise, depende de sua legitimidade, do apoio popular.

A última questão está relacionada ao desafio da esquerda, como a estamos definindo, e a situação global. Em uma primeira instância, se realmente é verdade que a produção na economia global, hoje, acontece, numa escala global numa unidade de tempo, de acordo com Manuel Castells, a pergunta que surge é: como uma esquerda relevante hoje se relaciona com um movimento sindical em escala global? Descartamos todos eles e argumentamos que trabalhadores e profissionais tornaram-se irrelevantes para a organização e liderança de processos de transformação?

Será que definimos esse grupo de pessoas, essas classes e extratos, com base no seu papel na organização? Ou não deveríamos incluir os recursos maciços que eles comandam? Se falarmos sobre o movimento sindical e olharmos para os fundos de pensão e como este capital pode ser posicionado para propósitos produtivos e até mesmo as intervenções no mercado às quais nos referimos, não seriam os sindicatos uma das maiores forças com as quais deveríamos nos relacionar?

Pode esta esquerda alegar ter ideias que interessem à humanidade, mas falhar na liderança e no senso de direção para o movimento democrático global das massas no que se refere a meio ambiente, comércio e assim por diante? E, ainda, deixar espaço para os que são essencialmente anarquistas?

Pode a esquerda, como a definimos, evitar o discurso em torno das questões fundamentais que parecem ocupar o pensamento global? Sobre o chamado “choque das civilizações”, a agenda da luta contra o terrorismo, onde heróis populares são criados porque são identificados como inimigos do pensamento dominante, e permitem que esses “heróis” sejam as forças que estão se tornando modelo para grande parte da população mundial?

Como desafiamos esse discurso em torno desse “choque das civilizações” e as profecias autorrealizadas que estão ligadas a eles? E, por último, pode uma esquerda como esta alegar promover os interesses da humanidade, se não considerar, no centro do projeto, lidar com problemas raciais bem como com problemas de gênero?

Charles Sabel

Fiquei muito impressionado com o diagnóstico de Sanjay [Reddy] sobre o problema de ser muito concreto ou abstrato e eu gostaria de tentar endereçar o problema em doses homeopáticas, sendo simultaneamente muito abstrato e muito concreto.

Deixe-me começar com uma abstração, deixe-me sintetizar a extraordinária síntese de Roberto [Mangabeira Unger] para nos focarmos nos desafios impossíveis que esta propõe. Seu convite não é nada menos do que à reconstituição simultânea e mútua do Estado, do mercado e da sociedade civil e isto deveria acontecer de uma maneira que, deliberadamente, cria, em cada um desses domínios, alternativas suficientemente diversas para manter o pluralismo vivo sem, no entanto, paralisar a escolha enquanto encoraja a democracia.

E isso parece, cada parte tomada por si só, a reconstrução simultânea de tudo, e a reconstrução de tudo o que preserva esta pluralidade democratizante. Apesar de parecer impossível, nós temos muitos exemplos extraordinariamente interessantes – e aqui eu venho com o concreto – nos últimos dois dias de projetos no mundo, que já exemplificam e demonstram que esta não é uma proposição absurda, mas um meio extremamente incisivo e persuasivo de compreender o que está acontecendo, bem como o que deveria acontecer. Então listo quatro desses exemplos, em pormenor suficiente para mostrar que eles ilustram a possibilidade do impossível.

A ministra Tamir nos dá um simples algoritmo para transformar as escolas. E uma coisa que você pode dizer em uma frase: cada professor terá, além dos horários regulares de aulas, a obrigação de passar cinco horas por semana em aulas individuais, vindo a conhecer os estudantes de maneira diferente e resolver seus problemas individualmente.

Então, esta é uma transformação na forma como o Estado presta serviços. E, se você escutar com mais detalhes a extraordinária e interessante história da ministra, é uma nova maneira de envolver os sindicatos, isto vai de encontro ao que Robin [Murray] mencionou. É uma nova maneira de envolver os sindicatos na negociação coletiva e na transformação dos seus locais de trabalho e, desta forma, exercita uma influência sob o mercado. Chama os pais e as famílias de uma nova maneira para a escola e tem um impacto manifesto sobre a sociedade civil.

Robin [Murray] deu-nos o exemplo do comércio justo, onde temos falta de regulamentação e o início de um conjunto de códigos, que interagem entre si e induzem à modificação do comportamento das empresas. As ONGs, eu suspeito, são colocadas sob pressão, e a sociedade civil é por isto transformada. E tudo isto faz algo que claramente contribui para a transparência das operações de uma forma que abre novas possibilidades para a democratização; não poderia haver um exemplo mais claro.

Julian [Le Grand] nos dá um extraordinário exemplo de um mistério. Talvez eu não tenha entendido, mas eu não interpretei o que ele disse como sendo um elogio à democracia chinesa, eu achei que ele estava expondo, de uma forma extremamente aguçada, um enigma para nós. Como foi que o governo chinês ou a sociedade chinesa, através do partido comunista, foi capaz de intervir sucessivamente em diferentes domínios do Estado, da sociedade civil, num protomercado em um período após o outro, encontrando soluções bem-sucedidas e generalizando-as, sem ser capturado pelas falhas, e sem ter acesso aos meios normais de comunicação democrática?

Nós temos que esperar, e aqui eu concordo plenamente com Cornel [West], que seria assustador se fosse possível fazer todas essas coisas sem algum elemento que exija uma democratização. E conforme entendi o que Julian disse, é que é um mistério entender qual é este processo, não considerando isto como uma justificativa para a celebração do sucesso chinês.

E por fim, eu aprendi muitas coisas com Cornel sobre a política americana nos últimos dias, porque Cornel fala uma linguagem enraizada numa experiência profunda da sociedade civil, a parte reprimida da sociedade civil, e mostra exatamente como, refletindo a partir da perspectiva da sociedade civil, você pode pensar de maneira diferente sobre o Estado e sobre o mercado em uma linguagem rica, que não é refém das divisões padronizadas entre partidos e seus programas do século XIX, que nós estamos lutando tão arduamente para ultrapassar.

Ele já ultrapassou porque ele nunca foi uma vítima disso, porque ele foi uma vítima de muitas outras coisas. Agora, são quatro exemplos e poderia haver muito mais. O fato de que todos eles ilustram as mesmas coisas, esta reconstituição simultânea mútua das três esferas aparentemente congeladas, exige uma colaboração democrática através da colocação de alternativas. E, no caso das aulas tutoriais da ministra Tamir, é na pluralidade de soluções que reside a genialidade de sua intervenção. No caso da China, é a pluralidade de soluções, no caso dos códigos, é a competição dos códigos e, no caso de Cornel, é Cornel! Eu acho que se pudemos encontrar, em apenas dois dias, quatro exemplos de alguma coisa que nunca poderia acontecer, então, deveríamos rever nossas ideias sobre o que nunca poderia acontecer.

Roberto Mangabeira Unger

Nosso encontro chegou ao fim, e eu quero, além de agradecer a presença de todos, agradecer à equipe que fez um extraordinário trabalho para possibilitar esse encontro.

Nos dias 6 e 7 de agosto de 2008, autoridades governamentais, políticos, intelectuais e personalidades de várias partes do mundo se reuniram no Rio de Janeiro para debater uma agenda de desenvolvimento para o futuro. Em outros termos: como ampliar o repertório institucional da economia e da política disponível no mundo hoje.

Esse encontro surgiu da vontade das personalidades presentes de elaborar uma alternativa ao ideário da “terceira via”, tão em voga nos países do Atlântico Norte.

Com a difusão de tal ideário, acreditou-se que nada teríamos a fazer senão aceitar o inevitável – a convergência de todos os países para as mesmas práticas e instituições – e humanizá-lo com o recurso às políticas sociais.

Esse discurso desenvolvido entre os anos 1980 e 1990 passou a ser rejeitado pelos grandes centros mundiais de pensamento a partir da avaliação de algumas experiências nacionais e da constatação de que é possível desenvolver novas práticas em Educação, Inovação Tecnológica, Política Industrial, Economia, Participação Política e Gestão Pública.

Dessa forma, o eixo do novo debate é o conflito entre duas maneiras de substituir o paradigma reinante: as muitas vias e a segunda via. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo não vive momento tão rico de possibilidades como agora.

Assim, cabe a pergunta: se é universal a ortodoxia, não é, também, universal o pensamento que se contrapõe a ela? Dessa indagação, oposta à ideia das muitas vias, surge a vontade de se criar um projeto de modelo alternativo que os países teriam de adotar a fim de poderem conciliar a reinvenção do desenvolvimento com o aprofundamento da democracia e com a reafirmação das diferenças nacionais.

Em que direção vai esse novo modelo de desenvolvimento?